



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

Elba Fernanda Marques Mota

**EM QUEM VOTAREMOS? CULTURA
POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO DISCURSO
MORAL E ELEITORAL DA IGREJA
ASSEMBLEIA DE DEUS (1960-1979)**

2019

ELBA FERNANDA MARQUES MOTA

**EM QUEM VOTAREMOS? CULTURA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO
DISCURSO MORAL E ELEITORAL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS (1960-
1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro como requisito parcial do título de
Doutora em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucia Grinberg

2019

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

MMott Mota, Elba Fernanda Marques
EM QUEM VOTAREMOS? cultura política e construção
do discurso moral e eleitoral da Igreja Assembleia
de Deus (1960-1979) / Elba Fernanda Marques Mota. -
- Rio de Janeiro, 2019.
239

Orientador: Lucia Grinberg .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em História, 2019.

1. Assembleia de Deus. 2. política. 3.
protestantismo. 4. ditadura. 5. imprensa
evangélica.. I. , Lucia Grinberg, orient. II.
Título.

ELBA FERNANDA MARQUES MOTA

EM QUEM VOTAREMOS? CULTURA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DO
DISCURSO MORAL E ELEITORAL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS (1960-
1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito para obtenção do título de Doutora
em História.

Aprovada em, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucia Grinberg – UNIRIO

(Orientadora)

Prof.^a Dra. Jessie Jane Vieira de Souza – UFRJ

(Arguidora)

Prof.^a Dra. Icléia Thiesen – UNIRIO

(Arguidora)

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos – UFMA

(Arguidor)

Prof. Dr. Anderson José Machado de Oliveira - UNIRIO

(Arguidor)

Para minha mãe, Patrícia e minha tia e
madrinha Diomar, mulheres que me
inspiram diariamente.

AGRADECIMENTOS

Ao fechar um ciclo como o doutorado, processo de silenciamento e isolamento através do processo da escrita, é chegado o momento de agradecer aos que se fizeram presentes ao longo deste período e entenderam as ausências necessárias para a conclusão da tese.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Lúcia Grinberg, por sua competência, orientação atenta e segura, leitura crítica e por ser uma professora em todos os sentidos do ofício e por sua paciência para chegar ao final desta jornada comigo. Muito obrigada, Lucia!

À minha madrinha e tia Diomar, pois acredito que finalizo este trabalho muito por conta de seu apoio, orações e proteção. Pela força, pelas perguntas de como ia o texto. Oferecimento de livros e abrigo! Minha gratidão pelo acompanhamento ao longo da vida, mas, especialmente, por me mostrar a importância do estudo.

À minha mãe, Patrícia, doce na sua aparência, mas especialmente forte em sua essência. Por me ensinar os valores que importam, por entender minhas ausências, pela compreensão silenciosa e pelas orações. Divido este momento com a senhora, gratidão por tudo.

Gratidão à minha família, particularmente, às minhas irmãs, Elaine, pelo apoio, sempre se dispondo a ajudar quando necessário e a Erika, pela torcida. Ao meu afilhado e sobrinho Henrique, fonte de leveza, afeto e parceria nos momentos de cansaço. Agradeço à minha tia Conceição, por ter me abrigado no início da minha jornada no Rio de Janeiro, permitindo a mudança para o mestrado, que me levou ao doutorado. Pelo incentivo e por sempre me lembrar do quanto eu caminhei e da necessidade de seguir em frente. À minha tia Fátima, pelas orações e pela torcida, agradeço a proteção espiritual.

Minha gratidão à minha querida amiga Rosi, com quem comecei esta jornada do doutorado dividindo um apartamento. Hoje estamos em lugares diferentes, mas o afeto e a amizade não mudaram. Obrigada por sempre estar presente, ainda que na ausência eu seja grata às suas orações e afeto sincero!

Aos meus amigos, agradeço especialmente por entenderem minha ausência e ainda estarem disponíveis quando precisava ver gente e conversar. Matilde, amiga querida da graduação, que levei para a vida, por se solidarizar ao longo deste processo, energia positiva e sempre com um sorriso para alegrar nossos encontros. Milena, pelas conversas necessárias, por entender o que passava ao longo do doutorado, por enviar energia e orações, toda minha gratidão por sua generosidade. Celina, amiga querida e atenciosa, por sempre perguntar e deixar clara a torcida. Giovana, pelo apoio com que sempre posso contar. Ulysses, sempre querido e atencioso e Adroaldo, amigo que compartilha da paixão pela História das religiões, por compartilharmos uma amizade de anos e pelo entendimento das ausências.

Aos amigos que fiz ao longo deste processo, Daniele, grata surpresa e presente, amiga que me trouxe leveza, bons passeios e sorrisos compartilhados. Maria da Guia, pelas orações e força a mim encaminhada! Viviane, pelos bons momentos, boas conversas e torcida!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, pelo aprendizado e contribuições a este trabalho. Aos professores que se dispuseram a fazer parte da banca de defesa, sou grata pelas contribuições. Em especial à professora Jessie Jane Vieira e ao professor Jorge Ferreira, pela leitura crítica do texto da qualificação, assim como suas sugestões pertinentes.

Ao professor Lyndon de Araújo Santos, pois sua influência em minha formação acadêmica foi fundamental, seus ensinamentos ao longo da graduação e também do mestrado construíram a pesquisadora em História das Religiões que me tornei. Muito obrigada!

Ao CEMP, arquivo da CPAD, pela forma como fui recebida e pela disponibilização das fontes desta pesquisa.

Por fim, meu agradecimento especial a CAPES, pelo financiamento desta pesquisa ao longo do curso de doutorado.

A Igreja de Cristo não é um partido político.

Joanyr de Oliveira

RESUMO

Pretende-se analisar como a produção editorial, por meio de uma imprensa evangélica, no período de 1960 a 1979, mobilizou os fiéis da Igreja Assembleia de Deus a aceitarem e, posteriormente, inserirem-se na política partidária brasileira. Analisaremos de que forma isto contribuiu para a formação e legitimação de uma cultura política por parte desta denominação no Brasil. Do ponto de vista da construção da República brasileira, a religião tem um papel primordial na constituição da identidade do povo. Nesta conjuntura, o pentecostalismo, como representação religiosa, por meio da Igreja Assembleia de Deus, apresenta-se como objeto rico em abordagens e amplas possibilidades de pesquisa. Pretendemos analisar como esta denominação religiosa se utilizou da imprensa escrita para promover a participação política de seus membros, por meio do jornal *Mensageiro da Paz* e da revista *A Seara* e construiu um discurso de antiecumenismo e anticomunismo, pautado em seus posicionamentos políticos, silêncios e seletividade da memória construída sobre aspectos da História do Brasil. Desta forma, chaves de problematização como estas nos ajudam a entender a utilização da imprensa a serviço de grupos e de interesses políticos e religiosos.

Palavra-chave: Assembleia de Deus, política, protestantismo, ditadura, imprensa evangélica.

ABSTRACT

The aim is to analyze how the editorial production, through an evangelical press, in the period from 1960 to 1979, mobilized the faithful of Assembly of God Church accept and, subsequently, inset into Brazilian party politics. We will analyze in which way this contributed to the formation and legitimation of a political culture on the part of this denomination in Brazil. In point of view of the Brazilian Republic construction, the religion have a primary role in constitution the identity of the Brazilian people. In this context, the Pentecostalism, as religious representation, by means of Assembly of God Church, appears as rich topic in approaches and extensive possibilities of research. We intend to investigate how this religious denomination used the written press to promote the political involvement of their members, by the agency of *Messenger of Peace* journal and *Seara* magazine and built an anti-ecumenism and anticommunism discourse, ruled on their political positions, silences and selectivity of construction memory about aspects of Brazilian History. In this way, such problematic points help us to understand the use of the press in service of groups and political and religious interests.

Keywords: Assembly of God; policy; Protestantism; dictatorship; evangelical press.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------|-------------------------------------------------------------|
| AD | Assembleia de Deus |
| ABI | Associação Brasileira de Imprensa |
| AEVC | Associação Evangélica Brasileira |
| AI-1 | Atos Institucionais nº1 |
| AI-5 | Ato Institucional nº 5 |
| BPC | Brasil Para Cristo |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBB | Convenção Batista Brasileira |
| CEB | Confederação Evangélica Brasileira |
| CEMP | Centro de Estudos do Movimento Pentecostal |
| CGADB | Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil |
| CLADE | Primeiro Congresso Latino Americano de Evangelização |
| CMI | Conselho Mundial de Igrejas |
| CONIC | Conselho Nacional das Igrejas Cristãs |
| CONAMAD | Convenção Nacional das Assembleias de Deus |
| CPAD | Casa Publicadora da Assembleia de Deus |
| DIP | Departamento de Imprensa e Propaganda |
| EC | O Expositor Cristão |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBP | Instituto Bíblico Pentecostal |
| IECLB | Evangélica de Confissão Luterana no Brasil |
| IEQ | Evangelho Quadrangular |
| IPB | Presbiteriana do Brasil |
| IPC | Presbiteriana Conservadora |
| IPi | Presbiteriana Independente |
| IURD | Igreja Universal do Reino de Deus |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| MP | Mensageiro da Paz |

| | |
|--------|--------------------------------------------------------|
| OJB | O Jornal Batista |
| PDC | Partido Democrata Cristão |
| PR | Partido Republicano |
| TV | Televisão |
| UCEB | União Cristã de Estudantes do Brasil |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho |
| UNIRIO | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1: Representação Protestante no Congresso, por Igrejas 1946-1987..... | 100 |
| Tabela 2: Diretores da Casa Publicadora da Assembleia de Deus entre 1960 a 1985..... | 107 |
| Tabela 3: Quadro de Diretores, Redatores e Editor Chefe do Mensageiro da Paz | 119 |
| Tabela 4: Estrutura do jornal ao longo do período de 1960 a 1985..... | 120 |
| Tabela 5: Declínio do Catolicismo e Evolução protestante no Brasil | 155 |
| Tabela 6: Assembleias de Deus como Porcentagem de todos os Protestantes, 1970 | 158 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 1.** Ecumenismo: Sinal dos Tempos. 97
- Fig. 2.** Primeira capa do jornal Mensageiro da Paz publicado em 1961 116
- Fig. 3.** O jornal na sua versão mais moderna em edição de 1972..... 123

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução | 16 |
| 1. Capítulo 1 “A memória como construção da fé”: a Assembleia de Deus no Brasil e seu percurso histórico e historiográfico | 23 |
| 1. História das religiões e história cultural: sobre caminhos possíveis para o estudo do protestantismo | 24 |
| 2. Política e Religião: Um percurso historiográfico por meio da cultura política..... | 36 |
| 3. Igrejas evangélicas e a ditadura militar: a Igreja Assembleia de Deus ... | 53 |
| 4. História e memória na Igreja Assembleia de Deus | 59 |
| 5. A subjetividade dos fiéis assembleianos | 64 |
| 6. A Imprensa assembleiana: periódicos como instrumentos de evangelização..... | 66 |
| 2. Capítulo 2 “Segurança política, moral e social”: discursos e posicionamento religioso frente ao Brasil dos anos sessenta | 74 |
| 1. “Nada será como antes”: a Assembleia de Deus na década de 1960..... | 75 |
| 2. A Imprensa assembleiana: a Casa Publicadora e seus periódicos como instrumentos de evangelização e orientação doutrinária | 102 |
| 3. Fé, informação e evangelização: o Jornal Mensageiro da Paz e a revista A Seara | 113 |
| 4. “Segurança Política, moral e social”: discursos e posicionamento religioso frente ao Brasil dos anos sessenta | 128 |
| 3. Capítulo 3: Em quem votaremos? Cultura Política e construção do discurso moral e eleitoral da Igreja Assembleia de Deus na década de 1970 | 137 |
| 1. Para onde vamos? A década de 1970 no Brasil e seus desdobramentos para a Igreja Assembleia de Deus | 138 |

| | | |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2. | Pode o crente ser político? Formação e construção do fiel e eleitor assembleiano na política brasileira | 166 |
| 3. | Entre a autoridade e a moral: legalidade e proibições religiosas | 176 |
| 4. | “Em quem votaremos?” o Governo, a Igreja e a Bíblia | 202 |
| | Considerações Finais | 216 |
| | Referências Bibliográficas | 224 |

Introdução

O fenômeno religioso compõe um dos elementos indispensáveis para qualquer tentativa de descrição ou análise da sociedade brasileira. Tal fenômeno e suas especificidades têm produzido um cenário complexo e dinâmico para o historiador das religiões e das religiosidades, que procura, na temporalidade do passado, as singularidades, as mudanças e os sentidos das ações de indivíduos, de grupos sociais e de instituições, bem como o lugar e o papel do sagrado como elemento da cultura.

A instrumentalização da fé como poder político se caracteriza como realidade na sociedade brasileira na atualidade, especialmente no que se refere aos evangélicos, ainda que esta nomenclatura abarque todas as denominações protestantes, seja de vertente histórica, pentecostal e neopentecostal¹.

Esta realidade pode ser observada sobretudo nos pentecostais, em sua maior denominação religiosa, a Igreja Assembleia de Deus, que hoje possui grande visibilidade e poder de articulação consolidados, como se pode ver diante da inserção dos evangélicos no cenário partidário brasileiro. No contexto religioso atual, a Assembleia de Deus apresenta-se como um campo de estudo rico em possibilidades, especialmente por ser a maior Igreja evangélica brasileira em número de membros, mas, fundamentalmente, por sua historicidade como Igreja com mais de cem anos de atuação no Brasil, fundada em 1911, em Belém do Pará.

Nesta conjuntura, entendemos ser de fundamental importância estudar a história da maior denominação evangélica do país, especificamente do ponto de vista político. Na atualidade, a Assembleia de Deus é uma rede de poderosos grupos locais, denominada campo, que é a área de atuação de um Ministério, formado por uma igreja sede e suas diversas congregações ou igrejas filiadas, agrupadas dentro de bairros, cidades em um ou mais estados. Essas igrejas geralmente são ligadas e mantidas pela sede por meio de um forte vínculo administrativo e doutrinário e da figura do pastor presidente².

Por conta deste quadro multifacetado e da disputa por áreas de atuação, ocorreu uma primeira separação oficial em 1989, com o Ministério de Madureira desligado da Convenção Nacional. Desse modo, a Igreja Assembleia de Deus possui na atualidade duas

¹ Do ponto de vista histórico e sociológico, assim como pela consulta censitária do IBGE, esta é a divisão padrão do protestantismo brasileiro.

² ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.p.152.

Convenções: a Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB), cuja primeira reunião ocorreu em 1930, em Natal, Rio Grande do Norte e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus-(CONAMAD), representante de Madureira, que, em 1999, passou a ter sede em Brasília.

Esta disputa por poder, em um campo religioso heterogêneo e, posteriormente, político, corroborou para a realidade política atual exercida pelos membros da Assembleia de Deus. Diante deste quadro, é nosso intuito problematizar de que forma se deu este interesse dos evangélicos pela política, especialmente dos congregados à Igreja Assembleia de Deus.

Historicamente, as igrejas pentecostais se caracterizaram pela ausência de participação política. Mesmo com a representatividade alcançada pelas igrejas protestantes históricas, era comum seus fiéis não ocuparem os espaços públicos, restringindo sua rotina à vida doméstica, trabalho e igreja. Compreender o processo histórico e os fatores que promoveram tamanha transformação e que conduziram à mobilização estratégica que se observou nos dias atuais é o nosso objetivo nesta pesquisa.

Nas últimas décadas, houve um acréscimo no número de estudos sobre a temática religiosa, e, principalmente aqueles que privilegiavam o catolicismo e as religiões afro-brasileiras como objeto principal, cabendo ao protestantismo, um número inferior de estudos. O século XXI consolidou as pesquisas sobre o protestantismo, como área profícua dos estudos das religiões no Brasil.

Nos estudos sobre a presença protestante e evangélica no Brasil, ainda persiste uma carência quanto à análise da participação destes grupos religiosos na política nacional, com sua conseqüente assimilação por parte dos fiéis. A maioria dos estudos realizados até então interessam-se pela chegada destes à cena partidária, especificamente a partir da bancada evangélica de 1986 e o seu posterior crescimento na cena política brasileira³. No entanto, o período anterior a 1986 carece de estudos que entendam o contexto histórico que possibilitou a inserção dos evangélicos na política partidária,

³ O episódio refere-se à eleição no pleito de 1986, de 32 deputados federais evangélicos, que constituíram a “bancada evangélica”, momento legitimador da entrada dos pentecostais na cena política nacional, com a eleição de 13 representantes da Assembleia de Deus, fenômeno estudado extensivamente pelo sociólogo inglês Paul Freston em sua tese de doutorado. Ver: FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 1993.

sobretudo porque já na década de 1930 havia a presença de evangélicos no cenário nacional, por meio, inclusive, de associações protestantes com objetivos políticos⁴.

Desta forma, entendemos a necessidade de estudos históricos que se preocupem com a formação e as rupturas que caracterizaram a participação de evangélicos na política brasileira, principalmente entre as lideranças pentecostais. Segundo o historiador Paulo Sipiński (2003), a “ausência de análises que percebam o pentecostalismo como uma estrutura de longa duração, análises históricas, em outras palavras, tem prejudicado substancialmente o conhecimento do pentecostalismo”⁵.

É neste contexto que este trabalho se propõe a contribuir no estudo do campo religioso brasileiro, em particular, a participação da Igreja Assembleia de Deus no cenário político brasileiro. Pretendemos analisar como esta denominação religiosa se utilizou da imprensa escrita para promover a participação política de seus membros e, assim, se inserir na vida partidária nacional, em especial, no período dos governos militares.

Desta forma, problematizaremos questões tais como: a imprensa assembleiana serviu a quais necessidades? Qual a sua importância para a divulgação da fé e das obras desta Igreja? Que tarefa cumpriu? Dimensionou os valores políticos ali presentes? E a quais causas, além da própria, serviu ou prejudicou? Pretendemos, assim, analisar os usos da palavra impressa nas práticas missionárias e políticas dos assembleianos.

O nosso recorte temporal situa-se na segunda metade do século XX, especificamente, os decênios de 1960 a 1979. A escolha justifica-se por ser o momento de modificação do posicionamento político e social da Igreja Assembleia de Deus, refletido no início de interesse pela participação na cena pública partidária brasileira e por ser um período ainda preterido por pesquisadores da História das Religiões, pois a opção pela década de 1980 ainda perfaz boa parte das análises, por representar, a partir da Constituinte, a entrada em maior número de candidatos evangélicos no cenário partidário.

Nosso trabalho opta por examinar o período anterior, do governo Jânio Quadros até a reforma partidária de 1979, por entendermos ser importante analisar as estratégias

⁴ FRESTON, op.cit.

⁵ SIPIERSKI, Paulo. Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo brasileiro. In: GUERREIRO, Silas (Org.). *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.56.

utilizadas para esta inserção e que justifiquem a cultura política praticada hoje por candidatos evangélicos.

Temos como objetivo, portanto, investigar o comportamento e a condução política dos pentecostais na época da Ditadura Militar, uma vez que esta é a ocasião em que a Assembleia de Deus amplia, numericamente, o seu número de fiéis e templos, alcançando já na década de 1980, completados 70 anos de atuação no país, 5.600.000 membros, distribuídos em 36.000 igrejas⁶.

Em 1961, a Assembleia de Deus completou no país o seu cinquentenário, motivo pelo qual a Igreja se reestruturou, em alguns aspectos, dentre os quais, a modernização e ampliação, com a inauguração da nova sede de sua editora, a Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD) e a produção dos seus principais periódicos, ficando a cargo da editora, também, a distribuição nacional destes. Suspeitamos, ainda, que este período, inicialmente caracterizado pela não aceitação de membros inseridos na política, tenha marcado o início do debate e da orientação para a participação político-partidária de seus membros.

Entendemos a redemocratização como o fechamento do ciclo do movimento de oposição à participação dos fiéis e dirigentes na política partidária, possibilitando também o fortalecimento da mesa diretora da Convenção Geral da Assembleia de Deus no Brasil-CGADB. No caso de nosso campo de estudo, o evangélico, as mudanças vivenciadas pelo país, com a supressão de um regime democrático, favoreceram o crescimento das Assembleias de Deus, especialmente com o acréscimo de número de fiéis e entrada no cenário político brasileiro.

Este fortalecimento justifica-se pelos posicionamentos da Igreja Assembleia de Deus ao longo da década de 1960, quando a Igreja optou pelo silêncio quanto ao golpe militar e não publicou qualquer nota seja de apoio ou de repúdio à deposição do Presidente João Goulart, candidato eleito pelo voto democrático. No que se refere à Ditadura Militar, a primeira manifestação viria meses depois, deixando claro o apoio da Igreja Assembleia de Deus ao novo governo.

É particularmente interessante analisarmos como a sociedade brasileira lida com a sua memória, optando pelo silêncio, esquecimento e seletividade da mesma. No caso específico da Ditadura Militar brasileira, esta relação se deu no embate das memórias

⁶ *Mensageiro da Paz*, 1980, p.6.

construídas, tendo em vista que este período passa por uma seletividade quanto ao seu legado. Conforme pontuado pelo historiador Daniel Aarão Reis, aprovada a Constituição de 1988, fechou-se um ciclo. Da ditadura fez-se a democracia. “Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente”. Ocorreu um consenso quanto ao fim do período ditatorial, alicerçado pela Lei da Anistia, em que vários segmentos da população “confortavam-se com a ideia de que a opção democrática, uma promissora alvorada, dispunha de fundas e autênticas raízes históricas.”⁷

Esses embates da memória versam sobre o que trata o nosso primeiro capítulo, intitulado: “A memória como construção da fé”: a Assembleia de Deus no Brasil e seu percurso histórico e historiográfico”. O nosso objetivo é fazer uma análise historiográfica do nosso objeto de estudo, a Igreja Assembleia de Deus, pontuando as publicações que tratem da relação entre política e religião, especificamente, entre as igrejas evangélicas. Sitaremos esta discussão na forma como a memória da Igreja Assembleia de Deus foi construída ao longo da segunda metade do século XX, mas, especialmente, dos sentidos que a história e o passado tiveram para esta denominação até o momento em que ela passa a se preocupar cada vez mais com o presente e o futuro.

Explicitamos neste capítulo, também, a base teórica que sustenta este estudo, elegemos a História Cultural como norteadora dos pressupostos problematizados, com foco especialmente na Cultura Política, por entendermos a mesma como campo teórico útil para problematizarmos a relação entre o campo religioso e político, notadamente, sobre a perspectiva dos vetores sociais que fazem parte desta analogia, o fiel e o político. Sitaremos historicamente, também, este estudo no âmbito da História das Religiões, destacando a importância de construirmos análises históricas sobre a história do protestantismo brasileiro, especialmente do pentecostalismo, representado pela Igreja Assembleia de Deus.

No nosso segundo capítulo, intitulado: “Segurança Política, Moral e Social”: discursos e posicionamento religioso frente ao Brasil dos anos sessenta na Igreja Assembleia de Deus” elegemos a década de 1960, período fundamental para que possamos entender a formação do discurso moralizante por parte da Igreja, inserido no contexto de crise pela qual passava o país, sobretudo os seus posicionamentos políticos,

⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.p.16.

com alinhamento político-ideológico com o governo dos militares, elegendo o ecumenismo e o comunismo como inimigos da pátria, o que justificou, portanto, todo o discurso antiecumenismo e anticomunismo que a Igreja terá ao longo deste percurso.

Analisaremos também, o contexto histórico de criação de nossas principais fontes de estudo: o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*. Neste capítulo, destacaremos a importância dos mesmos para a construção da história e memória do pentecostalismo brasileiro, mas especialmente, como divulgadores dos posicionamentos e direcionamentos esperados dos fiéis. Consideraremos como a mudança na linha editorial destes periódicos coaduna-se com a modificação de atitude por parte da Igreja Assembleia de Deus.

Com fundação em 1930, o jornal assembleiano é o órgão informativo oficial da Igreja, hoje possui uma tiragem nacional de 300 mil exemplares por mês. Na atualidade, o *Mensageiro da Paz* (MP) é o periódico mensal da Assembleia de Deus, vendido tanto nas lojas da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) quanto por meio de assinaturas ou cotas para Igrejas⁸. O jornal tem formato tabloide, com 28 páginas coloridas, impressas em papel *top print*, de baixa porosidade comparada ao papel jornal (utilizado pela Folha *Universal*), possibilitando melhor fidelidade para reprodução de cores, fotos e ilustrações. Publicado há 89 anos, é considerado o órgão oficial da Assembleia de Deus.

A revista *A Seara*, foi fundada em 1956 e extinta no fim do século XX. Em formato típico de revista jornalística, com 32 páginas, sua fundação data de 1956, sendo seu primeiro exemplar já em versão colorida. A revista era trimestral. Ela nos apresentará o posicionamento da denominação, quanto às principais questões políticas do país em nosso período de estudo, como o comunismo, o ecumenismo, a questão da democracia e a censura, além de debater sobre a participação de evangélicos no cenário político nacional. Nesta perspectiva, analisaremos a revista evangélica *A Seara*, por esta nos permitir acesso ao contexto histórico da época no país.

As fontes principais desta pesquisa encontram-se disponíveis para pesquisa no Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP) arquivo pertencente à Igreja Assembleia de Deus e localizado nas instalações da editora da igreja, a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), localizada em Bangu, no Rio de Janeiro.

⁸ Informações contidas no site da CPAD.

Por fim, nosso terceiro capítulo, intitulado de: “Em quem votaremos? Cultura Política e construção do discurso moral da Igreja Assembleia de Deus na década de 1970”, nos possibilitará debater os motivos da escolha por parte da Igreja Assembleia de Deus por inserir-se na vida partidária. Quais são as suas justificativas, seja do ponto de vista teológico, doutrinário e dogmático, seja na construção de estratégias para convencer o fiel sobre a necessidade da eleição de candidatos evangélicos.

A década de 1970 acompanhou a mudança editorial da Igreja Assembleia de Deus no que se refere à política, com matérias defendendo a necessidade do “voto evangélico”, apresentação de argumentos para que o fiel fosse convencido e reconhecimento do mundo exterior, com a vinculação de manchetes que situaram o contexto de mudança pelo qual o mundo passava. O inimigo continuava a ser o ecumenismo e o comunismo, acompanhado agora do feminismo, do divórcio, do aborto, da televisão e quaisquer outras práticas consideradas empecilhos ao exercício da legitimidade do governo em vigor.

Neste sentido, pretendemos analisar como a produção editorial, através de uma imprensa evangélica, no período de 1960 a 1979, mobilizou os fiéis da Igreja Assembleia de Deus a inserirem-se na política partidária e de que forma isto contribuiu para a formação e legitimação da expansão desta denominação no Brasil. Dessa forma, evidenciou-se a formação de estratégias sociais, com as pautas defendidas pelos fiéis/candidatos, ao inserirem-se no campo político, problematizando a utilização da imprensa como instrumento de dominação a serviço de grupos e de interesses, em nosso caso específico, o evangélico.

Situamos este trabalho no campo da História das Religiões, analisando a história da inserção política dos membros da Igreja Assembleia de Deus, mas, especialmente, como contribuinte de estudos que se preocupem em analisar o discurso conservador construído por Igrejas evangélicas, que contribuíram para o realinhamento da direita evangélica brasileira, que tem na Igreja Assembleia de Deus, um dos seus principais expoentes.

Capítulo 1

“A MEMÓRIA COMO CONSTRUÇÃO DA FÉ”: A ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL E SEU PERCURSO HISTÓRICO E HISTORIOGRÁFICO

Porque surgem ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo a impor-se⁹.

Na atualidade, as Assembleias de Deus possuem uma forte representação histórica, com números contundentes e participação política com intenso poder de atuação e arregimentação de votos. Segundo os números do último Censo realizado referente à religião, em 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 42,3 milhões de fiéis ou 22,2% da população brasileira se declara evangélica, e destes, 13,3% denominaram-se pentecostais, sendo 12.314.410 milhões representantes da Assembleia de Deus. Esta quantidade expressiva de fiéis representa um crescimento de 48% em 10 anos. Em 2000, o número de assembleianos era de 8,4 milhões. Uma década depois, houve um acréscimo de 3,9 milhões de novos membros¹⁰.

Estes números, além de demonstrarem a visibilidade que a Assembleia de Deus possui no Brasil em razão da quantidade de membros que agrega, também demonstra a necessidade de compreendê-la como objeto de estudo bastante profícuo na problematização de nossa história recente, tendo em vista que apresenta uma historicidade particular e, ainda, pelo fato de a igreja ter vivenciado praticamente todo o século XX em nosso país – em 2011, a Assembleia de Deus comemora o seu centenário de fundação, ocorrido em Belém do Pará, em 1911.

É nosso intuito analisar a memória construída pela Assembleia de Deus, considerando o contexto histórico por que passava o país, uma ditadura militar, apresentando o porquê de considerarmos a memória coletiva e seletiva desta instituição religiosa, no mesmo sentido de compreender de que forma o interesse em um

⁹ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

¹⁰ Os dados são referentes ao último Censo religioso realizado em 2010. Aguarda-se a divulgação de nova porcentagem por parte do IBGE.

envolvimento político por parte de alguns membros construiu a subjetividade a ser seguida pela maioria.

Este capítulo será composto pelas análises de historiadores, sociólogos e cientistas da religião que pesquisam a religião e, especialmente, o pentecostalismo da Assembleia de Deus, com o intuito de relacionar os estudos acadêmicos sobre esta instituição religiosa. Pretende-se entender a formação histórica da igreja Assembleia de Deus no Brasil, com sua fundação, expansão e legitimação, a fim de compreender os fatores que possibilitaram o alcance de uma maior representatividade em número de fiéis em nosso país e significativa representação partidária no atual cenário político brasileiro.

1. História das Religiões e História Cultural: sobre caminhos possíveis para o estudo do protestantismo

Na atualidade, percebemos um novo olhar, por parte dos historiadores, a campos até então ressentidos de uma análise mais profícua. Entre estes, destaca-se o campo da História das Religiões, que, nos últimos dez anos, legitimou-se como campo de pesquisa no país.

Dentro desta conjuntura, notamos o desenvolvimento de estudos com abordagens que se preocupam em pensar a representação dos atores históricos deste campo e especialmente, suas distintas práticas, como sujeitos históricos e suas relações com a música, arte, gênero, raça, política e a ciência no espaço religioso, situando-se, assim, dentro de amplas possibilidades de objetos e novas abordagens no espaço teórico da História Cultural.

O desenvolvimento da História Cultural permitiu, a partir da confluência com novos objetos e novas abordagens, um novo olhar para a interdisciplinaridade com a 3ª fase dos Annales, pensada como Nova História Cultural¹¹, que recorre à análise antropológica, por compreender que esta ampliará o campo dos objetos históricos, possibilitando a compreensão da subjetividade dos sujeitos estudados, assim como a incorporação de alguns pressupostos fundamentais: as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social passaram a ser concebidas

¹¹ As pesquisas desenvolvidas pelos Annales estão divididas em três fases, com a primeira enfocando a interdisciplinaridade da história com a economia, a sociologia, a geografia e a demografia e a segunda fase privilegiando as civilizações e estudos demográficos, com tempos de longa duração.

como categorias fundamentais de composição da própria realidade; as representações do mundo social passaram a ser intrinsecamente relacionadas aos interesses dos grupos que as forjam; as percepções do social passaram a ser abordadas como discursos veiculadores de estratégias e de práticas associadas aos indivíduos, às suas escolhas e condutas.

Por meios destes pressupostos, o historiador francês Roger Chartier nos faz perceber que a *representação, a prática e a apropriação*, são as principais categorias que norteiam a História Cultural, no mesmo sentido que possibilitam uma maior compreensão das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos históricos. Desta forma, a História Cultural é compreendida: “Como a análise do trabalho de representação (...). Esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido¹²”. Nesses termos, a História Cultural concebe a representação como:

Classificações e exclusões que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo (...) todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como o refletindo ou dele se desviando¹³.

Para Chartier, é fundamental repensar o sentido produzido por um texto, da mesma maneira que entendê-lo como um discurso historicamente construído e composto por representações próprias. Para Pesavento¹⁴, essas representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam significados ocultos, construídos social e historicamente, que se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão imediata e visível.

O principal desafio que se apresenta para a História Cultural é:

Como pensar a articulação entre os discursos e as práticas (...). Essa perspectiva afirma que os interesses sociais nunca são uma realidade “pré-existente”, mas sim sempre o resultado de uma construção

¹² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.27.

¹³ Ibidem. p.27.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2004.

simbólica e linguística, e considera que toda prática, seja qual for, se situa necessariamente na ordem do discurso¹⁵.

Esta ordem do discurso irá entrelaçar a chave metodológica de uma análise que tem nas representações sociais o principal entendimento, posto que sejam alvo de disputa e revelam as tensões de poder, interesses e contradições¹⁶. Ao analisarmos o discurso religioso produzido pela Assembleia de Deus, notamos que este é composto por representações coletivas e individuais com o objetivo principal de congregar para os fiéis as práticas doutrinárias esperadas, como veremos à frente.

Atreladas a estas práticas, encontra-se a presença do simbólico, na forma como este grupo religioso se apropria da realidade social e posteriormente constrói representações coletivas, informando ao público, ou mesmo ao historiador, as visões de mundo possíveis a partir desta construção do simbólico. Neste sentido, é eficaz a afirmativa de Peter Burke, preocupado com os sentidos do simbolismo em estudos de viés econômico, político e cultural:

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras¹⁷.

A maioria dos estudos de História Cultural parte da ideia de construção simbólica. Esta categoria ajuda a apreender e analisar os caminhos que uma pesquisa segue, evitando desvios quanto ao objeto de estudo. A mesma é utilizada em razão de nos ajudar a provocar as seguintes interrogações: “quem está fazendo a construção? Sob que restrições? A partir de quê?”¹⁸

A renovação historiográfica produzida pela História Cultural a partir da década de 1970 atingiu várias áreas do conhecimento. Houve o interesse pelo não dito, por quem estava à margem do discurso histórico e a preocupação com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas

¹⁵ CHARTIER, Roger, *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.p.47- 48.

¹⁶ CHARTIER, op. cit. p.3.

¹⁷ BURKE, Peter, *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p.10.

¹⁸ Ibidem. p.128.

comuns e as mulheres. São diversos os objetos de investigação histórica e, nesta conjuntura, dentre as amplas possibilidades de abordagem, a religião é alçada à condição de objeto de estudo da história, inserida no campo da chamada História das Religiões e influenciada por esta nova forma de trabalhar a cultura, razão pela qual hoje se entende a Religião como uma construção sociocultural.

Portanto, discutir religião é debater transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, mas, principalmente, pontuar os atores sociais envolvidos neste redesenho contínuo da sociedade. Reconstrução que apresenta amplas possibilidades de estudos, especialmente a utilização da História das Religiões enquanto campo que permite a realização de pesquisas que trabalham a política e a leitura no espaço religioso.

O estudo da religião, a partir da História Cultural, nos permite compreender como a religião pode ser um elemento importante na análise de vários grupos sociais a partir de suas formas de sociabilidade, de contato com a alteridade e de como esses grupos se apropriam de uma realidade que é social¹⁹.

Atrelado a isto, para entender o mundo contemporâneo, bem como o passado, precisamos de uma compreensão mais complexa da religião. Neste sentido, notamos a importância da consolidação da História das Religiões no Brasil, a fim de que possamos compreender melhor a nossa formação cultural, política e religiosa.

O termo religião é oriundo do latim *'religio'* e significa um conjunto de normas, advertências e interdições. Coube a Max Müller, em 1867, a denominação História das Religiões. A disciplina surge de um longo processo de transformações de objetos e metodologias ao longo do século XIX e início do século XX, tomando o método comparativo como essencial nas suas formulações iniciais, mas, influenciada diretamente por uma Sociologia da Religião, se reestrutura no âmbito da Nova História Cultural.

Neste contexto, o aspecto religioso ganha novas possibilidades de pesquisa na América Latina, continente historicamente religioso, ainda que a maioria dos países professes fé no catolicismo, inclusive o Brasil, maior país católico do mundo, segundo dados do último Censo (IBGE, 2010), com 64,6%. Esse avivamento das forças do sagrado não é um fato isolado, acompanha mudanças sociopolíticas vigentes num mundo onde os paradigmas, a racionalidade, as promessas de bem-estar social desmoronaram e os

¹⁹ CHARTIER, Roger. *Á Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/URRGs, 2002.

homens estão em busca de um sentido e direção para sua existência, ainda que esta seja em uma dimensão espiritual, bem mais estável, imediata e pessoal²⁰.

Por estes pressupostos, o homem ainda é um ser religioso, ainda que não necessariamente ligado a uma religião. Este parâmetro nos é útil por esclarecer uma distinção necessária entre religião e religiosidade. Ambas estão no mesmo patamar, mas não se confundem. Isso posto, entendemos por religiosidade:

O sentimento, as práticas e as experiências pessoais dos fiéis: portanto, existe uma pluralidade de formas de religiosidade. (...) Não há uma hierarquização entre religiosidade e religião, mas apenas uma ênfase na devoção pessoal do fiel ou na instituição religiosa correspondente²¹.

Neste sentido e evitando dicotomias, entendemos que o nosso estudo situa-se no âmbito da História das Religiões, por estar mais apropriado ao contexto brasileiro, pois a expressão religiosa pode dar margem a um falso entendimento de se referir apenas aos religiosos ou ao clero, além de dar margem a um exclusivismo da história eclesiástica, isto é, do Cristianismo, obscurecendo outras religiões²².

Dominique Julia, ao defender a concepção de História Religiosa, corrobora a premissa ao afirmar que para os historiadores: “Interessa não a verdade das afirmações religiosas, mas a relação que esses enunciados mantêm com a sociedade e a cultura”²³.

A partir deste pressuposto, entendemos a História das Religiões da seguinte forma:

A História das Religiões é uma ciência humana que tem por objeto o estudo das religiões ou, mais exatamente, o conjunto de práticas, crenças, ritos, símbolos e mitos. A História das Religiões aborda os fenômenos religiosos do ponto de vista não confessional, numa perspectiva basicamente histórica, mas também antropológica no tempo e no espaço²⁴.

²⁰ SILVA, Elizete. História das Religiões: Perspectivas e Abordagens. In: GUERREIRO, Silas. *O Estudo das Religiões: desafios contemporâneos*. Editora ABHR, 2009.

²¹ Ibidem, p.210.

²² Ibidem, p.210.

²³ Ibidem, p.210

²⁴ ALBURQUERQUE, Eduardo Basto de. História das Religiões: Perspectivas e Abordagens. In: GUERREIRO, Silas. *O Estudo das Religiões: desafios contemporâneos*. Editora ABHR, 2009.p.223.

A partir da conceituação da disciplina, é pertinente que esclareçamos sobre o que compreendemos por religião e o sentido que a mesma terá em nossa análise, segundo a conceituação clássica de Mircea Eliade:

Entendemos a religião como a experiência do sagrado, a qual se manifesta em variadas culturas e de amplas formas, desde a sacralização de elementos da natureza até a personificação de divindades, sustentadas em cosmogonias e corpus teológicos sistematizados. Numa perspectiva complementar, a religião pode ser concebida como a instituição organizada, com doutrinas e clero estruturado²⁵.

Com este conceito, o tripé metodológico dos primeiros estudos e definições da mesma tiveram a divisão em três abordagens: a conflitual, a funcionalista e a simbólico-cultural.

Na abordagem conflitual, a religião é vista como mistificadora e alienante. Marx e Engels são seus principais expoentes. Estes autores consideravam superados os seus conteúdos e a sua pretensa função integradora. Nesta perspectiva, Marx a verá como “ópio do povo²⁶”, postergando o que poderia ser feito neste mundo para a igualdade da luta de classes, ou mesmo a busca da justiça.

Para a abordagem funcionalista, “há na religião algo de eterno destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso se envolveu sucessivamente”.²⁷ Segundo Émile Durkheim, seu principal expoente, a religião era vista como um elemento presente em todas as sociedades. Nesta perspectiva, a religião é vista enquanto integradora e perene, sendo a própria condição de possibilidade para a constituição da sociedade.

A terceira abordagem, a simbólico-cultural, observa a religião como depositária de fundamentais significados culturais, posto que o seu principal expoente, Max Weber, a veja como um recurso simbólico relevante para a sociedade. Weber foi responsável por estudar as relações do protestantismo em uma perspectiva econômica, cultural e simbólica²⁸.

²⁵ ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. Lisboa: Cosmos, 1977.

²⁶ MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, 1843, tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

²⁷ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.

²⁸ Exemplo de sua análise teórica, ver: WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. (Trad.) José de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A partir destas três abordagens clássicas, fundamentada pela Sociologia das Religiões, os estudos se desenvolveram, especialmente no século XX. Na contemporaneidade, os estudos da religião estão fugindo de uma visão unilateral e reducionista ou mesmo dicotômica e buscando compreendê-la em sua complexidade, posto que:

Ao estudar determinado grupo religioso, pretende-se conhecer atitudes, sentimentos, sociabilidades e práticas religiosas de homens e mulheres concretos, inseridos num determinado contexto histórico. Não basta, apenas, descrever e enumerar doutrinas e memórias: é necessário, fundamentalmente, buscar entender os diversos fatores internos e externos que estão em jogo nas vivências dos fiéis, explicitarem as diversas formas de enquadramento social dos crentes, clérigos ou leigos, suas relações sociais e a construção/elaboração que eles fazem da realidade circundante²⁹.

Nesta perspectiva, concordamos com Albuquerque, ao elencar os princípios norteadores de uma metodologia dos estudos da História das Religiões. Para o autor, um percurso crítico diante das multiplicidades de abordagem se coaduna da seguinte forma:

1. Tomar consciência da diversidade dos fenômenos religiosos nas suas ancoragens históricas e culturais;
2. Adquirir conhecimentos precisos nos mais variados campos religiosos;
3. Conhecer a gênese e o desenvolvimento dos conceitos e das noções utilizadas no campo da história comparada das religiões;
4. Adquirir uma experiência da interdisciplinaridade;
5. Chegar ao âmbito da pesquisa científica³⁰.

Desta forma, a História das Religiões se apresenta com possibilidades metodológicas amplas, oferecendo, contudo, autonomia para o pesquisador, a fim de que este possa problematizar campos religiosos o mais diferentes, historicamente formados. Cabe ao pesquisador reconhecer a diversidade das pesquisas que tem em mãos e empreender análises, reconhecendo a interdisciplinaridade, mas situando do ponto de vista de uma perspectiva histórica.

Dentre as amplas áreas de atuação da História das Religiões, nossa pesquisa situa-se no âmbito da História do Protestantismo, compreendendo-o como:

²⁹ SILVA, op. cit. p.213.

³⁰ Ibidem.

Um movimento religioso e cultural sujeito às conjunturas históricas e às práticas sociais. Ele agregou traços e identidades no tocante à experiência peculiar do sagrado, criou instituições e modos de ser (*habitus*), construiu espaços e redes de sociabilidade e produziu formas de pensar e sentir a realidade brasileira, no transcorrer dos últimos 150 anos³¹.

Ao longo da história, o protestantismo se configurou como campo de pesquisa importante para a História das Religiões no Brasil. Embora tenha sido historicamente preterido em favor de pesquisas sobre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras, hoje ele se configura enquanto área de pesquisa consolidada, ainda que necessite de avanços sobre várias possibilidades de pesquisa.

A historiografia das religiões no Brasil tem na obra de Procópio Ferreira Camargo, “*Católicos, Protestantes, Espíritas*”³² um marco importante desta mudança de perspectiva. Segundo Santos³³, a Sociologia da Religião iniciou, nos anos 1970, a análise mais acadêmica do movimento protestante no Brasil. A obra de Cândido Procópio representou o momento fundador da pesquisa sobre religião, como objeto de estudo. Até então esta não havia recebido interesse da nascente universidade brasileira, ficando reclusa às instituições eclesiásticas. É legado desta obra, o início de pesquisas sobre o protestantismo e o pentecostalismo, em que se percebia a diferença entre essas manifestações religiosas e destas com o catolicismo.

Neste contexto, desenvolvem-se pesquisas sobre a religião como fenômeno social. No Brasil, a preocupação com esta abordagem sofreu modificações nos últimos vinte anos. Para um enfoque que ocupava um espaço marginal, nas últimas décadas, entretanto, registra-se uma mudança de perspectiva. Crescem no país os núcleos de pesquisa e de investigação do fenômeno religioso no âmbito das universidades.

Deste transcorrer, o protestantismo brasileiro se estruturou como segunda maior representação religiosa no Brasil. No último Censo, representava 22,2% da população brasileira. Como esses são números referentes ao ano de 2010, a previsão é que tenha havido um acréscimo considerável. Chama-nos ainda a atenção a presença de um outro grupo, com a maior representatividade dentro desta porcentagem, que são os pentecostais.

³¹ SANTOS, Lyndon, SILVA, Elizete, ALMEIDA, Vasni. (Orgs) *Os 500 anos da reforma protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico*. Curitiba: CRV, 2017.p.71.

³² CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

³³ SANTOS, Lyndon de Araújo Santos. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luís: Edufma, 2006.

A configuração atual do protestantismo, segundo a classificação do IBGE encontra-se dividido em *Protestantes Históricos ou tradicionais*: Luteranos (1824), Congregacionais (1855) Presbiterianos (1863), Metodistas (1876), Batistas (1882), Anglicanos (1890). Houve a tentativa por parte do sociólogo Paul Freston³⁴ em delimitar melhor o pentecostalismo e o neopentecostalismo, atentando para sua historicidade por meio de três ondas históricas³⁵.

A primeira onda corresponde à década de 1910 até fins dos anos 1940, caracterizada pela expansão geográfica do pentecostalismo, com o surgimento das igrejas Congregação Cristã (1910) e Assembleia de Deus (1911). A segunda onda, referente aos anos de 1950 e início dos 1960, se inicia na região paulista, com a fragmentação do campo pentecostal pelas Igrejas do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962), tendo como influência a urbanização e o aumento populacional na cidade. E a terceira onda surge no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, no contexto carioca, com a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

Os pentecostais³⁶ representam a maioria dentre os protestantes. Somente a Assembleia de Deus possuía, em 2010, 12.314.410 milhões de fiéis, sendo, assim, a maior representante dentre as igrejas evangélicas no Brasil. Com forte influência do pentecostalismo norte- americano, no Brasil, ele é iniciado com a chegada dos primeiros missionários fundadores da Assembleia de Deus.

O pentecostalismo representado pela Assembleia de Deus nasceu em 1911 e desenvolveu-se ao longo da segunda metade do século XX, período histórico em que a denominação pentecostal expandiu-se como a maior igreja evangélica do país. Esta é focada na teologia clássica do final do século XIX, pré-milenarista³⁷, que salienta a

³⁴ FRESTON, Paul Charles. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Aberto (et al.). *Nem anjos, nem demônios*: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

³⁵ Cabe ressaltar que o termo *onda* é criação de Paul Freston, e embora esta terminologia esteja sendo revista, ainda é a mais segura para a classificação do protestantismo brasileiro.

³⁶ O movimento pentecostal nasceu nos Estados Unidos, na cidade de Chicago, no início do século XX, especificamente, 1901-1906. Para Seymour, seu fundador, havia três estágios na ‘vida espiritual’ do pentecostal: a conversão, também definida por regeneração; a santificação, que era necessária para ‘purificar o coração’ e o batismo do Espírito Santo, tendo como sinal o dom das línguas.

³⁷ É a crença em que Cristo voltará ao mundo com os seus para depois reinar literalmente nessa terra por mil anos cronológicos. Os pré-milenaristas tomam a passagem de Apocalipse 20.1-7 literalmente. Creem quando é usada a expressão “mil anos”, de onde vem a crença geral de milenarismo; essa expressão sempre refere-se à passagem de mil anos cronológicos literalmente. Jesus Cristo voltará corporalmente à terra física

obrigação de todo cristão em “ganhar almas”³⁸. Os pesquisadores da história do protestantismo, como Freston, Sipierski e Gedeon Alencar, são unânimes em considerar dois fatores como principais para a inserção e posterior expansão dos missionários pentecostais no Brasil. Em um primeiro momento, a longa extensão territorial não assistida pela Igreja Católica, que terminava por provocar a abertura para outras práticas místicas e religiosas e o abandono quanto ao cuidado espiritual³⁹.

Do ponto de vista da historiografia oficial da igreja e da historiografia, os fundadores da Assembleia de Deus são os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, recém chegados de Chicago, fizeram a viagem em um navio desembarcando no início do século em Belém do Pará⁴⁰.

O processo de expansão da Assembleia de Deus iniciou-se primeiramente pela região Norte, arregimentando fiéis em todo o Estado do Pará e demais localidades. Posteriormente, alcançou a região Nordeste com o início do pentecostalismo no Ceará em 1914, Alagoas em 1915, Pernambuco e Amapá em 1916, Maranhão, em 1922 e em 1924 o Rio Grande do Sul⁴¹.

Esta característica a distingue como única igreja evangélica a iniciar seus trabalhos pela região Norte e Nordeste, avançando para o Sul e Sudeste somente após consolidar o trabalho nas primeiras. Outra peculiaridade é que, somente em 1950, um pastor brasileiro passou a dirigir a Assembleia de Deus de Belém, Francisco Pereira do Nascimento. Em virtude de somente líderes suecos e norte-americanos estarem à frente da igreja pentecostal até então, ocorreram desentendimentos entre estes quanto à forma

antes do tempo real de mil anos para reinar física e literalmente com seu povo ressuscitado. Creem que as profecias no Velho e Novo Testamento devem ser interpretadas geralmente de forma literal, mas admitem ensinamentos simbólicos quando o contexto pede tal interpretação. Informação obtida em < http://www.palavraprudente.com.br/estudos/calvin_d/escatologia/cap28.html>, Acesso: 02/01/2013.

³⁸ Expressão usada pelos protestantes, quando conseguem convencer pessoas a aderir a sua vivência religiosa.

³⁹ MOTA, Elba Fernanda Marques. *Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevão Ângelo de Souza na Assembleia de Deus do Maranhão (1957-1996)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

⁴⁰ Há um consenso por parte da historiografia da Assembleia de Deus de que na verdade os suecos sabiam da existência do ciclo da borracha na cidade de Belém do Pará, ainda que a historiografia oficial da igreja pontuará que ambos vieram em razão de uma revelação espiritual. Para a historiografia oficial da Igreja ver: ARAÚJO, Israel. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007. Visões de cunho acadêmico: MOTA, op. cit.; ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010 e CORREA, Marina Aparecida O. dos Santos. *Assembleia de Deus: Ministérios, Carisma e Exercício de Poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

⁴¹ MOTA, op. cit.

de direção eclesiástica, sendo os suecos acusados de despreocupação com a ascensão social, tão típica e batalhada pelos americanos⁴².

Em relação à sua história particular, os assembleianos optam por dividi-la em quatro etapas em nível nacional, como demonstra o seu periódico principal, *Mensageiro da Paz*⁴³:

1. *1ª Fase (1911-1924)*: caracterizou-se pela divisão e construção do primeiro templo;
2. *2ª Fase (1924-1930)*: ocorreu a expansão do movimento por todo o estado do Pará;
3. *3ª Fase (1930-1950)*: a evolução da Assembleia de Deus no Pará e Estados vizinhos (Maranhão, Amazonas e Ceará);
4. *4ª Fase (1950-1990)*: marcada por um crescimento considerável no Brasil, com ênfase no que os assembleianos chamam de trabalho missionário.

Este tempo de longa duração, em termos de pesquisa em História, situa, também, as pesquisas sobre uma perspectiva historiográfica da Igreja Assembleia de Deus. A maior parte das pesquisas ainda trata sobre a História da denominação religiosa, com sua posterior expansão e institucionalização⁴⁴. Há o crescimento, também, de pesquisas com enfoque em grandes lideranças que contribuiram para o crescimento da Igreja, sob uma perspectiva de sua institucionalização e evangelização de fiéis⁴⁵. E, ao longo desta década, surgiram pesquisas sobre protestantes e política, mas ainda há um menor número de estudos que elegem a Assembleia de Deus como único objeto de pesquisa⁴⁶.

Em paralelo a estas pesquisas, a própria instituição religiosa produz a sua própria história, fortemente ligada à produção editorial e com um viés histórico ligado ao

⁴² Ver: ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

⁴³ CAMPOS JR, Luís de Castro. *Pentecostalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 24-25.

⁴⁴ ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010 e CORREA, Marina Aparecida O. dos Santos. *Assembleia de Deus: Ministérios, Carisma e Exercício de Poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

⁴⁵ MOTA, Elba Fernanda Marques. *Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevão Ângelo de Souza na Assembleia de Deus do Maranhão (1957-1996)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

⁴⁶ COWAN, Benjamin Arthur. “*Nosso Terreno*”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014.

apologético. A igreja lançou, a fim de produzir a sua história oficial, o livro a *História das Assembleias de Deus no Brasil*⁴⁷. Ainda que não seja historiador de formação, é necessário reconhecer o esforço metodológico de Emílio Conde, que realizou entrevistas com os primeiros membros da história da Igreja, além do fato de ser uma narrativa que abrange todos os estados do Brasil, não centrando a análise somente em Belém do Pará, local da fundação ou no Sudeste, sede da Editora.

Assim, como temos na atualidade Isael de Araújo, ministro do evangelho e chefe do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP), mantido pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) e pesquisador da história da Assembleia de Deus no Brasil, que nos últimos anos vem produzindo novas obras sobre a história da igreja, a exemplo do *Dicionário do Movimento Pentecostal*, que, apesar de respeitar a história oficial, possui fôlego em termos de pesquisa, toca em termos como política, algo geralmente evitado pela instituição e tem o privilégio do acesso a fontes que geralmente pesquisadores externos não teriam⁴⁸.

Foi o responsável por trazer a presença feminina para o discurso oficial da igreja, com a história em forma de biografia de Frida Vingren, esposa de Gunnar Vingren, mas que teve forte atuação na expansão e consolidação da igreja no Brasil. Araújo a descreve como uma “mulher à frente de seu tempo”. O último lançamento do autor é a biografia autorizada de José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB e membro do Comitê Mundial das Assembleias de Deus e do comitê da Conferência Mundial Pentecostal. Foi o líder da igreja no Brasil de 1988 a 2017, ao final de seu mandato, decidindo não se candidatar novamente, seu filho José Wellington Costa Junior, foi eleito em 2017, sendo o atual presidente da instituição religiosa.

As obras produzidas por Araújo representam a história oficial da Igreja, permitem aos pesquisadores análises a partir deste discurso oficial e o conhecimento de documentos que geralmente não seriam de informação externa, se estas obras não fossem produzidas. Ainda que o tom apologético esteja mais contido, hoje a produção da igreja centra-se no tom triunfalista e comemorativo da maior igreja evangélica do país.

⁴⁷ CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*- 2. ed – Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

⁴⁸ Ao longo de nossa pesquisa para o doutorado, não foi possível pesquisar nas atas e fotografias presentes no arquivo do CEMP.

1.2. Política e Religião: Um percurso Historiográfico por meio da Cultura Política

Consideramos necessário situar, conceitualmente, este estudo, dentre as amplas vertentes da História Cultural, especificamente, no âmbito da Cultura Política, por considerarmos este conceito como o que melhor alcança a nossa intenção em problematizar o intuito de participação política da Assembleia de Deus, no período de 1964 a 1979, através do uso dos seus periódicos principais. O conceito nos possibilitará a problematização da prática de uma política partidária, por parte dos membros da Igreja, especificamente, em como esta foi construída no jornal *Mensageiro da Paz* e na revista *A Seara*.

Apesar de novo, do ponto de vista da historiografia, o conceito de Cultura Política possui hoje espaço consolidado em programas de pós-graduação em História, como os da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus Franca) que já possuem, entre suas linhas de pesquisa, áreas de concentração em história e culturas políticas⁴⁹.

Assim como inúmeras pesquisas têm se apropriado do conceito de Cultura Política, elencamos, também, obras que nos últimos dez anos se preocuparam em problematizá-lo do ponto de vista histórico, dentre as quais estão, entre as principais, as coletâneas de textos organizadas pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)⁵⁰ e outra organizada por professores do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)⁵¹, onde, também, tal linha de pesquisa vem se consolidando.

Percebemos este interesse ligado, diretamente, à crise dos paradigmas resultantes da segunda metade do século XX. Foi fundamental para este novo olhar, lançado a campos até então no ostracismo, a renovação historiográfica promovida pelo movimento dos Annales. O início desta escola, no final da década de 1930, com o lançamento da

⁴⁹ ROCHA, Daniel. Uma Cultura Política Milenarista? - Uma Breve Reflexão Sobre As Relações Entre Escatologia e Política na História da Assembleia de Deus. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro, 2011.

⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

⁵¹ AZEVEDO, Cecília da Silva; CRUZ, Denise Rollemberg; MENDONÇA, Paulo Knauss de; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Vaz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

revista dos *Annales*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre deu ensejo ao predomínio do econômico e do social no discurso histórico, com ênfase à conjuntura e às estruturas.

Entretanto, é importante assinalar que, apesar das críticas feitas às correntes historiográficas anteriores, os *Annales* terminaram por privilegiar o econômico e o social em detrimento do político. No entanto, não era dada atenção às temporalidades de curta e média duração, com a maior parte dos estudos privilegiando o método quantitativo, com acúmulo de grande número de séries documentais. Neste sentido, a Escola dos *Annales* começou a sofrer críticas.

Nesta conjuntura houve a necessidade de modificações, validadas através de uma Nova História Cultural. Esta reconstrução começou dentro do *Annales*, com a tentativa de incorporação de novos métodos, novos objetos e novas abordagens no discurso histórico. É importante pontuar, no entanto, que o conceito de Cultura Política desenvolveu-se à margem desta escola. Seus principais teóricos não faziam parte do movimento e seu surgimento está relacionado diretamente “ao retorno” do político no discurso histórico, ao longo das décadas de 1950 e 1960, nas ciências sociais dos Estados Unidos⁵². Por parte dos historiadores, o interesse se apresenta na década de 1980 e 1990, tendo S. Bernstein e J. F. Sirinelli, historiadores franceses, como seus grandes expoentes.

Em nosso intuito de entender o comportamento dos assembleianos, como fiéis e políticos, perceberemos nuances que poderiam escapar em outro contexto de pesquisas que não se situam “na encruzilhada da história cultural e da história política”.⁵³ Por este motivo, elencamos a definição formulada por Motta, como a mais precisa em situar as amplas possibilidades da cultura política, posto que o autor a entende como:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos destinados ao futuro⁵⁴.

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.16.

⁵³ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363. p. 359.

⁵⁴ MOTTA, op. cit. nota 14, p. 21.

Ressaltamos que apesar da diversidade de usos do conceito, entendemos o mesmo como o ideal, por elencar, em um mesmo campo teórico, as noções de cultura e política, e principalmente, por nos permitir trabalhar a representação partidária de uma instituição religiosa e sua construção de um projeto para o futuro, que como podemos observar, na atualidade se aplica perfeitamente à Assembleia de Deus.

Do ponto de vista do comportamento político do protestantismo, devemos considerar que:

Além da influência na promoção da uniformidade exercida pela tradição, costumes, hábitos, imitação, educação e impacto do código social aceito, existem similaridades de experiências entre aqueles que vivem no mesmo meio. Tais são as bases irrefutáveis da unidade social⁵⁵.

Portanto, dentro de toda a homogeneidade possível, de todas as similaridades, cada grupo tende a preservar sua tradição historicamente recebida e incorporada de gerações anteriores, a fim de manter sua unidade social, apresentando, assim, sua visão de mundo e o projeto a ser defendido, ainda que esta homogeneidade sofra rupturas ao longo do tempo especialmente reestruturada dentro de um novo projeto.

Conforme pontuado por Bernstein, qualquer estudo que se propõe a analisar a existência de uma cultura política deve notar o fenômeno em um período de longa duração e, especialmente, observando a formação, com suas perguntas e constituição desta, com indagações tais quais: existe uma "cultura política evangélica" ou os evangélicos valem-se da cultura política brasileira para fazer política? Pensando-a metodologicamente desta forma:

Porque surgem ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo a impor-se. Da nova solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo (...). É necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos⁵⁶.

⁵⁵ SANTOS, João Marcos Leitão. Protestantismo Brasileiro: Estratégia e Participação Política. In: CARREIRO, Gamaliel da Silva; FERRETI, Sergio Figueiredo; SANTOS, Lyndon Araújo dos; SANTOS, Thiago Lima dos (orgs.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões*. São Luís: EDUFMA, 2013.p.197.

⁵⁶ BERNSTEIN, 1998, p. 355-356.

Ao longo da formação desta cultura política, dentre as amplas possibilidades de grupos para que ela surja e se legitime, Motta⁵⁷, baseado em análise de Bernstein, acredita na existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas como famílias e instituições sociais. Especialmente, questão que nos interessa, a hipótese de que as escolhas políticas dos indivíduos são determinadas por filiação a grupos ou a tradições, em particular, às igrejas, sendo de fundamental importância os veículos de disseminação destas ideias, como os livros e, em nosso caso específico, os periódicos, posto que:

Nos casos de famílias e igrejas, estamos diante de algo que envolve a ligação dos indivíduos a grupos sociais mais abrangentes, que interferem em sua formação para além da dimensão política. A adesão política, nesses casos, decorre, ao menos em parte, da identificação aos valores defendidos pelo grupo, de modo que a escolha política pode revelar, na verdade, a fidelidade aos pais ou à religião. Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim⁵⁸.

Especialmente do ponto de vista do nosso estudo, a fidelidade se manifesta ao pastor da igreja, que tenta orientar a opção eleitoral do fiel, mas, principalmente, nos primeiros anos desta prática por parte da Assembleia de Deus, esta veio reproduzida em seus impressos, principalmente no jornal *Mensageiro da Paz*. Por todos estes pressupostos e possibilidades instigantes de análise, consideramos a Cultura Política como conceito-chave da nossa pesquisa, especialmente por nos possibilitar em um trabalho histórico:

Compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual⁵⁹.

⁵⁷MOTTA, 2009.

⁵⁸MOTTA, op. cit. nota 14, p. 24.

⁵⁹ BERNSTEIN, op. cit. nota 15. p. 362-363.

Neste sentido, os pentecostais e neopentecostais não estariam mais do que reproduzindo um comportamento político já identificado em outros sujeitos coletivos brasileiros. Como afirma Joanildo Burity: a “cultura política dos atores religiosos radica na zona intersticial da vivência eclesial com a inserção na economia, na política e na cultura brasileira”⁶⁰. Ele prossegue, afirmando que:

Os valores se constroem no intercurso destas experiências e deixam marcas nas atitudes dos atores sociais. Mas não se trata de impulsos subjetivos individuais, estão sempre inseridos numa história e contextos coletivos, não fazendo sentido fora destes. Assim as variantes não decorrem tanto da “criatividade” dos indivíduos, mas da exploração que fazem das possibilidades abertas pelos protocolos de significação das comunidades e das tradições a que pertencem, em contato com experiências que se dão “fora” daquelas, mas nunca de um modo inteiramente “deslocado” delas”⁶¹.

Deste modo, relacionar a atuação dos evangélicos com a Cultura Política brasileira é fundamental, caso se pretenda criar novos padrões de relações políticas e não apenas combater a participação desses setores nas esferas dos poderes Legislativo e Executivo. É necessário que os pesquisadores analisem as relações político-partidárias dentro de sua estrutura, mas reconhecendo a complexidade própria da esfera político-religiosa.

O conceito nos permitirá, ainda, problematizar o funcionamento interno de uma instituição, em nosso caso, a religiosa, entendendo-a como repleta de relações de poder, em sua estrutura interna e externa, para situarmos que tipo de poder existe na Assembleia de Deus: o simbólico? o de dominação? o de controle social, em uma perspectiva relacional? Assim como nos ajudará a pensar a institucionalização da Assembleia de Deus na sociedade brasileira, de que forma este foi construído? Um dos mecanismos foi a imprensa, Pensada como instrumento de poder? Estas questões problematizam nosso estudo e nos permitiram desenvolver uma pesquisa acadêmica.

A importância do poder nos é fundamental, uma vez que, tendo a relação entre campo religioso e campo político como ponto de partida, construiremos a sustentação teórica deste estudo, usando-a como a chave de discussão principal para entendermos os mecanismos de legitimação institucional e política da Igreja Assembleia de Deus. Neste

⁶⁰ BURITY, Joanildo. Sintomas e máscara do milenarismo numa sociedade presentista. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24. Anais. Petrópolis, 2000. p.4.

⁶¹ Ibidem, p.4.

sentido, o conceito de campo religioso nos ajudará a entender a complexidade do que se tornou o campo religioso brasileiro, que deve ser entendido:

Como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim, para a conservação ou a transformação de sua estrutura⁶².

O que levará à transformação de uma estrutura construída hierarquicamente e propícia à conservação de suas estruturas fundamentais neste campo religioso? Uma das chaves de discussão possíveis para pensarmos os caminhos das escolhas feitas pela instituição religiosa Assembleia de Deus é o poder, entendido segundo a concepção da Ciência Política, como “a capacidade para afetar o comportamento dos outros. O poder pode ser considerado um meio que o grupo ou indivíduo tem de fazer com que as coisas sejam realizadas por outros indivíduos ou grupos⁶³.

Nesta conjuntura, entendemos este exercício do poder como um processo social, na medida em que indivíduos e grupos sociais apresentam condições de modificar ou alterar o comportamento de outros grupos ou pessoas. O exercício do poder está diretamente vinculado à cultura dos grupos sociais que estabelecem aquilo que tem ou não valor naquela sociedade particular⁶⁴.

Em nossa análise, o grupo social em que este poder é exercido é um grupo religioso, mas em certa medida qual poder fascina os evangélicos? Qual é o poder buscado por fiéis que optam pela prática do exercício partidário? Dentro dos pressupostos elencados em nossa pesquisa, notamos que o poder político é o que instiga os assembleianos em busca de sua inserção política. No mesmo sentido se percebe um poder ideológico com grande capacidade de atuação.

Este deve ser notado na influência que as ideias formuladas por determinadas pessoas possuem para alterar o comportamento de outros. Desse tipo de condicionamento é que nasce a importância social daqueles que nos grupos sociais apresentam algum tipo de saber: “porque através deles, e dos valores que eles difundem, ou dos conhecimentos

⁶² BOURDIEU, Pierre, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p.50.

⁶³ DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 31.

⁶⁴ DIAS, op.cit.

que eles emanam, cumpre-se o processo de socialização necessário à coesão e integração do grupo”⁶⁵.

Para além deste convencimento e coesão do grupo, notamos, também, a presença do poder político como construtor dos mecanismos de atuação da AD, mas é interessante pontuar que ainda que este seja estratégia de atuação, é também agente motivador dos posicionamentos e alinhamentos escolhidos por aquela instituição religiosa, posto que entendemos que: todo processo político é um “processo de poder” (...) a autoridade é um poder baseado na persuasão, no prestígio, na deferência. E quando se refere à autoridade, esta diz respeito à liderança que desperta e recebe apoio espontâneo⁶⁶.

É pertinente associarmos este poder ideológico com uma certa dose de carisma por parte de quem o exerça, no nosso caso em especial, o pastor, que investido de forte carisma atrelado à sua autoridade terminará por elencar os fatores pertinentes para convencer os fiéis a adotarem os pressupostos recomendados pelo líder espiritual.

Entendemos este carisma na concepção weberiana, baseado nas qualidades excepcionais do líder, posto que seja “Baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por ela reveladas ou criadas”⁶⁷. O pastor é visto pelos fiéis como seu líder espiritual. A liderança e autoridade exercidas por ele se configura no espaço do sagrado, no espiritual, ainda que as suas resoluções sejam, também, vivenciadas no cotidiano dos fiéis.

Desde quando o poder político se inseriu na realidade dos fiéis assembleianos, eles passaram a ouvir e ler sobre a realidade política do país, assim como conhecer os candidatos que poderiam surgir como saída da realidade posta, desde que fossem evangélicos, ainda que não assembleianos. O conceito de poder político nos ajuda a entender esta configuração, posto que:

Nenhum grupo humano pode articular-se ou manter-se sem um poder que o estruture e mantenha coeso, exercendo a sua direção e direcionando o conjunto em ordem para atingir seus objetivos. Em qualquer sistema político surge como forma de autoridade o poder político⁶⁸.

⁶⁵ BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra. 2000, p.163.

⁶⁶ DIAS, op. cit. p. 31.

⁶⁷ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V.1. (Trad.) Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. UnB, 1994. p.141.

⁶⁸ DIAS, op. cit. p. 32.

O poder político se configura em ter uma vontade, e todo grupamento humano terá uma direção para esta ambição da liderança que em um primeiro momento será direcionada pela igreja e, posteriormente, pelo político eleito por este grupo religioso é o que podemos chamar de poder de associação e por mínima que seja, esta relação marcará a unificação deste grupo, a fim de que seu projeto se estruture e mantenha o grupo coeso, marcando assim a unidade da representação destes entre si e para a sociedade.

Podemos caracterizar o poder político da seguinte forma:

Como o poder que tem como meio específico a força constituída em monopólio do Estado, tornando-o poder supremo, ou seja, o poder cuja posse identifica para toda a sociedade o grupo dominante. Os indivíduos se submetem ao poder político e lhe prestam obediência em virtude da crença em sua legitimidade⁶⁹.

Essa legitimação é defendida com afincos pela Assembleia de Deus, como veremos ao longo desta pesquisa, sendo interessante problematizarmos a forma como este poder é obedecido, porque, ainda que o grupo seja coeso, os conflitos em grupos sociais são inevitáveis, seja no aspecto político seja no religioso. Contudo, não notamos contestações desta legitimidade por parte dos fiéis assembleianos, e sim, disputas por quem terá o domínio do discurso político a ser seguido por estes.

Nessa perspectiva, entendemos este poder político conquistado pela Assembleia de Deus como uma convergência à estabilização assembleiana, para em seguida se estruturar e finalmente se institucionalizar alinhada ao governo, o que se manifesta como funcionamento da política ou, em outros termos, é o modelo institucionalizado de uma dominação estabilizada, que é firmada e orquestrada de acordo com a lógica do campo político “posto que nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político. Como o *habitus* religioso, o *habitus* do político supõe uma preparação especial⁷⁰.

⁶⁹ Idem, p. 33.

⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. (Trad.) Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.169.

Condição estabelecida a partir da crença, firmada no crédito e reconhecimento instituído pelo fiel ao seu representante religioso/político. É uma relação instituída na confiança e pela crença na representação concedida por meio do voto, mas que também pode ser vista através de um poder simbólico, que existe porque aquele que lhe está sujeito crê na sua força e permanência. Neste contexto, são estas as chaves de discussão que nos permitiram entender a socialização política construída pela Assembleia de Deus ao longo deste estudo.

Nesse segmento de estudos que abordam a religião e política no seu aspecto teórico e metodológico, vimos nos últimos dez anos um crescimento considerável, especialmente no que se refere à História. O interesse dos historiadores por esta área, do ponto de vista de pesquisas e publicações está em franco desenvolvimento, posto que a maior parte dos estudos estão alocados na área da Ciência Política, Sociologia e Ciência da Religião.

Trata-se de uma junção teórica e metodológica complexa, mas rica em possibilidades de análises, motivo pelo qual, nos baseamos na análise de Aline Coutrot, pela atenção especial dada aos aspectos religiosos e políticos como construtores de conflitos e fraquezas, que de outra forma não viriam a público:

O religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda possibilidade de fugir do problema. A política não para de impor, de questionar, de provocar as igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade. (...) Um aprofundamento do pensamento religioso engendra novos modos de presença na sociedade, sem contar as reminiscências e as permanências. A religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal modo que o assunto é de grande utilidade⁷¹.

Entendemos esta relação como de grande relevância, especialmente pelo contexto atual de poder nos pleitos eleitorais em mãos dos evangélicos. Compreendemos em nossa pesquisa o conceito de política, no sentido de que a “Política é uma modalidade da prática social, através da consideração do religioso, apreendem-se as massas, os comportamentos

⁷¹ COUTROT, Aline. *Religião e Política*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 335.

coletivos: episcopado, imprensa, movimentos, sindicatos, grupos de pressão”.⁷² Razão pela qual, objetivamos entender o contexto que permitiu esta imbricada construção do político e religioso, por parte da Assembleia de Deus.

Especialmente na América Latina, esta relação entre política e religião foi se construindo ao longo do século XX, no que se refere à presença dos evangélicos na política. Podemos apresentar esta presença de forma esquemática da seguinte maneira:

1. A luta pela liberdade de consciência no final do século XIX e início do século XX;
2. A polarização ideológica nas décadas de 1960 e 1970;
3. A emergência de “partidos políticos evangélicos” na redemocratização dos anos 1980 e 1990;
4. Os movimentos “pro-família” e “provida” de início do século XXI⁷³.

A polarização ideológica que marca os decênios de 1960 a 1970 é particularmente a que nos interessa por construir metodologicamente o nosso trabalho. Ao longo deste período, notamos o desenvolvimento do que seria:

Uma postura “passiva” ou “desinteressada” na “política”, ou seja, uma atitude de não confrontação com o poder político e econômico. Proliferam, então, discursos religiosos de “obediência às autoridades” e de “trabalho responsável”. Em sua grande maioria, a partir da passividade, as igrejas evangélicas aceitaram os regimes militares de então como sendo a melhor opção⁷⁴.

Neste ponto de vista, os estudos que focam no político e religioso se tornam de fundamental importância para entendermos os caminhos que levaram a esta mudança de postura ideológica por parte dos evangélicos ao longo de século XX. Posto que “Mais do que qualquer outro período, talvez, o século XX vive a coexistência, muitas vezes, conflituosa entre as forças de conservação e as de mudança”⁷⁵.

⁷² Ibidem, p.357.

⁷³ VILLAZÓN. Júlio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p.164.

⁷⁴ VILLAZÓN. op. cit. p.166.

⁷⁵ COUTROT. op. cit. p.340.

Este conflito se faz notar nas pesquisas realizadas dentro da temática que unem a religião e a política. Em um contexto de longa duração, esta relação vive em constante mudança, com as próprias instituições religiosas se modificando assim como a própria política. Razão pela qual:

Torna-se claro que se procura uma nova aliança não mais entre o homem e Deus, mas da humanidade com ela mesma e com a natureza. E a religião em tudo isso? E o cristianismo? Eles participam da imensa redistribuição em curso no planeta. Trunfo inesperado para a igreja, para as igrejas, para outros, antigos e novos. Desafio fantástico pelos problemas inéditos de todas as ordens que levanta. O jogo aparece incomparavelmente mais aberto que se imaginava há muito tempo⁷⁶.

Dentre estas amplas possibilidades, o futuro das relações e por conseguinte, análises entre religião e a política também se mostram em aberto e em constante transformação. Nesta reconfiguração, consideramos fundamental no que diz respeito aos estudos que se preocupam com a abordagem do político, a obra organizada pelo historiador francês René Rémond “*Por uma história política*”, em que há a preocupação em sintetizar as principais possibilidades de estudo da área, assim como apresenta o político interligado aos estudos da cultura, demonstrando, assim, as possibilidades iniciais de pesquisas em cultura política.

Lançada inicialmente em 1988, é considerada pela historiografia política o manifesto inicial desta abordagem, assim como legitimadora do “retorno” do político aos estudos históricos. Diante da revisão metodológica instigada pelo “retorno” do político, no que se refere ao Brasil, proporcionou diretamente o desenvolvimento dos estudos relacionados à Ditadura Militar, que passaram por uma revisão historiográfica e, na atualidade, podem ser nomeados como uma ditadura civil militar, especialmente, com o reconhecimento da participação dos civis, neste momento histórico de nosso país.

Aqui no Brasil, temos a socióloga Maria das Dores Campos Machado, que foi uma das primeiras pesquisadoras a atentar para a pertinência do tema, ainda na década de 1990. Em sua obra “Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições” ela afirma que:

“A literatura especializada assinala que, nas sociedades contemporâneas, a mídia em geral tem a função fundamental de intermediar a relação dos cidadãos comuns com a política e que,

⁷⁶ COUTROT. op. cit. p.358.

justamente por isso, é muito importante trabalhar essa dimensão nas análises dos processos eleitorais”⁷⁷.

Ela pontua ainda que “a participação dos evangélicos na política é um fenômeno que desperta cada vez mais o interesse e até mesmo a preocupação nos meios intelectuais e em todos os setores dedicados à análise da vida política brasileira”⁷⁸. Desta forma, se legitima como uma nova área de pesquisas, que se fazem necessárias a fim de entendermos o poder político conseguido por este segmento nos últimos trinta anos no Brasil.

Em nossa pesquisa, a bibliografia referente à ditadura militar é de fundamental importância por investigar os desdobramentos necessários quanto à temporalidade da pesquisa, mas, especialmente, pela revisão crítica e novos lançamentos publicados em decorrência dos 50 anos de início do período ditatorial brasileiro, lembrados ao longo do ano de 2014. Dentro deste contexto, historiadores com publicações tais quais Ferreira; Gomes⁷⁹, Reis⁸⁰, Fico⁸¹ e Sá Motta⁸² sintetizam a principal bibliografia de nossa pesquisa, no que se refere a esse período histórico, atrelada a pesquisas clássicas como Thomas Skidmore⁸³.

Considerando suas particularidades, estes autores nos apresentam questões que devem ser problematizadas no que se refere ao regime e, principalmente, não podem ser esquecidas. Assim, o que percebemos como vetor principal de suas análises é a ditadura brasileira como uma memória incômoda e contraditória, permeada de silêncios e com um

⁷⁷ MACHADO, Maria das Dores. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁸⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

⁸¹ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar - 3ªed.* Rio de Janeiro: Record. 2014.

⁸² SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.

⁸³ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)* / Thomas E. Skidmore; tradução Berilo Vargas. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

desconforto quanto ao consentimento e participação da população brasileira neste processo de construção de supressão do regime democrático.

O melhor exemplo, em um primeiro momento, são as marchas da família com Deus pela liberdade. Organizadas pela sociedade civil, representada em sua maioria pela classe média, e grande número de mulheres, elas sintetizaram o escopo do medo por parte da população brasileira da ameaça comunista, valendo-se da manipulação do sentimento religioso, promoveram a união, em um primeiro momento, das maiores representatividades religiosas do país, com católicos, protestantes, espíritas e religiões afro-brasileiras apoiando o regime que entrava em vigor⁸⁴.

Do modo conseqüente, a historiografia referente à Ditadura Militar corroborou durante muito tempo para “Cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção”⁸⁵. Razão pela qual, a revisão historiográfica sobre a Ditadura Militar é de fundamental importância para se entender a utilização da nomenclatura Ditadura Civil Militar e, especialmente, a importância de um trabalho que se propõe a pesquisar a participação de grupos religiosos nesse processo.

Desta forma, entendemos a gênese deste momento da história política do Brasil enquanto um evento histórico que necessita de estudos que evitem soluções simplistas do ponto de vista historiográfico:

É preciso evitar a ideia corrente e distorcida de que o país era um mero *joguete* nas mãos das superpotências. Nem as direitas eram manipuladas pelo imperialismo norte-americano, nem as esquerdas, pelo ouro, ou pelo dedo, de Moscou. Existia a autonomia política de que dispunham as forças antagônicas⁸⁶.

⁸⁴ Sobre este episódio ver: PRESOT, Aline. A, *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; CORDEIRO, Janaina Martins, *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 2009; MATIAS, Rodrigues, *Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964*, São Paulo: União Cívica Feminina (UCF), [s.d.]

⁸⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002. p.24.

⁸⁶ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. 1aed. Bauru: EDUSC, 2004, v., p. 29-52.

No que se refere à historiografia, notamos certas “batalhas” da memória a respeito de processos de um passado recente da história de nosso país, especialmente a gênese e a consolidação da ditadura militar. Estas disputas se percebem através dos enfrentamentos nas disputas da memória, em sua seletividade e, especialmente, em seu enquadramento.

O que importa para nosso trabalho, dentro destes embates é como a memória a respeito deste período foi construída, haja vista que temos como consequência desta ação, visões distintas das esquerdas e das direitas para um mesmo evento histórico. A esquerda brasileira se viu em uma posição combativa, como esquerda revolucionária e, se fosse necessário, pegaria em armas para lutar por seu ideal. O discurso nacionalista, anti-imperialista dos movimentos reformistas-revolucionários pautou a defesa de seus argumentos, enquanto coube à direita brasileira, quando estava no poder, o papel de “cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção. Para isto, mobilizaram-se grandes meios propagandísticos e educacionais”⁸⁷.

O empenho obteve bons resultados e em pouco tempo boa parte da população brasileira se referia ao *golpe militar* como *revolução*, modo como os representantes dos militares e da direita gostavam de se referir à intervenção militar. Daniel Aarão Reis⁸⁸ pontua o medo como habilmente explorado pelas direitas brasileiras, no sentido de manipulação do sentimento humano, que, posto a serviço da política, pode gerar esta energia temerária de que o pior irá acontecer se não houver uma grande intervenção no que está provocando este catalisador.

Quanto à nossa temática, ela está inserida na historiografia na área dos estudos sobre as direitas, uma temática que vem se consolidando e em crescente expansão por nosso país, após um período de resistência dos grupos progressistas. Nesta nova fase, o mais adequado é pensar em *direitas* políticas, pois o grupo é heterogêneo e marcado pela presença de diferentes tradições políticas.

Dentre as principais características destas direitas políticas estão o conservadorismo político, a manutenção da ordem, atrelada pela defesa de fortes valores morais, muitas vezes religiosos, que se percebem ameaçados pelas ações da esquerda, o adversário político. Conforme o professor Rodrigo Pato Sá Motta afirma, é “Fundamental

⁸⁷ AARÃO REIS FILHO, op.cit. p.39.

⁸⁸ Ibidem.

levar em conta a complexidade que caracteriza os grupos de direita, estudar seus valores, seus mitos, seus objetivos, de outro modo não se alcançará análise e compreensão adequadas desse fenômeno pleno de relevância histórica e de atualidade”⁸⁹.

Deste modo entendemos por direitas a definição inicial do historiador José Luís Romero:

Não se trata de um partido, mas de um conjunto de grupos que compartilham a mesma atitude política. Eles podem ter no seu interior partidos (...) mas esse conjunto ultrapassa o quadro partidário. Para compreender sua composição, é necessário não se limitar a ver apenas os grupos de opinião. É acima de tudo, necessário estabelecer quais são os grupos sociais que se mobilizaram para formá-los⁹⁰.

Torna-se necessário em todo estudo sobre grupos políticos da direita que se identifique de qual grupo se está falando, deixando claro que não necessariamente estamos discorrendo sobre um partido político, uma vez que há vários grupos que se identificam com a sua ideologia, sem necessariamente estar em uma representação partidária, motivo pelo qual se faz necessário dividi-los da seguinte forma:

1. estritamente ideológicos, que acreditam e defendem a existência de uma ordem perene, sendo qualquer mudança percebida como sinal de decadência, perversão e caos;
2. cujos membros são “psicologicamente autoritários e partidários de ações violentas”;
3. conformistas da classe média, para quem a ordem representa uma garantia de estabilidade de seu status;
4. populares, cuja mentalidade continua marcada pelo paternalismo, pela marginalização ou pelo ceticismo, pelo clientelismo político, ou ainda devido a práticas religiosas, magias e superstições “primárias”⁹¹.

Os itens 3 e 4 apresentam elementos que podem ser observados na Assembleia de Deus, ainda que seus fiéis não sejam em sua maioria de classe média: existe o desejo de estabilidade e a resistência a mudanças. A massa dos fiéis assembleianos pertence às classes populares marginalizadas da sociedade, submetem-se a governos e lideranças

⁸⁹ SÁ MOTTA, Rodrigo Pato. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.287-308, jan/abr 2014.p.8.

⁹⁰ ROMERO, L. José. *El pensamiento político de la derecha latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1970, p.23

⁹¹ ROMERO, op.cit. p.30.

paternalistas, usuárias de um discurso conservador, que os agrega em projetos e ideais comuns.

A nova direita nascente combinava sua percepção de uma crise moral aguda com o apoio ao regime e oposição às ameaças do ecumenismo, da teologia da libertação e do comunismo. Estes eram vistos como os inimigos principais do que podemos nomear de direita evangélica. Constrói-se, então, um inimigo fantasma, que seria capaz de destruir a nação ideal, colocando em questão o princípio de unidade.

No que se refere às igrejas evangélicas inseridas na política, o fio condutor de seu argumento baseava-se no moralismo, que representava uma linha que separava a direita da esquerda. A crise, para aqueles que se tornariam o núcleo da direita evangélica na política nacional, abrangia não só o moralismo, mas também as ameaças do comunismo e do ecumenismo e promovia, particularmente entre os assembleianos e os batistas, a proximidade com o regime militar.

A conjuntura de crise também sustenta uma série de valores historicamente positivos para a esquerda e negativos para a direita: o conservadorismo e a reação são da direita, enquanto o progresso e a mudança são da esquerda. Direita e esquerda também se comparam de acordo com o poder: a primeira considera-o essencial, enquanto a esquerda denuncia seu potencial repressivo e desumanizante⁹².

Neste contexto, construiu-se uma dicotomia dentre os evangélicos progressistas e os da direita, vistos como conservadores e apoiadores de pautas contrárias a mudanças profundas na sociedade, elegendo o feminismo, o divórcio, a descriminalização do aborto, as relações homoafetivas como inimigos a serem combatidos, pois contribuíam para o que consideravam uma crise moral da sociedade brasileira ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Trabalhos que se preocupam em estudar partidos políticos na ditadura possuem hoje um espaço de estudo legitimado, ainda que a opção majoritária seja pelos partidos da esquerda. No que se refere aos partidos vinculados à direita, existe uma carência e de certo modo uma resistência quanto ao estudo dos mesmos. É necessário inseri-los em maior quantidade de análises na historiografia política brasileira.

⁹² BOISARD. Stephanie. Pensando as direitas na América Latina: objeto científico, sujeitos e temporalidades? *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, n° 52, p.85-100, jan/abr 2014.

Fato comprovado durante o período objeto do nosso estudo, a ditadura civil militar conforme a professora Lucia Grinberg pontua: “Durante muitos anos, as pesquisas se concentraram na temática das oposições ao governo. Não havia quem se interessasse pelo estudo das organizações que deram apoio a um regime que durou vinte longos anos”⁹³. Uma vez que os “partidos políticos geram escasso interesse como objeto de pesquisa devido à ideia amplamente difundida no Brasil da inautenticidade dos partidos enquanto tais”⁹⁴.

Nesta perspectiva, pesquisas que se interessam pela direita ainda estão se consolidando em nosso país. Existe uma escassez no que diz respeito aos partidos, sendo que o trabalho de Grinberg⁹⁵ foi um dos que colaboraram para a retomada desta temática pelos conteúdos com certo teor de rejeição, no que se refere ao partido político, especificamente, a Arena. Nessa mesma linha de pensamento, a dissertação de mestrado, ainda não publicada de Presot⁹⁶ problematiza e torna pública a participação civil no processo do golpe, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Em relação aos estudos referentes à participação da Assembleia de Deus na ditadura, estes tiveram um acréscimo nos últimos anos, contudo, foram durante muito tempo preteridos em função da predileção por outras igrejas. A razão desta ausência se perpetua pelo interesse no estudo dos grupos religiosos ao longo do período ditatorial ser recente, e, especialmente, em função dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em que o grupo de trabalho “papel das igrejas durante a ditadura” ampliou e sistematizou os estudos sobre o tema.

O objetivo do grupo foi investigar o papel das igrejas de denominação cristã (católica e evangélica) durante a ditadura militar. Segundo seu coordenador, o professor Paulo Sérgio Pinheiro, há uma lacuna com relação à temática: "Entre os temas pouco aprofundados na história entre 1964 e 1985 está o papel das igrejas e dos religiosos, tanto na resistência de muitos ao arbítrio, protegendo corajosamente as vítimas, como na

⁹³ GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.28.

⁹⁴ Ibidem. p.29.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação(mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

colaboração de alguns com a repressão na ditadura⁹⁷”. Esta dualidade vem caracterizando as pesquisas nos últimos anos em relação à historiografia da religião sobre esta temática.

1.3 Igrejas evangélicas e a Ditadura Militar: a Igreja Assembleia de Deus

No que concerne à Igreja Assembleia de Deus, notamos uma presença mais tímida de relatos no que se refere à participação das igrejas evangélicas ao longo da Ditadura Militar. No que se alude à esta presença, observamos nos últimos dez anos, uma crescente produção acadêmica sobre a temática, favorecida pela implantação da Comissão Nacional da Verdade, que colaborou para o desenvolvimento de algumas dissertações e teses.⁹⁸

Contudo, notamos a ausência da Igreja Assembleia de Deus no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Tem-se a presença de relatos sobre igrejas protestantes históricas, como a igreja presbiteriana, a metodista, a luterana, a batista, igrejas que historicamente apoiaram o regime. Porém, em relação à Assembleia de Deus, encontramos apenas uma citação no relatório final, em que o ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, afirma ter executado 6 ou 7 pessoas a mando da repressão e incinerado os corpos de outras 13, além de ter afirmado que conheceu o coronel Freddie Perdigão Pereira, morto em 1998, que atuou no Doi-Codi de São Paulo, na Casa da Morte de Petrópolis e coordenou o atentado do Riocentro, que provocou o acidente que resultou na morte da estilista Zuzu Angel⁹⁹, em abril de 1976¹⁰⁰. Guerra foi condenado e cumpriu pena por três tentativas de homicídio, resultantes de um atentado à bomba do qual participou nos anos 80, no Espírito Santo. Na cadeia, converteu-se ao cristianismo, tornou-se pastor da Assembleia de Deus e afirma querer fazer sua parte "para que uma página triste de nossa história seja passada a limpo"¹⁰¹.

⁹⁷ Comissão Nacional da Verdade cria Grupo de Trabalho que investigará papel das igrejas durante a ditadura, 2012. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/120-comissao-nacional-da-verdade-cria-grupo-de-trabalho-que-investigara-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura.html>>. Acesso em 01/05/2019.

⁹⁸ Dados constatados por pesquisa realizada pela autora no banco de dados da Capes, em que a partir dos anos 2000, há um acréscimo de pesquisas. Algumas citadas nas páginas posteriores deste trabalho.

⁹⁹ Zuzu era mãe do desaparecido Stuart Angel e mobilizou a opinião pública nacional e estrangeira em busca de seu filho. A repercussão do caso prejudicou a imagem do regime militar no exterior.

¹⁰⁰ Cláudio Guerra liga coronel à morte de Zuzu Angel. *Comissão Nacional da Verdade*, 2014. Disponível em: <http://us.twitcasting.tv/cnv_brasil/movie/82575654>. Acesso em: 03/05/2019.

¹⁰¹ Ibidem.

Este é o único documento em que a Assembleia de Deus é citada ao longo do relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade, situação bem distinta das demais igrejas protestantes, que possuem lugar de destaque por seu apoio público ao regime e posterior perseguição aos membros considerados progressistas na conjuntura política que o país vivia¹⁰².

Por este motivo, o relatório final conclui que o conservadorismo, que sempre foi a tônica entre os evangélicos, provocou a omissão das igrejas frente à imposição da ditadura militar no Brasil e também tornou possível o alinhamento de boa parte das lideranças evangélicas com o governo de exceção:

A postura oficial das igrejas protestantes diante do golpe militar de 1964, por meio de suas lideranças pode ser classificada, de modo geral, como de apoio, sendo este imediato, da parte de presbiterianos e batistas, ou cauteloso, da parte de metodistas, episcopais e luteranos. A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham, no seu histórico, uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça. Muitos que ingressaram em organizações de oposição à ditadura, atuaram até mesmo na clandestinidade e pagaram o preço por esse compromisso¹⁰³.

Esta é a chave principal que direcionará as pesquisas acadêmicas nos últimos anos sobre a participação, através do apoio das igrejas evangélicas e da igreja Católica à ditadura militar. Isto justifica, de uma certa forma, a maior quantidade de pesquisas sobre estas denominações religiosas em comparação com a Igreja Assembleia de Deus, posto que esta optou pelo silêncio a partir do golpe, adotando uma postura de cautela para tornar público o seu apoio.

As demais igrejas protestantes e a própria igreja Católica contam com um número significativo de pesquisas publicadas. Assim, temos teses e dissertações que foram produzidas e livros que vêm sendo lançados sobre a temática. Podemos situar, também, a composição de uma historiografia sobre determinados temas no contexto da

¹⁰² Os agentes da repressão denominavam “progressistas” tanto católicos quanto protestantes, por conta de ações consideradas de “contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas”.

¹⁰³ Brasil. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade.* – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) Relatório As igrejas e as graves violações de direito, p.177.

Ditadura Militar brasileira, como exemplo, o ecumenismo que foi abordado por Silva¹⁰⁴, sobre a participação da Igreja Batista ao longo do período ditatorial em Feira de Santana, na Bahia no sentido de desenvolvimento do grupo na Bahia e sua estruturação para a formação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e a dissertação de Almeida¹⁰⁵ que focará na justificativa da sinalização do comunismo como inimigo a ser combatido no Brasil, a fim de que este não se tornasse um país comunista. Ambas as autoras citam o papel do ecumenismo, duramente criticado pela igreja Batista, no sentido de tentar uma união dentre as igrejas evangélicas brasileiras.

O ecumenismo também foi o tema principal da tese de doutorado de Brito¹⁰⁶, cujo objetivo foi analisar os discursos proferidos pelos membros do movimento, investigando o porquê deste ter sido tão perseguido ao longo da ditadura militar brasileira, pautando assim vários tipos de ecumenismo como os de resistência, o político e o de serviço.

Uma outra chave de discussão refere-se à relação dos evangélicos com a política durante o período da ditadura militar. Esta tem sido uma das vertentes mais profícuas de produção, por elencar na maior parte das análises as igrejas que apoiaram o golpe e que posteriormente terminaram por inserir-se no pleito eleitoral ao longo deste período. Podemos citar três teses que abordaram esta temática: temos Almeida,¹⁰⁷ em que o autor faz uma análise relacional entre as igrejas evangélicas e a ditadura militar, especialmente na forma como as mesmas se posicionaram frente ao golpe com o posterior desdobramento destas escolhas. As selecionadas foram a Igreja Presbiteriana Independente, a Igreja Assembleia de Deus, a Igreja Metodista e a Igreja Batista.

Ainda com enfoque na mesma temática, temos a tese de Leandro Seawriht Alonso em *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar*

¹⁰⁴ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010.

¹⁰⁵ Almeida, Luciane Silva. *O Comunismo é o ópio do povo: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975)* 01/04/2011 180 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Feira de Santana.

¹⁰⁶ BRITO, André Souza. *"Cristianismo ateu" o movimento ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil. 1964-1985*. Doutorado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2014.

¹⁰⁷ ALMEIDA, Adroaldo JOSE SILVA. *"Pelo Senhor, marchamos"*. Os evangélicos e ditaduras no Brasil (1964-1985). Doutorado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2016.

*brasileiro*¹⁰⁸, já publicada em livro, o trabalho contém grande fôlego documental e utiliza a história oral como principal metodologia de pesquisa, a fim de ouvir protestantes que sofreram traumas e foram perseguidos durante o Regime Militar, ele traça um paralelo com suas experiência do ponto de vista da religião e da política. Nesta pesquisa, que é fruto direto do material recolhido no Grupo de Pesquisa “o papel das Igrejas na Ditadura”, o autor consegue analisar a memória coletiva recolhida por parte destes protestantes, na forma de suas experiências de vida.

Assim como a tese, já publicada em livro sobre a temática, que optou pela Igreja Presbiteriana como objeto central de análise, é o trabalho de Silas Luiz de Souza, em que o autor analisa a participação da instituição religiosa ao longo da Ditadura, mais especialmente de um grupo que se posicionou contrário ao apoio da direção da igreja central e de sua publicação independente (o *Jornal Presbiteriano*), localizado na região de Campinas- SP que podem ser considerados como resistência ao governo eclesiástico que chegou ao poder em 1966, na Igreja Presbiteriana do Brasil e por conseguinte, ao regime militar e ditatorial estabelecido no país pelo golpe de 1964. Este, segundo o autor, pode ser o grupo presbiteriano opositor da região de Campinas, mas não foi o único no país, pode ser tomado como o remanescente fiel dos que se posicionaram contrários ao regime imposto¹⁰⁹.

Por fim, temos a tese de Adriano Henrique Machado, *Os evangélicos e a política no Brasil: posições, alinhamentos e tensões (1960-1976)*¹¹⁰. O autor utiliza como fontes principais os jornais das duas denominações pesquisadas *O Expositor Cristão* (EC), da Igreja Metodista e *O Jornal Batista* (OJB) ligado à Convenção Batista Brasileira (CBB). A sua análise centra-se no “despertamento” destas duas denominações para a atuação política, incentivada pela forte efervescência política dos anos sessenta. Para além dos dois periódicos principais, o autor ampliou a sua análise para revistas e documentações das igrejas pesquisadas.

¹⁰⁸ ALONSO, Leandro Seawriht. *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar brasileiro*. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.

¹⁰⁹ DE SOUZA, Silas Luiz. *Protestantismo e Ditadura - Os Presbiterianos e o Governo Militar No Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

¹¹⁰ MACHADO, Adriano Henrique Machado. *Os evangélicos e a política no Brasil: posições, alinhamentos e tensões(1960-1976)*. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2016.

Uma outra tese, que já se encontra publicada é a do pesquisador Zózimo Trabuco. No livro, seu objetivo principal é analisar a relação de setores protestantes com as esquerdas e os movimentos de minoria ocorridos na última década da ditadura militar, na primeira década após o fim do regime e durante a transição democrática, que pela historiografia é dividido da seguinte forma: distensão (1974-1978), abertura (1979-1985) e transição democrática (1985-1989). Com grande rigor documental e análise crítica, a tese é uma boa medida para pensarmos a relação das esquerdas com o protestantismo, especialmente até onde o protestantismo poderia alcançar e se relacionar dentro desta perspectiva¹¹¹. Além de ser uma exceção, posto que boa parte da postura destas igrejas se enquadre num posicionamento à direita, mostrando assim ser possível superar a atribuição a toda a esquerda de uma visão não religiosa, até mesmo ateuísta, da vida e da sociedade.

Dentre os trabalhos produzidos e que já fazem parte da historiografia dos estudos do protestantismo no Brasil, temos a tese, considerada clássica, por iniciar os estudos da participação política dos protestantes no Brasil de Freston¹¹² e os estudos de Campos¹¹³ (2006) e Batista¹¹⁴ por problematizarem a participação das igrejas com um viés de atuação político e atenta ao presente, com um viés mercadológico. E a tese do professor e pesquisador da história do protestantismo no Brasil, professor Lyndon de Araújo Santos, que estudou a inserção do Protestantismo no Maranhão, ao longo do século XIX e posterior consolidação ao longo da Primeira República, possibilitando o posterior desenvolvimento de um centro de produção de pesquisas sobre o protestantismo naquele Estado.

Sobre a Assembleia de Deus, especialmente, encontramos pesquisas na área de Ciências da Religião, com um viés sociológico, que elegeram a Assembleia de Deus como objeto principal de análise e que contribuíram para ampliação de pesquisas acadêmicas

¹¹¹ TRABUCO, Zózimo. *À direita de deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Sagga, 2016. 620 p

¹¹² FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 1993.

¹¹³ CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento neopentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus*. Doutorado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1996.

¹¹⁴ BAPTISTA Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

sobre a institucionalização desta denominação religiosa, como os de Alencar¹¹⁵ e Correa¹¹⁶. Alencar vem desenvolvendo nos últimos anos pesquisas que elegeram a AD como objeto principal de análise. A sua pesquisa centra-se em entender como a institucionalização da igreja a tornou este grande “guarda-chuva” de denominações, por isso ele defende chamá-la de Assembleias Brasileiras de Deus, posto que em sua concepção ela não seja uma única igreja, mas diversas, distintas, concorrentes entre si, formando um assembleianismo difuso, urbano, mas também rural e especialmente autônomo. Gedeon chegou à a estas conclusões, pesquisando todos os jornais já publicados pela Assembleia de Deus AD, desde o *A Voz da Verdade*, até o seu periódico principal, o *Mensageiro da Paz* e analisando as atas das Convenções realizadas pela igreja no período de suas pesquisas desde a sua fundação, em 1911 até 2011, ano de seu centenário.

Correa analisa a Assembleia de Deus em sua tese de doutorado, destacando os ministérios, o carisma e o exercício de poder construído por esta denominação no período de sua fundação, centralizando sua análise a partir da institucionalização da Assembleia de Deus, na década de 1940 até chegar ao tempo presente, especialmente o início do ano 2000, quando a igreja cria uma rede de ministérios centrada no carisma e no exercício de poder de seus pastores. A autora utiliza a terminologia Assembleia de Deus, por defender que apesar das inúmeras cisões e criação de igrejas distintas esta nomenclatura prevalece, dividindo-se em ministérios, com destaque para a disputa dos ministérios de Madureira e a CGADB. É interessante destacar a atenção com que os dois autores tratam da questão feminina na AD. Historicamente ausentes de decisões e administrações, posto que a igreja não possui pastoras, os autores analisaram a Convenção realizada ainda na década de 1940, que deliberou pela não aceitação das mulheres em cargo de chefia, além do papel de submissão e silenciamento destinado ao público feminino ao longo da história desta denominação. Correa se utiliza do *Jornal Mensageiro da Paz* e das Atas das Concepções enquanto fontes, ampliando sua discussão com realização de entrevistas com lideranças assembleianas. Estes trabalhos nos ajudaram a entender a institucionalização da igreja e especialmente os meandros do seu envolvimento em questões políticas.

¹¹⁵ ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010 e ALENCAR, Gedeon. *Assembleias brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia 1911- 2011*. (Doutorado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

¹¹⁶ CORREA, op.cit.

É pertinente notar o número escasso, apesar do desenvolvimento nos últimos anos de dissertações e teses produzidas por programas de pós graduação em História que elejam a Assembleia de Deus como objeto principal de pesquisa. Fato comprovado com uma pesquisa no banco de dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em que notamos um crescente número de pesquisas sobre a Igreja, mas estas, em sua maioria, ainda estão situadas em programas de universidades da área de Ciências da Religião. No que se refere à análise da participação dos evangélicos na política e participação na Ditadura Militar brasileira, a Assembleia de Deus ainda não se encontra equiparada às demais igrejas evangélicas.

No âmbito desta temática, os estudos referentes à participação dos grupos religiosos na ditadura civil militar e a consequente inserção deste mesmos grupos no cenário político brasileiro estão se legitimando no que se refere à área de estudos da História das religiões no Brasil e também nos estudos políticos, no caso específico da Assembleia de Deus, ao estudo da direita evangélica brasileira, ainda que necessitem de uma ampliação no que se refere a esta.

Eis a construção de nosso objeto de análise, pautado teoricamente no âmbito da Cultura Política. Ao utilizarmos, também, os pressupostos da História das Religiões e História da Leitura, pretendemos a análise do poder da palavra impressa na Igreja Assembleia de Deus, particularmente, do ponto de vista político e em como esta participação foi apresentada aos fiéis. Neste sentido, há a necessidade de novos estudos por parte, especialmente, de historiadores, pois a História tem um método que propicia análises diferentes daquelas encontradas entre sociólogos e antropólogos, reconhecendo, contudo, a interdisciplinaridade da Cultura Política.

1.4 História e Memória na igreja Assembleia de Deus

A memória assembleiana se construiu por meio de um relato triunfalista e personificado nos grandes líderes, pois foi por meio destes que se propagou a expansão assembleiana, assim como a valorização em ser crente da Assembleia de Deus. Para os fiéis, fonte de orgulho e diferenciação por não compartilharem dos deslizes morais do resto do mundo.

Destaca-se também a importância dos escritos para os membros assembleianos. Esta ênfase à leitura por parte da AD é algo positivo. Por meio da leitura da Bíblia, suas Escolas Dominicais ¹¹⁷ tornaram-se ao longo dos anos verdadeiros centros de alfabetização para pessoas humildes como lavadeiras, empregadas domésticas, mecânicos, trabalhadores rurais, dentre outros. Pessoas simples que encontraram no espaço religioso assembleiano uma saída de seu cotidiano sofrido.

A Assembleia de Deus é uma igreja que hoje possui grande visibilidade, fala-se muito da denominação pentecostal, mas o que a Assembleia fala de si mesma? Como ela se vê e se compreende? É nosso intuito assinalar o discurso oficial da Igreja Assembleia de Deus, produzido por sua casa editora (CPAD), onde se propagaram as principais doutrinas e costumes a serem seguidos por seus membros e que consequentemente, determina a construção de sua memória.

Entendemos, assim, a concepção deste discurso conforme a de Michel Foucault, para quem “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”¹¹⁸.

No sentido de poder apreendido, que como percebemos é utilizado pela forma como este é transformado em discurso e apropriado pelos fiéis, na forma como eles o absorveram, posicionamento que demonstra a importância do conceito de apropriação formulado por Roger Chartier:

No ponto de articulação entre o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (...) daí ao reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação¹¹⁹.

¹¹⁷ Encontros que ocorrem nos dias de culto aos domingos, em que os fiéis são divididos em grupos por crianças, mulheres e homens para estudarem e discutirem a Bíblia. Para tanto, eles contam com o auxílio da revista da Escola Dominical, editada também pela CPAD.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. (Trad.) Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p.39.

¹¹⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.p.25.

Cada leitor assembleiano apropriou-se de uma forma diferenciada do discurso ao qual teve acesso, iniciando assim, uma nova forma de ver o mundo, construindo uma nova memória ou mesmo legitimando um ritual já conhecido:

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção (...). Os discursos religiosos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos¹²⁰.

Por propriedades singulares e papéis preestabelecidos, em nosso caso, entendemos a postura a ser seguida por um fiel assembleiano. Cada um deles deve incorporar os gestos e o comportamento esperado em sua função. E, principalmente, legitimar um discurso e uma doutrina no sentido de convencimento e controle dos demais grupos.

Nesse segmento, entendemos a memória construída pela igreja Assembleia de Deus dentro de um tripé metodológico, por esta ser coletiva, enquadrada e seletiva, no sentido de preservá-la para que não exista o silêncio e o esquecimento e ao mesmo tempo a manipulando e demonstrando que não há nada de natural no processo de sua construção, nos possibilitando redimensionar o olhar lançado para seu passado.

Portanto, quando falamos em memória coletiva, em relação a uma instituição religiosa com as características da Assembleia de Deus, compartilhamos da concepção formulada por Maurice Halbwachs, em sua obra póstuma “*A memória coletiva*”, segundo a qual:

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos

¹²⁰ FOUCAULT. op. cit., p.39.

surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas¹²¹.

Entendemos, assim, que ao fazer parte de um grupo, seja este um partido político, uma comunidade de bairro e, especialmente, uma instituição religiosa, a memória construída pelo indivíduo é a vivenciada em sua maioria pela coletividade da qual faz parte. Em vivências de grupos religiosos, isto se torna ainda mais expressivo pelo trabalho conjunto de construir memórias direcionadas que partem de um trabalho de convencimento do que o individual irá apreender do coletivo. Em virtude que “De qualquer maneira, à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente”.¹²²

E neste jogo de memórias disputadas, é inegável o poder que estas detêm em um mundo que vive o presente intensamente como o nosso, posto que “La memoria puede ser considerada crucial para la cohesión social y cultural de una sociedad. Cualquier tipo de identidad depende de ella. Una sociedad sin memoria es un anátema”¹²³.

A identidade de ser crente da Assembleia de Deus está relacionada à memória que esta instituição construiu. Ao utilizar o argumento de pessoas simples que iniciaram uma igreja em Belém, capital do Estado do Pará, e que conseguiram alcançar, em condições adversas uma expansão até então nunca vista no país. O discurso de sua fundação e consequente crescimento é marcado pelo triunfalismo, colocando-se sucessivamente ora no papel de vítima ora de grande vitoriosa por tudo que alcançou:

Nenhuma organização religiosa foi tão combativa, tão mal compreendida e recebida com tantas reservas, suspeitas e malquerenças, quanto foi o movimento pentecostal. Porém, também é certo que nenhum outro movimento cresceu tanto em igual período, nem se projetou com tanta rapidez, como as Assembleias de Deus, apesar de as mesmas não contarem com recursos financeiros, nem possuírem destacados valores intelectuais¹²⁴.

¹²¹ HALBWACHS, Maurice. “A memória coletiva”. (trad.) Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. 2006.p.64.

¹²² Ibidem. p.65.

¹²³ HUYSEN, Andreas. Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público. In: *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom - Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004.p.1.

¹²⁴ CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil* - 2. Ed. – Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

Nesse ponto de vista, entendemos que para Emílio Conde, jornalista e assembleiano, figura principal da implantação do jornalismo na Assembleia de Deus, a memória atrelada à instituição foi a de muitas perseguições e dificuldades, mas atrelada a um crescimento eficaz, em que o individual e o coletivo, têm um poder de atuação conjunto. Assim, trazemos esta assertiva de Halbwachs, com o intuito em pontuar que:

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. (...) De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse mesmo lugar muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes¹²⁵.

Neste constante redesenhar, as mudanças permeiam a memória de um grupo, especialmente religioso, sendo os fiéis responsáveis pela atuação do individual influenciando no coletivo e, desta forma, perpetuando a lembrança que ficará desta ação. Do ponto de vista teórico, entendemos a utilização da memória como ferramenta metodológica por meio dos pressupostos de Elizabeth Jelin para quem:

Las propias nociones de tiempo y del espacio son construcciones sociales. Si bien todo proceso de construcción de memorias se inscribe en una representación del tiempo y del espacio, estas representaciones – y, en consecuencia, la propia noción de qué es presente – son culturalmente variables e historicamente construídas. Y esto incluye, por supuesto, las propias categorías de análisis utilizadas por investigadores y analistas del tema¹²⁶.

No que se refere à Assembleia de Deus, entendemos a sua memória atrelada com um excesso de passado, em que a repetição ritualizada leva a um esquecimento seletivo, instrumentalizado e manipulado, constituindo, assim, sua construção social.

Desta forma, usamos a memória, como construção social, na concepção formulada pelo historiador Michel Pollack, pontuando que entendemos o enquadramento da memória, da seguinte forma:

¹²⁵ HALBWACHS, op. cit.p.69.

¹²⁶ JELIN, Elizabeth. Los Trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión, Siglo XXI editores, Argentina, 2002. p.23.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, igrejas, (...) etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. (...). Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências¹²⁷.

A Assembleia de Deus soube construir esta singularidade de uma maneira muito eficaz em seus escritos. E nesta construção de referências constantes, o passado deve ser lembrado, comemorado, seja no tom triunfalista, ou com alusão ao pertencimento em fazer parte de um grupo religioso vitorioso, que seleciona sua memória coletiva a partir da individualidade de cada fiel, entendemos a subjetividade destes fiéis como fator principal para a identidade e a memória da Assembleia de Deus.

1.5 A Subjetividade dos fiéis assembleianos

No campo religioso muito se questiona sobre as motivações que levam os fiéis a frequentarem uma Igreja, a aceitar os costumes e doutrinas que cada denominação postula e, principalmente, o código moral estipulado por esta. Da mesma forma, é esperado que os fiéis sigam as regras e, especialmente, não enfraqueçam a homogeneidade pretendida pelo conjunto religioso de qual fazem parte.

Em face de tais questionamentos, torna-se necessário pensar as motivações emocionais e cognitivas do ser humano, deste fiel, pensando em suas escolhas individuais e coletivas comprometidas com o sentido de ser evangélico. Ao incorporar o conceito de subjetividade nos estudos históricos, os historiadores desenvolveram análises preocupadas com a sensibilidade de seus objetos pesquisados; Houve a preocupação com os sujeitos construtores de um momento histórico específico. Contudo, na historiografia

¹²⁷ POLLACK. Michel. “Memória, esquecimento e silêncio” IN: *Estudos Históricas*, n. 3, RJ, 1989. p.9.

tradicional, este interesse estava marcado por escolhas que privilegiavam de um ponto de vista teórico:

Os sentimentos e as emoções eram importantes quando se referiam à subjetividade de personagens ilustres – e quase sempre masculinos. O medo, a coragem, a cólera, o amor, o desejo de reis, príncipes, generais, são elementos muitas vezes importantes de narrativas históricas clássicas¹²⁸.

Com a História Cultural, o historiador aproximou-se dos homens e mulheres de diferentes períodos históricos, haja vista que os estudos até então realizados, mantinham uma distância das motivações e sensibilidades de seus sujeitos e objetos pesquisados, com as contribuições deste novo fazer historiográfico, surgiu o interesse por seu cotidiano e suas vivências pessoais e coletivas. Isso torna fundamental respeitar o contexto histórico e seus discursos, pois as emoções, sentimentos, ideias, medos e desejos foram construídos em um momento particular, com suas especificidades próprias.

Nos últimos anos, quem contribuiu profundamente para este debate foi Beatriz Sarlo, com discussões que permitiram aos historiadores e cientistas sociais discutir de forma crítica e profunda sobre a cultura da memória em uma sociedade efêmera e a guinada subjetiva que isto proporcionou.

A autora argentina postula especialmente o conflito que há no passado e as probabilidades que este constrói quando lembramos ou esquecemos. Em particular, nos interessa, principalmente, o discurso a ser construído sobre uma memória:

O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade. É esse aspecto que salientam as apologias do testemunho como “cura” de identidades em perigo¹²⁹.

Ao longo da história da Assembleia de Deus, o seu discurso foi atrelado a uma necessidade de purificação, no que se refere à sua imagem, ao comportamento dos fiéis e

¹²⁸ ARAUJO, Maria Paula, *Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral*. In: Maia, Andréa Casa Nova & Moraes, Marieta de (Orgs.) “Outras Histórias. Ensaio em História Oral.” Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.

¹²⁹ SARLO, Beatriz. “*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*”. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007.p.51.

a doutrina a ser seguida por estes. A subjetividade está presente no cotidiano desta instituição religiosa, seja na necessidade de lembrança de seu passado, com ênfase em seu crescimento, ou na seletividade do que será esquecido, que pode ser entendido como uma autodefesa, ao optar por silêncios em questões políticas e sociais vivenciadas pelo país, ou mesmo selecionando sobre o que e quando se posicionar. Nessa perspectiva, é possível inferir que “a subjetividade é histórica e, se acreditamos possível tornar a captá-la em uma narração, é seu diferencial que vale”¹³⁰, pois “Muito mais que a história, o discurso é concreto e pormenorizado, por causa de sua ancoragem na experiência recuperada a partir do singular”¹³¹. E é esta singularidade da narrativa assembleiana que nos desperta interesse especial.

1.6. A imprensa assembleiana: periódicos como instrumentos de evangelização

Analisar a imprensa como instrumento de informação e formação de leitores nos permite entender as possibilidades de utilização da mesma por parte de grandes grupos, sejam estes políticos, religiosos ou culturais. No que concerne à nossa pesquisa, a imprensa religiosa se constitui elemento particularmente eficaz de construção de uma memória, convencimento de um fiel e, especialmente, um meio de informar quanto à postura a ser seguida pelos membros do grupo.

A história dos protestantes ou evangélicos está ligada, desde o seu início, no século XVI, mais do que a dos católicos romanos, às novas tecnologias de comunicação social. No entanto, a propalada “vocação midiática” dos evangélicos precisa ser vista à luz de suas estratégias missionárias, pois, minoritários nos países católicos da América Latina, e em confronto com outras religiões na América, o protestantismo não descobriu outra alternativa senão assumir uma postura de todo arrivista: polemista e proselitista¹³².

Ao longo do século XX, as igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais, perceberam a eficiência e a eficácia dos meios de comunicação, especialmente o rádio e

¹³⁰ Ibidem. p.66.

¹³¹ Ibidem. p.50.

¹³² CAMPOS, Leonildo Silveira. O papel do Rádio e da Televisão na expansão dos Evangélicos no Brasil. In: *O Sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008.

a televisão, na tarefa de ocupar territórios disputados no espaço religioso brasileiro, sobretudo, os do interior do país e carentes de uma igreja católica mais atuante. Como resultado deste investimento, notamos uma cultura religiosa competitiva e agressiva, que passou a reger as relações dos movimentos e instituições religiosas entre si.

Atrelada a esta predileção pelos meios de comunicação mais modernos, como televisão e rádio, a imprensa escrita sempre obteve seu espaço de atuação junto aos evangélicos, especialmente por meio de seu jornal oficial e, posteriormente, por revistas. Entendemos esta escolha pelo uso dos meios de comunicação como uma nova forma de relacionar religião e comércio, mas, ainda assim, com o enfoque principal em uma visão missionária e evangelizadora, utilizando para tanto, todos os meios de comunicação inventados pelo homem.

Do ponto de vista de uma História da Leitura, teoricamente, nos baseamos nos estudos do historiador francês Roger Chartier. Principal expoente da História Cultural nos será útil através do tripé metodológico da *prática, apropriação e representação*, a fim de situarmos a forma como a leitura foi utilizada como instrumento de poder e manipulação por parte dos editores dos principais periódicos da Assembleia de Deus. Tendo em vista que entendemos a “apropriação” como central para elaboração das práticas de leitura, e sua conseqüente representação feita por parte do leitor:

O ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural¹³³.

Fundamentado teoricamente no âmbito da sociologia, especialmente nas análises do sociólogo francês Pierre Bourdieu, Chartier tem, ainda, forte influência dos estudos linguísticos e da antropologia cultural que atentaram para a constituição da narrativa histórica e do papel do narrador/ investigador na escrita da história. Afirma, ainda, que a leitura não é um ato isolado e individual. Ela ocorre, particularmente, dentro de contextos

¹³³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.p.136-137.

de formação social de comunidades e grupos que impõem estruturas mentais e condicionamentos que conduzem e encaminham determinada leitura¹³⁴.

Utilizaremos como suporte inicial o texto da historiadora Tânia de Luca¹³⁵, a fim de situarmos a temática do uso dos periódicos como fonte histórica. Do ponto de vista metodológico, a autora considera a década de 1970 como inaugural na utilização, em maior número, de periódicos por parte dos historiadores. Entendemos também que, ao utilizar jornais e revistas, em uma pesquisa, como fonte principal, temos em perspectiva que “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por que”.¹³⁶ É relevante ressaltar que se compreende o jornalismo como parte de um processo de construção social da realidade – não um espelho dela, em que as escolhas e distorções se fazem presentes em seus periódicos.

Percebemos que o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na História da Imprensa, e, particularmente, da História da Leitura, visto que se faz necessário reconhecer as relações que o periódico manteve ou não com o mercado; a publicidade, o público a que visava atingir, o objetivo proposto que direciona a sua editoração. E, sobretudo, em se tratando de imprensa evangélica, analisar quais os seus objetivos, e a quem ele está direcionado. Essas nuances se apresentam de maneira bem específica, na forma como a importância da leitura era enfatizada nas páginas do jornal *Mensageiro da Paz*, com o sentido de orientar os fiéis da seguinte forma:

Os crentes não devem desprezar a leitura. Não seria conveniente uma crença baseada na ignorância, no obscurantismo, no fanatismo. IMPORTA CRER! Interessa, porém, que a crença seja lúcida, consciente. A convicção não ilumina o conhecimento, ao contrário, aproveita-o. É recomendável, todavia, que a leitura seja orientada e selecionada.¹³⁷

¹³⁴ LEONEL, João. *História da Leitura e Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Paulinas Editora, 2010.

¹³⁵ LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

¹³⁶ Ibidem. p.132.

¹³⁷ SANTOS, Paulo dos. Leitura e Literatura Evangélica. In: *A Seara*. 1/1/1963. p.4. (Grifo do autor)

Dentro deste contexto, na história da Assembleia de Deus, a leitura sempre esteve presente desde os anos iniciais, com a distribuição dos panfletos nas ruas, pelos primeiros membros e, posteriormente, com a escola dominical e com a leitura da Bíblia. No início da década de 1920, as primeiras lições vinham como suplemento do jornal *Boa Semente*, que circulou em Belém, no estado do Pará. O suplemento era denominado *Estudos Dominicais*, escritos pelo missionário Samuel Nystrom, pastor sueco de vasta cultura bíblica e secular, que produziu lições da Escola Dominical em forma de esboços, feitas para três meses.

Em 1930, na primeira convenção geral das Assembleias de Deus realizada em Natal (RN) deu-se a fusão do jornal *Boa Semente* com outro similar que era publicado pela Igreja do Rio de Janeiro, *O Som Alegre*, originando o *Mensageiro da Paz*. Nesta ocasião (1930), foi lançada no Rio de Janeiro a revista *Lições Bíblicas* para as Escolas Dominicais¹³⁸.

Nas suas primeiras edições, a revista *Lições Bíblicas* era trimestral e depois passou a ser semestral. O motivo não eram apenas os poucos recursos financeiros, mas, principalmente, a morosidade e a escassez de transporte de cargas, que naquele tempo era todo marítimo e somente costeiro, ao longo do litoral. A revista levava muito tempo para alcançar os pontos mais distantes do país. Com a melhora dos transportes, ela passou a ser trimestral e hoje a tiragem de revistas da Escola Dominical passou para mais de 2,2 milhões trimestrais.¹³⁹

Neste contexto, em 1940, o presidente Getúlio Vargas determinou, através de um decreto, que todos os jornais fossem registrados no Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.), órgão que regulava a imprensa. O decreto estabelecia também que somente entidades com personalidade jurídica poderiam possuir jornais. A fim de que

¹³⁸ A Escola Bíblica Dominical surgiu no Brasil em 1855, em Petrópolis (RJ). O jovem casal de missionários escoceses, Robert e Sarah Kalley, chegaram ao Brasil naquele ano e logo instalaram uma escola para ensinar a Bíblia para as crianças e jovens daquela região. A primeira aula foi realizada no domingo, 19 de agosto de 1855, contando inicialmente com cinco crianças. Posteriormente, no Rio de Janeiro, estas reuniões deram início à Igreja Evangélica Congregacional, no país. No dia 3 de novembro de 1783, é celebrada a data de fundação da Escola Dominical, ela nasce na Inglaterra, sendo seu iniciador, o jornalista Robert Raikes. Hoje, a Escola Dominical conta com mais de 60 milhões de alunos matriculados, em mais de 500 mil igrejas protestantes no mundo. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>> Acesso em 10/12/2013.

¹³⁹ LEMOS. Ruth Doris. *A minúscula semente de mostarda que se transformou numa grande árvore*. In: A história da Escola Dominical. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>>. Acesso em 10/12/2013.

pudesse continuar a publicar o *Mensageiro da Paz* e as *Lições Bíblicas*, a Assembleia de Deus direcionou, de uma forma mais organizada, sua produção editorial, com a fundação da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD). Este interesse, no seu início, atrela-se, especialmente, ao caráter evangelizador que a produção escrita alcançaria em todo o país, posto que o pensamento da Igreja fosse o seguinte:

Um bom livro que aparece entre nós deve ter a devida “cobertura”. Nem todos conseguem frequentar cursos regulares, nem todos podem assistir a escola bíblica. O livro, no entanto, através da viagem, em casa, nas filas, no bonde, no ônibus, numa estrada, enquanto é aguardada a vez na barbearia, quando se espera o trem, o livro vai transmitindo cultura e doutrina¹⁴⁰.

Estes são os aspectos norteadores da preocupação editorial da Assembleia de Deus no país: a disseminação de sua doutrina, fortalecendo a religiosidade do fiel e a possibilidade da alfabetização de milhares de leitores. Dentro desta postura de diferenciação, e com a preocupação em doutrinar seus membros, a leitura era direcionada para que houvesse uma ampliação do número de fiéis, mas, especialmente, para que os seus membros não migrassem para outras denominações religiosas. Esta atenção com a escrita, a leitura e sua circulação, se inserem no contexto da época, uma vez que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, era perceptível o acréscimo em produção literária no país, razão pela qual crescia a necessidade de uma produção especificamente evangélica:

Nunca em todas as épocas, se escreveu tanto como nos dias atuais. Literatura de todos os tipos invade o mercado! Mais de 90% da literatura distribuída em todo o mundo é prejudicial à vida espiritual, e quiçá, à moral! (...) Como não podemos ir pessoalmente, podemos ir por meio da literatura (palavra impressa). Podemos ir por meio de rádio, etc. A palavra Impressa é um dos grandes meios de evangelizar. Devemos fazer todo o possível, para conseguir fazer circular a mensagem escrita e assim estaremos cooperando com a Igreja na evangelização do mundo¹⁴¹.

Sendo assim, como se caracterizava esta produção editorial evangélica? São poucos os estudos que se preocupam com esta temática e, dos existentes, são em grande parte, da área de comunicação social, como exemplo, o estudo de Ephraim Beda, em que o autor

¹⁴⁰ SANTOS, Paulo dos. *Leitura e Literatura Evangélica. A Seara*. 1/1/1963.

¹⁴¹ APOLONIO, José. O valor da palavra escrita. *Mensageiro da Paz*, 01/02/1963.

elena as principais características da produção editorial das igrejas evangélicas, classificando-as em três: didático, em linguagem acessível a todos os leitores; polêmico, destinados a refutar os periódicos católicos; e de evangelização, a fim de arregimentar novos fiéis¹⁴².

O didatismo se justifica a fim de que a leitura fosse de fácil compreensão para os fiéis, em sua maioria pessoas que estavam tendo o seu primeiro contato com a leitura. A sua característica de refutação aos periódicos católicos, alude, em especial, às primeiras décadas de fundação do pentecostalismo no país. Posteriormente, a contestação viria a quem se apresentasse como ameaça à igreja: os comunistas, as feministas, as religiões afro-brasileiras e o espiritismo. Quanto à evangelização, a notamos mais direcionada para a manutenção dos fiéis que congregavam na Assembleia de Deus.

E dentro desta estrutura, pensamos ser necessário pontuar, metodologicamente, o poder que o uso dos periódicos possui para a imprensa, principalmente sobre a construção de opiniões, se esta for de caráter religioso, como é o caso da Casa Publicadora da Assembleia de Deus, que hoje é a maior editora evangélica da América Latina¹⁴³, sobrevivendo a períodos de crise e falência de empreendimentos de outras denominações.

Em sua primeira edição, o editorial de *O Mensageiro da Paz* afirmava ter por objetivo levar “a visão do evangelismo e a divulgação da doutrina pentecostal por intermédio da imprensa”.¹⁴⁴ A descrição vai além e estabelece por si própria o paralelo com a imprensa tradicional: “Embora siga os mesmos padrões do jornalismo secular, a redação da CPAD apresenta estilo próprio, desenhado por um manual de redação que segue a linguagem do meio cristão evangélico”.¹⁴⁵

¹⁴²BEDA, Ephraim. *Editoração Evangélica no Brasil: troncos, expoentes e modelos* (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em comunicação social. Universidade de São Paulo, 1993.

¹⁴³Antes, eram vendidos 60 mil livros por ano, atualmente, são mais de 700 mil obras que atendem diversos segmentos da Igreja. Destacam-se as teológicas, comentários e dicionários. Para atender aos países de fala hispânica e aos latinos morando nos EUA, a CPAD fundou, em 1997, a Editorial Patmos, seu braço editorial internacional com sede na Flórida. Ela possui ainda, sedes na África, Japão e Europa. Informação presente em CPAD <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 10/12/2013.

¹⁴⁴ *Mensageiro da Paz*, 1930, Op.cit.

¹⁴⁵ Disponível em CPAD: <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 11/12/2013.

Esta postura editorial se torna clara pelos editores do *Mensageiro da Paz* advertirem que apesar de entenderem a postura de grande parte dos jornalistas enquanto destoante, eles observaram que “apesar de tudo isto, a imprensa ainda é o meio de comunicação por excelência para moldar o pensamento das massas. Para o mundo político, a página impressa é de grande valia na guerra ideológica que está sendo travada”.¹⁴⁶ Assertiva que assinalará as mudanças no discurso, ao longo das décadas de 1960 e 1970, passando por conflitos quanto a uma presença de manchetes sobre questões políticas.

É interessante notarmos, também, o reconhecimento da utilização da imprensa para moldar o pensamento das massas, postura que irá focar diretamente na forma como assuntos do meio civil seriam trabalhados no jornal. Ao admitir moldar a forma de pensar de seus leitores, a Assembleia de Deus reconhece o seu interesse em utilizar a imprensa como manobra de interesse próprio, em qual o objetivo fosse convencer os seus fiéis do melhor caminho a ser seguido dentro desta lógica do mercado religioso.

Nesse segmento, é fundamental compreender a linguagem de produtos de mídia evangélicos dentro das tradições religiosas a que eles se referem, com a resignificação do passado protestante à luz de um presente que entenda a complexidade na qual ela foi construída.

No caso da imprensa evangélica, ela nos permite ampliar o conhecimento sobre como diversos grupos religiosos se utilizam de vários meios de comunicação, dentro do contexto histórico de seu tempo para comunicar mensagens, ainda que estas não sejam consideradas como pertencentes ao mundo secular, como a inserção na vida política, a aprovação da lei do divórcio, o uso da contracepção feminina, o homossexualismo, tabagismo e bebidas alcoólicas, para situarmos algumas das temáticas problematizadas pelos periódicos assembleianos ao longo da segunda metade do século XX.

É nosso intuito entender as razões da existência destas mensagens nestes periódicos e qual o contexto em que as mesmas foram utilizadas, a fim de moldar o pensamento do leitor e fiel, o que termina por cooperar com um interesse maior em problematizar o uso da imprensa pelos protestantes, e como esta foi fator preponderante para seu crescimento e fortalecimento ideológico no Brasil.

¹⁴⁶ *Mensageiro da Paz*, 1980, p.6.

Ressaltamos, assim, que estes impressos parecem visar, a princípio, um tipo de leitor: o leitor da “mensagem” ou “causa” pentecostal. Pode-se também perceber que a revista *A Seara* e o jornal *Mensageiro da Paz* apresenta “ações educativas”, pois o jornal aparenta ser usado tanto no contexto da Igreja, como em situações exteriores a ela. Desta forma, supõe-se que visa o público interno, mas também o externo. Suas “ações educativas” resumem-se, a princípio, a apenas duas: fomentar a “evangelização” e a “militância”, posteriormente, preocupando-se com o que o fiel está lendo e de que forma, toda esta ação se deu a partir da utilização da imprensa evangélica.

Capítulo 2

“Segurança Política, Moral e Social”: discursos e posicionamento religioso frente ao Brasil dos anos sessenta.

Mas que espécie de religião é o Comunismo? É o avesso do Cristianismo: isto é, a inversão completa da ordem divina das coisas¹⁴⁷.

É nosso intuito problematizar de que forma se deu o interesse dos evangélicos pela política, especialmente dos representados pela igreja Assembleia de Deus, uma vez que historicamente as igrejas pentecostais se caracterizaram pela ausência de participação política. Essa característica, predominante na primeira metade do século XX, começa a se modificar ao longo da segunda metade desse século, quando o discurso apolítico por parte da Igreja Assembleia de Deus é substituído por uma pauta de interesses políticos e preocupação maior com o presente, e ainda mais significativo, em como seria o futuro assembleiano.

Para tanto, entendemos como necessário situarmos historicamente a década de 1960, sob o ponto de vista de realidade da Igreja Assembleia de Deus. Quem vem a ser esta instituição religiosa? O que a mobilizava naquela conjuntura de crise por qual o país e o mundo passava? E, principalmente, qual a sua visão de mundo no que se refere ao estado de exceção que o Brasil estava vivenciando?

Questões como estas constituem a problematização da nossa pesquisa. Em um primeiro momento, pensando a década de 1960, no seu contexto político, social e religioso e, posteriormente, situando o discurso adotado pela Assembleia de Deus, no que se refere à realidade de crise do país, tendo como consequência um golpe civil militar e o seu posicionamento por meio de sua editora própria, a Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD), com a publicação de seus principais periódicos no período, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista evangélica *A Seara*.

¹⁴⁷ Atitude Cristã face ao Comunismo. *A Seara*, mar-abril. 1963. p.23.

2.1: “Nada será como antes”: a Assembleia de Deus na década de 1960

Ao longo da década de 1960, os evangélicos eram menos de 5% da população brasileira e, especificamente, no ano de 1960, a Igreja Assembleia de Deus contabilizava 700.000 membros em todo o território nacional¹⁴⁸. Em 1949, o número era de 120.000 fiéis.¹⁴⁹ Fundada em 1911, em Belém, capital do Estado do Pará, se distinguiu por ser a única igreja pentecostal fundada na região Norte, e a partir dali iniciar seu processo de expansão.

O período de 1950 a 1970 é considerado pelos pesquisadores denominacionais, ligados à Assembleia de Deus, como “áureo”, posto que foi quando a Igreja alcançou seu maior crescimento até então, com grandes construções de templos, mas também, de institutos bíblicos, com o novo prédio da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD), com a ampliação de publicações na imprensa escrita, e a comemoração do cinquentenário da fundação em solo brasileiro.

O Brasil e o mundo passavam por um momento de crise no início da década de 1960. Ainda rural na década de 1950 e primeira metade da década de 1960, o país inicia neste período o seu processo de urbanização. Esta é a primeira chave para entender a conjuntura da Igreja Assembleia de Deus, já que é nesse momento histórico que se legitima o seu processo de expansão.

O contexto histórico dessa etapa encontra-se situado em um período relativamente longo, em que a Assembleia de Deus estruturou-se nacionalmente. Esse período histórico se caracteriza por uma revolução demográfica, assinalando-se quedas drásticas da mortalidade infantil e da natalidade, mudanças históricas nas estruturas familiares, na expectativa de vida, na participação das mulheres nos mercados de trabalho. A pirâmide etária modificou-se, aumentando consideravelmente a proporção dos mais velhos e

¹⁴⁸ ARAÚJO. op.cit.

¹⁴⁹ É importante destacar que nesse período, os Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, não delimitavam o pertencimento religioso das igrejas protestantes, abarcando a todos dentro da nomenclatura protestante. Somente com a contagem de 1980 é que haverá a delimitação por parte do instituto. Até então, as igrejas faziam suas próprias pesquisas. Contudo, há que se ressaltar a parcialidade destas, muitas vezes elevando consideravelmente o número de fiéis.

diminuindo a dos mais jovens. Por outro lado, apesar das precariedades remanescentes, ampliaram-se de modo relevante os níveis de instrução e de saúde da população¹⁵⁰.

Atrelado a este quadro, veio o desejo de que o país se modernizasse, conjunto de forças que se desenvolveram ao longo da República, recém-proclamada no país, mas que, no entanto, ganha força sob a orientação da implementação da ditadura do Estado Novo (1937-1945), e com o retorno da democracia nos períodos subsequentes, (1945-1964), sobretudo, nos anos 1950, por meio do mandato presidencial de Juscelino Kubistchek (1955-1960), em que as tensões e contradições do país ganham força.

Assertiva corrobora com o que se viu no país ao longo do mandato de Juscelino Kubistchek, porque se Vargas lançara as bases para a industrialização do país, Juscelino fizera o restante. Contudo, “Ao final de seu governo, o país estava com as contas públicas e a balança de pagamentos deficitárias, inflação em alta, e com problemas para realizar o pagamento das parcelas da dívida externa que venceriam a curto prazo”¹⁵¹.

A historiografia hoje identifica na conjuntura entre 1961 a 1964 uma crise que terminou com a sociedade dividida, em vias de um conflito iminente. Para tentar compreender esta divisão, podemos elencar os atores envolvidos no processo, no entanto, grande parte da historiografia do período concorda que a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 pode ser apontada como grande fator para a circunstância que se seguiu posteriormente.

Figura controversa, Jânio Quadros (1917-1992) assumiu a Presidência da República com 48% do total de votos no país, votação alcançada graças à sua plataforma de governo e propostas de campanha, com um discurso moralista, que prometia “limpar” a política nacional e que possuía uma vassoura como símbolo da campanha. Os versos de seu jingle ficaram famosos: “Varre, varre vassourinha/varre, varre a bandalheira”.¹⁵²

Ao assumir o governo, cedo se deparou com graves problemas de ordem política e econômica. O presidente não possuía apoio dos partidos políticos; mesmo os que o apoiavam, como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Republicano (PR) e o

¹⁵⁰ REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia:1964-2010*, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

¹⁵¹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.24.

¹⁵² Ibidem.

Partido Democrata Cristão (PDC) o criticaram por adotar uma postura conservadora, tentando balanceá-la com seu carisma. Algumas práticas, como a de se comunicar por bilhetinhos, com seus ministros e auxiliares, não foram bem vistas, mas foi através destas mensagens telegráficas que seu conservadorismo ficou evidente, como a prática de proibir o uso de biquínis nas praias, ou o ato controverso de condecorar Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

Isolado, renunciou no dia 25 de agosto de 1961, surpreendendo aliados e adversários políticos. Do ponto de vista historiográfico, é recorrente a hipótese de que sua intenção seria dar um golpe de Estado. “São vários os indícios apontados. Um deles era um tipo de ação, em nome da moralização da política, que resultava em profundo desgaste do Legislativo em face do Executivo. (...) Além disso ele queria se tornar um líder terceiro mundista com sua política externa independente”¹⁵³.

Neste contexto de crise e antagonismos, João Goulart assumiu a Presidência da República em 7 de setembro de 1961, em um primeiro momento, sofrendo ameaças de um golpe de Estado, vinda especialmente dos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que viam em Jango a ameaça à estabilidade do país e promessa de caos. Muito corroborou para este posicionamento sua história política: herdeiro político de Getúlio Vargas, estava em visita à China comunista, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Depois de inúmeras reuniões e estratégias políticas, iniciou-se um movimento de resistência à quebra da legalidade constitucional, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Formou-se uma rede, denominada a *Cadeia da Legalidade*, que passou a se mobilizar em todo o país contrária ao dispositivo militar e golpista. Nesta conjuntura e seguindo o posicionamento conciliador, de prevalecer negociações e estratégias de conversação a optar por conflitos armados, Jango assumiu o governo em 7 de setembro de 1961, sob um regime parlamentarista, que associava um presidente enfraquecido a um parlamento¹⁵⁴.

Por conta disto, o governo de João Goulart foi um período conturbado da história política brasileira. Realizado em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito restaurou o

¹⁵³ Ibidem, p. 55.

¹⁵⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

presidencialismo. Realizado a fim de que a população decidisse pela permanência ou não do parlamentarismo, sendo a vitória de Jango consagrada, pois o eleitorado decidiu pela volta do presidencialismo por cerca de 9,5 milhões de votos, contra apenas 2 milhões favoráveis à continuação do parlamentarismo.¹⁵⁵

Iniciava-se, assim, o momento presidencialista do governo de Jango. No entanto, o que se viu a seguir foi o agravamento da crise em torno de sua liderança, seja por suas propostas de governo, aglutinadas em torno das Reformas de Base¹⁵⁶ seja pelo seu isolamento político, sintetizado pela oposição entre um conservadorismo político contundente e as esquerdas presentes na cena partidária brasileira.

No início de 1964, houve uma série de manifestações intituladas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, elas foram organizadas pelo clero católico e organizações femininas. No entanto, o que é pouco mencionado é a presença contundente das principais religiões do país, como representantes do espiritismo, religiões afro-brasileiras, judaísmo e protestantismo:

Enquanto fenômeno social, as Marchas inserem-se em um momento em que diversificados setores da população saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart, que, segundo acreditavam, tinha aspirações comunizantes e caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade¹⁵⁷.

Elas surgem no contexto de um movimento anticomunista, que seriam “os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”¹⁵⁸. Sua base ideológica estaria centrada em uma postura de recusa militante ao projeto comunista, entendido como síntese marxista leninista originadora do modelo soviético e, especialmente, o seu maior temor, uma infiltração comunista no governo brasileiro.

O interesse pelo comunismo, por parte das principais religiões do Brasil, se centraliza, especialmente, no papel que estas denominações terão, posteriormente, com a

¹⁵⁵ Ibidem. p.32.

¹⁵⁶ Um conjunto de propostas que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Sob a denominação de Reformas de Base, elas constituíram a plataforma do governo João Goulart e fonte de oposição da classe conversadora.

¹⁵⁷ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.

¹⁵⁸ Ibidem, p.19.

deflagração do golpe que destituirá João Goulart da Presidência e provocará o início da Ditadura Militar. Neste sentido, o próprio Presidente notará o teor religioso dos protestos, e, especialmente, a característica principal das Marchas da Família com Deus pela Liberdade:

Nas grandes passeatas os cartazes não eram dirigidos contra a pessoa do Presidente ou contra as reformas de base por ele preconizadas. Todos visavam a atingir o sentimento profundamente religioso do povo e mostrar o perigo iminente da tomada do poder pelos comunistas¹⁵⁹.

Nesta ótica, o que se percebeu foi um apelo ao sentimento religioso da população brasileira por parte de representantes da “direita”, que faziam um apelo coletivo, pedindo a saída do Presidente eleito democraticamente.

Acusavam o governo de corrupção, mas, especialmente, instituíram o “medo” como plataforma principal de manifestação, este caracterizado sob o terror da ameaça comunista. Diante do que percebia, Jango notou que “Exploraram os sentimentos cristãos do povo na mistificação de um anticomunismo (...) Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade de suas esperanças”¹⁶⁰. Contudo, foi o que ocorreu, não só com a participação de representantes da religião católica, principalmente, empunhando seus rosários, mas também, e, de maneira mais silenciosa, por meio dos protestantes.

Esta breve exposição nos ajuda a chegar a um ponto particular da crise, que teve como consequência a conjuntura de radicalização ideológica que levou à deposição do Presidente da República, e, para nós, possui um interesse particular, por ser a união dos princípios entre religião e política¹⁶¹, porque a religião foi utilizada enquanto como justificativa para posicionamento político, através da oposição ao governo de João Goulart.

¹⁵⁹ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A Construção Social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p.320.

¹⁶⁰ PRESOT, Aline. op.cit.

¹⁶¹ Cabe lembrar que esta relação entre religião e política sempre marcou a história do Brasil republicano, ainda que pela Constituição brasileira ocorra a separação formal entre Estado e a Igreja.

Ao longo da década de 1960, a igreja Assembleia de Deus adotou a postura de se pronunciar por meio de seus periódicos sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo, diferentemente do que notamos nas décadas de 1940 e 1950, quando, em sua maioria, as notícias pontuavam questões religiosas. O ano de 1961 inaugura, do ponto de vista da instituição, a comemoração de seu cinquentenário, em território brasileiro, tendo em vista que a mesma foi fundada em 1911, em Belém do Pará.

Em 1961, especialmente, notaremos uma ampliação de notícias que tem por objetivo orientar os fiéis quanto aos fatos que ocorriam no Brasil e no mundo, se utilizando, para tanto, de noticiário publicado pela imprensa secular e por artigos produzidos por seus redatores, membros da denominação. Podemos elencá-los dentro de uma temática que abordava aspectos políticos e de costumes.

O jornal *Mensageiro da Paz* e a revista evangélica *A Seara* foram os responsáveis por tornarem público, na década de 1960, o pensamento da igreja Assembleia de Deus. Na área de interesse político, notamos dois aspectos principais com ampla publicação: o comunismo e o ecumenismo. Na conjuntura do golpe de 1964 no Brasil, os dois temas foram usados como recursos para a igreja apoiar a deposição do Presidente, e, particularmente, como o mal que devia ser combatido.

No caso das igrejas protestantes, a alternativa foi proteger-se quanto à série de mudanças por que passava o país e, especialmente, apresentar-se como alternativa de compensação em um momento de crise para a população mais pobre, no sentido de ser a demonstração de equilíbrio para fiéis que viviam em período de crises familiares e com a assistência social, através da realização de mutirões, realizando doações de roupas e alimentação e conforto espiritual, por meio dos grupos de oração e no próprio culto

Na década de 1940, a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil¹⁶² possuíam cerca de cinquenta mil membros cada uma e, dez anos depois, esse número havia praticamente duplicado. Mas a década de crescimento exponencial foi a de 1950 para os representantes da Assembleia de Deus.¹⁶³

¹⁶² A igreja Congregação Cristã do Brasil foi fundada em 1910, e é a primeira a instituir o pentecostalismo no Brasil. Enquanto a igreja Assembleia de Deus foi fundada em 1911, pelos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren em Belém, capital do Estado do Pará.

¹⁶³ SIPIERSKI, Paulo. Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo brasileiro. In: GUERREIRO, Silas (Org.). *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003.

Todo este potencial humano, representado por mais de setecentos mil membros, começou a ter o seu olhar orientado para ver o comunismo como o mal a ser combatido, pensado como inimigo, ligado diretamente à sombra, às trevas, ao medo e ao terror, capaz de destruir os três pilares da sociedade livre: Deus, pátria e família, na concepção cristã dos protestantes.

Notamos na década de 1960 uma mudança de postura significativa, uma espécie de ecumenismo anticomunista, em que as principais denominações cristãs do país se uniram contra o inimigo em comum. Dentre as quais, as Igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e até umbandistas. A Igreja Católica foi a principal liderança no sentido de fortalecer o movimento, passando a ideia pública da “união das Religiões contra o comunismo”¹⁶⁴.

No que se refere à Assembleia de Deus, ainda que não conjugasse do ideal igualitário do ecumenismo, como veremos adiante, ela alinhou-se às demais denominações ao construir um discurso semelhante de combate ao mal. Neste contexto, a igreja se utilizou de seus principais periódicos para informar seus leitores/fiéis, quanto ao inimigo a ser combatido.

A linha editorial de seus principais periódicos, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*, apesar de possuírem o mesmo redator chefe, Emílio Conde, adotou posturas diferentes, no que se relacionava a manchetes pertinentes aos aspectos políticos do Brasil e do mundo.

Especialmente no jornal, o que se notou foi a predominância do tom confessional, com a preocupação em relatar os problemas da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD), a editora responsável pela produção e distribuição dos principais periódicos com suas campanhas para angariar doações por parte dos fiéis, assim como a ênfase na importância da leitura e o direcionamento que esta deveria ter na doutrina da igreja, ou seja, o jornal *Mensageiro da Paz* era mais voltado para os costumes, enquanto a revista *A Seara* possuía um olhar voltado para as discussões de teor político.

Neste sentido, em 1961, a revista *A Seara* inicia a sua edição de número 22, com o seguinte pronunciamento:

¹⁶⁴ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.

O Jubileu de Ouro das Assembleias de Deus no Brasil, neste feliz ano de 1961 vem demarcar entre nós o fim de uma etapa, dando lugar a nova época na vida da igreja. Na verdade, as circunstâncias atuais já não são as mesmas de cinquenta anos passados. Dantes, havia somente os que se convertiam e se filiavam à congregação. Hoje, já existe uma geração formada dentro da Igreja, e outra, já em formação, filhos de crentes, que precisam ter uma atenção especial. Dantes, havia um número bem menor de igrejas, e, as existentes, possuíam número reduzido de membros. Hoje, porém, tudo se multiplicou. A sociedade, antigamente, possuía características mais conservadoras que a sociedade moderna. E, agora é tempo de progresso. O Jubileu bem nos induz ao progresso¹⁶⁵.

No sentido de encaminhar ao progresso, entendido como modernizante, levando a um novo tempo, a revista toma para si, em termos editoriais, a missão de direcionar ao leitor/fiel, o caminho a ser percorrido. Será recorrente, nos números subsequentes ao ano de 1961, relatos que destaquem a conjuntura de mudança do Brasil, mas também da Assembleia de Deus. Para tanto, termos como progresso, crise, mudança serão acompanhados de esclarecimentos e orientações quanto à solução pensada pela igreja, e que deve ser do conhecimento dos assembleianos para segui-la.

Como principal problema, naquela conjuntura de crise e mudança pela qual passava o Brasil, o comunismo é visto como o mais ameaçador, necessitando, para tanto, de uma “tomada de atitude cristã”, palavras da revista¹⁶⁶, frente à realidade que se via no país. Para tanto, foi produzido na edição 31 do periódico *A Seara*, referentes aos meses de março e abril de 1963, capa com a seguinte assertiva “*Ecumenismo: Sinal dos tempos, pronunciamento das Assembleias de Deus*”. Este é um número que merece uma problematização especial, ao notarmos a circunstância em que o mesmo foi produzido. Exatamente com um ano de antecedência ao golpe militar, pelo ano de 1963 aglutinar os momentos finais de crise do governo do presidente João Goulart. Contudo, especialmente, por tornar pública uma tomada de posição de uma denominação religiosa que, historicamente, optava, até então, pelo silêncio em tomadas de posicionamento frente ao seu público leitor, com o que ocorria fora do ambiente doutrinário.

Esta edição se pronuncia sobre o ecumenismo e o comunismo. Quanto a este, a igreja torna pública a necessidade em explicar ao leitor o que vem a ser e, principalmente,

¹⁶⁵ Jubileu e Progresso. *A Seara*, set-out. de 1961.p.1

¹⁶⁶ Atitude Cristã face ao Comunismo. *A Seara*, mar-abri. 1963. p.21.

qual postura seguir, como membro da Assembleia de Deus. No artigo intitulado “*Atitude Cristã face ao Comunismo*”¹⁶⁷, são elencados os quatro pontos a serem tomados:

1. **COMPREENSÃO:** A primeira providência é procurar entender o que é o Comunismo;
2. **INSTRUÇÃO:** Compreendendo o que é o comunismo, o passo seguinte é instruir o povo para que evite o mal. A ignorância é o pior dos males;
3. **EVANGELIZAÇÃO:** Instruir ou educar o povo quanto ao Comunismo não é o suficiente. É muito importante, mas não é o bastante. É preciso espalhar o evangelho de Cristo, que é o poder de Deus para salvação de tudo o que crê. Ninguém crerá se não houver quem pregue. A instrução reforma, altera. O Evangelho transforma, regenera, salva.
4. **DEDICAÇÃO:** A evangelização só avançará com rapidez se houver real dedicação por parte dos crentes. Havendo plena submissão a Deus, o seu espírito operará em nós a dedicação pelas almas perdidas. É fato reconhecido que milhares e milhares de filhos de Deus estão escondendo seu talento, enquanto milhares vão sendo agrilhoados pelo Comunismo e caminham para a perdição.

Pontuados os pontos principais dos caminhos a serem seguidos pelos fiéis, merecem atenção especial os dois primeiros itens, pela revista se afastar de sua pauta costumeiramente confessional e apologética, e aproximar-se de um discurso mais próximo da imprensa laica, ou como os mesmos se referem, imprensa leiga.

Para tanto, a preocupação inicial é identificar o que vem a ser o comunismo, no item “Compreensão”, o que os mesmos fazem questão de conceituar logo no início das treze páginas que foram destinadas a esta publicação.

A reportagem foi dividida em dois números da revista, das quais sete páginas na edição de número treze, juntamente com o conteúdo referente à instrução e seis na edição de número quatorze, para explicar a evangelização e a dedicação necessária para pôr fim ao comunismo. Merece menção especial, a concepção de comunismo como uma religião, para a igreja Assembleia de Deus:

¹⁶⁷ Ibidem. p.21.

O Comunismo não é apenas um movimento político, econômico ou social. É mais que isso. Ele é também uma religião que apela fortemente à alma com sua filosofia, ideias e promessas baseadas inteiramente na matéria e na ciência. Mas que espécie de religião é o Comunismo? É o avesso do Cristianismo: isto é, a inversão completa da ordem divina das coisas. É a doutrina da supremacia da matéria sobre o espírito, da terra sobre o céu. Como religião, o Comunismo dá sentido diferente a cada aspecto da vida humana, exigindo também lealdade absoluta de seus adeptos¹⁶⁸.

Portanto, para a igreja Assembleia de Deus, o comunismo era uma doutrina, uma religião. A crítica da revista situava-o como o oposto do Cristianismo e, por este motivo, o comunismo era um mal a ser combatido, posto que os que advogavam a seu favor, viviam-no como um sentimento religioso atrelado à ciência, por pensá-lo racionalmente ligado diretamente ao ateísmo, ao materialismo e ao determinismo econômico, que eram consideradas como “hipóteses baseados em programas científicos”.

É intuito da publicação levar o leitor à compreensão, uma vez que “Odiar o mal em nada contribui para seu tratamento. O ideal é ter um conhecimento racional do que o Comunismo é”¹⁶⁹. Para tanto, eles se utilizaram das falas de Karl Marx(1818-1883), Lenin (1870-1924), e Friedrich Engels (1820- 1895), entendidos por eles, como os grandes responsáveis pela propagação do comunismo pelo mundo, posto que “as obras de Marx e Lenin substituem a Bíblia como fonte de autoridade”¹⁷⁰.

Nesta concepção em compreender “racionalmente” o comunismo, vem a importância em tornar claro para o leitor/fiel o que deve ser evitado. Partimos do pressuposto que a analogia com a religião vem no sentido de aproximar a linguagem para este público que em sua grande parte lia somente literatura religiosa nas publicações da igreja.

Ao identificar o comunismo como uma doutrina religiosa, o fiel assembleiano passa a vê-lo como possibilidade de expansão para o Brasil, passa a temer as lideranças que podem surgir deste movimento e, especialmente, com o teor dos artigos publicados, passa a abominar qualquer pessoa, entidade, ou partido que tenha ligação com as práticas comunistas.

¹⁶⁸ Atitude Cristã face ao Comunismo. *A Seara*, mar-abril. 1963. p.23.

¹⁶⁹ Atitude Cristã face ao Comunismo. *A Seara*, mar-abril. 1963.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

No que se refere à política, a Assembleia de Deus pensa que “O Comunismo sai da esfera da política para a da religião, e é aí que ele se arraiga no espírito dos incautos. Está provado que a ignorância quanto a este assunto é geral: congressistas, civis e militares, estudantes e professores”¹⁷¹. Na concepção editorial estabelecida pelo artigo, só havia uma saída, a instrução dos que ainda não conseguiam entendê-lo como expressão do mal.

E é neste ponto em especial que fica clara, por parte da igreja, a importância da imprensa para propagação de sua doutrina, no que diz respeito à instrução dos fiéis, quanto ao momento político vivido pelo Brasil. Especialmente no sentido de combate ao comunismo, a revista *A Seara* elege cinco pontos principais: o rádio, a televisão, a escola, a igreja e a imprensa.

Não nos passou despercebido, o fato de a publicação elencar o rádio e a televisão separadamente da imprensa. Na concepção de seus editores, os dois primeiros eram mais importantes no sentido de propagação de notícias, apesar de reconhecer a televisão como meio de comunicação novo, em 1963, estava recém-chegada ao Brasil e oneroso do ponto de vista de funcionamento. Para os assembleianos, ambos conseguiam alcance tanto no campo quanto nas cidades. Além do rádio poder ser levado individualmente pelo ouvinte aonde este fosse, sendo por isso grande fonte de instrução.

No que se refere à escola e à igreja, é interessante perceber como pode ser contraditório o discurso produzido por esta denominação religiosa. Em sua concepção, o papel ideal da escola seria o de dar uma:

Orientação sadia e imparcial, de acordo com a capacidade de assimilação e do nível intelectual do aluno. Isto não vem sendo feito. Ensinam, sim, a odiar o Comunismo. Mas este não é o caminho eficiente. É preciso conhecer as ideologias, filosofias, leis e táticas do sistema¹⁷².

Uma vez que segundo a publicação “É isto que avassala a mente do indivíduo”. Ao subjugar a mente do sujeito, na sua concepção de educação padronizada, a igreja via como importante ensinar as ideologias, o modo de pensar e agir do comunismo, ou seja,

¹⁷¹ Ibidem. p.25.

¹⁷² Ibidem. p.25.

criticavam o discurso de ódio contra o “mal”, mas terminavam por fazê-lo de forma bem construída nas páginas de seus periódicos.

Outros dois pontos que merecem atenção são relacionados à igreja e à imprensa, como veículos de instrução. A igreja, para o periódico, tem um papel importante a ser utilizado tal qual:

Como corpo de Cristo é um organismo vivo e espiritual, porém, ela é composta de seres humanos com seu lado social. A igreja é **sempre apolítica**, por isso sua orientação nesse sentido sempre abrangerá o lado religioso do Comunismo. O lado social da Igreja precisa ser advertido nesse sentido. A instrução provida pela Igreja é sempre imparcial e livre de quaisquer influências¹⁷³.

Ao fazer propaganda da “imparcialidade” da igreja, fica evidente a total parcialidade da publicação, inclusive por salientar o lado “apolítico” da Assembleia de Deus, que neste período podemos pontuar como inexistente, pois no início dos anos de 1960, ficava evidente nas páginas de seus periódicos um maior interesse em tornar público o posicionamento político desta denominação, inclusive pontuando o que deveria ser combatido, para, conseqüentemente, obter a adesão por parte de seu fiéis. Neste tocante, entendemos a importância dada à imprensa, posto que no entender da revista:

Esse campo é vasto, mas abandonado. Aí, estão os jornais, as revistas, os boletins e livros dos tipos mais variados. No mínimo deveria ter um livro texto sobre o assunto. A literatura é a grande arma do comunismo. Suas publicações estão traduzidas em todas as línguas principais. Para ele, o que as armas não têm feito a página impressa o têm. As impressoras vermelhas não param noite e dia, para disseminar o bolchevismo, enquanto do nosso lado, a democracia nada faz para utilizar o poder desse meio de instrução¹⁷⁴.

Há dois pontos que merecem nossa atenção nesta fala: a suposição de que a propagação do comunismo se dava por meio da imprensa e, por este motivo deveria existir um livro que se propusesse ao combate do mesmo, fato justificável por tratar-se de um importante instrumento de formação de opinião, sobretudo, em um país onde a sociedade civil possui pouca tradição organizativa, seja do ponto de vista de grupos políticos ou de manifestações individuais. Ao longo da história política e social brasileira, é comum evitar conflitos diretos sobre questões de ordem política e religiosa. Fato que começa a se

¹⁷³ Atitude Cristã face ao Comunismo. *A Seara*, mai.-jun. 1963, p.26. (Grifo Nosso).

¹⁷⁴ *Ibidem*.p.26.

modificar na atualidade, com o posicionamento contundente dos grupos religiosos na cena partidária do país.

No entanto, é inegável o grau de comprometimento dos jornais da imprensa leiga com o anticomunismo, assim como o impacto causado por este sobre a sociedade, ainda que, anteriormente, no próprio artigo, a revista deixe clara a maior abrangência da televisão e do rádio. E, principalmente, a crítica feita à democracia brasileira que pela “liberdade” disponível terminava por não aproveitar todo o potencial cabível. Aqui cabem alguns questionamentos: a Assembleia de Deus não via com bons olhos a forma como o jornalismo brasileiro tratava o comunismo, ainda que este fosse constantemente criticado? Ou era esperado um discurso ainda mais ligado à teoria do mal? Próximo à figura do pecado e destruidor da ordem, moral e segurança nacional? O fato é que com tais argumentos, o jornalismo produzido pela Assembleia de Deus, por meio da imprensa religiosa, contribuiu, do ponto de vista do discurso assembleiano, para todo o processo anticomunista que se construiu no Brasil, uma vez que:

O temor expressado por eles durante a crise é efetivo. No entanto, o contexto é de manipulações. (...) Foi construída uma imagem deturpada da situação política, colocando os comunistas numa posição de força muito maior que a real (...) A ocorrência de manipulações foi elemento constante na história do anticomunismo brasileiro¹⁷⁵.

Isto porque notamos nos textos produzidos pela revista *A Seara* a ocorrência de manipulações, com crenças, ideologias e a confiança para os eleitores deste periódico, ocorrência constante na história do anticomunismo brasileiro. O terror anticomunista foi paulatinamente construído na revista, em alguns momentos em falas camufladas, mas, principalmente, pretendendo a obtenção de ganhos políticos e religiosos. No que se refere ao comunismo, esta relação foi trabalhada para que o leitor percebesse a importância que os membros do Partido Comunista davam ao grupo político, fazendo mais uma vez o paralelo entre dedicação religiosa e partidária:

O que tem feito o comunismo avançar é a dedicação de seus adeptos. Todo Comunista está ligado ao partido como o sangue às veias. Ele não tem vontade própria, mas a do Partido. Pelo Partido ele mente, engana, mata, morre, etc. O indivíduo nada é, o Partido é tudo. (...) Os

¹⁷⁵ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002. p.276.

Comunistas contribuem sem reservas. O lema deles é “metade da minha renda é do partido”¹⁷⁶.

Fica evidente, portanto, o interesse em se construir, para o leitor, a importância ideal que o partido possuía para os membros do Partido Comunista, aproximando esta relação com a de uma religião para os comunistas. Cabia, portanto, aos assembleianos evitarem este mal que ameaçava a ordem estabelecida no país, mas nota-se a intenção implícita de reproduzir uma prática que demarcava a fidelidade partidária dos comunistas: a de doar quantias consideráveis de seu salário ao Partido, especificamente, “metade” de sua renda.

Afirmações como estas marcam a composição do discurso assembleiano sobre o comunismo, marcado por manipulações, contradições e singularidades, ao compartilhar, juntamente com a “grande imprensa” apesar das distintas conjunturas, um anticomunismo, representado nas versões mais extremadas, como inimigos públicos da sociedade brasileira.

Outro ponto de preocupação da Assembleia de Deus ao longo da década de 1960 foi o ecumenismo. É um tema importante a ser ressaltado, especialmente se pensarmos a circunstância política do período, posto que as igrejas consideradas protestantes históricas dentro da configuração atual do protestantismo, e classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sejam os Luteranos, os primeiros a chegar em solo brasileiro em 1824, logo depois os Congregacionais em 1855, os Presbiterianos em 1863, os Metodistas em 1876, Batistas em 1882, e os Anglicanos em 1890, foram as representantes de boa parcela do protestantismo ecumênico no Brasil.

Houve a tentativa, por parte do sociólogo Paul Freston¹⁷⁷, de delimitar melhor o pentecostalismo e o neopentecostalismo, atentando para sua historicidade por meio de três ondas históricas. As três fases são compreendidas como períodos históricos de implantação de igrejas e são denominadas ondas pela força irradiadora que tiveram para formação de expressivas denominações do pentecostalismo brasileiro. Nesta divisão, o grupo que compunha os protestantes históricos no início da década de 1960 vinha em uma conjuntura de reestruturação e, principalmente, de questionamentos quanto ao papel político e social das igrejas no Brasil.

¹⁷⁶ Atitude Cristã face ao Comunismo. *A Seara*, mai.-jun. 1963, p.26.

¹⁷⁷ FRESTON, Paul Charles. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Aberto (et al.). *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Com o intuito de promover debates e chegar a um posicionamento quanto à atuação e posicionamento frente às demandas sociais e políticas brasileiras, foram realizadas três reuniões, organizadas pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Órgão representativo dos protestantes históricos, fundada em 1934, ela surge no intuito de construir uma identidade evangélica como representatividade destes. É importante ressaltarmos que a Assembleia de Deus não participou de nenhuma destas reuniões, não somente por ser uma Igreja pentecostal, mas por questões doutrinárias e relacionadas aos dogmas.

A característica principal da CEB era sua organização em um caráter ecumênico, por reunir as principais igrejas evangélicas brasileiras e, especialmente, orientá-las em momentos de dificuldade. Em seu início, sua função era preparar e distribuir as revistas destinadas aos alunos das Escolas Dominicais por todo o país. Com o passar do tempo, foram-lhe atribuídas novas funções, tais como promover estudos de assuntos do interesse das igrejas evangélicas. Destes documentos surgiram, inclusive, influências no texto da Constituinte de 1946, da qual participou o pastor metodista Guaracy Silveira, candidato protestante eleito para a Câmara Federal¹⁷⁸. É neste momento, no início da década de 1950, que a postura política da entidade se modifica.

Os professores e sobretudo a juventude evangélica ligada à CEB, segundo Elizete da Silva¹⁷⁹ começaram a questionar, junto a seus pastores, em face dos sérios problemas sociais brasileiros, provocados em grande medida pela alta da inflação e desigualdade de crescimento de renda da população brasileira, qual seria a postura tomada pelas suas igrejas, a fim de enfrentar a crescente problemática socioeconômica e política por eles detectada.

A forma de organização da juventude evangélica dos principais grupos históricos, era o Departamento da Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), o qual se reunia três vezes anualmente. Os jovens reuniam-se em congressos e acampamentos onde se debatiam problemas como dançar, pular carnaval, atreladas a questões sociais e eclesiásticas mais sérias, como o diálogo entre católicos e evangélicos e o analfabetismo.

¹⁷⁸ FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 1993.

¹⁷⁹ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010.

Conforme Elizete da Silva¹⁸⁰ pontua, a juventude protestante universitária estava organizada na União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), uma espécie de Juventude Universitária Católica (JUC) evangélica, que reunia jovens de distintas denominações evangélicas para debater a realidade nacional. O objetivo era orientar estes jovens protestantes egressos no meio universitário, uma vez que:

Um crescente número de jovens protestantes estava entrando para a universidade, muitos deles com a fé viva, porém por vezes ingênua, e mal preparada para o desafio intelectual e espiritual que iriam enfrentar no contato com a realidade de um mundo inteiramente novo e fascinante¹⁸¹.

Toda essa pressão que advinha através da educação levou algumas denominações históricas a realizarem demissões em suas instituições formadoras de pastores e, em situações extremas, o fechamento da faculdade de Teologia da Faculdade Metodista, em São Paulo:

As intervenções nas instituições teológicas funcionaram para expurgar lideranças que passaram a ser vistas como semeadoras de ideias modernistas, ecumênicas e comunistas. Foram também um meio de tornar seus ensinamentos afeitos aos interesses dos novos dirigentes denominacionais alinhados ao regime instaurado¹⁸².

Em 1955, diante desta realidade, a CEB criou a Comissão de Igreja e Sociedade, que posteriormente foi chamada de Setor de Responsabilidade Social da Igreja, cujo objetivo era estabelecer o diálogo entre a realidade brasileira e os postulados da fé cristã desta instituição, e das igrejas que representava, em nível local, estadual e municipal.

Neste mesmo ano, e em decorrência deste contexto, foi organizada a primeira reunião, em nível estadual da entidade, intitulada “Consulta sobre a Responsabilidade Social da Igreja”. A reunião aconteceu em São Paulo e a pauta principal do grupo progressista era:

Orientação e educação dos evangélicos para a participação na vida política: a igreja evangélica em face da ação social e política da Igreja Romana; a Igreja em face ao Comunismo; campos de ação social da

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ SHAULL, Richard. Surpreendido pela graça: memórias de um teólogo Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.p.139.

¹⁸² SANTOS, 2005.

Igreja; a Igreja e o proletariado industrial; a Igreja e os problemas das zonas rurais¹⁸³.

A organização coube a Waldo César, coordenador do Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Notamos pelo programa a proposta audaciosa da reunião. O que predominou foi um intenso debate e estudo dos acontecimentos sociais e políticos do Brasil atrelados à reflexão teológica correspondente.

Os participantes eram batistas, congregacionais, episcopais anglicanos, metodistas, luteranos e da Igreja Evangélica Armênia. Foram quarenta inscritos e é importante destacar que, destes, dezoito eram pastores e vinte e um eram leigos, ou seja, fiéis não ordenados. Essa divisão foi feita no sentido de haver maior equilíbrio na discussão e quebra da hierarquia do centralismo dos reverendos.

O trabalho seguiu adiante nos anos seguintes com a realização de encontros em cidades brasileiras, com o intuito de fomentar a discussão, que culminou, em 1957, na II Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja, na cidade de Campinas, em São Paulo, o tema tratado foi “A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais do Brasil”.

Como a primeira reunião focou mais nos fundamentos bíblicos e teológicos, o intuito da segunda foi se aproximar da realidade brasileira, evitando o termo subdesenvolvimento. A pauta principal das reuniões foi reforma agrária, movimento sindical e política partidária. Era objetivo, ainda, atrelar esta discussão com fundamentos bíblicos e teológicos de encargo político social. Foi uma discussão de caráter mais denso e em cinco dias de reunião foi elaborado um relatório, do qual a síntese principal é a seguinte:

O Cristão deve assumir, em face das duas soberanias, a de Deus e a do Estado as seguintes posições: a tarefa do cristão, no Estado, não pode reduzir-se à mera ação eleitoral, isto é, no ato de votar, deixando de lado a ação positiva e organizadora no seio dos partidos; ele poderá atuar no seio dos partidos, aos quais deverá filiar-se convictamente e não por meros interesses passageiros, estritamente eleitorais, nas vésperas das eleições; deverá igualmente participar dos movimentos e organizações oficiais e oficiosas, dos órgãos de cooperação interdenominacional, que

¹⁸³ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010.p.106.

estejam visando estudar o problema político do País, no intuito de descobrir as inspirações cristãs para a sua solução. Esse dever é particularmente crucial para a mocidade, tanto a que estuda nas escolas superiores, quanto a que trabalha nas oficinas¹⁸⁴.

Este texto é particularmente rico, por tornar claro, em 1957, o posicionamento das igrejas protestantes históricas em participar da política e, ia mais além, instigava os fiéis leigos e, mesmo pastores, a participar de entidades políticas, de teor não denominacional, como entidades juvenis e, especialmente, de partidos políticos, posto que ao seu final, estabeleceu-se como meta: “estimular os evangélicos a participarem da vida política do País por meio da filiação partidária e atuação dentro dos partidos existentes”¹⁸⁵.

Recomendava-se “desaconselhar a criação de partidos evangélicos”. Em oposição à postura histórica dos protestantes, ligada diretamente aos ensinamentos bíblicos de não participação política, o indicado era “educar os evangélicos no sentido de considerarem a vocação política dos crentes como uma vocação nobre e digna de estímulos”¹⁸⁶.

Nesta circunstância de união entre religião e política, notamos ao final da década de 1950 o posicionamento dos protestantes históricos construído sob uma perspectiva progressista e de forte interesse na participação política de suas igrejas. Por corroborar deste pensamento, ainda na II Conferência, torna-se público o debate em torno do Ecumenismo, em que a CEB se pronuncia da seguinte forma: “Que se promova o encontro de elementos evangélicos e católicos romanos, para o estudo de problemas sociais e políticos comuns não obstante as dificuldades que possam aparecer”¹⁸⁷.

Todos estes elementos irão colaborar para a intensificação desta pauta na terceira Reunião de Estudos, que aconteceu em São Paulo, em 1960. O tema da reunião foi “A Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade”. Esta teve um aumento no número de participantes, sessenta e uma pessoas de treze denominações protestantes diferentes, contando com a participação do Exército da Salvação.

¹⁸⁴ RELATÓRIO DA II CONFERÊNCIA, CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL-CEB. In: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010. p.110.

¹⁸⁵ SILVA. Op. Cit.

¹⁸⁶ RELATÓRIO DA II CONFERÊNCIA, CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL-CEB. In: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010. p.110.

¹⁸⁷ Idem, p.111.

Com o mesmo perfil das anteriores, o que a diferenciou foi a presença de cientistas sociais, não ligados às igrejas. O convidado desta edição foi o historiador Sérgio Buarque de Holanda, que não compareceu e não ficou registrado o motivo. Para substituí-lo, foi escolhido o sociólogo Florestan Fernandes, que proferiu palestra sobre “A Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade”, discorrendo sobre o papel de um líder religioso na sociedade brasileira, ele se utilizou do sociólogo húngaro Karl Mannheim para tanto:

O líder religioso é um homem que pode ser útil a si mesmo, ao crente, à comunidade religiosa a que pertença e ao País onde ele viva, bem como ao progresso da civilização, desde que seja capaz de se colocar diante das exigências da situação com espírito moderno¹⁸⁸.

A temática em torno do moderno e do progresso é algo recorrente no discurso protestante, estando presente também, na igreja Assembleia de Deus, como veremos adiante. Quanto à fala do professor Florestan Fernandes, ela se dispunha a tornar claro que era chegada a hora de o protestantismo brasileiro se posicionar quanto à realidade social e política brasileira. Ele fez duras críticas ao catolicismo, por sua vivência afastada da realidade brasileira e salientou aos protestantes a importância, de “atuar como uma influência social criadora no processo de reconstrução da civilização ocidental no Brasil”, posto que em sua concepção a realidade brasileira de crise corroborava para esta atitude.

No intervalo de tempo das reuniões eram realizados seminários e grupos de estudos para que houvesse a sedimentação do discurso construído. Dentro do processo de politização dos protestantes ecumênicos, foram lançados boletins periódicos, reuniões de estudos sistemáticos sobre os temas trabalhados: rural, política, industrial, economia e cultura.

Toda esta efervescência confluiu para a realização da quarta conferência, que em termos de participantes e relevância foi a mais importante. Dentre as particularidades que confirmam este fato está o de ser a primeira realizada no Nordeste, especificamente, em Recife, capital do Estado de Pernambuco de 22 a 29 de julho de 1962. O tema geral da conferência foi “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. A proposta era ambiciosa, por fazer um paralelo com o tema revolucionário e pelas próprias palestras apresentadas no evento.

¹⁸⁸ FERNANDES, 1960, p.24. ANAIS DA III CONFERÊNCIA DE IGREJA E SOCIEDADE. In: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010. p.117.

Com proposta semelhante à terceira conferência foram chamados novamente cientistas sociais. Com o propósito de discorrer sobre “As mudanças sociais da sociedade contemporânea”, o professor Paul Singer proferiu sua conferência. Assim como o professor Juarez Alves falou sobre “Resistências às Transformações sociais no Brasil; e o professor e sociólogo Celso Furtado discorreu sobre “O Nordeste no processo revolucionário brasileiro”.

Como se percebe, a preocupação residia nas transformações vivenciadas pelo país e, até que ponto o cenário revolucionário iria influenciar no protestantismo, necessitando, para tanto, que este tomasse um posicionamento frente à realidade brasileira. Para seus organizadores, ela representou o seguinte:

A Conferência do Nordeste foi uma tentativa bem sucedida de: levar as Igrejas Evangélicas a tomarem contato mais direto com a preocupante Realidade Brasileira Atual; b) interpretar essa Realidade à luz da revelação cristã; c) buscar soluções evangélicas para os atuais problemas socioeconômicos e políticos brasileiros; d) falarem na linguagem contemporânea em que vivemos; e) propiciarem condições favoráveis para um encontro entre o teólogo e o sociólogo; e entre o teólogo e os engajados nas mais diversas situações cotidianas da atualidade¹⁸⁹.

Neste sentido, nos anos 1950-1960, fica evidente por meio dos anais destas Conferências, que setores representativos do protestantismo histórico brasileiro projetaram outro modelo de participação na esfera pública. Representados principalmente por sua juventude, este desejo de mudança levou estas igrejas a se esforçarem por um objetivo em comum, que era através de uma ação ecumênica, entre todas as igrejas que quisessem somar, inclusive, a Igreja Católica, estabelecer um diálogo com o intuito de inserirem-se na realidade nacional, mas, sobretudo, que essa inserção pudesse transformá-la, no sentido de superação das desigualdades.

É fato perceptível pelo entendimento dos seus principais participantes que esta mudança poderia vir com a contribuição de sociólogos e economistas, mas também pela ampliação do olhar de teólogos, pastores e membros.

¹⁸⁹ BEULKE, Dorival. A Conferência do Nordeste em 1962. IN: RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; CUNHA, Magali de Nascimento. (Orgs.). *As igrejas e as mudanças sociais: 50 anos da Conferência do Nordeste*. São Bernardo do Campo: EDITEO. São Paulo: ASTE, 2012. p.14.

A Conferência do Nordeste, como ela ficou conhecida, contou com a participação significativa de cento e oitenta e oito pessoas, entre clérigos, leigos, mulheres, quinze denominações participantes, pela primeira vez representantes das igrejas pentecostais: a Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”, jovens estudantes enviados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), da Juventude Universitária Católica (JUC), da Associação Cristã de Moços e do Conselho Mundial de Igrejas¹⁹⁰.

Podemos sintetizar que do ponto de vista das igrejas protestantes históricas, os tempos eram revolucionários. Para os envolvidos no processo, era chegado o tempo da ação, mas aqui cabe um questionamento, o que eles entendiam por revolução? Pois não devemos esquecer os sentidos que o termo carrega, e para sujeitos religiosos, é interessante pontuar esta definição, nas palavras do pastor Almir dos Santos, em sua conferência de abertura intitulada “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” ele resume o que seria esta revolução em andamento:

A revolução social está em andamento, e é um grito de revolta, no bom sentido, de uma população que desperta para a consciência de que a miséria não é uma situação inelutável; de que a pobreza não é um quinhão distribuído por Deus como endereço próprio a seus filhos. A segunda característica do processo revolucionário brasileiro é a luta em que nos empenhamos para fugir ao subdesenvolvimento(...) Uma terceira característica do Processo Revolucionário Brasileiro é sem dúvida alguma a afirmação que o Brasil, como nação, está querendo fazer de sua própria personalidade. Há duas palavras, meus amigos, que eu gostaria de lembrar nesta altura: Autodeterminação e Nacionalismo¹⁹¹.

No documento final da Conferência do Nordeste está registrado “O termo revolução está na essência de toda a fé cristã. A fé cristã fala da revolução total - que inclui as realidades últimas e redenção; é a “irrupção da nova ordem na velha”, não mais o reboiço das “revoluções abortivas” da América Latina e do Brasil”¹⁹². Com esta

¹⁹⁰ SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010. p.127.

¹⁹¹ SOUZA, José Carlos de. Os Incríveis Anos 1960: o contexto social e político da Conferência do Nordeste. IN: RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; CUNHA, Magali de Nascimento. (Orgs.). *As igrejas e as mudanças sociais: 50 anos da Conferência do Nordeste*. São Bernardo do Campo: EDITEO. São Paulo: ASTE, 2012. p.55.

¹⁹² RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DO NORDESTE, 1962. SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010. p.126.

proclamação encerrava-se a última reunião realizada pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB), tendo em vista que em 1964 as forças conservadoras tomaram o poder e frearam esta efervescência política e social dos protestantes históricos no Brasil.

Problematizar a importância da CEB para o protestantismo brasileiro é de suma importância, tendo em vista a sua atuação como uma instituição ligada diretamente aos interesses políticos e, principalmente, pela Conferência do Nordeste ser considerada, do ponto de vista de organização religiosa, um dos eventos mais importantes do século XX, por tudo que representou e por suas pautas debatidas.

Este era o posicionamento das igrejas protestantes históricas e qual foi o posicionamento da igreja Assembleia de Deus? O que ela pensava deste momento de ebulição política e social pelo qual o Brasil e o mundo passavam? E quanto ao Ecumenismo? Ela comungou deste ideal de união entre todas as religiões por uma causa em comum? E qual a saída para tanto? Como notamos, as denominações participantes da CEB viram a inserção na representação partidária como saída. Podemos pontuar que este foi o único denominador em comum entre protestantes históricos e evangélicos pentecostais¹⁹³.

A Assembleia de Deus tornou pública sua opinião em 1963, um ano após a Conferência do Nordeste, reunião que mais provocou e cobrou um posicionamento das demais igrejas frente ao cenário “revolucionário” que o país vivia. Em 1962, a XVI Convenção Geral das Assembleias de Deus ocorreu em Recife, ou seja, quatro meses após a realização da maior reunião dos protestantes históricos, e como resultado desta, a Igreja pentecostal tornou pública sua oposição ao Ecumenismo, em um pronunciamento publicado simultaneamente no jornal *Mensageiro da Paz* e na revista *A Seara*.

¹⁹³ Faço esta diferenciação, por batistas, presbiterianos e metodistas, representantes das primeiras igrejas que chegaram em território brasileiro se declararem protestantes, ligados diretamente à herança da Reforma Protestante. Enquanto os representantes da Igreja Assembleia de Deus e Congregação Cristã do Brasil, primeiros pentecostais a chegarem ao Brasil no século XX, se denominam evangélicos, no sentido de diferenciação teológica e doutrinária.

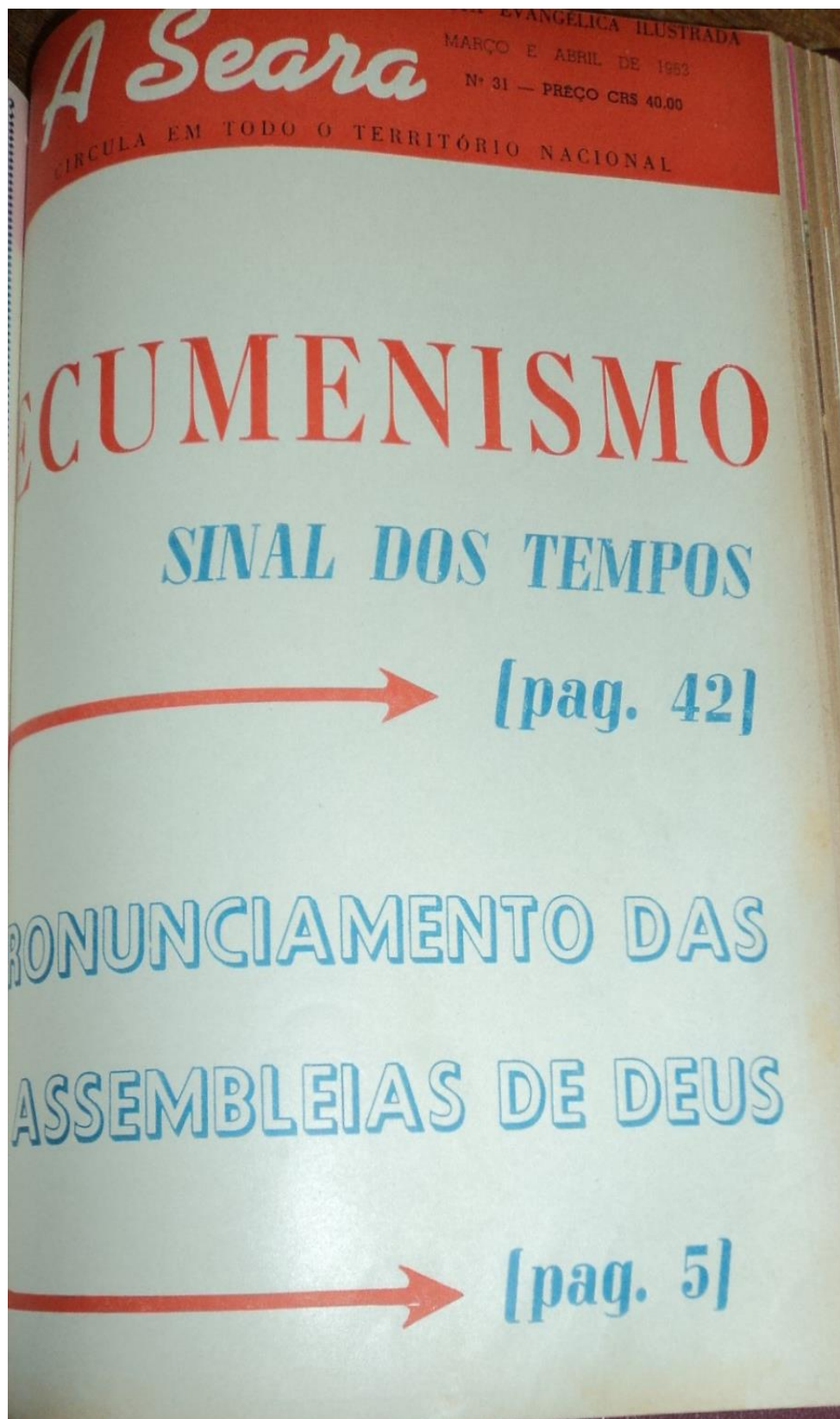


Fig. 1: Capa da edição da revista *A Seara*, em que a Assembleia de Deus se posiciona formalmente contra ao Ecumenismo. Ecumenismo: Sinal dos Tempos. *A Seara*, mar-abril.1963.

A publicação desta reportagem comprova a importância da mudança de atitude, os dois periódicos dificilmente compartilhavam da mesma pauta, especialmente, reproduzindo a mesma notícia. No jornal, ela foi publicada em fevereiro de 1963, sob o título de “*Dois tipos de Ecumenismo*” e na revista, na edição relativa aos meses de março e abril de 1963, com o nome “*Assembleias de Deus e Ecumenismo*”, mudou-se somente o nome, pois o conteúdo era o mesmo reproduzido a seguir:

De acordo com a palavra de Deus, divinamente inspirada, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil, entidade puramente cristã evangélica, necessitando definir-se quanto às tendências unionistas, ultimamente alastrando-se pelo Universo, pela voz de seu Ministério reunido em Convenção Geral, nos dias de 19 a 23 de novembro de 1962, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, declara:

Reconhece que há dois (2) tipos de Cristianismo em geral:
a) fusão de denominações e religiões diversas sem profissão de fé definida. E b) união cristã bíblica¹⁹⁴.

Prossegue esclarecendo o que eles entendem pelo ecumenismo feito pelas outras igrejas:

Ele significa simplesmente “mundial” ou de âmbito mundial. Está representado pelo Concílio Mundial de Igrejas e pelo Concílio do Vaticano atualmente em execução. Essa ideia encontra seu campo de ação notadamente na Igreja Católica Romana, na Igreja Ortodoxa e em vários ramos do Protestantismo, que evidencia em nossos dias acentuado teor apóstata, representado pelo modernismo teológico que desposa¹⁹⁵.

E finaliza deixando claro que “Esse tipo de Ecumenismo não nos interessa! Nem o promovido pelas igrejas protestantes e nem o pelo Concílio do Vaticano”. O argumento principal para a não participação no movimento protestante ecumênico progressista que consta no artigo é o de diferença doutrinária e teológica. Eles acusam os teólogos participantes do movimento ecumênico de modernismo teológico, negando o que está escrito na Bíblia, assim como acusam os católicos de idolatria propriamente dita e da justificação através de supostas boas ações.

O pronunciamento termina por esclarecer o que jornal entendia por ecumenismo “O Ecumenismo que nos interessa é “a união de Espírito”. O Ecumenismo verdadeiro, do

¹⁹⁴ Dois tipos de Ecumenismo. *Mensageiro da Paz*. 1.2.1963.

¹⁹⁵ Ibidem.

Espírito Santo baseia-se primeiramente na lealdade à pessoa de Cristo, o Filho de Deus, e não de homens que apenas querem organizar a igreja”¹⁹⁶. O artigo foi assinado por Nels Lawrence Olson, missionário norte-americano que ficou conhecido no Brasil como Lourenço, pioneiro e pastor de igrejas Assembleias de Deus, em Minas Gerais.

Sua assinatura neste posicionamento justifica-se por ser tradutor, editor e autor por muitos anos do jornal *Mensageiro da Paz* e da revista *A Seara*, além de fundador do Instituto Bíblico Pentecostal (IBP), no Rio de Janeiro, em 1961, assim como um dos precursores do uso da mídia pela igreja. Em 1955, lançou o programa de rádio “Voz das Assembleia de Deus”, na Rádio Tamoio, passando também pelas rádios Mayrink Veiga, Tupi, Relógio, Copacabana, Boas Novas e Universo de Curitiba.

Ao afirmar que o interesse para a igreja é “a união de Espírito”, Lawrence baseia-se na justificativa teológica do batismo com o Espírito Santo, principal doutrina da igreja, e que parte da assertiva de ligação direta com Cristo, sem que haja interferência de terceiros. Um dos argumentos mais contundentes da igreja seria o de seus fiéis basearem-se na leitura da Bíblia e contar com leituras auxiliares, mas todas dentro de uma postura selecionada e orientada.

Esta seletividade e orientação, quanto ao não pronunciamento em assuntos que não fossem ligados diretamente à igreja, foi modificada, exatamente no ano de 1963, tendo em vista que “Assim se vê que o movimento avoluma-se cada vez mais, e não temos outra coisa a fazer senão formar uma opinião, se isso nos interessa ou não, e se isso é sinal dos tempos da vinda de Cristo ou não”¹⁹⁷.

O movimento não citado é o ecumenismo, que levou a Assembleia de Deus a se posicionar nos anos sessenta, corroborando definitivamente com a nova postura teológica, política e editorial da denominação religiosa. Como justificativa para a mudança está o ano de 1962. Assim a igreja o percebeu:

Creio que todos concordaram comigo que o ano de 1962 foi um ano de crises — crise política no cenário nacional no mês de julho e crise econômica que fez surgir uma inflação tremenda, como também crises que surgiram no cenário mundial. A guerra fria entre o Comunismo e as nações livres não tem tido nem uma trégua. O muro de Berlim engrossou-se e elevou-se ainda mais alto, tornando-se o próprio símbolo da escravatura do ser humano. A reação econômica das nações livres da Europa durante o ano passado fortaleceu o Mercado Comum.

¹⁹⁶ Dois tipos de Ecumenismo. *Mensageiro da Paz*. 1.2.1963.

¹⁹⁷ Ecumenismo: Sinal dos Tempos. *A Seara*, mar-abril.1963.

Na África, a luta no Congo intensa, preocupando todos os estadistas do mundo. Entre a China Comunista e a Índia surgiu uma guerra de fronteiras. Mas a maior crise foi a crise cubana durante a qual o mundo inteiro esperava em suspense eclodir a guerra nuclear. Felizmente o perigo foi afastado, pelo menos por enquanto, e os foguetes e aviões russos foram retirados de Cuba. Mas isso não quer dizer que o comunismo esteja liquidado. De maneira nenhuma, pois é um sistema DIALÉTICO, isto é, usa esse método de atacar e recuar por questões de estratégia. Todos esses acontecimentos já nos indicam a aproximação da vinda de Cristo, são sinais dos tempos em que vivemos¹⁹⁸.

Diante do exposto, podemos concluir que a Igreja Assembleia de Deus se posicionou frente à cobrança feita pelas igrejas progressistas, representantes do protestantismo histórico, de um posicionamento por parte das igrejas protestantes frente às mudanças por que passava o país, inclusive com relação a temas como o comunismo e o ecumenismo.

No mesmo sentido, a representatividade política que os protestantes progressistas vinham alcançando ao longo do início da década de 1960, instigava uma reação por parte dos pentecostais, no sentido de não perderem a oportunidade de defenderem suas causas próprias e estabelecerem concorrência frente aos protestantes históricos, que na concepção política assembleiana estavam com um posicionamento político muito moderno. Dados comprovados através da tabela:

Tabela 1: Representação Protestante no Congresso, por Igrejas 1946-1987
(Titulares e Suplentes que Assumiram)

| Legislatura | Igrejas (Números de parlamentares) | Número de Igrejas representadas |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| 1946-1951 | Metodista (1) | 1 |
| 1951-1955 | IPB(3); Batista (1); IECLB(1); IPI(1); Metodista (1) | 5 |
| 1955-1959 | IPB(5); Batista (2); IPI(1) | 3 |
| 1959-1963 | IPB(5); IECLB(2); Batista (1); IPI(1); Congregacional (1); Metodista (1) | 6 |

¹⁹⁸ Ibidem. p.42.

| | | |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1963-1967 | IPB(4); Batista (3); Congregacional (2); IECLB(2); BPC(1); IPI(1) | 6 |
| 1967-1971 | IPB(4); Batista (2); Congregacional(2); IECLB(2); BPC(1); Metodista (1) | 7 |
| 1971-1975 | IECLB(3); IPB(3); Adventista (1); Batista(1); Congregacional (1); Cristã Evangélica(1); Metodista(1) | 7 |
| 1975-1979 | Batista (5); IPB (3); IECLB(2); Adventista (1); Congregacional(1); Cristã Evangélica (1); Metodista(1). | 7 |
| 1979-1983 | Batista(4); Adventista (2); IECLB(2); AD(1); Congregacional(1); IPB (1); Metodista(1). | 8 |
| 1983-1987 | Batista(7); Metodista(2); AD(1); Adventista (1); Congregacional(1); IECLB(1); IEQ(1); IPB (1); IPC (1); IPI (1). | 10 |

Legenda: AD- Assembleia de Deus, BPC- Brasil Para Cristo, IECLB- Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IEQ- Evangelho Quadrangular, IPB- Presbiteriana do Brasil, IPC- Presbiteriana Conservadora, IPI- Presbiteriana Independente.

Fonte: Tabela elaborada por FRESTON: op. cit. p.170.

Através da tabela comprova-se a representação partidária por parte dos protestantes históricos. Notamos que de 1950 a 1978 não há grande evolução, no sentido de um trânsito religioso. Em 1982 inicia-se uma ampliação, decisiva a partir da Constituinte de 1987. Notamos, também, o predomínio em um primeiro momento da Igreja Metodista, até 1951, após este período a Igreja Presbiteriana assume o protagonismo, até meados de 1975, logo após a Igreja Batista tem forte representatividade até 1987, sendo todas superadas pela Assembleia de Deus, a partir de então.

Em número de mandatos exercidos (1946-1987), houve 29 por presbiterianos (IPB) 25 por batistas, 15 por luteranos, 9 por metodistas, 9 por congregacionais e 7 por presbiterianos independentes (IPI). Apenas cinco por pentecostais, menos de 5%. Um

contraste com o período pós 1987, quando a parcela pentecostal sobe a quase 60%, com a Assembleia de Deus elegendo 14 deputados neste período¹⁹⁹.

Este foi o contexto político que levou a Assembleia de Deus a iniciar uma disputa por espaço de atuação, no cenário nacional, atrelando campo político a campo religioso, estratégia desenvolvida com o golpe civil militar que suprimiu a democracia no Brasil, no qual a Igreja Assembleia de Deus tornou pública a sua opinião, e, especialmente, sua participação.

2.2 A imprensa assembleiana: a Casa Publicadora e seus periódicos como instrumentos de evangelização e orientação doutrinária

A Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) foi fundada oficialmente em 1940, informalmente seu começo se deu juntamente com o início da redação do jornal *Mensageiro da Paz*, fundado em 1930, na primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus, em Natal, Rio Grande do Norte. Sua redação funcionava junto à residência, anexa às instalações da igreja dos dois primeiros diretores do jornal, Gunnar Vingren, um dos fundadores suecos da igreja, que dirigiu o periódico no período de 1930 a 1932, e Samuel Nystrom, diretor de 1932 a 1933, pastor sueco de vasta cultura bíblica e secular, e que produziu lições da Escola Dominical.

A CPAD foi fruto de iniciativa que vinha se desenvolvendo desde os primeiros anos da fundação da denominação no Brasil, em virtude do interesse que a palavra escrita sempre despertou nas igrejas de origem pentecostal. Posto que de 1901 a 1910 surgiram nos Estados Unidos 19 periódicos pentecostais, além de nove jornais em países como Suécia, Noruega, Japão, Ásia, Grã-Bretanha, Índia, Suíça, China e Alemanha²⁰⁰.

Na atualidade, é a maior editora evangélica do Brasil e da América Latina, pelo seu faturamento anual e 11 filiais no país, além de uma nos Estados Unidos, em Miami, uma na Europa, em Portugal e uma franquia no Japão, e filiais em alguns países da África, como Angola. Além de investir no mercado fonográfico, com a criação do selo Patmos Music, especializada no mercado gospel. Diante destes números, percebe-se o seu poder

¹⁹⁹ FRETON. op. cit. 1993.

²⁰⁰ ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

de mercado, o que torna interessante analisar o caminho percorrido por esta editora até alcançar o seu atual sucesso.

Podemos pontuar como grande virada na história desta editora, a resolução do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo de Getúlio Vargas, que determinava, através de um decreto, que todos os jornais, revistas e órgãos da imprensa fossem registrados junto ao instrumento que a regulava. Ele foi criado no intuito de controlar e centralizar a propaganda oficial, que se fazia em torno do Presidente ao longo do Estado Novo. E o mais importante, os periódicos deveriam ter reconhecimento de personalidade jurídica.

Motivo pelo qual a igreja se reuniu em 1940, em Salvador, na Assembleia Geral da Convenção Geral da Igreja Assembleia de Deus - CGADB, em caráter de urgência, a fim de deliberar sobre as medidas do Presidente da República, cuidando para que o jornal *Mensageiro da Paz* não fosse impedido de ser publicado. Desta forma, foi criada a Casa Publicadora da Assembleia de Deus - CPAD, e um estatuto provisório foi aprovado. O registro no D.I.P foi imediato e a recém-criada editora tornou-se proprietária do jornal *Mensageiro da Paz*.

A editora passou a funcionar nas dependências da igreja Assembleia de Deus do bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, onde ocupava seis salas, medindo um total de 160 metros quadrados, que eram utilizados como Redação, secretaria, tesouraria, depósito e expedição. De acordo com o seu primeiro estatuto, aprovado em 1930, a CPAD não pertencia a qualquer igreja ou convenção em particular, possuindo até então sua independência.

Sua primeira diretoria foi formada pelo pastor Francisco Leopoldo Coelho, no cargo de gerente, que hoje seria o cargo de diretor administrativo; o primeiro redator fixo da editora foi Emílio Conde, que prestou serviços à CPAD por mais de trinta anos; o missionário Orlando Boyer, que comentava a coluna *Lições Bíblicas* da escola dominical; e João Kolenda Lemos, que trabalhava na Redação do jornal, com a revisão dos textos.

As primeiras publicações como editora formalizada juridicamente foram o jornal o *Mensageiro da Paz*, as lições da Escola Dominical para adultos, folhetos para a evangelização e um calendário bíblico publicado anualmente, a *Harpa Cristã* e livros de autoria dos próprios editores, Emílio Conde e Orlando Boyer. Neste período, há que se ressaltar, a editora não possuía gráfica própria, sendo todo o seu material impresso em

gráficas particulares, cabendo aos fiéis fazerem trabalho voluntário, para que ele fosse transportado para as demais regiões do Rio de Janeiro.

Isto posto, três questões importantes destes primeiros anos merecem ser destacadas. O fato de, em 1946, a editora ser incorporada à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), que passa a funcionar, para tanto, como pessoa jurídica, o que a tornou proprietária da CPAD e responsável por sua gestão, consequentemente, de seus lucros, e também, por seus gastos, motivo ressaltado pela Igreja para a incorporação.

Ainda que, na atualidade, em seu site, a CPAD afirme que “sejam dependentes exclusivamente de Deus”²⁰¹. Assinalam, contudo, que tiveram que passar por mudanças, a fim de se modernizar para situarem-se em um mercado dinâmico, com elevada competição, para tanto, “Neste esmero por um trabalho de qualidade ascendente, a Casa não se limita à confecção de produtos atrativos aos olhos e ao bolso do consumidor. O nosso compromisso é mais abrangente e vai além do preço dos produtos”²⁰². Com esse discurso cativante, a editora tenta tirar o foco da questão financeira, sempre presente ao longo da sua história.

Outro ponto a se considerar é que nos quatro primeiros anos de sua fundação foram constantes as crises, pelos prejuízos financeiros recorrentes, contabilizando um prejuízo anual de Cr\$ 200.000.00 (duzentos mil cruzeiros) e nos anos posteriores, foram feitos empréstimos, que começaram a ser pagos em 1949: a primeira parcela no valor de Cr\$ 115.000.00 (cento e quinze mil cruzeiros) a segunda parcela, Cr\$ 100.000.00 (cem mil cruzeiros) e a última, já no ano de 1950, no valor de Cr\$ 140.000.00 (Cento e quarenta mil cruzeiros). Estes foram os primeiros empréstimos que perduraram pelos próximos trinta anos, sendo estabilizada suas finanças no início da década de 1970²⁰³.

Foram constantes as crises, seja por questões de pouca infraestrutura, mas, também, por pouca disponibilidade de mão de obra, cabendo à primeira diretoria a função de jornalistas e administradores da editora. Como tentativa de solucionar a crise, foi lançada pelos editores e missionários Lawrence Olson e Gustavo Kessler a “Campanha

²⁰¹ Disponível em: < <https://www.cpad.com.br/>>. Acesso em 20/09/2015.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ *MENSAGEIRO DA PAZ*, agosto de 1949.

de Um Milhão em prol da CPAD”²⁰⁴. O slogan era “Um milhão de cruzeiros, cada crente no Brasil um contribuinte”.

A campanha consistiu em arrecadar doações junto às igrejas e aos fiéis em todo o país, mas as maiores doações vieram do exterior. Samuel Nystrom, pastor sueco, radicado no Rio de Janeiro, adquiriu um empréstimo na Suécia e visitou algumas igrejas nos Estados Unidos, conseguindo doações e a vinda de um técnico Andrew Hargrave ligado à Igreja pentecostal de Springfield, que chegou em 1948 e prestou serviços até 1956, contribuindo com melhorias técnicas e instalações de novas máquinas.

Por fim, ao longo do ano de 1946 foram constantes os apelos no jornal *Mensageiro da Paz* em prol da “Campanha do Milhão”, e relatos constantes das dificuldades pelas quais passava a Casa Publicadora. Na Convenção Geral de 1947, realizada em São Paulo, foi prestado conta dos valores arrecadados, através do relatório do movimento financeiro, e de um depósito bancário em nome da National City Bank of New York, na quantia de Cr\$ 435,534,60.

Ao apresentar o valor das despesas, a mesa diretora foi questionada pelo pastor José Teixeira Rego: “Se a CPAD era para ajudar mesmo as igrejas com literatura ou só tinha função comercial, pois achava os preços dos produtos da Casa muito altos”²⁰⁵. O redator chefe Emilio Conde respondeu, justificando que os valores “eram de acordo com as necessidades de manutenção da casa, ratificando o seu caráter espiritual”.

O fato é que a campanha surtiu efeito e em 1948, a CPAD comprou um terreno no bairro de Benfica, próximo ao bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, no valor de Cr\$ 1.587.592,50. De entrada a Convenção pagou Cr\$ 984,240, devendo o restante ser pago em três parcelas, e no mesmo ano o novo prédio da editora foi inaugurado, sendo um galpão de 5 x 30 metros. Para garantir a compra das máquinas, optou-se por um prédio simples, com custo de 50 mil cruzeiros.

A fim de que as despesas começassem a ser pagas, foi determinado na Convenção Geral de 1948, que a partir daquele ano, deveriam ser feitas doações especiais, em favor da casa, uma vez que:

Tratando-se de uma obra que requer tempo para alcançar maturidade e instalar-se definitivamente, a Convenção determinou recomendar às

²⁰⁴ CORREA, Marina. Aparecida O. dos Santos. *Assembleia de Deus: Ministérios, Carisma e Exercício de Poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

²⁰⁵ ARAÚJO, op.cit. p.169.

Assembleias em todo o Brasil que continuem a contribuir liberalmente e com amor, e instituiu o dia 7 de setembro de cada ano como o dia da Casa Publicadora. Nesse dia, em todas as Assembleias, em todo o Brasil levantar-se a uma grande coleta para auxiliar obra tão gloriosa²⁰⁶.

O dia 7 de setembro foi escolhido como parte da campanha publicitária, vinculada ao jornal *Mensageiro da Paz*, a fim de que a editora conseguisse a sua independência financeira. Com isso, ao longo dos próximos anos, e na década de 1950, a CPAD conseguiu estabilizar suas finanças, ainda passando por algumas crises, em decorrência dos problemas econômicos brasileiros, mas nada comparado aos seus primeiros anos.

Ao longo da década de 1950, era recorrente o debate entre os pastores, quanto à função da editora. Na Convenção de 1953, realizada em Santos (SP), coube ao seu gerente à época, João Pereira de Andrade e Silva, explicar que “a Casa Publicadora, apesar de não ser uma casa comercial, tem a parte comercial, mas a finalidade é servir às igrejas”²⁰⁷. Perdurava por parte de seus líderes, o discurso controverso, de afirmar o objetivo evangelístico da editora, apesar dos lucros obtidos com as publicações.

No sentido administrativo, os dirigentes da CPAD a viam como uma entidade de caráter social, que pretendia a prestação de serviços sem o sentido lucrativo. Para eles, isto foi consequência do trabalho feito, mas o objetivo maior era levar a palavra escrita para todo o território nacional. Contudo, a realidade é que a partir da década de 1960, o discurso se modifica, e a cobrança por maiores vendas dos periódicos se intensifica e vira pauta constante dos dois principais periódicos da editora, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*, fundada em 1956.

Este posicionamento está atrelado ao perfil dos dirigentes da editora que assumem a diretoria, a partir da década de 1960. Faremos um perfil dos ocupantes do cargo, ao longo do período específico de nossa análise (1960-1985), para que fique claro o exposto²⁰⁸:

²⁰⁶ Ibidem, p.170.

²⁰⁷ ARAÚJO, op.cit. p.173.

²⁰⁸ Quadro elaborado pela autora.

Tabela 2: Diretores da Casa Publicadora da Assembleia de Deus entre 1960 a 1985

| Diretor Administrativo | Período de Atuação | Profissão | Ação |
|----------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Armando Chaves Cohen (1914-1992) | 1960-1961 | Pastor, teólogo, escritor, articulista dos periódicos da CPAD e professor das escolas bíblicas | Adquiriu novo maquinário; Estabeleceu maiores contatos com o mercado consumidor; Instalou uma agência em São Paulo. |
| Deolando Almeida | 1961-1964 | Técnico em contabilidade; Antigo tipógrafo da CPAD, chegou ao cargo de gerência. | Introduziu melhoramentos técnicos; E instalou uma nova filial em Curitiba. |
| Altomires Sotero da Cunha(1926-2005). | 1965-1976 | Pastor, Político e Empresário. | Em 1970 inaugurou a nova sede da editora em Vicente de Carvalho, com a presença do Vice Governador da Guanabara, Erasmo Calmon. |
| João Pereira de Andrade e Silva (1918-1997) | 1977-1978 | Pastor, Político, formado em Letras-professor e escritor. | Lançou as revistas <i>O Obreiro</i> (1977) e <i>Jovem Cristão</i> (1978). |
| Custódio Rangel Pires (1922- | 1979-1987 | Empresário; Presidente da Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (Adhonep). | Expandiu as filiais, adquiriu maquinaria moderna, vendeu o <i>Mensageiro da Paz</i> em bancas do RJ e SP e iniciou a construção do prédio atual, em Bangu. |

Alguns pontos merecem destaque especial a partir deste quadro. O primeiro é que a partir de 1960 há a admissão de não pastores como diretores administrativos da editora. Ao longo de nosso recorte temporal, de 1960 a 1985, foram cinco administradores, sendo que dois não eram pastores; Deolando Almeida, funcionário que trabalhava há vinte anos na CPAD e conseguiu chegar ao cargo de dirigente²⁰⁹. E Custódio Pires, que apesar de ser membro muito ativo na igreja, optou por não se ordenar pastor. Quanto a este, é importante ressaltar que ele foi um empresário rico, dono de cinco fábricas, entre elas, a Plastigel, e atuante na área imobiliária, ao longo dos seus oito anos à frente da editora, não recebeu salário, optando por trabalhar voluntariamente.

O segundo aspecto importante é que dois diretores da CPAD foram políticos, Altomires Sotero da Cunha e João Pereira de Andrade e Silva. O primeiro exerceu mandato como deputado federal em 1986, sendo um dos deputados que participou na elaboração da Constituição brasileira, promulgada em 1988. Ele propôs a emenda Sotero Cunha de número setenta, que pretendia proibir o aborto em qualquer situação. Anteriormente a esta eleição, sempre teve uma boa relação com os políticos, sendo próximo ao senador Edgar Calmon e ao vice-governador da Guanabara, Erasmo Martins Pedro, presentes na inauguração da nova sede da editora²¹⁰.

Ele exerceu ainda função de empresário, sendo dono de lojas como Paraibanas e O Bicho da Seda, negócios de grande êxito na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da década de 1970, além de proprietário da Rádio Continental. Não por acaso, em sua gestão de onze anos, a CPAD alcançou crescimento global de 5, 864%, com a aquisição de maquinário vindo diretamente da Suécia.

Outro diretor, João Pereira de Andrade e Silva, exerceu dois mandatos de vereador, por sua cidade, Itajubá, no Sul de Minas Gerais, chegou a candidatar-se para deputado federal, não sendo eleito. Posteriormente, abandonou a vida política, dedicando-se ao magistério e à escrita de obras para a Igreja Assembleia de Deus. É importante perceber que o período em que ambos estiveram à frente da CPAD, foi aquele em que o

²⁰⁹ Um ponto a ser destacado é que no Dicionário do Movimento Pentecostal, de autoria de Isael de Araújo, há um relato biográfico dos dirigentes administrativos no período de 1960 a 1985. O único que não contém qualquer menção à sua vida, sem justificativa, é Deolando Almeida, que trabalhou diretamente na CPAD e não era pastor, político ou empresário, e sim, técnico de contabilidade.

²¹⁰ ARAÚJO, op.cit.

debate sobre a participação política começou a se intensificar, especialmente na década de 1970.

Por este quadro, podemos pontuar que em seus setenta e cinco anos de funcionamento, a CPAD foi conduzida por três tipos de gestores:

1ª Eclesiástica Ministerial: 1940 a 1961

- Seus diretores são pastores
- É uma obra movida pela fé;
- Dependente de trabalho voluntário;
- Dependência de ofertas das igrejas nacionais e estrangeiras;
- Corre risco de falência;
- Dependente de empréstimos bancários;
- Publica novos periódicos: *A Seara*, *O Obreiro* e *Jovem Cristão*;
- Transição jornalística: Saída do redator chefe Emílio Conde, para a entrada de Joanyr de Oliveira.

2ª Industrial empresarial: 1961 a 1987

- Seus diretores não são pastores, com duas exceções;
- Dois diretores são empresários ricos e injetam subsídio financeiro próprio;
- Prevaecem características da gestão eclesial ministerial e empresarial;
- Enfrenta fortes crises financeiras internas;
- Adota recursos tecnológicos;
- Dependência da influência de pastores para aquisições de maquinário a terrenos.

3ª Empresarial Editorial (de 1993 aos dias atuais)

- Seu diretor não é pastor, e sim um publicitário;
- Forte visão editorial ministerial;
- Alcança independência financeira;
- Forte visão mercadológica evangélica;
- Forte investimento tecnológico;
- Profissionalismo gerencial e editorial;

- Administração empreendedora;
- Investimento no pessoal;
- Alcança prestígio e credibilidade nacional e internacional.

Um último ponto a se destacar é o funcionamento administrativo da Casa Publicadora da Assembleia de Deus. Todos estes gestores deveriam prestar contas de suas atividades estando sob supervisão do Conselho Administrativo da CPAD, que é o responsável por sua administração geral. Este conselho, em 1962, era composto por onze membros, todos pastores, escolhidos dentre todas as regiões do Brasil, os quais tinham um mandato de dois anos, eleitos pela Convenção geral da igreja.

Esta era sua composição em 1962:

- Pastor Cícero Canuto de Lima (presidente) – São Paulo - Capital;
- Pastor Estevam Ângelo de Souza (Secretário) – São Luís- Maranhão;
- Pastor Antônio Petronilo dos Santos (Tesoureiro) – João Pessoa- Paraíba;
- Pastor Alcebíades Pereira de Vasconcelos - Belém – Pará;
- Pastor José Amaro – Recife - Pernambuco;
- Pastor José Antônio de Carvalho – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro;
- Pastor N. Lawrence Olson - Rio de Janeiro – Rio de Janeiro;
- Pastor Anselmo Silvestre – Belo Horizonte- Minas Gerais;
- Pastor Eurico Bergstén – São Paulo - Capital;
- Pastor José Pimentel de Carvalho – Curitiba- Paraná;
- Pastor Sátiro Loureiro - Blumenau – Santa Catarina.

Pode-se notar uma boa distribuição territorial, quanto aos Estados brasileiros, estando quatro das regiões do país representadas. É importante destacar o fato destes pastores possuírem grande visibilidade em seus estados, sendo pastores presidentes, e líderes em suas áreas de atuação. Este conselho se reunia duas vezes ao ano. Dentre as suas atribuições, que permanecem ainda hoje, está a de eleição, com delegação de poderes do Gerente, cargo que, posteriormente, torna-se o de diretor administrativo.

Assim como a eleição de uma Comissão de Revisão, constituída de pastores para autorizar a edição de livros e outras publicações, a fiscalização da escrita, e, também, a

nomeação da Redação da editora²¹¹. Ao analisar a documentação referente às Convenções Gerais das Assembleias de Deus, observou-se que é recorrente o discurso de que o papel do Conselho era ceder plenos poderes ao gerente eleito, cabendo ao mesmo contratação de chefes de setores e o funcionalismo da editora, acreditamos que em razão destes gerentes serem pastores e próximos aos pastores eleitos, não ocorreu disputas por poder administrativo.

Os gerentes que permaneceram durante um ano no cargo foram substituídos por pedidos dos mesmos à mesa diretora, para assumir função como pastor presidente em outro Estado, como foi o caso de Armando Chaves Cohen e João Pereira de Andrade e Silva. Os demais permaneceram no cargo, sendo substituídos por questões de saúde.

No que diz respeito à linha editorial da CPAD, podemos sintetizá-la, para o nosso período de estudo e, também, primeiros anos da mídia impressa pentecostal em seis amplas categorias:

1. Evangelismo;
2. Doutrinação;
3. Divulgação dos distintivos (cura divina, santificação, batismo no Espírito Santo, dons do Espírito Santo, outras doutrinas e práticas);
4. Literatura inspiracional;
5. Promocional;
6. Auxílio aos Líderes.

Estes seis pontos sintetizam as pautas que com maior frequência estiveram presentes nas páginas dos principais periódicos da CPAD, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara* ao longo de 1960 a 1985. De acordo com a conjuntura que o país vivenciava, poderia alternar-se a constância, no entanto, no geral, estas predominaram.

Este levantamento vem confirmar pesquisas acadêmicas na área de editoração evangélica, que classificam estas pautas como “didática, em linguagem acessível a todos os leitores; polêmica, destinados a refutar os periódicos católicos; e de evangelização, a fim de arregimentar novos fiéis”.²¹²

²¹¹ COHEN, Walmir. Que é a Casa Publicadora. *A Seara*. 13/11/1963.

²¹² BEDA, Ephraim. *Editoração Evangélica no Brasil: troncos, expoentes e modelos* (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em comunicação social. Universidade de São Paulo, 1993.

O didatismo é algo presente em grande parte dos periódicos assembleianos. Diante da necessidade de alcançar o maior número possível de fiéis, os textos terminavam por ter uma linguagem acessível, para que grande parte dos leitores, que em sua maioria obteve acesso à leitura através da igreja e das lições das revistas da Escola Dominical, pudessem ter o entendimento dos textos.

Quanto à polêmica dos textos, esta foi se modificando de acordo com o contexto vivido pela Igreja; enquanto nos primeiros anos, a preocupação se dava com a perseguição e atitudes preconceituosas do catolicismo, posteriormente, as pautas versariam sobre os males da sociedade, na concepção da igreja, como o cigarro, o rock, a questão do aborto, a liberdade excessiva da sociedade. E, por fim, a participação de membros da Assembleia de Deus na política nacional.

Contudo, incontestavelmente, a pauta principal versava sobre a evangelização, seja com a criação da CPAD, com a crítica aos demais aspectos da sociedade brasileira, o objetivo era assegurar os fiéis conquistados e que eles não tivessem dúvida de sua escolha, permanecendo na igreja e trazendo novos fiéis para a mesma.

Em uma matéria, deixava-se clara a importância que a imprensa possuía para a igreja, tendo em vista que, em sua concepção: “Uma das armas mais poderosas que a humanidade possui atualmente é a IMPRENSA. As ideologias se propagam à medida que são divulgadas; e o meio mais simples, mais sutil e até mesmo mais penetrante é a IMPRENSA²¹³.”

Percebe-se que a evangelização vinha atrelada à doutrinação por meio do uso da imprensa, uma vez que “A palavra Impressa é um dos grandes meios de evangelizar. Devemos fazer todo o possível para conseguir fazer circular a mensagem escrita e assim, estaremos cooperando com a igreja, na evangelização do mundo²¹⁴” era, também, a promoção dos produtos ligados à literatura evangélica. Na concepção da igreja, ao longo da década de 1960, havia uma concorrência substancial, e cabia à CPAD este papel, posto que

Se a nossa literatura não contar com o amparo e apoio que merece por parte dos que têm “**responsabilidade e direção**”, não atingirá o povo e não realizará o seu trabalho. Sem o conveniente incentivo, o povo não saberá aproveitá-la. O mais grave porém, é que outros livros poderão

²¹³ MENEZES, Eliseu. O poder da Literatura. *Mensageiro da Paz*. 28/2/1970.

²¹⁴ APOLONIO, O valor da palavra escrita. *Mensageiro da Paz*. 1/2/1963.

tomar o seu lugar, outras leituras substituirão as nossas²¹⁵. (Grifo do autor).

Neste atrelamento entre a evangelização, doutrinação e promoção dos produtos e, também dos líderes, a CPAD constituiu sua linha editorial. Destacaremos agora o que caracterizou seus principais periódicos, e fruto de nosso interesse particular, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*.

2.3 Fé, Informação e Evangelização: o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*

O jornal *Mensageiro da Paz* foi fundado como resposta aos conflitos que norteavam a Assembleia de Deus em 1930, em decorrência da existência de dois jornais: o *Boa Semente*, fundado em 1919, por Gunnar Vingren e Samuel Nystrom, em Belém do Pará e o *Som Alegre*, fundado em 1929, no Rio de Janeiro, pelo mesmo Gunnar Vingren, que mudou para a capital federal.

O primeiro jornal da Assembleia de Deus foi o *Voz da Verdade*, publicado em 1917, na cidade de Belém, sob a direção do pastor Almeida Sobrinho e João Trigueiro. Devido às crises financeiras, funcionou somente dois meses.

O *Mensageiro da Paz* foi fundado em 1930, na Convenção Geral de líderes da Assembleia de Deus realizada em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Alencar,²¹⁶ ele foi o principal instrumento de consolidação desta nascente Igreja, considerando-se as dimensões geográficas do Brasil e a viabilidade de comunicação na década de 30, sua fundação foi, portanto, considerada moderna e eficiente.

O jornal *Boa Semente* é considerado o primeiro periódico oficial da igreja²¹⁷. Em seu primeiro número, é apresentado o motivo de sua criação “A igreja pentecostal do Brasil, sentindo há tempos a necessidade de uma publicação de sua fé, em a qual melhor se pudesse conhecer os ensinamentos escritos da Bíblia Sagrada, vem hoje preencher esta

²¹⁵ SANTOS, Leitura e Literatura Evangélica. *Mensageiro da Paz*. 1/1/1963. (Grifo do autor).

²¹⁶ ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010. p.113.

²¹⁷ O primeiro jornal da Assembleia de Deus foi o *O Voz da Verdade*, publicado em 1917, na cidade de Belém, sob a direção do pastor Almeida Sobrinho e João Trigueiro. Devido às crises financeiras, funcionou somente dois meses.

necessidade, com o presente jornal”²¹⁸. O objetivo era evangelizar o maior número de fiéis possíveis, tornando oficial o seu discurso através da literatura, palavra escrita e a mensagem impressa. Este circulou até o mês de outubro de 1930, dando lugar ao aparecimento do *Mensageiro da Paz*.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, mais importante cidade do país, Gunnar Vingren deixa a igreja de Belém sob a direção de Samuel Nystrom e funda um novo jornal, que tivesse maior abrangência nacional, uma vez que o *Boa Semente* era distribuído em sua maioria pela região Norte e alguns estados do Nordeste²¹⁹. Contudo, merece ser pensada esta atitude do pastor presidente da Assembleia de Deus em 1930, posto que a Igreja passa a ter dois jornais assembleianos.

Qual a razão desse jornal? Por que não juntar forças ao *Boa Semente*, que estava sendo feito em Belém? Era uma estratégia para amenizar as dificuldades de distância com transporte e correio? São alguns questionamentos levantados pela historiografia recorrente à Assembleia de Deus²²⁰. É mais um silêncio em torno de sua história.

Este impasse foi levado para a Convenção Geral da Assembleia de Deus, em Natal, Rio Grande do Norte e em 1930, foi deliberado que os dois jornais fossem unidos, para dar lugar a um único, o *Mensageiro da Paz*. Sendo que este jornal seria o único órgão oficial das Assembleias de Deus. O primeiro número circulou em primeiro de dezembro de 1930, tendo como diretores Gunnar Vingren e Samuel Nystrom, e como redatores Frida Vingren, esposa de Gunnar e Carlos Brito, com redação no Rio de Janeiro.

Ao longo de sua história, o jornal passou por momentos de crise. Os dois primeiros anos foram marcados por problemas financeiros e constantes apelos que para que os irmãos/leitores contribuíssem com doações, não atrasassem o pagamento das assinaturas. Seu objetivo, como pontuado no editorial do primeiro número era “a visão do evangelismo e a divulgação da doutrina pentecostal por intermédio da imprensa”²²¹. Ligado diretamente à evangelização e à doutrinação dos leitores.

Neste sentido, com a abertura da CPAD, o jornal entra em uma nova fase, podemos sintetizar o período de 1930 a 1960 com as seguintes características:

²¹⁸ CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. CPAD. Rio de Janeiro, 1960, p.44.

²¹⁹ ARAÚJO, op.cit.

²²⁰ ALENCAR, Gedeon. Op.cit.

²²¹ Mensageiro da Paz, 1930, In: ALENCAR, op.cit.

- É o principal fator de consolidação da igreja nascente. Considerando-se as dimensões geográficas do Brasil e a viabilidade de comunicação na década de 30, um jornal era o que poderia existir de mais eficiente quanto à evangelização, contrastando, inclusive, com a postura contrária adotada para com o rádio e a televisão, anos mais tarde;
- Ele é uma causa. Mais que um simples elo para a extensão territorial do país, o *Mensageiro da Paz* é um bom motivo, meio e método de evangelização. Vendê-lo, ou presenteá-lo é contribuir para a expansão do jornal²²².

Seu primeiro número deixa claro o objetivo do jornal:

O Mensageiro de Paz é o portador de Salvação que deve entrar em todos os lares. Todo crente que tiver o privilégio de lê-lo, deve esforçar-se para propagá-lo entre seus parentes, amigos e conhecidos. Deus recompensa aquele que toma interesse pela evangelização²²³.

Em suas primeiras edições, o jornal era editado em preto e branco. Segundo Alencar, o jornal era publicado no Rio de Janeiro, em tipografias do centro da cidade, mas pelo menos nos dois primeiros anos de sua existência apresentava uma “simplicidade franciscana” se comparado com o jornal metodista *O Expositor* que também circulava na época: usava o mesmo tipo de letras em doze páginas, pouquíssimas fotos, nenhuma ilustração e nenhuma propaganda. Com a fundação da CPAD em 1940, o jornal passou a ser editado por esta. A partir da década de 1970, ele passa a ter a cor azul, predominando nas edições. Neste período custava Cr\$20,00. Sua venda era feita nos templos, e por meio de assinatura.

²²² ALENCAR, 2010.

²²³ *Mensageiro da Paz*, Anno I, 12/30 Apud ALENCAR, Gedeon. Op.cit. p.114.



Fig. 2: Primeira capa do jornal publicado em 1961, ainda em preto e branco, com simplicidade em sua edição.

A partir de 1960, a CPAD tem nova administração com Armando Chaves Cohen, pastor e diretor administrativo responsável pela campanha dos 100 mil exemplares. O objetivo era obter esta tiragem para homenagear o cinquentenário das Assembleias de Deus no Brasil. Consistia em campanha publicitária e apelos para que houvesse aumento de vendas do periódico. Eis o anúncio em sua íntegra:

Em 18 de Junho de 1961 as Assembleias de Deus no Brasil completam 50 anos. Somos mais de 1 milhão de pentecostais e a circulação do “Mensageiro” atualmente é de 66.000. As Assembleias de Deus no Brasil precisam aumentar mais ainda a tiragem do “Mensageiro da Paz”. Em 18 de Junho de 1960 iniciou-se a campanha dos 100.000 mil exemplares a favor do Mensageiro da Paz. É desejo de todos que em 18 de junho de 1961 se atinja o alvo, que é de 100.000 Mil EXEMPLARES. Todo o crente deve esforçar-se pela divulgação do órgão das Assembleias de Deus no Brasil. Determine agora, qual a sua participação nesta campanha, pois nenhum crente deve ficar alheio às comemorações do Cinquentenário das Assembleias de Deus do Brasil²²⁴.

Foi um ano de campanha e constantes apelos junto aos fiéis para que comprassem ao jornal, inclusive ressaltando para os que tivessem melhores condições, comprassem mais de uma edição e doassem a quem não tivesse meios de comprar. Ao fim da campanha, o jornal alcançou a tiragem de 67 mil exemplares por mês, sem, no entanto, conseguir vender 100 mil exemplares²²⁵.

Um outro ponto a se destacar é o fato de citarem na campanha, a Assembleia de Deus com “mais de um milhão de fiéis”, o que não eram os dados compatíveis, pois em 1960, a igreja alcança 700.000 fiéis, segundo publicação do próprio *Mensageiro da Paz*, informação compartilhada pela sua historiografia oficial, mais uma demonstração de que pelo afã em conseguir uma maior evangelização, dados terminavam por serem modificados²²⁶.

Ao longo da década de 1960, foram recorrentes os problemas com a baixa tiragem do jornal, o que ficava claro nas páginas do mesmo, a insatisfação de sua diretoria para com tal atitude por parte de seus leitores, posto que fossem periódicas as matérias tentando entender o porquê das baixas vendas. No sentido de sanar este déficit, eram feitas

²²⁴ A *Seara*, Campanha dos Cem Mil. Dezembro de 1960.

²²⁵ ARAUJO, Isael. Op. Cit. p.458.

²²⁶ CONDE, 2000; ARAÚJO, 2010.

campanhas no jornal e matérias explicando os benefícios da evangelização por meio do jornal e as dificuldades do brasileiro para com a leitura.

A justificativa para a leitura do periódico o colocavam como um “missionário silencioso” que se fazia presente através da leitura, uma vez que:

1. Quando bem impressa, pode ir a quase toda parte, sem sotaque estrangeiro;
2. Sua mensagem é repetida continuamente, sem férias ou licença-prêmio;
3. É relativamente de pouco custo operacional;
4. Apresenta a mensagem de maneira mais cômoda para o leitor;
5. Por via postal penetra em lugares, onde um missionário jamais poderá entrar;
6. Em uma hora pode ser distribuída para mais pessoas do que as que em média assistem a um culto;
7. Proporciona ao leitor a oportunidade de ouvir a mensagem repetidamente, quantas vezes quiser;
8. Proporciona ao leitor o ensejo de estudar qualquer ponto de interesse, com atenção especial²²⁷.

Para os editores, a questão era o problema da leitura, que era elencada como principal motivo para a baixa venda de jornais, posto que os mesmos consideravam seu preço satisfatório para a realidade do país. Em 1961, seu preço era de Cr\$ 5,00, o valor do salário mínimo neste período era Cr\$ 13.440,00 e a tiragem foi de 65.500 exemplares, por edição quinzenal, nota-se, assim, como o número de leitores não cresceu suficientemente apesar dos apelos de campanhas como a dos “cem mil”.

Em 1963, na seção intitulada *Painel* foi realizado pelo jornal um questionário para que os leitores respondessem sobre seus gostos pela leitura, investigando por que o brasileiro lê pouco. Como respostas principais ficaram estas questões:

- 1- O brasileiro lê pouco devido a seu baixo poder aquisitivo;

²²⁷ *Mensageiro da Paz*, 1963, p.2.

2- O brasileiro lê pouco porque é desestimulado pela falta de propaganda honesta: anunciam os livros dizendo o que eles não são, porque o alvo não é o divino, mas o comércio;

3- O brasileiro lê pouco porque lhe falta a orientação escolar²²⁸.

Assim, o jornal construiu o seu caminho alternando momentos de boas tiragens com menores. Quanto à sua diretoria e equipe de jornalistas, continuou a prática da diretoria da CPAD, a maior parte de seus diretores e redatores chefes foram pastores, eis os nomes no período de 1960 a 1985:

Tabela 3: Quadro de Diretores, Redatores e Editor Chefe do Mensageiro da Paz

| DIRETORES | REDADORES | ANO |
|--------------------------------------------------|------------------|----------------------------------|
| Emílio Conde | Emílio Conde | 1960-1962 |
| Emílio Conde | Geziel Gomes | 1962-1968 |
| Alcebíades Vasconcelos Pereira | Geziel Gomes | 1969 |
| Alcebíades Vasconcelos Pereira | Geziel Gomes | 1970 |
| Alcebíades Vasconcelos Pereira | Geziel Gomes | 1971 a outubro de 1972 |
| Paulo Leivas Macalão | Geziel Gomes | Novembro de 1972 a abril de 1973 |
| João Pereira de Andrade e Silva | Geziel Gomes | Mai de 1973 a fevereiro de 1977 |
| Joanyr de Oliveira | Geziel Gomes | Março de 1977 a 1978 |
| Abraão de Almeida | | 1979 a 1984 |
| Nemuel Kessler | | 1984 a 1989 |

²²⁸ *Mensageiro da Paz*, 1963, p.2.

Esta diretoria promoveu mudanças ao longo do tempo no jornal e corroborou para a sua modernização. Quanto ao trânsito na função de diretores vem diretamente da sua função de pastores, quando muitos eram transferidos para outros estados, a fim de assumirem cargos como pastores presidentes. O mesmo não ocorria com a função de redatores, e nomes como Emílio Conde e Geziel Gomes exerceram suas funções por longo tempo.

Emílio Conde é uma figura particular da imprensa evangélica, especialmente da Assembleia de Deus, por ter sido contratado no jornal em 1940 e estar à frente do funcionamento da redação deste por vinte e nove anos. Autor oficial da igreja ao longo da primeira metade do século XX, sendo de sua autoria o livro que primeiro compilou a História das Assembleias de Deus no Brasil, com primeira edição em 1940²²⁹.

Formado em jornalismo, foi escritor, compositor e músico, compondo hinos para a igreja. Não foi ordenado pastor, por opção, pois foi lhe oferecida a escolha ao sacerdócio ministerial, recusou pois acreditava que iria comprometer seu tempo com suas atividades jornalísticas. Contudo, foi o grande responsável pela estruturação do jornal, e por sua expansão para todo o território nacional, deixando sua redação em 1969, quando pediu demissão por motivo de saúde, sendo substituído por Alcebíades Pereira Vasconcelos.

Quanto à estrutura do jornal, ao longo do período de 1960 a 1985, iremos sintetizá-la através do modelo de ficha elaborado pelo historiador Marco Morel para abordagem e levantamento das mudanças sofridas pelo *Mensageiro da Paz*.

Tabela 4: Estrutura do jornal ao longo do período de 1960 a 1985

| | | |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Título do periódico e subtítulo | Mensageiro da Paz | Órgão Oficial das Assembleias de Deus no Brasil. |
| Epígrafe da publicação | “Eis aqui voz trago novas de grande alegria que será para todo o povo” Lucas 2:10. | |

²²⁹ CONDE, 2000.

| | | |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Período de análise | 1960 a 1985 | |
| Número de Páginas por edição | 1960 – 12 páginas 1975-1976 - 16 páginas 1977-1981 -12 páginas 1981-1985-23 páginas | |
| Formato | Tabloide | |
| Suplementos | 1960 – Número especial de Natal 1970: Não Há 1980- Suplemento MP - Literário | |
| Tiragem (declarada nas edições) | 1960 -1961- Declarada 1962 -1985 – A Tiragem não é mais declarada. | Varia entre 62.000 exemplares a 67.000. |
| Venda avulsa? | 1960 - 1978 - feita nos templos, e por meio de assinatura. 1979 - 1980- Bancas do RJ e SP. 1981-1985 - Lojas da CPAD | |
| Periodicidade | 1960-1972 – Quinzenais 1973-1985- Mensal | |

| | | |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Principais seções | 1960: 1970-1980: | Testemunhos Informação, testemunhos, missões, coluna do Diretor, Palavra do Leitor, De todo o Brasil, Parlamento. |
| Há seções de cartas? | 1960: Não | |
| Há seções de cartas? | 1970-1980: Sim | |
| Nome desta seção | Palavra do Leitor | |
| Publica fotografias? | 1960:Não 1970-1980: Sim | |
| Publicidade | 1960: Não 1970-1980: Sim. | |
| Tipologia dos textos publicados | Notícias, crônicas, comentários | |
| Artigos assinados? | Sim | |
| Eventos históricos com destaque | 1960: Ecumenismo, Catolicismo, Modernismo. 1970- Aborto, Uso da Televisão, Política. 1980 - 1985: Política, Teologia da Libertação, Redemocratização. | |

Em 1977, o jornal inaugurou, dentro da seção *Informação*, o setor intitulado *Parlamento*, sobre notícias e pautas defendidas pelos deputados no Congresso Nacional. No começo da década de 1970, o jornal começa a se modernizar, adotando a cor azul nas manchetes, sendo totalmente colorido na década de 1980.



Fig. 3: O jornal na sua versão mais moderna em edição de 1972, ao longo desta década a cor predominante foi a azul, mas surgiram edições com a cor verde, laranja e vermelho.

Neste sentido, entendemos o jornal como importante fonte para a construção da história da Igreja Assembleia de Deus. Pelos motivos que ele foi criado, a igreja o vê como elo, que poderia alcançar todos os fiéis do território nacional. Ainda que na prática, pelo que notamos ao longo da década de 1960 não foi o que ocorreu. Em 1962, a igreja alcançava 702.000 mil fiéis e a maior tiragem do jornal foi de 67.000 leitores, ainda em 1961, fonte de uma intensa campanha para alcançar este número.

Entre 1960 e 1962 logo acima do slogan do jornal vinha a seguinte afirmativa: “O jornal evangélico de maior tiragem da América do Sul”, corroborado pelo simples fato de a igreja possuir maior número de leitores, sem, no entanto, apresentar dados que

comprovassem isto. Em decorrência da cobrança por maiores leitores, o fato é que em 1962, a tiragem do jornal não foi mais publicada, fato que permaneceu até o fim do nosso período de estudo em 1985.

Em linhas gerais, o *Mensageiro da Paz* do período de 1960 a 1985 era composto por diversos gêneros textuais, como: *artigos* (teológicos e sobre assuntos diversos, como o aniversário de Igrejas Assembleias de Deus no país; porque se devia ler o jornal da Igreja e outros materiais, etc.); *poesias*; *poemas*; *acrósticos*; *ensaios*; *notícias* (como, por exemplo, um dropo intitulado “diversas”, isto é, um informativo geral de ações da Igreja; dropes sobre o falecimento de líderes da Igreja; dropes intitulados “na seara do senhor”, trazendo notícias das atividades da Assembleia de Deus em municípios de todo país; decisões sobre a revista *Lições Bíblicas*).

Anúncios institucionais sobre a venda de publicações da Igreja (como, por exemplo, diversos dropes sobre a venda de hinários como a Harpa Cristã e o saltério pentecostal, conjunto de hinários assembleianos; das revistas da Escola Dominical; de livros de autores da Igreja como Emilio Conde, Nils Kastberg, Estevam Ângelo de Souza). *Anúncios de outras instituições*; *listagem* das “igrejas-sede” da Assembleia de Deus no país; *convites* (paras as *Escolas Bíblicas* destinadas aos “obreiros”, para convenções Gerais e regionais; para inaugurações de novos templos; para congressos evangelísticos; campanhas a serem realizadas etc.);

Dropes de incentivo à leitura de certos materiais; *dropes de sugestões*; *dropes de lembretes*; *testemunhos* dos leitores; *apelos*; *fotos* (enviadas ao jornal por membros da Igreja; de alunos da escola dominical de alguns estados; de membros sendo batizados nas águas, entre outras, com notícias escritas a respeito das fotos, etc.); *programação* de cultos de algumas Igrejas; comentários sobre a leitura de livros com conteúdo cristão, com a indicação de sua leitura. As matérias no periódico se dividiam entre não assinadas e assinadas por jornalistas e pastores e percorriam um amplo espectro de gêneros textuais.

Ao lado do *Mensageiro da Paz*, a revista *A Seara* é outra principal fonte de nossa pesquisa. É considerada o segundo periódico mais importante editado pela CPAD no período de nosso recorte temporal. Foi fundada em setembro de 1956 e seu primeiro número obteve tiragem de 11.000 exemplares, ultrapassando os 20 mil vendidos no terceiro número.

Uma importante questão a ser ressaltada, em termos de diferenciação em relação ao *Mensageiro da Paz* era que a Igreja vem com o objetivo de trazer ideias novas, que, uma vez concretizadas, poderiam trazer a abertura necessária à denominação. Este

posicionamento fica claro pelas pautas defendidas pelas revista, que na década de 1960 diferenciavam-se do principal periódico assembleiano.

Para exemplificar a questão, em suas páginas falou-se pela primeira vez no âmbito da igreja, em congressos de mocidade e em institutos bíblicos, até então vistos como inconcebíveis, uma vez que o jornal criticava profundamente a questão da leitura e os hábitos dos seus leitores em relação a estes dois, a revista, em 1960, demonstrava o caminho para superar os problemas. Especialmente com a imagem pejorativa que os pentecostais possuíam como incultos e obscurantistas, a publicação proporcionou esta mudança, uma vez que “Os crentes eram convocados a serem o ‘sal da terra’, a influir na sociedade, a recusar o papel de alienados”²³⁰.

Sob esta pauta, há que se ressaltar, havia o apoio do diretor da CPAD em 1957, João Pereira de Andrade e Silva, que voltaria a ocupar este posto de 1977 a 1978. Suas pautas buscavam uma aproximação maior com os jovens, destacando o papel que estes deveriam ter na igreja. Dentro desta postura, abriu espaço para novos editores, como Antônio Gilberto da Silva, José Apolônio da Silva e Sílvio Amaral com suas crônicas, que até então não tinha espaço no *Mensageiro da Paz*.

A nova postura editorial da publicação foi elogiada publicamente pela revista da Igreja Metodista, a *Cruz de Malta*, seu diretor William Shisler Filho, pontuou “Até agora não se observou entre os pentecostais hostilidades à cultura. Pelo contrário, a revista é orientada por mentes arejadas”.²³¹

Contraditoriamente, dentre as mentes consideradas inovadoras, estava a mesma equipe do jornal *Mensageiro da Paz*. Em 1960 os jornalistas que compunham a redação da revista era os seguintes:

- Diretor: Armando Chaves Cohen;
- Redator: Emílio Conde;
- Assistente Técnico: Augusto Costa.

Em 1961, houve a mudança quando Deolando Almeida assumiu a direção da CPAD e conseqüentemente, a chefia de *A Seara*. Não alterando-se este quadro ao longo da década de 1960, os diretores da CPAD eram o da revista.

²³⁰ ARAÚJO, op. cit. p.773.

²³¹ Ibidem.

Em formato típico de revista jornalística, com 32 páginas, a revista era bimestral. *A Seara* possuía como objetivo principal a informação sobre as principais notícias do Brasil e do mundo, sob o ponto de vista evangélico. Na década de 1960, a ênfase especial foram os assuntos da comunidade evangélica, dentre os quais as celebrações de cultos comemorativos, inauguração de novos templos, batismos de novos crentes e testemunhos.

Na década de 1970, é significativo, no entanto, no que se refere às pautas da revista, a preocupação com temáticas mais gerais, que aconteciam no país. Eles pensavam ser necessário esclarecer aos fiéis o posicionamento adequado a se tomar sobre questões como o aborto, o cigarro e a moral adequada e esperada dos fiéis. Esse posicionamento que se confirmou no início da década de 1980, quando a pauta política torna-se mais contundente, com a coluna “Última Página”, onde os principais articulistas da revista se pronunciavam sobre temas do cotidiano fora do mundo evangélico, especialmente, questões políticas e a preservação da moral e bons costumes dos brasileiros.

As principais seções da revista intitulavam-se: “Escreve o Pastor”, em que pastores de todo o país escreviam artigos em tom doutrinário; “Povos da Bíblia”, “Seleções Históricas”, “Nótulas Científicas”, “Vida infantil”, “Conhecimentos Gerais”, “Crônica” e “Nossos Poetas”. Percebe-se a preocupação em pontuar temáticas gerais, e, especialmente, os jovens, as crianças e aos leitores, posto que os poemas eram os mesmos que enviavam.

Outra característica positiva da igreja é o fato de, em 1960, preocupar-se com a opinião do leitor, através da seção: “Qual a Sua Opinião?” Em que questionavam a seção predileta dos leitores, e o que estava faltando figurar entre as seções permanentes da revista, além de pedir a colaboração dos leitores com notícias importantes de sua igreja local, com fotos e dados comemorativos.

Um ponto a ser destacado em relação aos periódicos era quanto à publicidade. Esta era inexistente no *Mensageiro da Paz* ao longo da década de 1960, havendo sugestões e propagandas somente de livros da CPAD, enquanto na revista *A Seara*, no número de 1960, constar propagandas de óticas Riviera (“existe para servir”), Casa Manon (Harmónios e Órgãos para igrejas, escolas e residências) e da Casa Fontes (que vendia linhos nacionais e estrangeiros).

São alguns dos exemplos de propagandas vinculadas nas páginas da revista, sendo distribuídas em uma única página ou podendo vir logo após a primeira página, juntamente

com uma notícia importante, estando sujeita ao preço a ser pago, como era explicado no periódico.

Neste sentido, entendemos a revista *A Seara* como um aprofundamento moderno do pensamento da Igreja em nível nacional, com um maior refinamento por parte de seus editores. Especialmente em relação a pautas, que só teriam espaço na década de 1970 no jornal *Mensageiro da Paz*, como questões relacionadas à juventude, sendo incorporadas pela revista em 1960.

O seu discurso construído permitia ao leitor acesso a uma visão ampliada das informações do Brasil e do mundo, mas com a leitura direcionada, selecionada sobre que posicionamento tomar, que grupo ser contrário, dentro dos caminhos propostos pela igreja.

A partir destes pressupostos, constatamos que estes periódicos, com seu primeiro número de fundação e ao longos dos números publicados desde então, visam, a princípio, a um tipo de leitor: o leitor da “mensagem” ou “causa” pentecostal. Não há o interesse em suas páginas em traçar paralelos com outras denominações evangélicas, criticando, inclusive, a abertura cultural e política de suas concorrentes, através da opção contrária pelo ecumenismo.

Na mesma perspectiva, há uma relação imbricada entre a direção da CPAD, do jornal *Mensageiro da Paz* e da Revista *A Seara*, posto que seja a mesma diretoria, só se alterando os autores dos artigos, mas estes em sua maioria eram pastores, quadro modificado somente ao fim da década de 1970, quando surgem os primeiros jornalistas formados e membros da Assembleia de Deus.

Pode-se também perceber que a revista *A Seara* e o jornal *Mensageiro da Paz* parecem apresentar “ações educativas”, mas que na verdade são estratégias, posto que o jornal é usado tanto no contexto interno da igreja, fazendo o papel mais contido de evangelização, terminando por abandonar esta postura somente no final da década de 1970. Enquanto isso, a revista terá uma postura editorial de maior abertura, mas que termina por colocar de forma mais direta os posicionamentos conservadores da igreja.

Suas “ações educativas” parecem, a princípio, ser apenas duas: fomentar a “evangelização” e a “militância”, posteriormente, preocupando-se com o que o fiel está lendo e de que forma. Toda essa ação se deu a partir da utilização da imprensa evangélica.

No atual cenário religioso, não se pode vislumbrar o que seria de uma determinada religião sem se fazer presente, ainda que de uma forma débil e frágil, na esfera pública midiática. Trata-se de uma questão de sobrevivência.

As religiões, principalmente as cristãs, têm uma relação muito íntima com os meios de comunicação, por razões teológicas que decorrem de sua natureza. Atualmente, muito em função das mídias eletrônicas. Essa relação tem a ver com a política que, na democracia, possui ligação com a divulgação passiva de ideias e de apelos.

O pentecostalismo ilustra, de maneira muito forte, a ligação entre os meios de comunicação religiosos e a política. Problematizaremos, agora, como esta relação se iniciou na igreja Assembleia de Deus.

2.4 “Segurança Política, moral e social”: discursos e posicionamento religioso frente ao Brasil dos anos sessenta.

Diferente da Igreja Católica, os evangélicos não constituíam uma base homogênea, ou seja, uma forte organização representativa de diálogo e interlocução da sociedade civil com o Estado. A Confederação Evangélica do Brasil, criada em 1934, havia cumprido em parte esse papel até o golpe de 1964, quando começou o seu declínio e fim²³². Sendo assim, o contexto evangélico, marcadamente diversificado, assumiu posturas a partir das suas denominações e grupos com alinhamentos ideológicos semelhantes e dispares, ao mesmo tempo.

Podemos pontuar este alinhamento ideológico tornando-se público de forma oficial, no que se refere à igreja Assembleia de Deus em setembro de 1964. Cinco meses após a deposição do presidente João Goulart, a denominação pentecostal tornou pública o seu posicionamento, em termos de apoio e, especialmente, concordância para com o novo regime instituído, no jornal *Mensageiro da Paz*.

Oficialmente, podemos considerar a postura das Assembleias de Deus dúbia, pois emprestaram apoios, ora declarados ou não, mas, na maior parte do tempo, operaram silêncios coniventes. O silêncio sobre o seu apoio atrela-se diretamente, no âmbito da seletividade da memória²³³.

²³² BATISTA, Saulo. op. cit.

²³³ POLLACK, 1991.

Ao lermos sobre este período da História do Brasil, em sua historiografia oficial, a AD reconhece que “Muitos evangélicos também participaram do governo militar, que comandou o país a partir de 1964, e alguns foram até deputados. As igrejas, de forma institucional e organizada, não se envolviam com política partidária, mas mantinham relações com o poder público”.²³⁴ Esta afirmação consta no *Dicionário do Movimento Pentecostal*, publicado em 2007. Passados quarenta e três anos do golpe, é um fato importante que uma publicação oficial reconheça sua participação neste movimento, ainda que seja através de uma tentativa de retirar o papel de apoio explícito que a igreja se enveredou ao longo da década de 1970.

Na concepção do jornalista Isael de Araújo, autor do livro, a participação dos evangélicos da Assembleia de Deus, na política, se deu por meio de um “modelo autogerado ou auto impulsionado”, utilizando a formulação do sociólogo Paul Freston em que “um indivíduo constrói, ou já possui, uma projeção política, atua de maneira autônoma na política e faz um apelo aos evangélicos para que votem nele”²³⁵.

O argumento de Araújo parte do pressuposto que não havia o apoio institucional da Assembleia de Deus, formalizado publicamente, que em sua concepção, este apoio só começará por parte da igreja em 1999, com a criação da Comissão de Assessoria Política, criada pela Convenção Geral das Assembleias de Deus em 1999. No entanto, podemos afirmar, por meio da pesquisa nos dois periódicos principais desta igreja, que o apoio vem sendo feito desde 1969, com debate iniciado em 1961.

No início da década de 1960, no jornal *Mensageiro da Paz* e na revista *A Seara*, articulistas debatiam sobre a participação política dos pastores da Assembleia de Deus no cenário político brasileiro. É importante destacar que mesmo sem um projeto político institucional, houve protestantes presentes na política brasileira, anterior a este período, principalmente a partir da década de 1930. A preocupação de minoria religiosa em uma sociedade fortemente católica levava-os a assumirem a bandeira da liberdade de culto para todas as religiões e a real separação entre Igreja e Estado, com forte críticas ao catolicismo²³⁶.

²³⁴ ARAÚJO, op. cit. p.703.

²³⁵ FRESTON, Paul. Tendências da Política evangélica às vésperas das eleições. *Ultimato*, Ano XXXV, nº 278, set-out 2002.p.65.

²³⁶ BATISTA, 2009.

Há que se ressaltar que estes eram ligados às igrejas protestantes históricas: eram presbiterianos, metodistas, luteranos e batistas. Enquanto os pentecostais, pela visão negativa da sociedade brasileira, vistos enquanto seita, analfabetos e humildes, mantiveram-se afastados e fazendo questão em pontuar a necessidade de afastamento da política, principalmente, a Assembleia de Deus.

O argumento utilizado era o de que a política iria corromper o pastor. Pois questão a ser ressaltada é que sempre que se falou em participação política, o nome lembrado foi o do pastor. Nos periódicos pesquisados, não foi tocado em nomes de presbíteros ou diáconos. Para exemplificar a postura da igreja, no início da década de 1960, em julho de 1963 o *Mensageiro da Paz* publicou o artigo “*Cuidado Com a política no Ministério*” de autoria de José Meneses, pastor e articulista de artigos doutrinários para o jornal, em que o mesmo destaca a razão principal de seu argumentos: “É uma desgraça quando um servo de Deus chega a posição de preferir um diploma de político ao Diploma de Ministro de Evangelho”²³⁷. Ele continua, questionando aos leitores:

Desafio que me provem se um crente fervoroso, que ingressou na política, passou quatro anos nos debates da mesma, no contender constante e acirrado que é sempre a moda... e voltando depois as suas atribuições na Igreja ou no ministério, tenha aquele fervor e zelo espiritual que tinha antes de aderir o contágio antibíblico com os companheiros da esquerda?²³⁸

O autor justifica seu argumento, pontuando que, para ele, não se pode agradar a dois senhores, fazendo referência ao versículo bíblico Mateus 6:24. Além de ser visível, em sua opinião, como os pastores se transformam depois de assumirem algum cargo político, apesar de citar membros da esquerda, como companheiros destes pastores, ele considera que o objetivo destes seja a sede de poder. Em razão de “Um pastor que galgou o lugar de vereador, amanhã pleiteará o de deputado, depois embriagado pelo vício do ambiente, pleiteará a cadeira de governador com a ideia de servir melhor a causa (como é sempre a plataforma)”²³⁹.

O artigo deste pastor se destaca por seu posicionamento crítico frente à vivência partidária, é interessante destacar como em 1963 o imaginário político estava construído

²³⁷ MENESES, José, Cuidado Com a política no Ministério. *Mensageiro da Paz*. 01/07/1963.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ MENESES, op.cit.

em torno da busca pelo poder e, também, por busca efetiva de cargos, o pastor ignora qualquer vinculação partidária como argumento para o interesse destes pastores. Ele cita, inclusive, o caso do pastor Antônio Torres Galvão (1905-1954), considerado o primeiro evangélico pentecostal a governar um Estado brasileiro.

O caso de Torres Galvão, como ficou conhecido, é emblemático, por ser o primeiro assembleiano eleito em 1946, a deputado estadual na cidade de Paulina, Pernambuco, cumprindo mandato de 1947 a 1951, participando da elaboração da Constituição Estadual de Pernambuco. Ele foi líder sindical, organizando o Sindicato de Fiação e Tecelagem em Paulista, que representava os funcionários das quatro fábricas de tecelagem da cidade, pertencentes às Casas Pernambucanas²⁴⁰.

Durante o mandato pediu afastamento do ministério pastoral, para se dedicar ao mandato como político. Jose Menezes, em seu artigo supracitado, destaca que logo que assumiu a legislatura, sua primeira ação foi pedir afastamento, só aparecendo na Igreja aos domingos e em carro oficial, isso, em seu segundo mandato, reeleito em 1950 como deputado estadual mais votado do Estado.

Em 1952, como presidente da Assembleia Legislativa assumiu o governo do Estado devido à morte do governador Agamenon Magalhães. Governou o estado de Pernambuco por 110 dias, deixando o cargo quando Etelvino Lins de Albuquerque venceu as eleições e assumiu a função.

Como político, por suas pautas defendidas e aproximação com os sindicatos foi considerado um progressista. Filiado ao Partido Social Democrático (PSD), em seu mandato aprovou um projeto de desapropriação de 50 hectares das terras que pertenciam à Companhia de Tecidos Paulista. Desapropriação conseguida, porque inseriu um artigo na elaboração da nova Constituição do Estado em que toda empresa deveria ter um limite para propriedade de terras.

Contudo, não esqueceu sua origem pentecostal e conseguiu a mudança de nome de um distrito próximo à sua cidade, chamado Maricota, que vinha a ser o nome de um famoso prostíbulo na região, daí o nome da cidade passou a ser Abreu e Lima, revolucionário que passou pela região. Com planos de se candidatar à prefeitura da cidade de Paulista, sofreu um enfarto em 1954, meses antes de concluir seu segundo mandato como deputado estadual.

²⁴⁰ ARAÚJO, Op. Cit. p.327.

Torres Galvão passou a ser destacado pelo jornal *Mensageiro da Paz*, como exemplo em que não se podia conciliar vida política com vivência religiosa. Em que pese a oposição do jornal, continuaram a surgir nomes isolados. A partir da década de 1960, em Minas Gerais, João Gomes Moreira e Paulo Freire de Araújo, deputados estaduais. No Pará, Antônio Teixeira como deputado estadual e Sebastião Bronze, como vereador. No Rio de Janeiro, o deputado Estadual José de Souza Marques. No Maranhão, a partir da década de 1970, Costa Ferreira, primeiro como vereador (1977-1983) e (1983-1987) e depois como deputado federal (1987-1991) ligado à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), por sua longa vivência política, é o membro que possui a maior quantidade de mandatos na Frente Parlamentar Evangélica, em Brasília²⁴¹.

Diante deste conjunto e reconhecendo a presença destes quadros isolados, a igreja mantinha a sua postura contrária, alertando, inclusive, quanto à presença destes pastores políticos no púlpito. Em agosto de 1963, o jornal voltou ao assunto, através do artigo “*O Pregador e o púlpito*”, destacando que:

O LUGAR É SAGRADO e tratando-se das coisas divinas, exige-se que tudo seja feito de maneira agradável a Deus. Assunto políticos não são próprios para a tribuna evangélica. O povo vem no pensamento de ouvir uma coisa (a mensagem da palavra de Deus) e ouvindo outra diferente sai murmurando contra o pregador²⁴².

Ao se referir ao púlpito como espaço sagrado e em letras garrafais, este artigo que foi publicado sem assinatura, volta a ratificar a postura esperada dos pastores, uma vez que optaram pela vivência pastoral, que deixassem este assunto afastado do espaço da Igreja, especialmente, enquanto estivessem pregando, ou seja, não fosse misturado, o espaço do sagrado com o político.

No ano de 1964, a conjuntura política do país é modificada, deve ficar claro que nada foi comentado nas páginas do *Mensageiro da Paz* e na revista *A Seara* sobre a destituição do presidente João Goulart do cargo de Presidente da República, nem a respeito de toda a crise que assolou os meses anteriores a deposição do Presidente, nos anos de 1961 a 1964, o nome do Presidente não foi citado.

²⁴¹ BATISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009. p.158.

²⁴² O Pregador e o púlpito. *Mensageiro da Paz*. Ano 33, N.15, 1ª Quinzena de Agosto de 1963.

O que destoa de toda a imprensa nacional, que via nos jornais, a sua maior força de expressão política, juntamente com o rádio. Os principais periódicos do país, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, trataram com grande exatidão o tema. E, principalmente, os jornais das outras denominações evangélicas, como “*O Estandarte*”, da Igreja Presbiteriana Independente (IPI) e “*O Jornal Batista*”, ligado à igreja Batista, posicionaram-se em tom de apoio à mudança de poder²⁴³.

Passados cinco meses da deposição, e com o general Castelo Branco exercendo seu mandato de Presidente eleito pelo Congresso Nacional, a Assembleia de Deus se posiciona. Através de um artigo no *Mensageiro da Paz* intitulado “*O Cristão e as Falsas Ideologias*”, de autoria de Athayde Magalhães. O autor inicia seu artigo pontuando o que eram as falsas ideologias, ratificando que nunca é demais “advertir” sobre estas, pontuando o Comunismo como a principal.

No entendimento do autor, este deveria ser combatido para não infiltrar-se nos organismos “socioeconômico políticos e educacionais”. Para tanto, é feita uma explicação do pensamento de Karl Marx, o Materialismo Dialético, chamando a atenção para a forma como este é ensinado nos livros didáticos, posto que seja um perigo para jovens evangélicos entre 15 e 18 anos, que ainda não estejam com sua formação doutrinária formada. Com estes argumentos, pontua que “Diagnosticado que seja o mal, então vamos combater a sua ação deletéria”, o autor conclui que:

A Revolução que em boa hora veio para desarticular o comunismo, a subversão e a corrupção, certamente a de voltar a sua atenção para o conteúdo dos livros didáticos, verdadeiros Cavalos de Tróia, que roubam ao adolescente todos sentimentos cristãos, porque, como afirmei, o Materialismo Dialético tem o seu fundamento em tudo aquilo que é anticristão e como tal, deve ser extirpado dos livros didáticos, onde estão como foro de verdade. Os livros didáticos, portanto, deverão ser revistos e deles retirados o fermento do materialismo, com o que o marxismo leninismo leveda as consciências e domina os corações²⁴⁴.

Este foi o único artigo com posicionamento por parte da Igreja, sob o novo governo, ao longo do ano de 1964, especialmente por ser o único da década de 1960 que cita a palavra “Revolução”. Deste artigo, pontuamos o apoio e reconhecimento da denominação, por meio de seu principal periódico, ao considerar a deposição de um

²⁴³ ALMEIDA, Adroaldo José Silva. Jornais Evangélicos em Tempos de Ditadura. *Revista Perspectiva Histórica*. Volume 4, nº5, Julho de 2015.

²⁴⁴ O Cristão e as Falsas Ideologias. *Mensageiro da Paz*. Anos 34, N.38. 2ª Quinzena de Setembro de 1964.

presidente eleito democraticamente, por ação de militares, como um processo revolucionário.

O apoio da igreja Assembleia de Deus aos governos dos militares, deve-se ressaltar, não deve ser entendido de forma homogênea, posto que aqui estamos considerando o posicionamento por meio dos seus periódicos. Quanto aos fiéis, não podemos homogeneizar a sua fala e posicionamento, posto que seja provável haver vozes destoantes, o que no nosso caso específico seja problemático afirmar, uma vez que o jornal não possuía ao longo da década de 1960, a seção de cartas dos leitores, inaugurada somente na década de 1970.

Nos anos posteriores o jornal não voltou a pautas de teor político, seja no sentido de condenação à participação de pastores na cena partidária, seja em relação ao novo governo. Temas relacionados ao cotidiano voltam a ser pontuados somente em 1968, ano de turbulência política e efervescência cultural. Com críticas ao cigarro, ao rock como música profana, e questão do vestuário das mulheres e corte de cabelo dos homens, como veremos no próximo capítulo, uma vez que esta pauta foi acentuada ao longo da década de 1970.

Em 1969, o jornal volta a se posicionar com um artigo intitulado “*Independência ou Morte*”. O artigo não veio assinado e consta na primeira página da edição de setembro de 1969. O intuito do mesmo era comemorar a Independência do Brasil, contudo, logo no início, o periódico pontua o que eles pensam a respeito da História como construtora da memória, “A História não é feita de palavras apenas. São os fatos, sobretudo os relevantes, que se acumulam à medida que os anos passam e que constituem o acervo da História. No entanto, forçoso é reconhecer que aos fatos se associam as palavras e estas são a síntese daqueles”²⁴⁵.

Nesta imbricada analogia entre História como fatos, o periódico termina por reconhecer o poder das palavras, bem pontual com a próxima afirmação do artigo. No seu entendimento, como comemoração para o dia da Independência do Brasil, enquanto não chegasse o dia da “redenção espiritual” deveria ser reconhecida a “cidadania terrena”, no caso a brasileira, e, como tal, o reconhecimento dos direitos e deveres como cidadãos, por esta razão, o jornal pontua que:

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da Pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam

²⁴⁵ Independência ou Morte. *Mensageiro da Paz*. Setembro de 1969.

sob inspiração divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associado a manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando, o governo da Nação²⁴⁶.

Este agradecimento público a um governo de exceção sintetiza bem o pensamento político da Igreja Assembleia de Deus. Apoio, consentimento e alinhamento justificavam tais assertivas como estas. O apoio se deu a fim de alinhar-se por concordar ideologicamente com as ações e propostas do governo em vigor, além de, posteriormente, despertar o interesse em fazer parte deste universo político, pleiteando, assim, representatividade política.

O artigo ainda continua pontuando que “Não dispomos nem de tempo, nem de condições, nem de intenções de realizar pregações políticas. Mas dentro de uma faixa de civismo ético e responsável podemos conclamar a própria Pátria, a uma rendição a Cristo”²⁴⁷. E é neste tom que o jornal tornava claro o seu posicionamento, sempre utilizando-se de fundamentação teológica aos interesses da manutenção da ordem estabelecida, ordem.

Resolução esta que, na concepção política e doutrinária da Igreja Assembleia de Deus vinha atrelada à segurança política, moral e social, conseguida graças ao sucesso do governo. Para exemplificar este fato, em 1969, a revista *A Seara* publicou um artigo em seu editorial de janeiro de 1969, intitulado “*Falando de Segurança*”, em que mais uma vez ratifica o seu contentamento com o governo militar, principalmente pela reunião do Presidente da República, Arthur da Costa e Silva com o SNI (Conselho de Segurança Nacional):

Quando alguns cidadãos exaltados e irresponsáveis tratam de subverter a ordem pública, vê-se que atitudes repressivas são tomadas de imediato pelo fato de envolverem matéria de segurança nacional. As autoridades são constituídas para manter a ordem, defender a integridade, proteger os cidadãos e consolidar a soberania da Pátria. Tudo isto significa segurança, Segurança da Pátria, da família, do indivíduo. Quando em seu tríplice aspecto a segurança é efetivada teremos então, a estabilidade Política, moral e social. Sem essa experiência nenhuma nação obterá prosperidade. Nenhum povo triunfará²⁴⁸.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ Independência ou Morte. *Mensageiro da Paz*. Setembro de 1969.

²⁴⁸ Falando de Segurança. *A Seara*. Janeiro de 1969.

A doutrina de Segurança Nacional engendrada pelo governo militar deu sustentação aos discursos internos das igrejas, no sentido da centralização burocrática e ideológica. As igrejas careciam de condições políticas para implementar ações opostas à desagregação institucional e a favor da uniformização doutrinária e litúrgica²⁴⁹.

Assim, a igreja Assembleia de Deus justificou suas ações ora com o discurso teológico, ora nomeando os inimigos a serem combatidos. Em um primeiro momento, o Comunismo, posteriormente, o Ecumenismo e, por fim, a solução com a vitória da “Revolução” brasileira empreendida pelo governo vitorioso, que iria garantir a segurança moral das famílias brasileiras, impedindo que o país fosse corrompido e virasse uma terra socialista tomada por ateus.

O que se viu ao longo da década de 1960 foi o início da inserção partidária da Igreja Assembleia de Deus. Em um primeiro momento isoladamente, com vereadores e deputados estaduais, sem o apoio institucional da CGADB, mas com o reconhecimento público de suas atividades nas páginas dos seus principais periódicos. Pastores que uma vez políticos, ausentavam-se dos púlpitos e corroboravam o discurso dos contrários a esta prática. Se a política corrompia o pastor nos meados da década de 1960, o que se viu nos próximos anos, foi a completa mudança de postura da igreja, pois a partir dos anos de 1970, o lema passou a ser: “Irmão vota em Irmão”!

²⁴⁹ SANTOS, L. A.; SENRA, Álvaro de Oliveira. O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo, Jacqueline Ventapane Freitas. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante* - Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p.219.

Capítulo 3

Em quem votaremos? Cultura Política e construção do discurso moral e eleitoral da Igreja Assembleia de Deus na década de 1970

A Igreja de Cristo não é um partido político.²⁵⁰

A década de 1970 inicia-se em meio a questionamentos por parte da igreja Assembleia de Deus, quanto a qual caminho seguir diante da conjuntura vivida pelo Brasil nos primeiros anos daquele decênio. Essa escolha veio permeada pelos desdobramentos ocorridos ao longo da década anterior, quando a instituição religiosa se questionava sobre o crente ser político. É nosso intuito, ao longo deste capítulo, analisar de que forma ocorreu a mudança de postura por parte da direção da igreja, pois até então o que era condenado passou a ser apoiado. Esse processo que, como já se disse, tornou-se público através de suas principais publicações, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*.

Discutiremos como foi construído um debate em torno da cultura política esperada dos membros da Assembleia de Deus. Primeiramente, com a construção de um pensamento teológico para justificar o envolvimento político e, posteriormente, por meio de seus periódicos, com a instituição religiosa tornando público os fiéis assembleianos e evangélicos de outras denominações que possuíam cargos na cena partidária brasileira.

Seja como deputados federais, estaduais e vereadores, os líderes da igreja estabeleciam para os fiéis os critérios que definiam os que eram candidatos aptos a vida pública partidária, ou seja, os que carregavam os pressupostos considerados eficazes para representar a Assembleia de Deus no pleito eleitoral.

Neste sentido, problematizaremos os principais fatores para a aceitação de um candidato evangélico, qual a postura esperada, as bandeiras defendidas e o conjunto de plataformas que deveriam ser criticadas por um político como membro da Assembleia de Deus.

Ao analisarmos a conjuntura política, econômica e social da década de 1970 no Brasil, entendemos por que temas como a crítica ao ecumenismo, a aprovação do

²⁵⁰ OLIVEIRA, Joanyr de. Em quem votaremos? *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.º 1095, 16 a 31 de julho de 1978, p. 2.

divórcio, o consumo em locais públicos do cigarro, o debate em torno da música ouvida pelos fiéis e, especialmente, a situação política, com seus governos militares, passaram a ser pautas frequentes nos principais periódicos assembleianos. Uma vez que, ao longo da década de 1970, a igreja Assembleia de Deus tornou explícito seu apoio à forma de governo em vigor no Brasil e matérias que tratavam destes temas serviam para direcionar a continuação da ordem estabelecida, atrelada ao progresso econômico que o país vivia.

3.1 Para onde vamos? A década de 1970 no Brasil e seus desdobramentos para a igreja Assembleia de Deus

Acautela-te, pois... e não te intrometas com os que buscam mudanças.²⁵¹

A década de 1970 representou a continuidade das propostas desenvolvidas ao longo da década de 1960 por parte da igreja Assembleia de Deus. Se na década anterior a igreja apresentou suas justificativas para apoiar a destituição do governo de João Goulart, tendo no comunismo seu principal inimigo, pautando este apenas sobre o aspecto revolucionário, visto como algo maligno, esquecendo de suas propostas trabalhistas e reformistas no decênio que se iniciava, era chegado o momento de buscar a representação partidária, algo que se coadunava com a importância da denominação e, especialmente, com os interesses políticos de seus dirigentes, pastores, em sua maioria.

O Brasil vivia sob a institucionalização do Ato Institucional nº5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, pelo general Costa e Silva, que mudou sistematicamente a vida de muitos brasileiros, posto que foi o momento mais duro do regime, vigorando até o fim de 1978. Esse ato determinou, dentre outras medidas, poder de exceção aos governantes que agissem em defesa dos interesses do governo federal, e determinava no seu “Art. 11: Excluem-se de qualquer apreciação judicial, os atos praticados de acordo com este Ato Institucional”²⁵².

²⁵¹ ACAUTELA-TE. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n. ° 03, Rio de Janeiro, fevereiro de 1970, p. 3.

²⁵² Ato Institucional nº5. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br> >. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

A partir do AI-5, foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado (voltando a ser aberto somente em outubro de 1969), a suspensão da garantia do habeas-corpus, a suspensão de direitos políticos de ministros do Superior Tribunal Federal e de deputados federais. O objetivo principal, segundo uma de suas deliberações, era “encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”²⁵³.

No dia seguinte à sua publicação, o *Jornal do Brasil* estampava em sua primeira página a seguinte “Previsão do tempo: Tempo negro, temperatura sufocante, o ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx. 38°, em Brasília. Mín.5°, nas Laranjeiras”²⁵⁴. Esta manchete, que anos depois ficaria marcada por sintetizar bem o clima daquele tempo, marca a mudança de postura da imprensa brasileira, uma vez que a grande imprensa, em larga medida, apoiou o golpe de Estado e posterior governo militar e a condenação do trabalhismo e de movimentos sociais entre 1964, ano do golpe, e 1968, ano de implantação do Ato Institucional 5 (AI-5). O próprio *Jornal do Brasil* mostrou-se a favor da queda de João Goulart, postura que se modifica a partir do endurecimento do governo para como a imprensa, através da Lei da Censura.

Esta Lei fez parte de um conjunto de dispositivos legais reunidos na Lei nº 5.250, promulgada em 9 de fevereiro de 1967, que entrou em vigor em 14 de março do mesmo ano, conhecida como Lei de Imprensa. É bom ressaltar que este controle sobre os meios de comunicação se desdobrou de várias maneiras, dentre os quais fundamentados pelos Atos Institucionais nº1 AI-1 (1964-1965) e nº2 AI-2 (1965-1967), pela Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 1935, mas endurecida pela criação, por parte da Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional em 1968, até o seu apogeu durante a vigência do Ato Institucional nº5 (AI-5), que em seu artigo 9º conferiu ao Presidente da República capacidades para a imposição de censura prévia sobre os meios de comunicação, desde que considerasse um ato “necessário à defesa da revolução”²⁵⁵.

Neste diálogo com o AI-5, surgiram outros dispositivos legais para auxiliar a prática da censura, dentre estes a Emenda Constitucional nº1, outorgada em 17 de outubro

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1968, p.1.

²⁵⁵ COSTELLA, Antônio. Lei de Imprensa. <[http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-temático/lei de imprensa](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-temático/lei%20de%20imprensa)>. Acesso em 15 de julho de 2017.

de 1967, que renumerou o artigo 150 do texto constitucional, como 153, acrescentando não serem toleráveis “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. Amparando-se nesse adendo, baixou-se o Decreto Lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970, que criou a censura prévia às publicações obscenas²⁵⁶. Estas determinações legais se coadunam com a forma como o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara* viam a política e, também, a participação da imprensa neste processo, tornando-se cada vez mais evidente as afinidades ideológicas entre as propostas de censura e os projetos da AD.

Com um contexto econômico internacional favorável, marcado pela expansão acelerada do comércio internacional e pela disponibilidade de capitais para investimento e financiamento, o que não se repetiria nas décadas seguintes, o país se viu apoiado por uma série de medidas e investimentos estatais, que corroborou para um crescimento econômico nunca antes vivenciado pela economia brasileira, razão pela qual foi denominado de “milagre econômico.”²⁵⁷ Contudo, ainda que este “milagre” fosse observado com o crescimento da economia, grande parte da população sofreu com o arrocho salarial, os trabalhadores não tinham reajustes compatíveis com o crescimento da inflação e eram proibidos de fazer greves. Dessa forma, o “milagre econômico” não significou um ganho real para a população brasileira.

Foi neste contexto de transformação, marcado por um crescimento da economia em que os números impressionavam, com resultado de 9,5% em 1970; 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973²⁵⁸, índices não repetidos ainda hoje no Brasil, que os periódicos da Assembleia de Deus construíram sua narrativa, destacando o período de mudança pela qual o país passava, já que havia na esfera religiosa daquele momento histórico, “verdadeira efervescência no que tange a movimentos e a mudanças”²⁵⁹. Para o jornal *Mensageiro da Paz*, era o momento da maior denominação evangélica do país

²⁵⁶ COSTELLA. op. cit.p.3.

²⁵⁷ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Volume 2. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁵⁸ REIS FILHO, 2014. p.79.

²⁵⁹ ACAUTELA-TE. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n. ° 03, Rio de Janeiro, fevereiro de 1970, p. 3.

posicionar-se, inclusive, para os editores: “É o caso de interrogarmos: *para onde vamos?*”²⁶⁰

Por meio deste questionamento, a igreja começou a elaborar propostas de como atuar no início de uma era marcada por tantas transformações. Do ponto de vista assembleiano, a década pode ser entendida no seguinte contexto: “Estamos na era dos hippies, estamos na era do sexo, estamos na era das agitações”²⁶¹. Com esta afirmação marcada pelo conservadorismo característico, os editores da revista *A Seara*, não por acaso a publicação lançada com o intuito de fazer a aproximação dos periódicos da editora CPAD com o público jovem, lança um editorial no primeiro trimestre de 1970, intitulado: *Atenção Juventude Cristã*, em que chama a atenção dos jovens quanto ao seguinte:

Caro jovem cristão, coube-te existir e viver na terra em uma época confusa, época de mudanças e de inquietudes sociais, época de insatisfação e de descontentamento, época de rebeldia e de levantes, de amotinações e revoltas, muitas vezes injustificadas. E, de certo modo, é você, meu caro jovem, o elemento diretamente visado pelos agitadores, como elemento capaz de ser por ele usado, a semelhança de um cavalo de batalha, posto em campo como ativista, nesta batalha inglória movida contra os Poderes e os sistemas constituídos de nossa Pátria querida²⁶².

Este alerta aos jovens da Assembleia de Deus veio permeado por subterfúgios relacionados à conjuntura política, cultural e social do país. No ano de 1970, o Brasil vivenciava o agravamento das torturas iniciadas em 1964, o que ficou caracterizado como *anos de chumbo* do período da ditadura civil militar, atrelada ao endurecimento da prática da censura, legitimada pelo AI-5.

O censor foi uma figura pública investida de poder disciplinador para corrigir os excessos cometidos²⁶³. É interessante levar-se em consideração que os militares sabiam da importância do controle dos meios de comunicação, pois neles transitavam as informações potencialmente perigosas, capazes de gerar a insatisfação e a resistência ao poder ditatorial, mas, especialmente, eram notícias de fácil consumo pelos jovens. Motivo

²⁶⁰ GOMES, Geziel. Para onde vamos? *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1103, Março de 1979, p. 3.

²⁶¹ ATENÇÃO JUVENTUDE CRISTÃ. *A Seara*. Março de 1970, p.2.

²⁶² ATENÇÃO JUVENTUDE CRISTÃ op. cit.p.2.

²⁶³ ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014. p.117.

pelo qual a Assembleia de Deus chama a atenção dos seus jovens fiéis. Havia no país uma tensão entre a lógica dos militares e uma sociedade em expansão, modernizadora²⁶⁴.

Nestes novos tempos, o indivíduo, principalmente o jovem, não mais se encontrava prisioneiro de um conjunto de influências tradicionais como a família ou a igreja. Ele passa a ser o centro das atenções de uma sociedade de consumo. Processo iniciado na década de 1960, cujo auge pode ser identificado nas manifestações estudantis que tomaram várias cidades no ano de 1968, com desdobramentos ao longo dos anos 1970, constituíram-se como movimento de afirmação do jovem na política e na liberalização dos costumes, que dificilmente poderiam ser contidos por qualquer tipo de ideologia. O consumo de drogas, a liberdade sexual, a emancipação feminina não eram simples fenômenos que pudessem ser controlados por uma concepção de mundo conservadora. No entanto, para os dirigentes da Assembleia de Deus, isto seria possível de ser feito, especialmente com a representatividade política necessária para administrar o que não fosse considerado moralmente aceitável.

Em seu chamado à *juventude cristã*, o periódico assembleiano assinala que o jovem é alvo dos *agitadores*, podendo ser facilmente usado. Nesta assertiva, não podemos deixar de notar os subterfúgios utilizados pela igreja para se manifestar contrário às práticas da esquerda brasileira, mas notadamente, contra os jovens, secundaristas e universitários, que aderiram às lutas e manifestações antagônicas à ditadura²⁶⁵. Assim como se utilizou de metáforas, através dos títulos de suas matérias, a exemplo, *nossa batalha individual*, para apontar o momento difícil que os cristãos da Assembleia de Deus estavam sujeitos no Brasil *daquele* tempo:

Estamos envolvidos numa cotidiana batalha de vida e de morte. Cristãos que somos, temos de reconhecer essa conjuntura. Estamos empenhados numa batalha na qual não se pode ceder um milímetro. Numa batalha em que pomos em jogos todas as probabilidades. A nossa participação nessa luta, caro leitor, apresenta, dessa forma, o seu lado individual. Diante de determinadas circunstâncias o crente se transforma num *guerrilheiro* em particular. O crente é obrigado a agir isoladamente defrontando-se com inimigo também isolado. Conhecendo-se a tática de guerrilhas, porém, podemos lutar sozinhos, muitas vezes, utilizando armas as mais inesperadas, e sair vitoriosos²⁶⁶. (Grifo Nosso)

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Sobre a ação da esquerda revolucionária no período da ditadura civil militar há um amplo debate na historiografia sobre o mesmo. Ver: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (Orgs.) Revolução e Democracia (1964 -). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

²⁶⁶ NOSSA BATALHA INDIVIDUAL. *A Seara*. Janeiro de 1973, p.2.

É perceptível a tentativa, por meio da revista *A Seara*, de utilizar termos próprios ao período de Estado de exceção que o Brasil vivia, tais como guerrilheiros, guerrilhas, reconhecendo a *conjuntura* adversa que o país atravessava, assim como a necessidade de uma resposta por parte dos crentes assembleianos, posto que: “Ao enfrentar essa espécie de peleja, o crente precisa adestrar-se e estar altamente preparado e alerta. Nessa batalha individual, o guerrilheiro não somente se defende, mas também ataca. Suas armas – oração e a Palavra”²⁶⁷.

Esta matéria publicada em 1973 deixa claro que a igreja, fundada em 1911, e que sempre pregou por meio de sua doutrina a não participação em questões mundanas, já não poderia ficar distante do que ocorria no resto do país naquela conjuntura. Ao utilizar termos como guerrilheiro para se referir a um fiel, é bem sintomático o quanto os dirigentes da igreja e, conseqüentemente, a redação da revista estavam atentos e, perceptivelmente, temerosos ao que ocorria no Brasil, ainda que não fosse citada diretamente a ação dos guerrilheiros de esquerda no país.

Isto posto, se nos primeiros anos da década de 1960 os periódicos assembleianos silenciaram quanto ao início do golpe civil-militar, por outro lado, nos anos 1970, notamos a mudança na linha editorial de seus periódicos, em que se torna mais clara a existência de um Estado de exceção. Chave de problematização que nos interessa, uma vez que tornou claro o posicionamento da igreja e o caminho que seus fiéis - ainda que dotados das *armas* da *Palavra* e da *oração* deveriam seguir. E, principalmente, que esta era uma escolha individual de cada fiel, como a matéria deixa claro.

Cada sujeito, como membro da Assembleia de Deus, deveria estar informado e posicionar-se quanto ao melhor caminho a seguir. Estes posicionamentos e orientações surgem enquanto estratégias de convencimento utilizadas pela Igreja em consonância com a tradição protestante, visto que afirma que cada fiel tem poder de escolha, mas publica matérias de apoio à ditadura, mostrando os benefícios desta, assinalando que a Assembleia de Deus se identifica com esta forma de governo.

Na conjuntura de posicionamento e orientações construídas pela Assembleia de Deus, o ano de 1970 inicia-se com o pedido de cautela, por parte do jornal *Mensageiro da Paz*, aos seus fiéis. Era o momento do fiel assembleiano acautelar-se, uma vez que:

²⁶⁷ NOSSA BATALHA INDIVIDUAL. *A Seara*. Janeiro de 1973, p.2.

“As mudanças que se processam nos indivíduos repercutem nas denominações a que pertencem e como resultado ao invés de melhorar, as coisas vão de certo modo de mal a pior no âmbito do chamado cristianismo contemporâneo”²⁶⁸.

Esta afirmação é bem contundente, especialmente pela denominação reconhecer que o Brasil passava por um processo de mudança, conscientizando-se que os fiéis seriam os responsáveis por estas modificações, na forma como fossem atingidos por estas. É notável, também, a Assembleia de Deus perceber que o cristianismo contemporâneo passava por um processo de crise.

Isto relacionado diretamente com um processo de longa duração, de negação do que ocorria no mundo, não reconhecimento do que não fosse do âmbito religioso. A Assembleia de Deus, até a década de 1960, ao longo de mais de cinquenta anos de atividades em território nacional, não havia se pronunciado publicamente sobre os acontecimentos de ordem política, econômica ou cultural, no que se refere ao Brasil e ao mundo.

Historicamente, os acontecimentos decorrentes ao longo da década de 1960 e 1970 alteraram a forma como a igreja e seus fiéis viam o mundo. A visão de mundo assembleiana estava mudando e isto pedia uma resposta por parte da sua direção. É pertinente situarmos, como chave de discussão importante para este trabalho, como o assembleiano via o mundo: “fundamentada nas verdades da Bíblia, cuja autoridade, como palavra de Deus inspirada pelo Espírito Santo afirmamos categoricamente”²⁶⁹. Torna-se necessário explicar esta escatologia.

As igrejas protestantes brasileiras, especialmente as denominadas pentecostais, possuem uma influência direta do fundamentalismo religioso de origem norte-americana. Tal movimento e suas posteriores implicações na sociedade e na política marcaram profundamente a religiosidade protestante e pentecostal do século XX.

No final do século XIX, o mundo ocidental observava a religião ser “colocada de lado” e confinada a um papel meramente espiritual²⁷⁰. Os princípios científicos e a

²⁶⁸ ACAUTELA-TE. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n. ° 03, Rio de Janeiro, fevereiro de 1970, p. 3.

²⁶⁹ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970. p. 3.

²⁷⁰ ROCHA, Daniel. *Venha a nós o vosso Reino: relações entre escatologia e política na história do pentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Fonte Editorial. 2012.

racionalidade passaram a ser os legitimadores de toda ação humana. Neste contexto, surgem os primeiros conflitos, posto que grandes parcelas de religiosos não aceitaram passivamente esse papel secundário destinado à religião. Assim, o conservadorismo protestante norte-americano radicalizou sua postura, dando origem, no final do século XIX, ao fundamentalismo religioso.

Tornou-se consenso, dentre os pesquisadores brasileiros, afirmarem que a forma como o evangélico faz política hoje no Brasil se coaduna diretamente com a influência deste movimento religioso, que na definição de Oro, justifica-se, uma vez que o “Fundamentalismo é o movimento social religioso no seio do protestantismo que tem sua gênese num contexto de acentuadas contradições sociais, por conseguinte, de falta de plausibilidade e de relativismo de valores”²⁷¹. Isto se caracterizou por uma postura exclusivista e, conseqüentemente, oposicionista a tudo que não estivesse dentro dos preceitos esperados.

Dentre os códigos esperados, está o princípio da defesa dos valores fundamentais do cristianismo, com uma aceitação exclusiva da Bíblia como fonte de acesso à “Palavra de Deus”, com base na crença na sua inspiração verbal divina, que implicava a ausência de erros, não só em questões teológicas, como também transformava o conteúdo do livro sagrado em irrefutável verdade histórica e científica ²⁷². É perceptível que o fundamentalismo é sectário e não crê na possibilidade de um aprendizado mútuo com o mundo secular. Seu sectarismo vê o espaço público como uma ameaça à segurança trazida pela imutável verdade bíblica.

Assim como é interessante pontuar que “dois traços marcaram visivelmente o fundamentalismo fundante: o caráter de oposicionismo e o milenarismo”²⁷³. Opondo-se a tudo e todos que não compartilhassem a sua visão de mundo, o fundamentalismo, ligado ao apocalíptico, fez ressurgir as tendências pré-milenaristas: “A ênfase no pré-milenarismo resultou da combinação de literalismo bíblico e intransigência, ao que acrescentamos a situação de insegurança e mesmo de anomia social”.²⁷⁴

²⁷¹ ORO, Ivo Pedro. *O Outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996. p.77.

²⁷² ROCHA, op.cit.

²⁷³ ORO, op.cit. p.77.

²⁷⁴ ROCHA, op.cit. p.79.

O pré-milenarismo é marcado pela expectativa de “uma intervenção sobrenatural divina, uma crença na irrupção do sobrenatural na história”²⁷⁵. Não há envolvimento com os acontecimentos do mundo terreno, por considerar que a felicidade virá a partir do retorno de Cristo. Não há interesse no futuro e, por conseguinte, em conseguir um mundo melhor, posto que o presente é o interlúdio para a evangelização e a comunicação de que o fim está próximo.

A postura da Assembleia de Deus, ao longo dos sessenta anos iniciais de sua história, de seguir literalmente a doutrina pregada segundo a palavra da Bíblia, com uma vivência pessoal e espiritual e, especialmente, de apatia social, optando por não se envolver em assuntos do “mundo” como questões sociais e políticas, até o início dos anos 1960, está atrelada diretamente aos preceitos do pré-milenarismo, com fortes tendências fundamentalistas, posto que:

O fundamentalismo e o pentecostalismo são movimentos contemporâneos e simultâneos. Ambos nasceram na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos da América. A partir daí cresceram, foram disseminados pelo mundo, consolidaram-se e continuam a se alimentar reciprocamente. Defenderemos a seguinte tese: o pentecostalismo, que hoje se desdobra em centenas de igrejas institucionalizadas, é um tipo de fundamentalismo²⁷⁶.

É importante não confundir um movimento com o outro, contudo, o fundamentalismo foi marcante para a legitimação pentecostal, pois “o movimento pentecostal não tinha um corpo de doutrinas próprio, além da afirmação do batismo com o Espírito Santo, associado com o dom de línguas. Esse vazio de doutrina, os pentecostais procuraram preenchê-lo adotando o conjunto de dogmas fundamentalistas”²⁷⁷.

A doutrina do pentecostalismo clássico brasileiro abraçou essas concepções escatológicas. A Assembleia de Deus, defende, ainda hoje, esta postura, ao afirmar que:

Cremos na Segunda Vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. Primeira – invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja fiel

²⁷⁵ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p.63-64.

²⁷⁶ BATISTA, 2009, p.12.

²⁷⁷ Ibidem. p.26.

da terra, antes da Grande Tribulação; segunda - visível e corporal, com sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos”²⁷⁸.

Do ponto de vista teológico, esta postura irá direcionar o comportamento da igreja ao longo da segunda metade do século XX, já que:

Na cosmovisão dos pentecostais da Assembleia de Deus, a crença na volta iminente de Cristo desempenha um papel central. Ou seja, para a compreensão do pentecostalismo, neste período [1970-2000], a crença na segunda vinda de Cristo não pode ser considerada marginal, porque estes são tempos apocalípticos. (...) Esta crença reforça e fortalece tanto a dimensão da conversão quanto da experiência do batismo com o Espírito Santo e do exercício dos dons espirituais²⁷⁹.

Em uma vida sectária em que: “O Reino não é mudança dentro da sociedade. Para os pentecostais, existe dificuldade em conciliar Deus e ação humana, na construção de uma nova sociedade”²⁸⁰, visto que os pentecostais em geral e os evangélicos fundamentalistas adotam a interpretação dispensacionalista pré-milenarista da história. Conclui-se desta forma que:

*O dispensacionalismo é uma metanarrativa, uma filosofia da história que condiciona e engessa sua interpretação. Mas é, sobretudo, uma perspectiva que permite aos crentes ligarem os fragmentos da realidade caótica de toda a trajetória da humanidade, segundo uma lógica religiosa que lhes confere segurança quanto ao futuro e resignação na era presente*²⁸¹.

Nesse âmbito, configuraram-se as características predominantes do pentecostalismo brasileiro ao longo do século XX, especialmente do modo de viver da igreja Assembleia de Deus, justificada por sua visão teológica do mundo, em que suas ações são justificadas através de preceitos bíblicos, a fim de lidar com o caos da realidade vivenciada em seu cotidiano, ainda que permeada de preceitos fundamentalistas para tratar de questões, tais como a vocação para alcançar os desfavorecidos; caráter

²⁷⁸ CPAD. Acesso em 04/01/2017.

²⁷⁹ BATISTA, Saulo. Conteúdos messiânicos-milenaristas nos movimentos pentecostais e neopentecostais. *Observatório da Religião*. V.1, N.1, Jan./Jun. 2014. p.202.

²⁸⁰ BATISTA, 2002, p. 109.

²⁸¹ BATISTA, 2014. p.204.

exclusivista, a anti ecumenicidade e hostilidade para com os cultos mediúnicos; apelo generalizado à manifestação das emoções e espiritualização dos problemas sociais²⁸².

Nesta configuração, a luta justificável seria por conquistas de almas, com a expansão do número de fiéis assembleianos, em uma disputa contra as tentações do mundo e as forças espirituais, consideradas satânicas. As *armas* seriam as espirituais, com exorcismos e orações e a vivência afastada de vícios e livre de relacionamentos com proximidade ao “mundo”.

Visão que definitivamente é superada a partir da década de 1970, se seu projeto poderia ser denominado de a-histórico, posto que a questão social não constava de sua lista de prioridades em seus primeiros anos, a partir de toda esta visão teológica dispensacionalista pré-milenarista da história era chegado o momento de tratar o hoje dentro da sua visão de mundo, perpassada por transformações.

Contudo, a espiritualização dos problemas sociais chegou a um ponto de não mais justificar-se, posto que estes aproximaram-se do cotidiano da igreja. Desta maneira, nos momentos finais da década de 1960 e início do ano de 1970, a Assembleia de Deus percebeu que era o momento de reconhecer no plano terrestre os verdadeiros culpados pela situação de pobreza de parcela significativa da população brasileira.

Surgem, assim, uma série de manchetes publicadas no jornal *Mensageiro da Paz* e na revista *A Seara*, no sentido de iniciar a apresentação, por parte da Igreja, dos problemas que até então o mundo vivenciava. É especialmente significativa a publicação, por parte do jornal, em seu primeiro número publicado em 1970, da “Declaração Evangélica de Bogotá”. Esta Declaração foi fruto do Primeiro Congresso Latino Americano de Evangelização (CLADE) realizado na cidade de Bogotá, entre os dias 21 e 30 de novembro de 1969.

O congresso foi promovido pela Associação Evangélica Billy Graham e outras agências missionárias norte-americanas. O tema do encontro foi “*Ação em Cristo para um continente em crise*” e reuniu cerca de 900 participantes, entre protestantes históricos, pentecostais, igrejas independentes, teólogos liberais e conservadores, para discutir a evangelização na América Latina²⁸³. Como intuito principal, estava a reunião das igrejas

²⁸² ORO. Apud: BATISTA, 2009, p.69.

²⁸³ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p.2.

contrárias às resoluções do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), dentre elas, o seu apoio à prática do Ecumenismo.

Dez pontos foram apresentados como principais pela Assembleia de Deus, através do jornal *Mensageiro da Paz* como declaração que expressou, nas palavras do jornal, “a convicção a que o Senhor Jesus Cristo nos fez chegar durante o Congresso”²⁸⁴.

Elencamos os que consideramos mais contundentes sob o ponto de vista de mudanças e posicionamento crítico. Dentre os vários aspectos a serem analisados no tocante ao objetivo da igreja, o primeiro foi deixar claro que:

Nossa presença neste Congresso demonstrou a nossa unidade em Cristo cuja natureza espiritual e não organizacional tem suas raízes em nossa herança evangélica comum, fundamentada nas verdades da Bíblia, cuja autoridade, como palavra de Deus inspirada pelo Espírito Santo afirmamos categoricamente.²⁸⁵

Continua ao afirmar a implicação do ato:

Como consequência, esta declaração que apresentamos ao povo evangélico latino americano é a expressão de um consenso no qual há um acordo naquilo que é fundamental, porém há também lugar para a diversidade que provém da multiforme graça de Deus ao dar Seus dons a Seu povo, isto é, diversidade dentro da unidade.²⁸⁶

Ao propor diversidade dentro da unidade, a Assembleia de Deus faz uma afirmação inédita até então ao longo dos seus cinquenta e nove anos em território brasileiro. Ela reconhece publicamente a necessidade de a igreja vivenciar a realidade do país em que estava estruturada, para além disso, em seu primeiro ponto, ela pontua que é chegado o momento de olhar para o futuro:

A presença evangélica na América Latina é fruto da ação de Deus através do imenso caudal de amor cristão, visão missionária, espírito de sacrifício, trabalho, esforço, tempo e dinheiro investido aqui pelas missões que vieram e estão trabalhando desde há mais de um século, inclusive na obra das Sociedades Bíblicas. Este olhar retrospectivo a nossa história não pode operar em nós mesmos menos do que um espírito de gratidão pela obra pioneira cuja dimensão reconhecemos. Ao mesmo tempo, ao olharmos para o futuro, estamos conscientes das novas responsabilidades, novas tarefas e novas estruturas que são um verdadeiro desafio aos crentes

²⁸⁴ Ibidem. p.2.

²⁸⁵ Ibidem. p.2.

²⁸⁶ Ibidem. p.3.

latino-americanos, e a liderança autóctone em todas as dimensões do ministério²⁸⁷.

Algo bem contundente, para uma instituição que até então mantinha o olhar para o passado e, especialmente, no presente vivenciado. O futuro estava decidido, visto que seria a segunda vinda de Cristo para julgar aos pecadores. Neste sentido, o primeiro ponto deixa claro que, ainda que reconheça a importância do passado, com sua gratidão aos pioneiros, era o momento de a igreja Assembleia de Deus avançar.

Sendo que para continuar com o avanço empreendido até então, era necessário continuar com uma evangelização bem incisiva, mas voltada para o hoje, conquistando novos fiéis, dentro da realidade vivida. O segundo ponto evidencia esta realidade, ao afirmar que para que o crescimento da igreja continuasse, o trabalho de conseguir novos fiéis era primordial, figurando inclusive como essência da igreja, sempre baseado no Evangelho:

A Comissão de anunciar o Evangelho a toda criatura é um imperativo expresso claramente na palavra de Deus. A evangelização não é algo optativo: é a própria essência da igreja, a sua suprema tarefa.²⁸⁸

Assim, é nesse mesmo sentido que o quarto ponto vem reafirmar este posicionamento, ao descrever a melhor forma desta evangelização ser construída, em um primeiro momento, reconhecendo as várias áreas de atuação disponíveis em toda a América Latina. Estes pontos são especialmente importantes, quando observamos, na atualidade, a presença da Assembleia de Deus em todo o continente, com templos construídos ao longo dos principais países e, especialmente, no reconhecimento que houve estratégias para a denominação se tornar a maior igreja pentecostal da América Latina:

Os Campos da América Latina estão brancos e prontos para a sega. Grandes setores da população manifestam receptividade ao Evangelho, porém está (na) hora de oportunidade (de) uma estratégia adequada. Devemos avaliar os atuais métodos de evangelização à luz dos resultados visíveis no crescimento assombroso de certas denominações. Essa avaliação unida a uma consideração cuidadosa da vida da Igreja neotestamentária, demonstrará em primeiro lugar a importância de uma mobilização total da Igreja para a tarefa evangelizadora. Afirmamos

²⁸⁷ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p.3.

²⁸⁸ *Ibidem*. p.3.

para ser fiel à Bíblia que esta mobilização há de ser obra do Espírito Santo, que usará os meios que a Igreja proporcione com inteligência e atividade, começando no nível da congregação local²⁸⁹.

Notamos, ainda, a preocupação da igreja, já em 1970, com o crescimento de outras denominações, reconhecendo o uso de inteligência na prática evangelizadora por parte destas, mas, distinguindo, mais uma vez, que no caso da Assembleia de Deus esta mobilização deve ser construída baseada na Bíblia e, principalmente, iniciada em um primeiro momento no nível da congregação local.

O quinto ponto é particularmente um exemplo da mudança de posicionamento, ao reconhecer a utilização dos meios de comunicação como ferramenta de trabalho para evangelizar e direcionar o olhar do fiel. É interessante a aceitação da igreja de que vivia em um século que acompanhou o progresso dos meios de comunicação. Cabe destacar que, inicialmente, a Assembleia de Deus posicionou-se contrária ao uso do rádio e, posteriormente, ao da televisão, optando pela mídia impressa como principal meio de informação e de evangelização do fiel, ao longo da sua história:

Em nosso século somos testemunhas do progresso assombroso dos meios de comunicações que por sua eficiência e pela falta de ética de quem os maneja, contribuem para criar um caos de vozes que confundem o homem latino americano. Em meio a tal confusão, a voz clara, distinta, simples e poderosa da mensagem de Cristo, deve encontrar seu caminho até o ouvinte. O mensageiro de Jesus Cristo tem a urgente responsabilidade de compreender e utilizar as técnicas modernas de comunicação a fim de captar a atenção do homem latino americano, dialogar com ele e comunicar-lhe o Evangelho em forma inteligível e pertinente a sua situação vital²⁹⁰.

Contudo, pontuou a multiplicidade destes meios de comunicação, por meio do reconhecimento do *caos de vozes que confundem o homem latino americano*. Diante desta realidade, o setor responsável de cada igreja deveria levar a mensagem de forma clara e urgente aos seus fiéis, atentando para as técnicas modernas de comunicação, a fim de chamar a atenção deste homem latino-americano para os problemas sociais e, também, evangelizando-o. O desafio era claro, era chegado o momento de dialogar com o fiel assembleiano.

²⁸⁹ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p.3.

²⁹⁰ *Ibidem*. p.3.

Nesta conjuntura, o sexto ponto apresenta a forma como este diálogo deveria ser estabelecido. Em um primeiro momento, o processo de evangelização deve visar a situação humana concreta. Desta forma, reconhecendo que as estruturas sociais incidem diretamente sobre a igreja e aqueles que fazem parte da realidade social da mesma, não era mais o caso de a igreja se omitir, empobrecendo inclusive a vida cristã. Era chegada a hora de os evangélicos terem consciência de sua responsabilidade social:

O processo de evangelização deve visar situações humanas concretas. As estruturas sociais influem sobre a igreja e sobre os receptores do Evangelho. Se fazemos caso omissivo desta realidade desfiguramos o Evangelho e empobrecemos a vida cristã. Chegou a hora em que [nós], os evangélicos, devemos ter consciência de nossas responsabilidades sociais. Para cumpri-las, o fundamento bíblico é a doutrina evangélica e o exemplo de Jesus Cristo levado até suas últimas consequências. Esse exemplo deve encarnar-se na crítica realidade latino-americana de subdesenvolvimento, injustiça, fome, violência e desesperação. Os homens não poderão construir o reino de Deus sobre a terra, porém a ação evangélica contribuirá para criar um mundo melhor como antecipação aquele por cuja vinda oramos bastante²⁹¹.

No que se refere à igreja Assembleia de Deus, esta foi uma afirmação histórica e inédita, posto que era a primeira vez, ao longo da sua história, que a igreja admitia a necessidade de ater-se às estruturas sociais, especialmente sob o viés da responsabilidade social até então evitada.

Uma vez que a fé era extremamente espiritualizada, assumindo contornos individualistas, voltada para a experiência pessoal da salvação e santificação, sendo o mundo e as estruturas sociais e políticas, o lugar do pecado,²⁹² foi marcante a igreja reconhecer a condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina, assim como a injustiça, a fome e a desesperança que marcava o continente naquele contexto histórico vivenciado.

A última parte do parágrafo é particularmente esclarecedora. Ocorre o reconhecimento de que não é possível aos homens construir o reino de Deus sobre a Terra, mas, por outro lado, há a possibilidade de criar um mundo melhor no plano terrestre, com a ação social evangélica, enquanto o Criador não vem. Em suma, ocorreu uma tentativa de aproximação com a realidade vivenciada por este fiel, ainda que com a

²⁹¹ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p.3.

²⁹² ROCHA, 2012, p.93.

presença da escatologia pré-milenarista, mas, especialmente, com a tentativa de união, dentro da diversidade evangélica, para uma ação concreta em termos de responsabilidade social e participação por parte dos evangélicos.

Nesta tentativa de envolvimento do fiel assembleiano, o sétimo ponto nomeia o alvo principal - os jovens. A explosão demográfica vivida pelo Brasil nos anos setenta impulsionou o interesse da igreja por fiéis que compusessem esse segmento. Por outro lado, eles utilizam, também, uma palavra pouco usual nos periódicos assembleianos até então: *crise*.

A explosão demográfica nos apresenta o desafio de uma população juvenil que aumenta vertiginosamente, no preciso momento em que a igreja experimenta um êxodo de sua juventude e uma crise do ministério, frente às nossas gerações. A ação da Igreja deve renovar-se de acordo com a estratégia orgânica que compreende o diagnóstico realista da crise juvenil e a reformulação das exigências de Cristo²⁹³.

Com o intuito de evidenciar o êxodo vivido dentro da igreja em relação aos jovens fiéis, era motivo de preocupação a crise ministerial que se observava internamente na igreja, no que se refere à questão geracional. E, principalmente, cobrando uma ação conjunta da igreja para não perder esses fiéis.

É interessante o uso de termos como “*estratégia orgânica*”, “*crise juvenil*” e “*reformulação das exigências de Cristo*”. Atrelado a isto, estava o desejo que esta juventude fosse participativa, atuante e se envolvesse na evangelização e conquista de novos fiéis, anseio corroborado na revista *A Seara*, como o chamado à “juventude cristã”:

Daí a nossa chamada de atenção a você, amado jovem cristão, a fim de aconselhá-lo a se prevenir e estar sob aviso contra esses pretensos “salvadores da Pátria”, que na realidade nada mais são do que autênticos traidores dela, pois apenas servem de instrumentos servis a “poderes” estranhos que se propõe a conquistar, dominar e escravizar a nossa Pátria²⁹⁴.

O projeto da direção da Assembleia de Deus era que o entusiasmo da juventude se voltasse para a proteção dos desejos da igreja e que estes jovens pudessem levar a Assembleia de Deus a um passo adiante quanto às transformações que o mundo vivia. Contudo, sempre atentos ao modo como eles seriam utilizados e de que forma isto seria

²⁹³ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p.3.

²⁹⁴ ATENÇÃO JUVENTUDE CRISTÃ. *A Seara*. Março de 1970, p.2.

vivenciado no cotidiano da denominação religiosa a qual pertencessem. Estas ações vinham no sentido de não perder estes jovens para outro movimento, nos anos 60 e 70 a atuação da juventude era fundamental, haja vista a participação dos mesmos nas esquerdas e mesmo na igreja Católica, com um importante e atuante movimento jovem.

É perceptível a tentativa de controle por parte da igreja nestas ressalvas feitas aos jovens. Foi dado o reconhecimento da importância deste, mas desde que seguissem os preceitos esperados, dentro da doutrina assembleiana:

Sim, mantenha ânimo firme, certo de que você, permanecendo assim em Cristo sem se deixar insinuar por doutrinas errôneas tenham as cores que tiverem e sem se imiscuir em coisas duvidosas, com toda certeza será um autêntico vencedor, pois “esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé em Jesus²⁹⁵. I. Jo. 5:4.

No último ponto elencado, a igreja chama atenção para o “aggiornamento” da igreja católica:

Em um continente de maioria nominalmente católica, não podemos fechar os olhos às inquietudes de renovação que se observam na igreja de Roma. O “aggiornamento” nos apresenta ao mesmo tempo, perigo e oportunidade: as mudanças em matéria de liturgia, eclesiologia, política e estratégia, deixam, no entanto, incólumes os dogmas que separam os evangélicos de Roma. Porém, nossa confiança na Palavra de Deus, cuja difusão e leitura se vai elevando dentro do catolicismo, nos faz esperar frutos de renovação e nos proporciona oportunidade para o diálogo em nível pessoal. Esse diálogo deve ser inteligente e requer de nossas igrejas um ensino mais profundo e consistente da herança evangélica, a fim de evitar os perigos de um ecumenismo ingênuo e mal-entendido²⁹⁶.

Esta palavra de origem italiana, que significa atualização, foi a orientação chave dada como objetivo para o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII no dia 25 de dezembro de 1961²⁹⁷. O intuito era chamar a atenção dos evangélicos às mudanças que ocorriam na igreja de Roma, especialmente sob o ponto de vista dos perigos e

²⁹⁵ ATENÇÃO JUVENTUDE CRISTÃ. *A Seara*. Março de 1970, p.2.

²⁹⁶ DECLARAÇÃO EVANGÉLICA DE BOGOTÁ. *Mensageiro da Paz*, Ano 40, n.º 01, Rio de Janeiro, janeiro de 1970, p.3.

²⁹⁷ Convocado através da bula papal “*Humanae salutis*”, pelo Papa João XXIII, foi inaugurado em 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em quatro seções, terminou somente em 8 de dezembro de 1965, sob o papado de Paulo VI.

oportunidades que poderiam ser utilizadas do ponto de vista doutrinário, litúrgico e político.

As propostas de renovação e o conseqüente interesse despertado estão diretamente relacionadas à realidade de viver em um país nominalmente de maioria católica, como pontua o texto. É interessante, portanto, pontuar a proporção de católicos declarados no Brasil naquele momento histórico, especialmente no ano de 1970, e, também, fazermos um comparativo do domínio até então exercido pelo catolicismo que foi diminuindo com o passar das décadas, cedendo espaço a um acentuado crescimento do protestantismo, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 5: Declínio do Catolicismo e Evolução protestante no Brasil

| ANO | CATÓLICOS | EVANGÉLICOS | OUTRAS RELIGIÕES | SEM RELIGIÃO |
|-------------|------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------------|
| 1950 | 93.7 | 3.4 | 2.4 | 0.3 |
| 1960 | 93.1 | 4.3 | 2.4 | ---- |
| 1970 | 91.8 | 5.2 | 2.3 | 0.8 |
| 1980 | 89.0 | 6.6 | 2.5 | 1.6 |
| 1991 | 83.3 | 9.0 | 2.9 | 4.7 |
| 2000 | 73.9 | 15.6 | 3.5 | 7.4 |
| 2010 | 64.6 | 22.2 | 5.2 | 8.0 |

Fonte: Dados IBGE, Censos demográficos. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 03 de novembro de 2018.

No ano de 1960, período em que se inicia o recorte temporal do nosso estudo, o catolicismo representava 93,1% da população brasileira, cabendo aos evangélicos somente 4,3%. Na década de 1970, este número sofre uma pequena diminuição para 91,8%, enquanto os protestantes apresentam um crescimento de 5,2%. As religiões afro-brasileiras eram representadas por 240.088 mil, na década de 1960, sendo citados apenas os representantes da umbanda, uma vez que até 1991 o IBGE não separava os representantes do candomblé e da umbanda. Em 1980, a porcentagem das religiões afro-brasileiras era de 0,6(0,57) da população. A pesquisa era complementada pelos Espíritas,

outras religiões e sem religião. A tabela demonstra como ao longo de sessenta anos, o Brasil, que era predominantemente católico passa a ter uma representatividade considerável de protestantes, inclusive com o crescimento acentuado de pessoas que se declararam sem qualquer vínculo com uma religião, alcançando um percentual de 8,0%, no último Censo.

Um dos problemas das pesquisas realizadas pelo Censo nacional é o agrupamento em um só campo de igrejas evangélicas distintas, classificadas somente como *evangélicas*. No entanto, mesmo com a discrepância dos números, é perceptível durante o período estudado, o crescimento das denominações pentecostais em território nacional.

Isto ocorre devido à Assembleia de Deus possuir uma participação importante nestes números, por ser a maior igreja evangélica da América Latina. Segundo dados do último censo, referentes ao ano de 2010, este número alcançava a representatividade de 12.314.410 milhões de membros, segundo dados do IBGE. Estas informações representam a vitória de uma denominação que sempre foi preocupada, e de um certo modo, obcecada, para saber qual a sua quantidade exata de fiéis.

A década de crescimento exponencial foi a de 1950 para a AD. Esta iniciou o decênio de 1960 com quase um milhão de fiéis, atingindo um milhão e quatrocentos mil membros em 1965²⁹⁸. É importante pontuar que estes dados foram coletados por meio de pesquisas feitas pela própria Assembleia de Deus, com o intuito de chegar a um denominador comum quanto ao conjunto de sua estrutura.

Em razão das dificuldades já apontadas nas pesquisas do Censo, quanto à homogeneização dos evangélicos em um único grupo, a própria igreja fez uma pesquisa em nível nacional com todos os seus fiéis, a fim de saber o número específico de membros assembleianos. A pesquisa se deu com o envio de uma ficha para todas as congregações do país, com o intuito de os pastores responsáveis por cada uma destas a responderem e a pesquisa recebeu o nome de “censo assembleiano”.

O interesse pela coleta exata do número de membros continuou na década de 1970 e o censo daquele ano pontuou a porcentagem de 5,2% referentes aos evangélicos no Brasil. Era natural, portanto, que cada denominação partisse em busca dos seus dados

²⁹⁸ A Seara, 1980, p.34.

específicos. Em outubro de 1976 a igreja se fazia o seguinte questionamento em um artigo: *Quantos Somos?*²⁹⁹

A preocupação vinha do fato de haver decorrido vinte anos da última pesquisa feita através da revista *A Seara* e a igreja não saber ao certo o seu número exato de fiéis. Especulava-se em torno de três, cinco, seis milhões. O fato é que a mesma revista pontuava a deliberação da Junta Executiva da Convenção Geral, ressaltando que:

É de grande importância a coleta dos referidos dados estatísticos: não podemos continuar no desconhecimento da exata posição de nossa igreja no quadro do evangelismo pátrio. A ignorância de informações tão facilmente colígíveis, tão elementares, compromete-nos inclusive perante as autoridades. Deixa-nos muito mal colocados. Impede-nos esta negligência de sermos vistos como somos, na realidade; de sermos reconhecidos como a maior denominação evangélica do País, posição esta em que a imensa bondade do Senhor nos colocou³⁰⁰.

O artigo foi assinado por Joanyr de Oliveira, que, como veremos no decorrer desta pesquisa, terá um papel primordial, por meio dos periódicos assembleianos, na escolha pelo envolvimento na política por parte da igreja Assembleia de Deus. Ele continua seu argumento, pontuando que a igreja é procurada por jornalistas, sociólogos e escritores, interessados em estudar o “fenômeno pentecostal” e que, não obstante as interrogações e as “distorções frequentes, as incompreensões e a má fé” fruto dos seus estudos, a denominação religiosa sente-se “sensibilizada, com o interesse que a nossa igreja passou a despertar”³⁰¹.

Para além de toda esta acuidade, o articulista afirma que quando questionados sobre o número de integrantes da Assembleia de Deus, eles não sabiam informar, algo que trazia, na opinião do mesmo, um vazio inexplicável. Por outro lado, os mesmos estudiosos citados no artigo, conseguiram, duas décadas depois, citar estimativas da porcentagem de fiéis assembleianos em todo o Brasil na década de 1970, conforme demonstrado pela tabela abaixo, elaborada pelo sociólogo Paul Freston³⁰²:

²⁹⁹ OLIVEIRA, Joanyr. *Quantos Somos?* *A Seara*, 1976, p.6.

³⁰⁰ Ibidem.

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² Fonte: Paul Freston (1993, p.39).

Tabela 6: Assembleias de Deus como Porcentagem de todos os Protestantes, 1970 (Estimativa):

| NORTE 73,9 % | NORDESTE 54% | SUL 16,5% | SUDESTE 24,2% | CENTRO OESTE 42,8% |
|-----------------|-----------------|--------------|------------------|--------------------------|
| RO 86,6% | MA 57,1% | PR 19,7% | ES 13,7% | MT/MS 35,1% |
| AC 84,1% | PI 59,3% | SC 12,6% | MG 30,2% | GO 50,9% |
| AM 38,9% | CE 70,4% | RS 15,8% | RJ 39,1% | DF 30,9% |
| RR 90,0% | RN 70,4% | | SP 17,1% | |
| PA 79,7% | PB 48,2% | | | |
| AP 83,7% | PE 53,7% | | | |
| | AL 67,6% | | | |
| | SE 29,2% | | | |
| | BA 39,7% | | | |

Ao observarmos estes dados, torna-se perceptível como, em 1970, a Assembleia de Deus já dominava boa parte da região Norte, não por acaso, a área em que a mesma foi fundada em 1911. Uma porcentagem indiscutível em relação às demais denominações protestantes do país, quadro alterado somente na região Sul, em que a mesma não consegue obter vinte por cento dos fiéis em comparação com as demais igrejas protestantes. Importante destacar que denominações como a igreja Luterana, Episcopal e Presbiteriana possuíam um contingente majoritário de fiéis nesta região, fato provocado pela migração europeia nos seus estados.

Enquanto a característica predominante do fiel assembleiano neste período era ser, em sua maioria, de origem nortista e nordestina, uma vez que a sua expansão ocorreu nestas regiões, a partir da década de 1940. Podemos notar, também, um crescimento exponencial na região Sudeste, com uma representatividade de 39.1% no Rio de Janeiro, que irá refletir na atualidade, sendo o estado brasileiro com o menor percentual de católicos no Brasil: 45.8%, segundo o censo de 2010. O mesmo sendo perceptível no

estado de Rondônia, que, em 1990 possuía 86.6% da porcentagem de assembleianos frente aos demais e hoje é o estado com maior número de evangélicos no Brasil: 33.8%.

Estes dados exemplificam o crescimento da igreja Assembleia de Deus ao longo do seu primeiro centenário de atuação em solo brasileiro. É perceptível, ainda, retornando ao último ponto abordado pela Declaração Evangélica de Bogotá, a preocupação constante com sua maior concorrente, a igreja Católica, sempre presente nos periódicos assembleianos e de uma certa maneira, influenciadora da mudança de postura da igreja Assembleia de Deus.

Fato justificável especialmente pelas consequências do Concílio Vaticano II. A reunião episcopal da Igreja Católica fez a Igreja Assembleia de Deus perceber as “inquietudes de renovação”. Neste sentido, a denominação evangélica notou que era chegado o momento de tomar posicionamentos e estabelecer estratégias, a fim de evitar os perigos de um “ecumenismo ingênuo e mal entendido”.

Para tanto, é necessário situarmos a importância deste Concílio para os caminhos traçados, a partir de então, para o cristianismo do século XX:

Foi uma enorme surpresa no mundo e na própria Igreja Católica quando João XXIII, em 25 de janeiro de 1959, anunciou a convocação de um novo concílio – o Vaticano II. Eleito três meses antes, aos 77 anos, de aparência simples, Ângelo Roncalli, anteriormente arcebispo de Veneza, parecia ser um “papa de transição”, depois do longo pontificado do autoritário PIO XII³⁰³.

O objetivo de João XXIII era que todos tivessem a palavra. Era tornar claro que a igreja não se reunia para promulgar novas doutrinas e sim focar na ênfase pastoral. Por poucas palavras, *como* ensinar e não *o que* ensinar. Ele foi o papa responsável pela abertura do catolicismo ao século XX e, também, pela transição para o século XXI, com sua tentativa de renovação:

A eficácia histórica do Concílio Vaticano II estava em seus objetivos, nas suas orientações, nos documentos, enfim, na totalidade de seu dinamismo. Por isso, inspirou novos desenhos para o catolicismo. Considerando a importância de uma maior consciência histórica de catolicismo³⁰⁴.

³⁰³ DELUMEAU, Jean. *De religiões e de homens*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.273.

³⁰⁴ PASSOS, João Décio (Org.). *Os movimentos do espírito: matrizes, afinidades e territórios pentecostais*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 186-187.

Ainda que causasse estranhamento algumas mudanças propostas pelo Concílio, como a ideia do diálogo com representantes de religiões distintas, o papa é considerado por seus biógrafos, como o que “nasceu com um espírito ecumênico”³⁰⁵, uma vez que alguns temas do Concílio propostos por João foram:

- A paz mundial e a igualdade básica para todos os povos;
- O mundo como uma família de nações;
- O casamento e aspectos religioso-morais da procriação conjugal, com um apelo aos esposos em prol da generosidade e da compreensão mútua;
- A Igreja como igreja de *todos* – sobretudo dos pobres³⁰⁶.

Alinhados a estes pontos principais, o seu discurso de abertura do Concílio, intitulado *Gaudet Mater Ecclesia*, “A Mãe Igreja Exulta” é considerado um dos documentos eclesiásticos mais importantes do século XX. Posto que o papa João XXIII não disse o que os bispos deveriam fazer, mas elencou pontos para que estes discutissem, retirando-se da sala para tanto, dentre os vários assuntos, destacamos três que constituem importante chave de discussão para as ações posteriores da igreja Assembleia de Deus, são eles:

- Concílios ecumênicos [universais] são encontros entre Cristo e a sua Igreja para reforçar as energias desta e conferir-lhe o rumo correto. Serão libertados tesouros extraordinários de graça e assistência divina.
- Embora conservando o depósito da fé na sua integralidade, a Igreja tem de olhar para o presente, para as suas condições e modos de vida que mudaram e dar o salto em frente na penetração doutrinal, na educação das consciências e na apresentação das verdades perenes de formas que as pessoas possam compreender e assimilar;
- Enchei-vos de esperança e otimismo. Vencei o pessimismo paralisador virando-vos “para a sabedoria da história e para as considerações

³⁰⁵ TREECE, Patricia. *João XXIII: um Pai para Todos*. São Paulo: Texto Editores, 2014. p.173.

³⁰⁶ *Ibidem*. p.176.

sugeridas pela fé. A história [...] ensina-nos a não idealizar o passado em detrimento do presente”³⁰⁷.

O documento fruto do concílio e especialmente, a prática do ecumenismo evidenciava que, para os evangélicos, poderia ser uma chance de estabelecer um diálogo com o catolicismo. A Assembleia de Deus acompanhou com atenção os desdobramentos da reunião católica e não foi obra do acaso uma reunião entre evangélicos como a ocorrida em Bogotá.

Os pontos destacados acima problematizaram questões tais qual: a noção de concílios ecumênicos universais e a igreja com um olhar para o presente, pensando o hoje, com uma doutrina acessível a todos e, especialmente, observando que ao longo da história foi demonstrado que o caminho é pensar o presente, não superestimar o passado, até mesmo para não viver em função deste.

Estes postulados formulados como consequência direta do Concílio pedia um pronunciamento das igrejas evangélicas. A Declaração Evangélica de Bogotá delineou esta tentativa, mas até que ponto os assuntos ali abordados foram de fato considerados e estudados por parte da Assembleia de Deus? É importante destacar o caráter revolucionário do texto, em se tratando de denominações evangélicas, contudo, para além disto, é possível falar em espírito revolucionário?

No que se refere ao primeiro questionamento, sim! Houve o interesse e debateram-se esses temas; por outro lado, quanto ao segundo, não! A Declaração não imprimiu um espírito revolucionário na Assembleia de Deus, mas permitiu à igreja refletir o hoje, atrelada ao adágio de que era o momento de pensar o cotidiano da igreja, libertando-se das amarras do passado.

Com este intuito, a igreja se posicionou publicamente sobre o que pensava das principais realizações da Igreja Católica depois do Concílio. Em um rompimento com a sua postura de até então não discutir questões alheias ao seu tempo, com um passado marcado por críticas à igreja de Roma, a Assembleia de Deus reitera o seu posicionamento aprovado em sua convenção, realizada em 1962, e afasta-se das deliberações propostas

³⁰⁷ TREECE, op. cit. p.177.

pela Reunião Evangélica de Bogotá, quando se pensou na possibilidade de diálogo com o catolicismo, posto que na concepção assembleiana:

Como andarão os dois juntos, sem estarem de acordo? Como Cristãos evangélicos filhos da Reforma possam volver a unir-se à Igreja Romana, quando, atualmente, os motivos que causaram a reforma permanecem inalteráveis uns e outros ainda mais agravantes do que no século XVI?³⁰⁸

A justificativa para este posicionamento continua ao longo da década de 1970, sempre reiterando o posicionamento de negação, por parte da igreja, em se alinhar à Igreja Católica, com justificativas elencando desde a Reforma Protestante até perspectivas dogmáticas e doutrinárias:

Em virtude de nós, os evangélicos, jamais nos ajustarmos a certos dogmas e doutrinas da Igreja Católica Romana, por hipótese alguma nos uniremos a ela organicamente. Assim sendo, repudiamos de uma vez por todas, o seu largamente difundido Ecumenismo. (...). É questão absolutamente impossível de ser coordenada uma união entre Pentecostais e Católicos no terreno de igreja e igreja, quando consideramos a pergunta: *Acaso andarão dois juntos, se eles não ajustarem entre si?* (Amós 3:3).³⁰⁹ (Grifo do Autor).

Neste artigo em especial, o articulista Francisco Assis Gomes deixa claro, ao longo da sua exposição, os dogmas impossíveis de serem aceitos, tais qual, o da concepção virginal de Maria! Após fazer uma longa exposição, centrada na Bíblia, de por que este preceito não poderia ser aceito pelos assembleianos, ele finaliza da seguinte forma:

Reconhecemos, sem reservas, que, um “ajuste entre si”, isto é, entre Igreja Católica e Pentecostal, só poderia verificar-se com base fundamental bíblica, e, para tanto, não seria a Igreja Pentecostal e sim a Católica que teria de ajustar-se, desprezando os aludidos neste artigo e muitos outros dogmas de fé destituídos de fundamento bíblico³¹⁰.

É perceptível nos artigos a forma como os articulistas mudam o tom e justificam suas ações pautadas na Bíblia, para além disto, notamos, também, a presença de uma

³⁰⁸ RIBEIRO, Eliezer S. Verdades Sobre o Ecumenismo. *Mensageiro da Paz*. n.1089, 1971. p.9.

³⁰⁹ GOMES, Francisco Assis. Ecumenismo Católico- Romano: porque não concordamos com ele. *Mensageiro da Paz*. 16 de abril de 1971.

³¹⁰ *Ibidem*. p.2

intolerância religiosa contundente, que em cada página, torna-se perceptível, através de uma agressividade com o posicionamento do catolicismo, ainda que seja negado: “Não escrevemos este artigo com pensamento polemista. Muito ao contrário, o escrevemos respeitosamente, deixando bem evidentes as razões pelas quais nos distanciamos do ecumenismo. Não somos obstinados e nem usamos de perrice”³¹¹, justifica-se Francisco Assis Gomes, em nome da Assembleia de Deus, finalizando sua assertiva, pontuando que a igreja apenas mantém, sem vacilação, a sua consciência cristã!

Imbuídos desta “consciência cristã”, o jornal passa a aconselhar e tornar público a forma como a Assembleia de Deus irá se portar, a partir deste pronunciamento de não aceitação do Ecumenismo proposto pelo Catolicismo:

Somos, portanto, radicalmente contrários ao Ecumenismo que é sinônimo de Vaticanocentrismo. À luz da Bíblia, a palavra de Deus, nós o identificamos como o lobo disfarçado em ovelha. Que ninguém se iluda quanto aos propósitos dissimulados da antiga Serpente que com blandície utiliza-se de todos os mais disponíveis e inimagináveis meios para conseguir seus intentos³¹².

Neste trecho nota-se, ao longo da década estudada, o artigo mais agressivo até então. Isto torna-se perceptível através de palavras tais como *Vaticanocentrismo* (até o momento não utilizada nos artigos do jornal) *lobo* e *Serpente*, todas direcionadas ao Catolicismo. E o que nos chama a atenção é o autor destas agressões, Gilberto Malafaia, pai do pastor Silas Malafaia³¹³.

O que podemos notar é uma forte contradição por parte da Assembleia de Deus, em sua tentativa de fazer uma aproximação com o povo, com seus fiéis, contrariando em grande medida, o seu controle de proximidade das massas. No contexto em que o Brasil vivia, um Estado de exceção; a proposta revolucionária ensejada em Bogotá, terminou

³¹¹ Ibidem. p.3.

³¹² MALAFAIA, Gilberto. O Ecumenismo e os Pentecostais. *Mensageiro da Paz*. n.1086, 1978, p.4.

³¹³ A família Malafaia inicia sua história na Assembleia de Deus em 1941, quando Gilberto se converte, vindo da Bahia. Ele é Pastor, pedagogo, educador e um dos fundadores e presidentes da Assembleia de Deus de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. É ex - membro da liderança da CGADB. Foi integrante da Marinha de Guerra do Brasil. Fundou o Instituto Bíblico Pentecostal, casado com Albertina Malafaia, com quem tem cinco filhos, dentre eles, Silas Lima Malafaia, pastor conhecido por suas opiniões fortes e críticas aos homossexuais, tornando-se um dos mais conhecidos televangelistas dentre os evangélicos do Brasil.

por ser somente isto, um vislumbre do que poderia ser, mas que para os assembleianos não serviu aos direcionamentos escolhidos pela instituição.

A fim de confirmar a sua escolha, era fundamental posicionar-se contrária à proposta do Ecumenismo, entendendo o mesmo como “esforço que tem como objetivo a unificação das diversas Igrejas Cristãs, tentativa conjugada para ir da realidade geográfica e qualificativa à realidade da religião”³¹⁴. Em mais uma demonstração de sua contradição, a Assembleia de Deus conceituava o movimento desta forma, para logo depois, em edições posteriores, deixar claro que a realidade assembleiana era de negação desta proximidade, como afirma o Pastor Gilberto Malafaia:

É Chegado o momento de oferecermos tenaz resistência aos convites para “Reuniões Ecumênicas” que tem por finalidade amaciar os Pastores Pentecostais visto que muitos, de outras áreas, já o foram e estão “com malas e bagagens” no barco ecumenista oferecendo os seus púlpitos aos “ministros” da idolatria para proferirem sermões, realizarem “casamentos ecumênicos” e até paraninfar turmas de Seminário Evangélico³¹⁵.

Aqui há a crítica, ainda que velada, aos líderes das demais igrejas protestantes, que ensaiavam uma proximidade com outras igrejas cristãs, em especial, a igreja Metodista, que passou por uma crise em 1968, que se agrava ainda mais quando os formandos do curso de Teologia, da Faculdade Metodista convidam o Arcebispo de Olinda, Pe. Dom Helder Câmara, defensor dos direitos humanos e opositor declarado do regime militar, para ser paraninfo da turma.

Todas estas ações são vistas de forma negativa e preocupante pela Assembleia de Deus, que considera necessário deixar claro que o problema perpassa pela divisão de pensamento entre pentecostais e protestantes históricos, posto que:

Como genuínos evangélicos qual deve ser nossa posição? É bom lembrar que o Conselho Mundial de Igrejas é protestante, porém, não é evangélico. Logo o seu pensamento não pode representar o pensamento evangélico. E os verdadeiros cristãos evangélicos NÃO PODEM E NÃO DEVEM COMPACTUAR COM O PRESENTE MOVIMENTO ECUMÊNICO³¹⁶.

³¹⁴ RIBEIRO, Eliezer S. Verdades Sobre o Ecumenismo. *Mensageiro da Paz*. n.1089, 1971, p.8.

³¹⁵ MALAFAIA, Gilberto. O Ecumenismo e os Pentecostais. *Mensageiro da Paz*. n.1086, 1978, p.4.

³¹⁶ PAULA, Oziel Moura de. Ecumenismo: Perigosa Aventura. *Mensageiro da Paz*. 15 de março de 1970. p.1.

Neste contexto, torna-se claro a opção da igreja Assembleia de Deus pelo sectarismo e pela intolerância. Ao escolher o individualismo, em detrimento do coletivo, a Assembleia de Deus legitima o caminho que passa a ser sedimentado desde então, que é o de traçar metas próprias para seu crescimento, assim como confirmar os sentidos de pertencimento com sua doutrina particular e afastamento das demais denominações evangélicas.

Este vínculo toca diretamente os fiéis. Ao longo dos anos setenta, este apoio ao governo vigente torna-se público, através das páginas de seus periódicos, atrelado à construção do pensamento moral do fiel, para que este estivesse atento às mudanças culturais pelas quais o Brasil passava e, especialmente, aceitasse ter uma orientação sobre quem votaria nas eleições.

Analisamos até aqui a principal chave de discussão deste discurso, baseado em um fundamentalismo de viés teológico, com perspectiva milenarista e, posteriormente, sedimentado na defesa da moral e da família brasileira, com especial atenção aos jovens, considerados o futuro do país e, conseqüentemente, da igreja, a fim de garantir a próxima geração de fiéis e eleitores.

Dentro do exposto, a Assembleia de Deus buscou uma aproximação com este fiel, atrelada principalmente à realidade do país na época. Do ponto de vista social e político, era chegado o momento de aproximar-se deste, mas com o olhar religioso, preservando o conservadorismo dos antepassados, ainda que observasse o presente, com a participação em reuniões como a Conferência de Bogotá, a escolha foi por desconfiar de iniciativas como estas.

Por fim, fica claro que o Ecumenismo, assim como as demais propostas do Concílio Vaticano II não foram aceitas e serviram para comprovar aos pastores e fiéis assembleianos o caminho que não deveriam seguir, optando por olhar para o presente, desagregando-se do passado isolacionista.

Passado o primeiro momento de construção destas opções, reconhecendo os inimigos a serem combatidos, justificando suas opções através da palavra da Bíblia e legitimando a postura moralizadora para defender a família e o direito de liberdade religiosa no país, era chegado o momento de a Assembleia de Deus buscar seu lugar em outras esferas da realidade brasileira, entendendo que como garantia de legitimidade,

poder e crescimento, no Brasil, da segunda metade do século XX, era chegado o momento de fazer valer a assertiva de que “Irmão vota em irmão”³¹⁷!

3.2. Pode o Crente ser político? Formação e construção do fiel e eleitor assembleiano na política brasileira

Os crentes das Assembleias de Deus são tradicionalmente legalistas³¹⁸.

O ano era 1972, o Brasil completava 150 anos de emancipação política, especificamente, no dia 7 de setembro, data da independência do Brasil, que naquele ano seria marcada pelas comemorações do sesquicentenário, seja através das tradicionais paradas militares em todo o país, seja por parte da iniciativa de organizações da sociedade civil, como o IHGB. Nos anos de chumbo, havia um enorme esforço de propaganda enaltecendo o “Brasil Grande”, vivido como tempos de esperança e contentamento cívico com o país do futebol, campeão mundial e que encarnava crescimento econômico nunca experimentado ao longo de sua história, eram tempos de “milagres” e consentimentos com a ordem vigente.

Algumas organizações da sociedade civil apoiaram as comemorações pelo sesquicentenário da independência do Brasil e, para além disto, ocuparam as avenidas e praças das principais capitais brasileiras para comemorar e festejar aquele momento de grande contentamento para o país. É necessário reconhecer este fato, posto que boa parte da historiografia sobre a ditadura militar brasileira, hoje reconheça, problematize e pesquise esta participação e apoio civil naquele período³¹⁹. Neste sentido, o apoio popular ao que boa parte da população brasileira entendeu como *anos de ouro*, para as vítimas da censura, torturas e assassinatos se configurou como *anos de chumbo*.

³¹⁷ Expressão utilizada com frequência nas publicações da igreja a partir da segunda metade da década de 1970.

³¹⁸ *Mensageiro da Paz*, 1977.

³¹⁹ Para este período específico da década de 1970 ver: CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015; GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)*, 1969-1979. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009.

Os primeiros anos da década de 1970 configuraram-se como a *chegada do futuro*, ideia propagada pelo então Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, quando completava dois anos de mandato e em pronunciamento à nação através do rádio e televisão, declarava, solene: “A nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em tempos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o *eterno país do futuro* se transformou afinal, no país do presente³²⁰”.

Este tom otimista e alentador dirigido ao povo brasileiro coaduna-se ao contexto histórico da época, posto que para boa parte da população, o país que vivia de sonhos e expectativas, poderia enfim viver o presente com uma perspectiva de crescimento econômico e melhor qualidade de vida. Ainda que toda esta prosperidade estivesse assentada sobre um regime de exceção, para tantos outros significou uma sensação de segurança, tranquilidade e liberdade.

Liberdade em tempos de regime ditatorial? Sim, especialmente para os que consentiram com o governo vigente, no sentido de que para os seus apoiadores, a ditadura foi a solução necessária para a desordem pela qual passava o país. Houve apoios declarados, mas também os silenciosos; aqueles que faziam da escolha pela adesão aquela determinada situação, a única possível ou, ao menos, a mais razoável, restando, portanto, a obediência e a aprovação³²¹.

Para os que viam o Brasil do início dos anos setenta como o país do presente era adequado e esperado que se comemorasse e, especialmente, tornasse público seu apoio, razão pela qual a Assembleia de Deus participou ativamente das comemorações do sesquicentenário da independência. Esta aprovação se deu em um primeiro momento no jornal *Mensageiro da Paz*, convocando os fiéis e leitores a participarem ativamente das festividades, especialmente, porque era chegada a ocasião de agradecer a “liberdade” vivida em nosso país. Desta forma, em matéria publicada em 15 de setembro de 1972, o jornal afirmava o seguinte:

São passados 150 anos desde que a LIBERDADE brasileira foi proclamada, e hoje, mais que nunca antes, o brasileiro se sente um *homem livre*, igual aos demais de quaisquer nacionalidades, usando as LIBERDADES próprias de homens livres, para exercer suas atividades

³²⁰ CORDEIRO, 2015, p.9. (Grifos meus).

³²¹ LABORIE, Pierre. 1940-1944: os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRANT, Samantha Viz (Org.) *A construção social dos reinos autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v.1, p.31- 44.

de cidadania com a cabeça erguida, de acordo com as leis e princípios que orientam a vida e ordem pública deste Colosso Gigante que se denomina BRASIL³²².

É interessante pontuar como o artigo evidencia que o Brasil passava por um momento de liberdade, inclusive comparando a liberdade do brasileiro, como homem livre em relação às demais nacionalidades, citando como exemplo, os países da Ásia, África e mesmo alguns da América Latina, como “povos que ainda vivem sob a tutela privada de outros povos”, tornando claro, diante da conjuntura mundial daquele momento, o Brasil como um dos melhores lugares do mundo para se viver. Destaca ainda a importância da participação do jovem brasileiro neste processo, haja vista:

O interesse que hoje evidencia o Governo brasileiro em favor da juventude brasileira, envidando esforços orientativos e repressivos às práticas más, de modo a ter o Brasil um futuro mais livre, porque tendo seus filhos ainda mais sãos de mente e de costumes³²³.

Este ponto é particularmente interessante por confirmar que as atitudes empregadas pelo regime ditatorial e vistas como repressivas e violentas por parte significativa de setores da sociedade brasileira, especialmente, as vítimas, eram elogiadas e aceitas pela igreja como orientativos, vistas de forma positiva, a fim de assegurar um futuro mais livre, realidade já vivenciada por todos os brasileiros que se adequavam de acordo com a boa moral e de costumes.

Esse artigo escrito em tom de manifesto, a fim de propagar a felicidade dos brasileiros, principalmente por vivenciarem grande “liberdade de expressão” e ação, demonstra um dos aspectos de como a Assembleia de Deus vivenciou a ditadura militar, entendendo os que foram vítimas como responsáveis por sua condição, posto que praticaram atos maléficis, repressão que não ocorreria caso fossem sãos de mente e, principalmente, praticantes de bons costumes.

Diante deste contexto, é interessante entendermos como a igreja entendia o significado de liberdade, palavra que, não por acaso, surge com frequência em seus

³²² LIBERDADE. *Mensageiro da Paz* - ano 42 - n. 17. 15 de setembro de 1972. p. 2. (Grifo meu)

³²³ *Ibidem*.

periódicos ao longo do ano de 1972. Utilizando sete pensadores diferentes, as escolhas para o significado de liberdade foram as seguintes:

1. “O excesso de liberdade é uma porta aberta para o mal” – Sabino Campos.
2. “Os homens que se queixam de falta de liberdade são ordinariamente os que menos a merecem” – Marques de Maricá.
3. “O princípio da liberdade é inseparável do princípio da responsabilidade” – Leoni Kasseff.
4. “A liberdade duplica as forças e o valor do Homem” – General Dumoriez.
5. “A liberdade é como o movimento: não define, demonstra-se” - E.D. Girandin.
6. “Os maiores inimigos da liberdade não são os que a oprimem, mas os que a deturpam” – Giobert.
7. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” – Jesus³²⁴.

Alguns destes tópicos contêm mensagens sutis, condizentes com o momento político vivenciado pelo Brasil. Com exceção do sétimo ponto, que foca diretamente na questão religiosa, com uma definição de liberdade do próprio Jesus Cristo, atrelando à mesma à verdade, os demais pontuam de forma sutil como a liberdade deve ser exercida. Atrelada à responsabilidade, às demonstrações de exercício da mesma com força e valores do homem, ligada a um discurso dos cuidados que devem ser praticados, como evitar deturpa-la, ainda que esteja impossibilitado de exercê-la, não estando necessariamente errados aqueles que a oprimem, no mesmo sentido que os que se queixam da falta da mesma, na concepção do periódico, são os que menos a merecem.

Nesse sentido, a liberdade para a Assembleia de Deus está condicionada à verdade, à responsabilidade, mas sem reclamações e deturpações da mesma. Estes pensamentos coadunam o discurso conservador propagado pela igreja ao longo da segunda metade do século XX e, especialmente construído com a intenção de orientar e

³²⁴ ALGUNS PENSAMENTOS SOBRE LIBERDADE. *A Seara*. Agosto de 1972, p.46.

controlar o pensamento e atitude do fiel, para o que fosse considerado adequado e aprovado pela igreja.

Atrelada a essa ideia, a igreja continuou construindo e demonstrando as razões para que o ano de 1972 fosse tão importante para o Brasil, justificando porque o fiel assembleiano possuía vários motivos para festejar. Conectada à construção das festividades em torno do 7 de setembro que ocorreram nas principais capitais do país, a igreja organizou uma comemoração própria, vinculada ideologicamente aos eventos nacionais, mas com as particularidades de um evento religioso.

O evento mereceu matéria de meia página no jornal *Mensageiro da Paz*. A descrição do dia da comemoração inicia-se, para os leitores assembleianos, situando o espaço geográfico escolhido para tanto, a cidade de São Paulo, que “ao mesmo tempo coração do Brasil independente e síntese do Brasil pra frente, do Brasil do milagre, acordou no dia 7 sob um raro calor”³²⁵. A capital paulista, naquele mesmo dia e horário, recebia o general Emílio Garrastazu Médici, em seu terceiro ano de mandato presidencial, no auge de sua popularidade, com demorados aplausos na Avenida Paulista, do alto do palanque montado em frente ao Museu de Arte de São Paulo³²⁶.

Enquanto do alto dos prédios da Paulista, muitos moradores agitavam as próprias bandeiras e promoviam pequenas chuvas de papel picado, muitos chapéus verde-amarelos com dizeres patrióticos cobriam as cabeças do público, protegendo-os do sol forte. Em suas cabeças podiam-se ler frases como “Avante, Brasil, avante”; “Brasil no ano do sesquicentenário” e “Brasil, conte comigo”³²⁷! No outro lado da cidade, em proporções menores mas não menos festiva, os fiéis da Assembleia de Deus reuniam-se para festejar.

Sob a orientação espiritual do pastor Cicero Canuto de Lima, a Assembleia de Deus de São Paulo, em uma “demonstração pública de civismo e amor próprio”, saiu às ruas do bairro da Lapa para comemorar o Sesquicentenário da independência. O relato do desenrolar do dia é particularmente interessante, inicia-se da seguinte forma: “Na tarde cálida do dia 7 de setembro, uma multidão de crentes vindos de várias congregações

³²⁵ CORDEIRO, op. cit.p.29.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ Ibidem.

desfilou, pelas principais ruas do bairro até a Praça do Mercado, local escolhido para a realização da solenidade”³²⁸. Continua descrevendo que:

Um carro lindamente enfeitado, levava duas jovens que empunhavam as bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo, respectivamente (...) as bandas de música executavam hinos sacros e cívicos. Um grupo de jovens conduziam a bandeira de todos os Estados, territórios brasileiros, inclusive a do Distrito Federal. O colorido das bandeiras, faixas e cartazes alusivos à significativa data, causaram relevante atração. O toque dos instrumentos despertou o povo a sair de suas casas para ver bem de perto o povo de Deus desfilar³²⁹.

Continua descrevendo quem participou das comemorações, como moços, velhos e crianças, que vibravam pelo privilégio, segundo o diário, de assistir e participar dos festejos do sesquicentenário da independência, em um clima descrito como fervor *cívico-religioso*, além de saudar a “*ordem e a liberdade*” presentes no evento.

Na união *cívico-religiosa*, quem marcou presença, inclusive com uma breve fala, foi o comandante do 22ª batalhão, Coronel Francisco Torres de Araújo. Dentre outras palavras, o jornal destaca o seguinte trecho:

Em Munique, onde os atletas de quase todas as nações do mundo, reunidos, participam dos jogos Olímpicos, imperam o ódio e a intranquilidade, mas aqui nesta praça onde os crentes estão reunidos participando destas solenidades alusivas ao Sesquicentenário da independência, imperam o amor e a paz³³⁰!

O Coronel fez alusão ao atentado terrorista ocorrido dois dias antes nas Olimpíadas de Munique, que ficou conhecido como Massacre de Munique, contra um grupo de atletas israelenses que foram assassinados, após serem tomados como reféns pelo grupo terrorista palestino Setembro Negro. É interessante a analogia, citando um evento violento em um dia festivo, mas que ainda assim, relacionado a batalhas, como os eventos que possibilitaram a proclamação da independência do Brasil e um atentado contra a vida de atletas esportivos.

³²⁸ FILHO, Manoel Carlos. A Assembleia de Deus em São Paulo e o sesquicentenário. *Mensageiro da Paz*. 15 de fevereiro de 1973, p.13.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ *Ibidem*.

É possível uma comparação entre eventos tão diferentes? Na concepção do Comandante, sim, mas o que os distingue é que naquela praça estavam crentes reunidos, razão que permitia um clima de amor e paz, enquanto em Munique, com os atletas reunidos em sua diversidade por conta de suas nacionalidades, imperava o ódio e, principalmente, a intranquilidade. Condição alusiva às suas diferenças quanto a seu lugar de origem ou por suas diferenças religiosas? A fala do Comandante possibilitava no mínimo, conclusões ambíguas, com uma falta de sensibilidade para com os atletas judeus de Israel e a ausência de solidariedade após apenas cerca de trinta anos do holocausto na mesma Alemanha.

Nos momentos finais da cerimônia, teve a palavra o orador oficial da solenidade, o pastor João Pereira de Andrade e Silva. Segundo a reportagem, que o cita como professor, falou de improviso. O mesmo iniciou sua fala, referindo-se, nas palavras do articulista, à *Sua Exa. General Emílio Garrastazu Médici*, inicialmente disse: “O presidente Médici é o legítimo comandante de todos os brasileiros”, e sublinhou “Comandante de um país livre e independente”; e acrescentando, acentuou: “Ele também é um dos Comandantes da Revolução Democrática vitoriosa em 31 de março de 1964”³³¹.

E continuando, salientou: “E o importante é que este País que está comemorando o Sesquicentenário de sua Independência, também está comemorando a sua Independência econômica!”³³² E em seguida, em termos considerados “sensatos”, por parte da reportagem, aduziu:

Há que considerar: se a Pátria são todos, logo os crentes, os evangélicos, as “Assembleias de Deus” são pátria também; e como parcela legítima, que se impõe pelo que há de mais puro e transcendente na vida do País, por representar justamente o fator espiritual, que plasma almas e modela caracteres³³³.

Nota-se o tom do discurso conduzido para a sua finalização, com a preparação da plateia para o argumento final e principal, deixando claro, de antemão, que os “crentes,

³³¹ FILHO. Manoel Carlos. A Assembleia de Deus em São Paulo e o sesquicentenário. *Mensageiro da Paz*. 15 de fevereiro de 1973, p.13.

³³² *Ibidem*.

³³³ *Ibidem*.

os evangélicos e as Assembleias de Deus, apesar da distinção feita entre os três tipos fazem parte da pátria, do Brasil, do mesmo país. Razão pela qual, o pastor afirma que:

O Evangelismo Nacional e, particularmente, as Assembleias de Deus filiadas ao ministério da igreja do bairro de Belém, em São Paulo, expressam hoje, nesta concentração cívica-religiosa, o seu *apoio incondicional* ao Presidente Médici, ao Governador Laudo Natel e, as demais autoridades constituídas³³⁴.

Ele conclui afirmando: “A Igreja Evangélica Assembleia de Deus e seus ministérios, auguram a nossa Pátria, e as autoridades governamentais um porvir melhor e mais rico de bênçãos de nosso Deus, Amém”³³⁵!

Este pronunciamento por conta das festividades do sesquicentenário da independência é particularmente importante, porque foi realizado em uma praça pública, para uma plateia não somente de fiéis, mas moradores de diferentes vinculações religiosas presentes. A Igreja Assembleia de Deus torna público, para além de sua imprensa escrita, o seu apoio irrestrito ao governo em exercício no Brasil.

Ao longo da fala do pastor há vários pontos de posicionamentos até então silenciados ao longo da história da Assembleia de Deus³³⁶. O primeiro deles é o reconhecimento do mandato do General Médici como legítimo, legitimidade alcançada graças à sua participação na *Revolução Democrática* vitoriosa de 1964. E, principalmente, dirigente de um país livre, nota-se, mais uma vez, a presença da analogia com a liberdade, ratificando que os brasileiros a exerciam, especialmente pelo Brasil ser um país independente, ainda mais importante, na concepção do pastor, é que naquele ano de 1972, o Brasil possuía sua independência econômica.

Ao reconhecer que todos estes benefícios por quais o país passava estavam relacionados diretamente à vitória dos governos militares no que eles consideraram uma *Revolução Democrática* e vitoriosa, a instituição Assembleia de Deus posiciona-se favoravelmente e de forma pública, à deposição do presidente João Goulart, entendendo

³³⁴ Ibidem. (Grifo meu)

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ O dicionário histórico da igreja Assembleia de Deus lançado com o intuito de construir toda a história da denominação, silencia-se quanto à esta proximidade e apoio ao regime de exceção brasileiro. O verbete política, por exemplo, inicia-se falando da participação na constituinte de 1985, silenciando-se com relação ao debate promovido para chegar à eleição destes candidatos ligados à igreja.

a mesma como uma revolução democrática, sem qualquer característica de um golpe de Estado. Chama a atenção, também, o fato de a considerarem democrática, ainda que a mesma tenha deposto um presidente eleito de forma legal através do voto do povo.

Um aspecto em especial que merecia celebrações, segundo o pastor, era a independência financeira alcançada pelo Brasil naquele ano. Ainda que o mesmo não fale o nome abertamente, ele referia-se ao chamado milagre econômico vivido pelo Brasil, iniciado no ano de 1969, e que elevou as taxas de crescimento do PIB em 14%. É particularmente interessante notar como o ufanismo e otimismo propalado pelo governo alcançou as páginas dos periódicos da Assembleia de Deus, mas por outro lado há um silêncio latente com relação ao que neste mesmo período ficou caracterizado como *anos de chumbo*.

A própria figura do general Médici representa esta dualidade. O mesmo Presidente tão bem quisto em 1972, alcançou nos últimos dias de vida e ao final do regime ditatorial o ostracismo devido à maior parte dos líderes de regime de exceção. Contudo, nos primeiros anos de 1970, existiu o apoio da população ao seu governo e demonstrações públicas de apoio, como no dia 7 de setembro³³⁷.

Qual a razão para o reconhecimento do regime e apoio ao próprio de forma pública e incisiva somente em 1972 por parte da Assembleia de Deus? Neste caso em especial, a conjuntura política, econômica e social do Brasil pode ser a resposta. Nos primeiros anos do regime militar, a igreja optou pelo silêncio até como medida de cautela, não por acaso tema de reportagem do seu jornal e revista e pedido por parte de seus dirigentes aos seus fiéis.

Passado o período de mudanças, termo também utilizado em suas reportagens para os primeiros anos dos governos militares, iniciou-se a fase de aproximação, com reportagens abordando temas do cotidiano civil, até o pronunciamento público com as primeiras manchetes em 1969 nos periódicos, e com a inserção dos evangélicos na vida pública a partir da década de 1970, em que o púlpito foi construído na praça de um bairro da maior cidade do país para que se reconhecesse e deixasse evidente o seu apoio aos anos de prosperidade vividos naquele momento, que na concepção assembleiana via nos primeiros anos de 1970 motivos distintos para comemorar. Seja com a comemoração do

³³⁷ CORDEIRO, op.cit.

sesquicentenário da independência política, seja celebrando a independência econômica, ou mesmo reconhecendo a existência do futebol, para celebrar a vitória de uma Copa do mundo. O esporte que mereceu destaque nas páginas da revista *A Seara*:

POR MUITO TEMPO a nação recordará a euforia sem par que tomou conta das multidões por ocasião dos resultados positivos da recente peleja desportiva internacional que resultou no triunfo de uma equipe nacional, triunfo esse inequívoco e, dizem, esplêndido. A repercussão nacional do feito agigantou-se de tal modo que governantes e governados viram-se, de repente, comungando um mesmo sentimento de entusiasmo, numa esfuziante alegria, diríamos incontrolável. Serviu-se o feito para avaliar-se o verdadeiro valor de uma conquista. A História registra repetidamente as reações humanas diante das conquistas célebres. Sejam elas militares, políticas, econômicas ou desportivas. Os heróis tem por longo tempo seu lugar de honra no coração do povo e, com o advento da imprensa, exerce esta o papel de promotora ou divulgadora de grandes realizações³³⁸.

Esta reportagem de *A Seara* publicada no início da década de 1970 serve para alinhar o pensamento com a postura tomada pela igreja no início daquela década, a de não mais omitir-se e silenciar-se das discussões do mundo civil. Era chegado o momento de a igreja reconhecer os problemas do mundo, mas analisando-os de uma forma a encaminhar e construir a leitura adequada e recomendada para o fiel.

Com assertivas de reconhecimento da presença da História como construção de memórias das reações humanas, que serão registradas e divulgadas pela imprensa, sejam de militares, governantes, questões políticas, econômicas e mesmo desportivas. É o reconhecimento formal da inserção da igreja nestes debates, sem pudor em reconhecer a euforia sentida pela população brasileira com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, pois mostrou o alcance que um determinado evento bem divulgado pode alcançar. Assim como a imprensa deve ser utilizada neste direcionamento, nas palavras da reportagem, a igreja “Deve recolher deste episódio uma lição, posto que do quanto a imprensa é capaz viu-se em junho último”³³⁹.

Nesta conjuntura de inserção na vida pública, os periódicos assembleianos passam a direcionar pautas para a discussão de questões civis, mas alinhando-as aos seus interesses religiosos, especialmente com um direcionamento cada vez maior para os

³³⁸ A MAIOR CONQUISTA. *A Seara*. 31 de agosto de 1970. p.2

³³⁹ *Ibidem*.

interesses políticos, é o que o próprio jornal *Mensageiro da Paz* chamará de concentração cívico- religiosa.

3.3 Entre a autoridade e a moral: Legalidade e Proibições religiosas

A moral não passa de uma interpretação - ou mais exatamente de uma falsa interpretação – de certos fenômenos³⁴⁰.

Dos principais aspectos recorrentes à formação cívico - religiosa do fiel assembleiano, notamos a moral como denominador comum. Dentro desta concepção, e ao longo da década de 1970, dois princípios constituidores da moral assembleiana serão a autoridade e a legalidade, termos recorrentes no jornal e na revista para justificar as recorrentes proibições feitas pela igreja, mas, principalmente, justificar os posicionamentos políticos da instituição.

No sentido de situarmos a formação deste eleitor e, posteriormente, político evangélico, é pertinente definirmos estes dois conceitos principais: autoridade e legalidade, tendo em vista a sua importância para as pautas combatidas pela Assembleia de Deus, dentre as quais: o divórcio, o feminismo, o tabagismo e o uso de meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

É importante frisarmos que ao longo do período analisado, não há por parte da igreja a preocupação em definir o que seja autoridade e legalidade em sua perspectiva cristã, sendo ambos utilizados em sua definição comum a todos. Desta forma:

Fala-se da autoridade de uma pessoa, de uma instituição, de uma mensagem para significar que confiamos nelas, que acolhemos sua opinião, sua sugestão ou sua ordem, com respeito, consideração, ou ao menos sem hostilidade nem resistência, que estamos dispostos a submeter-nos a ela³⁴¹.

No caso assembleiano, esta definição se enquadra por ser uma instituição, ainda que religiosa e pelo fiel ter uma relação de obediência e submissão à autoridade do pastor,

³⁴⁰ Nietzsche, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

³⁴¹ BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 29.

além de ser uma relação baseada na hierarquia representada por esta autoridade, o que Max Weber denomina de uma autoridade imposta pelo encanto ou de uma graça, representado pelo carisma que o torne propriamente irresistível. É a autoridade do profeta ou do herói³⁴². A igreja se utilizou de um versículo bíblico para exemplificar seu entendimento de autoridade: “Todo homem esteja sujeito às autoridades, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem” ... Rm. 13:14.

Percebe-se a analogia entre autoridade e bondade, para além disto, o que era considerado certo e verdadeiro, razão pela qual a Assembleia de Deus utilizou o argumento da legitimidade para defender o governo dos militares. Paralelo a isto é importante entendermos que a instituição religiosa a entende como um atributo do Estado, que consiste:

Na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por essa razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado³⁴³.

É pertinente o uso recorrente do termo legalidade por parte dos periódicos assembleianos, tendo em vista que ao longo da década de 1970 o país vivia ainda sob o regime de exceção *legitimado* pelo AI-5 e que impossibilitava o reconhecimento do exercício de práticas que legitimassem uma democracia, como o fechamento do Congresso e das Assembleias Legislativas e a legitimidade instantânea de certos tipos de decretos emitidos pelo Presidente, que não foram sujeitos à revisão judicial.

Na concepção assembleiana da legalidade, todas estas ações eram pertinentes, em razão de “Os crentes das Assembleias de Deus serem tradicionalmente legalistas³⁴⁴”. O apoio ao governo era visto como o correto, tendo em vista que o mesmo era o que

³⁴² WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.V.1.

³⁴³ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen Variale. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1993.p.675.

³⁴⁴ *Mensageiro da Paz*, 1977.

estava governando o país e, especialmente, para os assembleianos, imbuídos de autoridade e legalidade para legitimarem suas ações.

Esta crença consubstancial das lideranças assembleianas no governo dos militares era perceptível pela linha editorial adotada por seus periódicos. Notamos em ambos o consenso editorial e político. Este consenso entendido aqui no sentido de “consenso substantivo da legitimidade das instituições políticas [...], uma generalizada tolerância de uma pluralidade de interesses e crenças na sua possibilidade, e um amplo sentido disseminado de competência política e confiança mútua na cidadania”³⁴⁵.

Na formação moral e cívica assembleiana, este consenso é perceptível por considerar o governo legítimo e, também, na multiplicidade de interesses e crenças defendidos a partir de sua concepção moral pautada na religião. Neste âmbito, a igreja passa a debater pautas até então consideradas não cristãs e, principalmente, a se posicionar contrariamente às mesmas.

O primeiro exemplo discorre sobre os tempos de mudança vividos no país naquele momento, em editorial de 1971, o jornal questiona sobre o que deve ser feito, inicia contextualizando o porquê da sua inquietação: “Vivemos em uma época em que as mudanças sociais se verificam com tanta frequência e às vezes de modo tão rápido que é preciso ao observador estar sempre e permanentemente atento para poder acompanhá-las, sob pena de não se aperceber delas”³⁴⁶.

Estas mudanças, segundo o jornal, são notadas em virtude de:

O sincretismo que se projeta nos arraiais religiosos em nossos dias, se faz sentir também nos meios políticos e sociais, dando-nos a perceber que algo incerto e indefinido no momento é de se esperar para muito em breve na história da humanidade, que lhe mudará inteiramente os rumos, guiando-a ao fim previsto pela Bíblia³⁴⁷.

É interessante o uso do termo sincretismo atrelado à política e aos meios sociais, o mesmo foi usado em razão de a igreja Assembleia de Deus não concordar com a participação da igreja Católica em eventos diplomáticos durante a Guerra Fria. Para eles,

³⁴⁵ PAIVA, Ângela Randolpho; BURGOS, M. Baumann (Orgs.). *A escola e a favela*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Pallas, 2009.

³⁴⁶ QUE FAREIS? *Mensageiro da Paz*. 30.04.1971.p.2.

³⁴⁷ *Ibidem*.

era preocupante a aproximação do Vaticano com países da órbita socialista, motivo que os levou a usarem o sentido de sincretismo de uma forma incorreta³⁴⁸. A surpresa por esta proximidade continua a ser comentada no editorial:

Mas, que no momento tais forças antagônicas em fins e propósitos, como são catolicismo romano e comunismo, se entrelacem em relações diplomáticas e os seus líderes principais se visitem reciprocamente e que os religiosos que há pouco tempo condenavam veementemente o sistema e as atividades dos comunistas, agora se prestar a reconhecê-los como autênticos representantes dos povos a que oprimem, o que equivale dar-lhes razão à existência, é algo que decididamente não compreendemos³⁴⁹!

A não compreensão por parte da igreja perpassa as escolhas políticas que o catolicismo passou a adotar especialmente desde 1968, com uma postura de maior envolvimento político, inclusive, como mediadora de conflitos internacionais, em especial no Brasil, ainda que no início do período militar a postura fosse de apoio ao regime, ao longo deste se transformou em crítica e em posicionamento público e combativo contra o governo vigente.

Essa postura causou incômodo à igreja Assembleia de Deus, por seu apoio ao governo, mas também pelas escolhas feitas pelo catolicismo, tendo em vista que este se tornava cada vez mais defensor de práticas ecumênicas, a variação incomodava, de uma certa forma porque:

A mudança de atitude evidenciada de parte a parte, de certo modo deixa atônitos, àqueles que desconheciam os motivos e os propósitos que lhe deram lugar. No entanto, vimos nisto um autêntico sinal dos tempos, que nos diz do dever que temos de estar alertas, porque a qualquer momento poderemos ser surpreendidos por eventos previsto pela Bíblia³⁵⁰.

Era prática comum do jornal e da revista pedir cuidado dos fiéis, em torno dos eventos mundanos, podendo estes serem vítimas de eventos presentes na Bíblia. É

³⁴⁸ O sincretismo pode ser visto como característica do fenômeno religioso. Isto não implica em desmerecer nenhuma religião, mas em constatar que, como os demais elementos de uma cultura, a religião constitui uma síntese integradora englobando conteúdos de diversas origens. Tal fato não diminui mas engrandece o domínio da religião, como ponto de encontro e de convergência entre tradições distintas. FERRETI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998

³⁴⁹ QUE FAREIS? *Mensageiro da Paz*. 30.04.1971.p.2.

³⁵⁰ *Ibidem*.

recorrente também o pedido para estarem atentos, Nesse sentido, é interessante o reconhecimento da mudança de atitude de alguns evangélicos:

Ultimamente temos também ouvido a elementos reconhecidos como cristãos evangélicos, que de modo idêntico àqueles usado no momento pelos católicos, estão dando todo direito aos comunistas, crendo na legitimidade dos seus propósitos, admitindo-se nas suas conferências religiosas e até estranhando a atitude daqueles que creem e procedem de modo diferente deles³⁵¹.

E de forma mais enfática, o editorial questiona aos seus leitores: “De nossa parte perguntamos também àqueles de quem nos ocupamos: Que farão aqueles que hoje se enamoram politicamente, mas no íntimo são diametralmente opostos entre si, que farão eles quando os interesses em jogo se chocarem?”³⁵²

O questionamento é de 1971, mas de uma certa forma previu os desdobramentos que se dariam a partir das escolhas feitas pela Assembleia de Deus em adentrar o cenário partidário brasileiro. É particularmente importante entendermos como se deu este convencimento para posterior apoio, questão que de uma certa forma se torna clara a partir desta década.

É particularmente interessante notarmos como se deu este processo de tornar público o apoio à vida partidária e para tanto é importante perceber a relação construída entre a igreja e os meios de comunicação, ainda que este envolvimento tenha sido rejeitado no início, com fortes críticas ao uso do rádio e da TV por parte dos fiéis, e que inegavelmente, este apoio foi construído por meio da mídia impressa, com seu jornal e revistas. Portanto, é necessário analisarmos as críticas iniciais feitas aos outros meios de comunicação.

O rádio, apesar de ter sido inventado por Guilherme Marconi, na passagem do século XIX para o XX, e ter-lhe valido o Prêmio Nobel de 1906, somente começou a ser explorado comercialmente no início da década de 1920. Porém, já em sua primeira transmissão experimental nos EUA, em 24 de dezembro de 1906 a religião se fez presente, quando um engenheiro canadense, em Massachusetts, realizou uma emissão

³⁵¹ QUE FAREIS? *Mensageiro da Paz*. 30.04.1971.p.2.

³⁵² *Ibidem*.

experimental, transmitindo mensagens religiosas, leituras de trechos do evangelho de Lucas sobre o nascimento de Jesus e a execução de músicas religiosas³⁵³.

Em São Paulo, os evangélicos históricos começaram, já na década de 1940, a apresentar programas de rádio ligados às igrejas locais, porém, um deles tinha presença Nacional: o programa *Meditação matinal*, do pastor presbiteriano Rev. José Borges dos Santos Jr., que o apresentava desde 30 de novembro de 1953. Isso era feito com o apoio financeiro do Banco Bradesco, cujo presidente-fundador era Amador Aguiar (1904-1991), membro da igreja e amigo do pastor. A partir da década de 1950, houve uma multiplicação no número de emissoras no Brasil em AM e em FM. Por isso, a programação religiosa nas rádios passou a atrair as pequenas e médias igrejas evangélicas, que antes não tinham recursos financeiros para manter seus programas locais.

Para atender a essa nova demanda, foram criados centros produtores de programas, que eram enviados às igrejas locais pelo correio e colocado no ar como se fossem uma produção daquela pequena igreja local. O Cave, Centro Audiovisual Evangélico, fundado em São Paulo em 1952 e depois transferido para Campinas em 1956 foi o grande expoente desta época³⁵⁴.

No dia 2 de janeiro de 1955, foi ao ar pela primeira vez o programa de rádio *Voz das Assembleias de Deus*, o programa foi iniciado pelo missionário Nels Lawrence Olson e transmitido pela rádio Tamoio, do Rio de Janeiro, e para outras partes do Brasil pelas rádios Tupi, Mayrink Veiga, Copacabana, Relógio Mundial, Atalaia, Marumby, Boas Novas, e por mais oito rádios em outros Estados. O programa era transmitido tradicionalmente aos domingos, às 22h, após o culto noturno das igrejas. Era transmitido também para o Equador e Estados Unidos³⁵⁵.

³⁵³ CAMPOS, Leonildo Silveira. O papel do Rádio e da Televisão na expansão dos Evangélicos no Brasil. In: *O Sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008, p.67.

³⁵⁴ Essa entidade tinha por objetivo produzir programas religiosos e outros materiais de caráter interdenominacional, distribuindo-os às Igrejas evangélicas. Esse empreendimento, apesar dos problemas de gerência teve um bom funcionamento até 1964, quando, por influência de seu presidente, um coronel do exército envolveu o Cave com propaganda do regime militar, motivo pelo qual os sustentadores norte-americanos retiraram o financiamento, levando o empreendimento à bancarrota. Ver: CAMPOS, Leonildo Silveira. O papel do Rádio e da Televisão na expansão dos Evangélicos no Brasil. In: *O Sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008.

³⁵⁵ ARAÚJO, 2007, op. cit. 2007.

O rádio foi o primeiro a ser utilizado em grande alcance por parte dos assembleianos, em nosso período de análise o seu uso já era aceito por parte da direção da igreja, era chegado o momento de fazer um melhor uso de sua propagação, como pontuado no seguinte relato:

Entre as invenções no campo da comunicação, o rádio foi sem dúvida uma das mais importantes. A princípio combatido foi o seu uso nos lares dos evangélicos pentecostais coisa que é raro encontrarmos uma casa sem um rádio. Conscientes estamos de ser o rádio um instrumento para disseminação do mal, mas justiça seja façamos ele é hoje ao lado de muitos outros meios de comunicação um grande veículo para difusão do Santo Evangelho³⁵⁶.

O artigo vem no sentido de conscientizar os fiéis, especialmente os pastores que tinham programas de cunho religioso, sobre a melhor forma do uso do rádio. Era claro o início da preocupação dos interesses econômicos sobrepostos à fé, apreensão demonstrada da seguinte forma:

Hoje, tudo mudou, a facilidade aumentou, as concessões por parte de certas emissoras acentuadamente católicas cresceram e em resumo, hoje, qualquer Igreja movimenta um programa de rádio algumas delas diariamente³⁵⁷.

Atrelado a esse fato, é perceptível a preocupação com o uso da fé para práticas comerciais. Segundo o artigo, o autor é enfático ao afirmar que percebe o uso dos programas que deveriam tratar da Palavra de Deus para promoção própria dos pastores, inclusive tornando público desavenças internas de sua igreja, além de não focar no sentido da evangelização, que era o mais importante para a direção da igreja. O interesse financeiro foi comentado da seguinte forma:

Não usemos o nosso programa de rádio para comércio, pois Jesus jamais aprovou essa fusão de comércio com Evangelho, nosso feito e único lucro são as almas perdidas que carecem do conhecimento da grande bondade e misericórdia de Deus. (...) Oxalá que cada um abra o seu coração para fazer o trabalho do Senhor com mais senso de responsabilidade e que este assunto mereça por parte de nossa Convenção melhor atenção, a fim de que medidas sejam tomadas para uma melhor apresentação de nossos programas através do rádio³⁵⁸.

³⁵⁶ SILVA. Messias de Castro. O rádio. *Mensageiro da Paz*. 15.01.1972. p.2.

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ SILVA. Messias de Castro. O rádio. *Mensageiro da Paz*. 15.01.1972. p.2.

Dentre os vários aspectos importantes deste artigo, é importante pontuar a aceitação do uso do rádio por fiéis, algo fortemente combatido nas décadas de 1940 e 1950 no próprio jornal. É interessante ressaltar a consciência do uso indevido do mesmo para práticas comerciais, deixando a fé como segundo plano, presente na recomendação para que a Convenção pudesse dar um sentido e, principalmente, controle aos envolvidos.

Esta postura por parte do jornal *Mensageiro da Paz* deixa claro que o uso dos meios de comunicação era um caminho sem retorno por parte da igreja. Isto pode ser atrelado ao reconhecimento deste como profícuo para evangelizar fiéis que foi o seu primeiro uso, especialmente com o rádio, no entanto, ao longo da segunda metade do século XX, com a chegada da televisão ao Brasil, e posterior expansão do uso desta por parte dos brasileiros, as possibilidades foram ampliadas e, até que a televisão fosse aceita por parte da Convenção das Assembleias de Deus, se deu um longo debate entre a relação da fé com a comunicação:

A fé e a comunicação formam o binômio das necessidades bem atuais, com o qual o ser humano passa a contar. A fé, sem recorrer à definição do autor da carta aos hebreus, é a certeza da vitória que buscamos pela sobrevivência ou outro ideal acalentado em nosso interior. Ao passo que a comunicação é o transporte da mensagem que a fé envia. O fenômeno da comunicação está criando uma roda de influência de diâmetro universal. Estamos vivendo dias de comunicação³⁵⁹.

Fica de uma certa forma evidente o encantamento da Assembleia de Deus para com as possibilidades que a comunicação pode abrir para a religião. Apesar de usar o termo “fé”, a chamada teoria da comunicação tão propalada serviu para esclarecer os caminhos e diretrizes a serem seguidos em como a igreja trabalharia em tempos guiados pela comunicação:

O curioso é que o homem vem se comunicando desde os seus primórdios até nossos dias, e agora, todo mundo descobriu que o importante é comunicar. Eis que surge para resolver a nossa problemática a teoria da comunicação. Que será? Que revolução é esta? (...) vem então a teoria da comunicação, com todos os caracteres de uma atividade do homem. Vem como teoria pura antes de ser aplicada. Com isto as gentes de hoje estão procurando estabelecer melhores contatos através da comunicação³⁶⁰.

³⁵⁹ OLIVEIRA, João Antônio de. Fé e comunicação. *A Seara*. Mai-jun. 1975.p.25.

³⁶⁰ *Ibidem*.p.25.

Nestes melhores contatos entra em vigor o uso cada vez maior dos meios de comunicação. Ainda que com as ressalvas necessárias para serem feitas, mas em especial, pelos caminhos percorridos até então, podemos notar até meados da década de 1970 um receio do que era considerado certo ou errado nesta relação entre fé e comunicação:

Neste objetivo, a fé e a comunicação devem irmanar-se. Espera-se que o bom senso enquadre a comunicação nas autênticas mensagens. Mensagens de fé na vida, nos homens, na criação e no Criador deve ser a tônica da comunicação. Leve cada um de nós a mensagem da fé que o Cristianismo comunicou. Substituamos a comunicação da mensagem vazia pela comunicação da mensagem da fé³⁶¹.

Notamos a recomendação de forma sutil para que haja a junção do uso dos meios de comunicação com a fé dos fiéis. É o encorajamento para o que hoje podemos chamar de imprensa evangélica, um aglomerado de meios de comunicação, que abrangem mídia impressa, digital, televisiva e radiofônica.

É interessante pontuarmos que a utilização da mídia é fundamental para a compreensão deste fenômeno religioso, desde a sua expansão pelo Brasil até a sua chegada na política, tendo em vista que: “As mídias estão no cotidiano da população e representam diferentes aspectos da vida socioeconômica, política e cultural, além dos políticos e da política. As mídias constroem a política simbolicamente, e é pelas mídias que a política ganha significado”³⁶².

Neste sentido, os evangélicos deixam de ser “os crentes” ou os grupos fechados do passado e passam a participar do “mundo”. É interessante notarmos que nesta perspectiva a separação do mundo começa a se modificar e os até então crentes da Assembleia de Deus começam a buscar novos caminhos e possibilidades de uma maior inserção na vida pública. Sua religiosidade combina com sua inserção nas mídias disponíveis, desde que estas sejam usadas para propagar sua fé e, em um certo sentido, evangelizar.

É inegável a força da internet na atualidade, em termos de influência e propagação de notícias, contudo, a mídia assembleiana tem na televisão sua força maior

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² LIMA, Venício. Revisitando as setes teses sobre mídia e política no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, n.51, jan./jun.2009.p.13-37.

de expansão por seu alcance à nível nacional dos fiéis e, principalmente, por alcançar todas as camadas sociais e geracionais, do jovem ao idoso, especialmente para os que moram no campo. As mídias religiosas contribuíram para a recriação do imaginário do que significa ser evangélico no Brasil.

Mas, nesta concepção, é pertinente situarmos o que entendemos por mídia, um “campo de produção, circulação e recepção de sentidos, em que a relação emissor/receptor não é vista como unidimensional, mas como um diálogo mediado por interesses de mercado e negociações de sentido”³⁶³.

Este mercado irá de uma certa forma redefinir a visão de fé e mídia, posto que: “No caso da mídia evangélica, seus produtos servem para delimitar um campo de atuação dentro de um mercado religioso competitivo, legitimar um discurso e uma posição ideológica e moral, além de instruir os fiéis e fazer propaganda entre não- fiéis”³⁶⁴.

Na ótica do mercado religioso, a partir de 1978, a mídia brasileira começou a vender tempo para alguns televangelistas norte-americanos. Rex Humbard foi o primeiro e permaneceu no ar até 1984. Na mesma época, foi apresentado durante algum tempo o Clube 700, de Pat Robertson. Mas quem mais tempo permaneceu no ar e fez algum sucesso no Brasil foi Jimmy Swaggart, graças ao apoio recebido pela Assembleia de Deus brasileira³⁶⁵.

Ao longo dos anos setenta esta propaganda e disseminação de ideias/fé entre os não fiéis foi feita pela televisão. É interessante, contudo, ressaltar que a televisão outrora enfrentou grande resistência para o seu uso por parte da direção da Assembleia de Deus. Inúmeras matérias publicadas nos seus periódicos justificavam o motivo da recusa, dentre os quais, os males que a televisão poderia causar. O incômodo era tanto que foi motivo de deliberação de sua Convenção Geral:

A XIX Convenção Geral das Assembleias de Deus condena e pronunciou-se contra a televisão. Foi noticiado em jornais e revistas. Uma revista assim escreveu: Pentecostais condenam TV... a resolução

³⁶³ BELLOTTI, Karina Kosicki. Mídia Evangélica e História Cultural. In: *O Sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008, p.101.

³⁶⁴ Ibidem. p.101.

³⁶⁵ Ver: CAMPOS, Leonildo Silveira. O papel do Rádio e da Televisão na expansão dos Evangélicos no Brasil. In: *O Sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008.

foi adotada em consideração aos “efeitos maléficos que os programas de Televisão têm causado à comunidade evangélica, principalmente à família”³⁶⁶.

A partir do pronunciamento é possível colher algumas particularidades do que mais tarde seria a mídia evangélica, a junção dos interesses religiosos, voltados para um mercado específico, mas, também aberto a quem se interessasse pela mensagem do mercado religioso. Nesta lógica, no momento ainda incipiente, o jornal questiona:

Porventura há muitos programas evangélicos? Não, não há. Então a posição deve ser a mesma. No momento os programas apresentados pela Televisão são realmente prejudiciais à vida espiritual, à frequência aos cultos e à educação moral de nossos filhos. Os atuais programas de televisão anunciados em nossos jornais são novelas e mais novelas, filmes um após o outro, esporte, esporte, show de artistas e um pouco de notícias. Assim é a atual televisão do Brasil. Pergunto, tais programas são úteis ao homem espiritual? Porventura edificam? Não, creio não. Então porque tomar o precioso tempo que temos com aquilo que vem nos prejudicar?

A posição da CGADB é bem enfática ao se posicionar contrária ao uso do aparelho de televisão, ainda que em vários momentos de suas afirmações, o incômodo com a televisão parece ser mais no sentido da ausência de programas evangélicos, com críticas contundentes à sua programação, voltada evidentemente para um público não necessariamente religioso. O tom não diminui, crescendo a firmeza de seu posicionamento:

Meu prezado não se engane! Esse equipamento que ainda não está a serviço do Evangelho é prejudicial, não tenha dúvidas. O crente salvo, zeloso, que ama e aguarda a vinda de Jesus não deve perder seu tempo como coisas passageiras do mundo. Vamos ocupar o pouco tempo que nos resta, com as coisas de Deus, com oração e meditação da Palavra. Enquanto assim permanecer serei sempre contrário ao uso da Televisão nos lares do remedos do Senhor³⁶⁷.

O tom acusatório e apologético segue como marca do *Mensageiro da Paz* no que se refere ao uso da televisão. Para tanto, seus redatores se utilizam até do argumento de uma mediunidade vinda do aparelho:

³⁶⁶ CERQUEIRA, Antônio Lopes. A Televisão. *Mensageiro da Paz*, ano 42.n.21. 15 de novembro de 1972. p.3,8,11.

³⁶⁷ *Ibidem*.

Que a televisão como tal, ter emissões hipnóticas diretas. Com a TV teria vindo sobre o mundo uma nova mediunidade, um poder espiritual que estaria além da realidade da vida, gerando alienação depressiva. Seria gerada uma forma de comportamento contrária ao ser humano, sendo-lhe imposto o que ele na verdade nem quer. Os indivíduos tonam-se uma massa moldável! Para eles, anormal e contrário à natureza parece normal. (...) por mais alarmantes que sejam as experiências com a televisão, o telespectador não se impressiona. Ele não consegue mais libertar-se. O poder espiritual que veio sobre ele prende-o na sua camisa de força mágico-mediúnica³⁶⁸.

Neste sentido, ainda que negasse fortemente o seu uso, posteriormente, a igreja se deu por vencida e viu que era um caminho sem volta. Passou-se então ao processo de inserção da mídia televisiva. É importante entendermos e situarmos esta aceitação do uso do televisor por seus fiéis, permitindo ao crente assistir televisão, como uma estratégia, haja vista que a Igreja se via por vencida nesta disputa com o fiel, posto que ainda que o pastor determine a palavra final, acompanhada de seus desejos próprios e pessoais está a escolha do fiel.

Esta prática de orientação do fiel para o que era certo ou errado, dentro dos preceitos da doutrina assembleiana, não necessariamente muda, ainda que o crente passe a ser visto como evangélico, ele apoiará essas práticas com apelo conservador, inclusive formando uma aliança política para a aprovação das mesmas.

Mais para o final da década de 1970, uma outra pauta vista como necessidade a ser combatida, vem diretamente relacionada com a postura esperada da mulher assembleiana e do que ela deveria evitar, trata-se do feminismo. É recorrente a preocupação da Igreja com a mulher como membro da igreja, principalmente, com a postura que deve ser esperada da mesma. Neste sentido, a igreja funda o grupo de oração denominado “Círculo de Oração”.

Ele começou suas atividades através da irmã Albertina Bezerra Barreto, em 6 de março de 1942, em Casa Amarela, Recife-PE. As orações tiveram início em sua residência em razão de estar com uma filha doente. Por esta se encontrar desacreditada pelos médicos, organizou um círculo de oração em sua casa que se iniciava às 07h da manhã e tinha fim às 19h da noite, parando somente quando já estavam exaustas. A filha

³⁶⁸ MALGO, Win. A televisão é Inofensiva? *Mensageiro da Paz*, n. 1106.1979. p.15.

de dona Albertina curou-se e estava iniciado o Círculo de Oração da Igreja Assembleia de Deus³⁶⁹.

O seu nome veio em razão do grupo de oração que exerce forte atividade dentro da A.D: “O Círculo de Oração”, que tem um intenso sentido de evangelização, e ainda hoje, é muito atuante em diversas Assembleias de Deus em todo o país. O seu objetivo principal é fazer as orações “circularem o céu”, ou seja, atuarem em todas as áreas possíveis na vida do fiel. Nestes primeiros anos, havia a preocupação com o traje a ser usado por estas mulheres, mantendo-se o perfil clássico da “crente assembleiana” cabelos longos, saia longa, trajes iguais para todas, em grandes cultos ou festividades, azul ou branco.

Além da criação do grupo de oração, foi criado também a revista “*Círculo de Oração*”, publicada em julho de 1982, é um periódico destinado a apresentar as atividades das mulheres que compunham o grupo de oração da igreja evangélica Assembleia de Deus. Percebemos em suas páginas o intuito em demonstrar a unidade e organização das fiéis assembleianas.

As líderes do grupo são em sua maioria mulheres comuns que alcançavam espaço dentro da denominação, passando posteriormente o cargo para suas filhas. Notamos, assim, a influência do patriarcalismo, presente também nas relações entre as mulheres. Estas detêm um poder considerável no espaço em que lhes é permitido exercê-lo. A líder do Círculo de Oração é vista com respeito pelas demais, mantendo com o pastor a possibilidade de diálogo, por conquistar autonomia para tanto, ainda que na maior parte das igrejas esta líder fosse a própria esposa do pastor, mas havia exceções, dependendo de cada localidade.

O contexto histórico produzido na década de 1960 colaborou para a inserção das mulheres no discurso histórico e religioso, porque o movimento feminista ganhou visibilidade internacional neste período. O decênio de 1970 foi considerado como “a segunda onda” do movimento, A primeira foi caracterizada pelas reivindicações acerca do voto feminino, a incorporação do político nas discussões e a chegada das feministas à universidade, o que contribuiu para o reconhecimento das mulheres como participantes

³⁶⁹ MOTA, Elba Fernanda Marques. *Poder, subjetividade e condição feminina no pentecostalismo maranhense: O caso da Igreja Assembleia de Deus (1940-1990)*. UFMA, 2009. Monografia de conclusão do curso em História.

da História. Esta nova vertente do feminino, caracterizada como “segunda onda” referia-se:

A um movimento político que questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras, particularmente da dominação sobre a população feminina. Considera que existe uma opressão específica a todas as mulheres, independente de classe social, raça, etnia, orientação sexual, faixa etária, origem geográfica e em qualquer hemisfério que esteja localizado seu país. Essa opressão se manifesta tanto em nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, política, religião, filosofia)³⁷⁰.

As representantes deste movimento foram vistas como radicais pela sociedade, principalmente pelos grupos que elas criticavam, dentre os quais, os religiosos. Sempre existiu uma tensão latente entre a igreja e o feminismo, em virtude de as feministas observarem na religião, principalmente a católica, um espaço de exploração e submissão das mulheres. Por sua vez, a igreja percebia nas militantes um risco à manutenção da família:

O fato de o feminismo ter nascido ‘fora’ do âmbito eclesiástico, e suas reivindicações terem sido defendidas ou apoiadas por forças laicistas, anticlericais e, depois, socialistas, fez com que instâncias eclesiásticas da época fossem pouco ou nada sensíveis à verdade cristã presente no feminismo. A igreja católica chegou, inclusive, a condenar o feminismo no conjunto dos chamados erros modernos: o erro moderno mais perigoso depois do socialismo, no dizer de um escritor do início do século XX³⁷¹.

Essa postura católica não diferiu da dos evangélicos, com uma oposição ferrenha ao feminismo. No caso da Assembleia de Deus, sua contrariedade com o movimento pode ser acompanhada desde a década de 1960, quando seus periódicos iniciam uma campanha editorial de crítica ao movimento, com intenso combate ao que deve ser evitado do movimento.

Na década de 1970, a revista *A Seara* publicou uma matéria denominada: “De Sara ao Feminismo”. A chamada inicial da mesma traz o seguinte questionamento: “No princípio o poema uniu a mulher e a rosa. Hoje, numa luta contra o patriarcado ela prefere

³⁷⁰ TELES, Maria Amélia de Almeida. Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas. In: SOTER (org). *Gênero e Teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.p. 51.

³⁷¹ FREITAS, Maria Carmelita de. Gênero/ Teologia feminista: interpretações e perspectivas para a teologia – Relevância do tema. In: SOTER (org). *Gênero e Teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.p.13-33.p.21.

ser chamada de operária, industrial ou médica. Defendendo a sua liberdade, ela reclama o direito de competir com o homem. Pode uma mulher cristã ser feminista?³⁷²

Para responder a este questionamento, o jornal traça o perfil histórico do contexto de fundação do feminismo. Desde o início dos primeiros movimentos, que segundo a revista datam do século XIX, até a sua insurgência no século XX, é especialmente interessante o cuidado histórico do periódico, ainda que peque em alguns dados históricos e por dizer que as primeiras feministas foram consideradas “hienas de saias”.

A matéria ocupou três páginas da revista e em sua primeira há um quadro com várias mulheres, de várias fisionomias, inclusive há uma negra. É interessante pontuar também que o artigo é escrito por uma mulher. Uma mulher que escreve para um periódico e trabalha na década de 1970, mas, principalmente, uma mulher evangélica. Inicia-se a matéria falando da relação das mulheres presentes na Bíblia e em como estas foram submissas ao seu esposo, para logo em seguida criticar a forma como o feminismo vê estas mulheres.

A mulher no Oriente até hoje preserva as tradições do regime patriarcal, enquanto no ocidente a revolução cultural e tecnológica há muito tirou-a da condição de uma “animal de ideias curtas e cabelos longos”. Segundo o feminismo, a evolução da sociedade moderna exige da mulher a solução dos seus direitos e deveres. Porém é na luta pela igualdade com o sexo masculino que surge o âmago da questão discutida durante séculos e, ainda hoje, assunto de debates das mesas redondas mundiais. Pode a mulher competir com o homem em todas as esferas? Quais os seus direitos e deveres na vida conjugal? Teria a natureza dotado o homem de algumas vantagens biológicas?³⁷³

Estes questionamentos da autora possibilitam um debate pautado, infelizmente, na discriminação da mulher, posto que duvida em alguns momentos de sua capacidade de ocupar um mesmo posto de trabalho do homem e, especialmente, evoca a possibilidade de o homem ter algumas vantagens biológicas em relação à mulher. De uma certa forma, o artigo reafirma a máxima dos homens serem mais inteligentes e desenvolvidos biologicamente do que as mulheres, um agravante no que diz respeito à luta por igualdade das mulheres.

A autora continua sua exposição, relatando que: “Mesmo admitindo como válidos alguns pontos da luta feminista, as mulheres verdadeiramente cristãs baseiam não só suas

³⁷² FONSECA, Sonia da. De Sara ao Feminismo. *A Seara*. Julho. 1978, p.22.

³⁷³ *Ibidem*.

convicções como também seu *modus- vivendi* nos preceitos bíblicos”³⁷⁴. Aqui a autora deixa claro a linha argumentativa escolhida para defender o seu ponto de vista, ainda que reconheça alguns temas válidos da luta feminista, a mesma indica às suas leitoras e leitores o acompanhamento da mulheres presentes na Bíblia como o melhor exemplo a ser seguindo.

A fim de justificar sua afirmativa, ela começa citar mulheres com grande destaque na Assembleia de Deus ao longo da segunda metade do século XX e o que elas pensam como melhor postura a ser adotada pela mulher. Ela cita a opinião da professora Helena Barata Figueiredo, diretora da escola Lurdes Lima da Rocha, em Santa Cruz e do Departamento de Adolescentes da Igreja, em São Cristóvão. Ela afirma o seguinte: “Que a mulher, tendo estrutura, pode ocupar qualquer cargo na sociedade, porém sem ultrapassar os limites da Bíblia, principalmente no que diz respeito à competição homem e mulher”³⁷⁵. Anita Carvalho que, trabalha no comércio, ao lado do seu marido, afirma o seguinte: “Penso que a mulher perde muito, por não ser apenas e tão somente mulher. Sua posição de ajudadora é cômoda, doce e aprazível. Um comerciante, por exemplo, não pode prescindir da ajuda feminina, seja a esposa, a secretária etc. Não fica tão melhor assim pra todo mundo?”³⁷⁶

O questionamento que surge é: todo mundo quem? O marido? O filho? A continuação da sociedade patriarcal tão citada pela autora ao longo da matéria? O texto tem uma clara defesa dos princípios da sociedade patriarcal, justificada nos ensinamentos que devem ser seguidos pelo que há escrito na Bíblia.

A autora continua o texto buscando outras mulheres, a fim de responderem qual o melhor lugar para a mulher no mundo. Para tanto, busca-se a resposta das mulheres da família Malafaia, família que até hoje tem grande poder de influência não somente na Assembleia de Deus, mas em todo o Brasil. Albertina Malafaia, na época supervisora educacional do Instituto Bíblico Pentecostal, afirma “Crê na mesma capacidade para ambos os sexos, mas, conforme seu ponto de vista, a mulher deve dar o lugar de honra na sociedade ao homem. Admite o “machismo” como válido, pois faz parte da natureza masculina e acrescenta que a mulher deve permanecer na retaguarda”³⁷⁷.

³⁷⁴ Ibidem. p.23.

³⁷⁵ FONSECA, Sonia da. De Sara ao Feminismo. *A Seara*. Julho. 1978, p.23.

³⁷⁶ Ibidem. p.23.

³⁷⁷ Ibidem. p.24.

Dentro deste sentido, a professora não vê problema em admitir a existência do machismo e vê com naturalidade a mulher no espaço de retaguarda, sempre atrás do marido. Por fim, o texto passa opinar sobre as funções biológicas entre os homens e as mulheres. Celeste Mata, esposa do pastor Samuel Henriques da Mata, da Igreja Ortodoxa de Madureira, “acha que a formação psicológica e biológica feminina tira a capacidade da mulher para competir com o homem. Advogada militante, mãe de três filhos, Celeste diz que o companheirismo conjugal deve ser regido pela compreensão e não pela opressão”³⁷⁸.

A autora finaliza trazendo a opinião de Dona Zelia Macalão, esposa do pastor Paulo Levias Macalão, antes de trazer a sua opinião é interessante notar como a autora fez uma longa compilação de todas suas atividades desenvolvidas. Inclusive o fato de ela ser a fundadora da CIBE- Confederação das Irmãs Benéficas Evangélicas, fundada em 1958, dividida em 60 setores espalhados pelo Rio, além de distribuição de roupas, comidas e cuidados com 19 velhinhas. Apesar de todas suas atividades, a senhora Zelia Macalão, “Acha que a mulher deve, na medida do possível, dedicar-se exclusivamente ao lar, seguindo estritamente os preceitos bíblicos e este ditame é divulgado nas palestras realizadas para suas colaboradoras”³⁷⁹.

Nota-se que a autora no mesmo sentido em que busca reconhecer a atuação do movimento feminista, fazendo um recorte histórico do mesmo, termina por deturpar o seu significado, resumindo-o a um movimento em que a mulher busca ser superior ao homem, busca detratar o sentido de igualdade trabalhista, como se a mulher fosse querer retirar o espaço do homem no mercado de trabalho e, por fim, termina por incentivar o machismo, reforçando estereótipos de que o lugar da mulher é em casa e que esta seja até mesmo menos inteligente e capaz que o homem.

Vale ressaltar que a revista *A Seara* se define desta forma: “Nossa revista só divulga o que edifica, o que instrui, o que eleva as pessoas moral e espiritualmente”. Neste sentido, é importante ressaltarmos o significado do termo feminismo, e pelo que de fato o movimento se baseia e luta:

Pode ser definido como a defesa de direitos iguais para mulheres e homens, acompanhada do compromisso de melhorar a posição das mulheres na sociedade. Ele pressupõe, portanto, uma condição básica de desigualdade, seja esta concebida como dominação masculina,

³⁷⁸ Ibidem. p.24.

³⁷⁹ FONSECA, Sonia da. De Sara ao Feminismo. *A Seara*. Julho. 1978, p.24.

patriarcado, desigualdade de gênero ou os efeitos sociais de diferença sexual³⁸⁰.

Sendo assim, o discurso da Assembleia de Deus sobre o papel da mulher diz muito sobre a forma como essa instituição entendeu e propagou o feminismo. Este movimento que busca a igualdade entre os sexos e que historicamente viu a igreja como espaço de opressão e subjugação feminina encontrou no catolicismo, um pequeno espaço de diálogo. O mesmo não pode ser dito das igrejas evangélicas, que continuam a enxergá-lo como força maligna, pautada de ideologia, que teria por função somente a destruição de famílias e propagação do discurso de ódio para com estas mulheres.

A pauta conservadora da Assembleia de Deus preocupava-se, também, com a saúde dos seus fiéis. É particularmente interessante o espaço destinado ao consumo do cigarro e em como este deveria ser evitado por todos os que estivessem ligados à igreja. Em matérias vinculadas, a Assembleia de Deus esclarece o seu medo e pede a contribuição das autoridades, em um editorial na revista *A Seara* de 1970 inicia citando o versículo bíblico Rm. 13:1,4, pedindo a contribuição das autoridades brasileiras: “Todo homem esteja sujeito às autoridades... visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem”. É particularmente esclarecedor o trecho a seguir:

“Lei é Lei. E em si mesma nada mais visa senão a obediência a seus ditames, sem discussão. O contrário disto, trará ao transgressor as consequências que sempre são más. Tenham pois paciência os obesos, e para seu próprio benefício, busquem os especialistas clínicos que lhes poderão receitar algo melhor para seus regimes alimentares; ou por outra, se conformem mesmo com ingerir hidrato de carbono com o adoçante natural – açúcar, até que a morte inexorável lhes bata à porta intimando-os à prestar as contas ante Deus³⁸¹.”

Aqui, o trecho refere-se à proibição por parte dos Estados Unidos do uso de adoçantes artificiais, sendo este exemplo seguido pelo Brasil com a mesma proibição. É citado como a Igreja apoia sem reserva toda e qualquer iniciativa que tomem nossas autoridades, a fim de preservar a vida.

Em outro trecho, o editorial continua afirmando que os Estados Unidos proibiram desde janeiro de 1970 a propaganda de cigarro e seus derivados. Passa-se então a

³⁸⁰ BARRETT, Michele. Feminismo. In: OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996, p. 304.

³⁸¹ FUMO. *A Seara*. Março, 1970, p.2.

questionar as autoridades brasileiras pelo silêncio em relação a dois inimigos da humanidade: o fumo e o álcool, em suas diferentes modalidades, observando-se o crescimento de propagandas e incentivo ao consumo, em jornais e revistas, assim como no rádio e na televisão.

Afirma que há a possibilidade concreta de um risco à saúde de quem tenha consumido em grande quantidade o cigarro e que este não apenas prejudica ao fumante, mas faz mal a todos. Este editorial chama a atenção por ser um dos poucos em tom de cobrança mais contundente ao governo. O mesmo finaliza cobrando uma postura do governo militar quanto à questão:

E por que as nossas autoridades permanecem silenciosas indiferentes a tal problema? O mesmo texto bíblico de que nos valem na introdução deste editorial, a mais de demonstrar-nos o dever de em tudo obedecermos as autoridades, posto que as mesmas foram constituídas por Deus visando o nosso bem, também demonstra que as autoridades têm grande responsabilidade por seus mandatos; pois oportunamente lhes será requerida a prestação de contas perante Aquele maior que elas. Coibir a prática do mal e favorecer a prática do bem, eis o dever de toda autoridade consciente e regular! (...) Esperamos portanto de nossas autoridades que não limitem sua proibição aos “ciclamos” que sigam adiante e descubram as causas da infelicidade humana e se atrevam mesmo a proibir mesmo tudo quanto venha a trazer mal estar e inquietude e prejuízo à família e ao indivíduo, porque, perturbados esses elementos estará igualmente perturbado o Governo e toda a nação³⁸².

O tom volta a mudar para a linha de apoio ao governo em matérias subsequentes, tendo em vista o seguinte:

No ano passado, em outro editorial aqui publicado, aludimos as providências que tomara o governo norte-americano, contra a propaganda de bebidas alcoólicas e produtos derivados do tabaco, na rádio, na TV e na imprensa americana, e, então, *almejamos que nosso Governo fizesse o mesmo*. Agora vemos, com prazer, levantarem-se nossas Autoridades contra o mal que continua pior dia a dia.

O motivo de contentamento vem em virtude do engajamento dos parlamentares na causa, como cita o seguinte trecho:

Por felicidade, levanta-se agora no Parlamento Nacional, uma voz patriótica, zelando pela saúde de nosso povo, que submete ao Congresso Nacional um projeto de lei que proíbe entre 18 e 24 horas do

³⁸² FUMO. *A Seara*. Março, 1970, p.2. (Grifo do autor).

dia a propaganda do cigarro através da TV, permitindo-a, no entanto, noutros horários, seguida do aviso: ESTE PRODUTO É NOCIVO À SAÚDE. O nosso corajoso deputado está parcialmente certo. Por que parcialmente? Porque, ao nosso modo de entender, a saúde de nosso povo vale pela proibição total da propaganda não somente do cigarro, também de todas as bebidas alcoólicas, e não somente pela TV, também através de todos os nossos meios de comunicação com o público! Uma tal proibição somente trará resultados proveitosos a todos e especialmente a nossa juventude³⁸³.

Nesta conjuntura, é particularmente interessante que se elogie determinado deputado, mas que ainda assim, este não tenha seu nome revelado. Postura no mínimo estranha, tratando-se da Assembleia de Deus, uma vez que neste período, já se notava o nome de alguns deputados sendo citados por parte do jornal e da revista. Ainda dentro da pauta conservadora, a AD questiona se o espaço público está doutrinando a Igreja, tendo em vista as mudanças percebidas naquele momento no mundo e na Assembleia de Deus. A preocupação vai no sentido da mudança de vestimenta e de postura por parte das fiéis, assim como a preferência por “coisas do mundo”.

Outra preocupação da Igreja foi o uso de tóxicos cada vez mais frequente por parte dos jovens, o autor descreve sua apreensão com o que observava:

Os tóxicos são usados com a finalidade única de proporcionar “algo melhor” ao consumidor. Mas, o “algo melhor” é a decadência física, mental, e moral. Os tóxicos vêm destruindo as sociedades, sem respeitar idade ou sexo. Para aprimorar o consumo de drogas criaram uma filosofia tóxica defensora dialética dos adeptos(...) As sociedades atuais estão se aniquilando, estão se autodestruindo³⁸⁴.

Para exemplificar a sua preocupação, Natanael Vieira escreveu para o Ministro da Justiça uma carta, que, segundo ele, publicará oportunamente na revista, pedindo intervenção no Teatro e na TV brasileiros, isto porque “os apresentadores usam as coisas mais sagradas para exteriorização dos seus instintos”, o mesmo ocorre com as músicas que não respeitam “o nome de Deus”.

Este é mais um exemplo de como a igreja começa a se utilizar de suas ligações políticas, a fim de resolver questões doutrinárias, não podemos deixar de notar também a

³⁸³ Ibidem. p.2

³⁸⁴ VIERA, Natanael Gonçalves. Tóxico, o Grande mal. *A Seara*, maio. 1976. Última página.

tentativa de censura aos meios de comunicação envolvidos no que eles não consideravam apropriado.

É importante pontuar que no início da década a Assembleia de Deus deixou claro o seu posicionamento acerca da aprovação da censura prévia no Brasil, legitimada pelo AI-5, fato comemorado pelo jornal *Mensageiro da Paz* da seguinte forma:

Tornamos pública, aqui, nossa simpatia e profunda apreciação pelo decreto recentemente assinado pelos Exmos.Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, que estabelece censura prévia às publicações nacionais, numa tentativa de escoimar nossa imprensa dos abusos do erotismo, da licenciosidade e da ausência do pudor. Esta simpatia é também a de milhões de criaturas alfabetizadas que desejam ler o melhor, o que constrói, o que edifica³⁸⁵.

De uma certa forma estarrecedor o relato, condiz com a postura seguida pela igreja a partir de então, a de não esconder as suas relações com figuras do governo militar e sempre que possível elogiar, tornando público o seu apoio com medidas que feriram todos os preceitos de um governo democrático, e sim, a Assembleia de Deus reconhecia pessoas insatisfeitas com tal postura, uma vez que:

Não faltam aqueles que se opõem terminantemente à medida governamental, posto que aprenderam a viver da exploração da inocência juvenil e de repente se veem impedidos de continuar a sementeira da cicuta. Os brasileiros responsáveis pela dignificação integral da nossa Pátria, reconhecendo a capital influência da imprensa, aplaudem ao Governo pela medida e esperam não haja retrocesso³⁸⁶.

No sentido de ser conveniente entender o problema como exploração infantil, por não concordar com determinadas literaturas, ou culpar determinados programas de TV pelo aumento de consumo de drogas por parcela da juventude, estes foram os mecanismos encontrados pela igreja no sentido de aplaudir o governo militar e torcer para que não houvesse o retorno de um governo eleito democraticamente pelo povo.

É especialmente interessante o relato acerca do descompasso do que é ensinado pela igreja e do que é colocado em prática por seus fiéis:

Temos notado que os ensinamentos doutrinários esposados pelos pastores não alcançam a aceitação necessária. Principalmente quanto ao

³⁸⁵ CENSURA ÀS PUBLICAÇÕES OBSCENAS. *Mensageiro da Paz*. Março. 1970.p.2.

³⁸⁶ *Ibidem*. p.2.

vestir-se e adornar-se. Mas qualquer costume mundano que tome vulto, é admitido por alguns crentes, como coisa boa³⁸⁷.

Dentre os costumes citados está o uso de minissaia, a que algumas fiéis aderiram, o corte de cabelo, a mudança de postura, no que o artigo afirma: “mas o mundo introduz o seu costume, exatamente para contrariar ou deturpar os ensinamentos da igreja”³⁸⁸. Essa “deturpação” se percebe também no incômodo com os adornos. O artigo chega a afirmar não ser contrário aos mesmos, para logo em seguida se contradizer:

Não somos contra os adornos necessários, como alianças nos casais, os anéis de ofício ou de formatura. Mas algumas jovens e damas se esmeram demasiado nas pulseiras e braceletes, algumas até de borracha e lata sem nenhum valor. Cortam os cabelos e, suas vestimentas não são para proteção do corpo e resguardo do decoro, mas são verdadeiras fantasias às vezes transparentes, que acirram a carne contra o espírito³⁸⁹.

O autor finaliza, argumentando não estar exagerando, pedindo somente que haja o repasse do que ele escreveu para as moças das igrejas, pois a sua intenção vem no sentido de combater o mundanismo entre as “servas de Deus”.

Este debate em torno do que é adequado e a forma de se vestir esteve presente em boa parte das discussões da doutrina da Assembleia de Deus acerca do que é certo ou errado. Até que ponto é controle ou orientação termina por se solidificar dentro da ótica de questionamento sobre se o mundo doutrina a Igreja. Os assembleianos se questionavam acerca desta hipótese ao longo de década de 1970, acreditamos que na atual conjuntura do mundo evangélico, os mesmos tenham obtido a sua resposta, no mesmo sentido que vemos como natural este processo de mudança, ao analisarmos os desdobramentos, ao longo daquela década.

A Igreja foi se dando conta por si própria de que havia batalhas que não poderiam serem vencidas. A mulher é dona do seu corpo e ainda que seja evangélica, ela encontrará caminhos para vestir o que quiser e da forma que a faz se sentir melhor consigo mesma, ainda que deixe a Igreja perplexa com tamanho “mundanismo”.

³⁸⁷ SOUZA. Antônio Andrada. O mundo doutrina a Igreja? *Mensageiro da Paz*. n.1107.1979. p.4.

³⁸⁸ Ibidem. p.4.

³⁸⁹ Ibidem. p.4.

O último ponto da pauta conservadora defendida pela Assembleia de Deus, que converge para a preservação do matrimônio, um dos aspectos doutrinários mais recomendados para qualquer evangélico, independentemente da denominação da qual faça parte. Por este motivo, a Igreja se colocou terminantemente contra a aprovação do divórcio no Brasil:

Pessoalmente não podemos concordar com o divórcio, por duas razões específicas: Primeiro, porque é atentatório ao lar constituído por Deus: “Portanto, o que Deus ajuntou (o homem e a mulher) não separe o homem” Mt.19:6. Segundo, porque não é em absoluto a resposta aos problemas resultantes dos embates da vida sobre o lar³⁹⁰.

A justificativa se pauta no princípio bíblico de obediência, na determinação básica do até que a morte os separe. Foram inúmeras matérias nos periódicos, chamando atenção dos fiéis quanto ao que eles deviam esperar e, principalmente, reforçando o porquê da não aprovação da Lei do divórcio, com o intuito principal de preservar a família.

Contudo, a Lei do divórcio foi aprovada, em 26 de dezembro de 1977, pelo presidente Ernesto Geisel, a Lei Nelson Carneiro (6.5107/77), como ficou conhecida, em razão de ser uma proposta defendida pelo então Senador eleito pela Guanabara, foi um processo longo, e a Lei esperou vinte e seis anos para ser aprovada.

No que toca à Assembleia de Deus, houve uma longa campanha contrária a essa aprovação e a Igreja se posicionou de duas formas: nos seus periódicos e no Congresso, por meio dos senadores contrários à aprovação da Lei, dentre os quais, alguns evangélicos. No jornal, a igreja foi enfática ao afirmar que “A lei do divórcio não foi aprovada por Cristo. O único argumento a seu favor foi a infidelidade (adultério)”³⁹¹.

O jornal assim noticiou o feito: “O Congresso Nacional reiterou, em segundo turno, sua aprovação à emenda Nelson Carneiro, que instituiu o divórcio no Brasil. O resultado foi 226 favoráveis e 162 contrários. Os deputados evangélicos votaram pela dissolubilidade do vínculo conjugal”³⁹².

³⁹⁰ OLIVEIRA. Raimundo. F. O Divórcio é a Solução. *A Seara*. 15.06.1971. p.2.

³⁹¹ Ibidem. p.2.

³⁹² DIVÓRCIO: COMISSÃO FAZ PRONUNCIAMENTO. *A Seara*. n.1086. 1978, p.11.

Apesar dos esforços contrários e após a sua aprovação, a Assembleia de Deus fez um pronunciamento por meio de uma Comissão organizada especialmente para deliberar sobre o divórcio.

Em um primeiro momento, considerando, por outro lado, caber à igreja manter vigilância em defesa da família e dos bons costumes, não podendo ser conivente com a chamada “nova moral” que é apenas a expressão mais enfática de uma sociedade corrompida e entregue a uma permissividade sem freios, uma vez que estamos em uma civilização indiferente a Deus³⁹³.

Os dois principais pontos foram:

1. AS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL admitirão o Divórcio nos casos de:
 - a) Infidelidade conjugal;
 - b) Acompanhamento de enfermidades expressamente referidas em lei como motivadoras de separação ou de dissolução do casamento.

Entende-se por infidelidade conjugal a prática de adultério e de anormalidade sexuais e o abandono do cônjuge sem justa razão.

2. AS ASSEMBELIAS DE DEUS NO BRASIL somente admitirão o Divórcio, conforme a lei, nos casos de Ministros (Pastores e Evangelistas) e Oficiais (Presbíteros e Diáconos) da Igreja, quando se tratar de ocorrência de infidelidade conjugal comprovada ou evidenciada em atos públicos e notórios.

O Ministro ou Oficial divorciado, caso venha a contrair novas núpcias, enquanto viver o ex cônjuge perderá sua condição ministerial.

Não se admitirá, em hipótese alguma, a celebração de casamento religioso de divorciados, mesmo que apenas um deles esteja nessa condição.

Não se consagrará divorciado ou casado com divorciada a qualquer cargos ministeriais.

O Pastor que acolher Obreiro divorciado ou se recusar a cumprir estas determinações, perderá o reconhecimento da Convenção Geral e, assim, de todas as Assembleias de Deus no Brasil³⁹⁴.

O documento finaliza recomendando para que as igrejas se resguardem no futuro e recolham assinaturas de todos que nela ingressarem, se possível de membros e congregados. O intuito seria de que aceitassem todas as normas e doutrinas adotadas pelas

³⁹³ Ibidem. p.11.

³⁹⁴ DIVÓRCIO: COMISSÃO FAZ PRONUNCIAMENTO. *A Seara*. n.1086. 1978, p.11.

Igreja, especialmente no que diz respeito ao divórcio e de que jamais tomarão iniciativa de mover ações judiciais contra decisões eclesiais. Eis as deliberações da reunião realizada no dia 19 de janeiro de 1978.

E qual seria a repercussão de tal recomendação entre os fiéis? Em razão de o documento de maneira formal praticamente expulsar da Igreja quem optasse pelo divórcio, só aceitando exceções em caso de infidelidade, que ainda assim, teria que ser provada a recepção entre os fiéis, não foi positiva, razão pela qual o diretor de redação do jornal, Joanyr Oliveira, teve que escrever um artigo em tom de esclarecimento para a comunidade. No caso de quem possuísse cargos ministeriais, a questão era mais grave ainda por condicionar o exercício do cargo à preservação do matrimônio.

No referido artigo, Joanyr Oliveira deixou claro que a deliberação da Comissão não quis passar pela hierarquia da Convenção Nacional, contudo esclarece que a reunião era inadiável, razão pela qual ela foi realizada antes da reunião da Convenção e que seria ilógico por parte da Assembleia de Deus ainda se posicionar contrária à aprovação de uma Lei. Ele esclarece que:

Não podemos agredir as Leis, a menos que prefiramos viver à margem, como cidadãos destituídos dos direitos políticos, à guisa das chamadas Testemunhas de Jeová e quejandos. Fique claro que o divórcio não nos empolga; ao contrário, pensamos que nenhuma pessoa séria, de boa formação moral, o aplaudiria como o melhor dos presentes para uma terra e um povo. (...) Temos de ser realistas. O realismo é quase sempre sinônimo de maturidade e sensatez, não teria como tentar ocultar a nova situação, quando o Brasil se inclui no longo rol dos países divorcistas³⁹⁵.

O receio de Joanyr Oliveira vem no intuito de evitar qualquer indício de não reconhecimento da nova Lei por parte da Assembleia de Deus. O mesmo é enfático ao afirmar que a igreja não compactua com ilegalidade, ainda mais relacionada às instituições. Um outro ponto a se destacar é a postura da Igreja, ainda que não aprovasse o divórcio, reconheceu a legalidade institucionalizada do mesmo.

Por fim, a revista *A Seara* trouxe uma reportagem extensiva pontuando os votos dos senadores, para que ficasse claro quem votou a favor do divórcio e quem foi contrário. Intitulada: *Divórcio: Sim ou Não*, a reportagem contextualizou a votação na Câmara dos

³⁹⁵ DIVÓRCIO: COMISSÃO FAZ PRONUNCIAMENTO. *A Seara*. n.1086. 1978, p.11.

Deputados, relatando que a votação foi até as duas da madrugada, frisando que a Câmara recebia um público, que há mais de dez anos não via, composto por famílias, até com crianças, mas sem explicar os motivos que levaram a esta ausência nos anos anteriores, corroborada pelo regime de exceção que o país vivia.

O Brasil foi o 128º país a votar pela aprovação da dissolução do casamento civil através do divórcio. É interessante pontuar como as igrejas se posicionaram. A Igreja Católica se posicionou contrária ao divórcio, inclusive pressionando vários parlamentares para votarem pela rejeição do Projeto de Lei. Enquanto os evangélicos históricos surpreenderam e se posicionaram a favor do divórcio. A Igreja Metodista se pronunciou favorável à dissolução do vínculo conjugal, fazendo o mesmo, a Igreja Luterana, da qual o presidente Ernesto Geisel fazia parte no período. As Assembleias de Deus optaram por seu silêncio costumeiro, só pronunciando-se posteriormente através de sua Convenção Nacional, contrária ao divórcio, com todas as questões mencionadas acima.

Os deputados evangélicos presentes na votação e seus respectivos votos foram os seguintes:

- Deputado Daso Coimbra, Congregacional, Rio de Janeiro. Voto: Sim.
- Deputado Gióia Junior, Batista de São Paulo. Voto: Sim.
- Deputado Gamaliel Bueno Galvão, São Luís -MA. Voto: Não.
- Deputado Ademar Santilo, de origem evangélica, membro da Mesa da Câmara. Voto: Sim.
- Deputado Daniel Silva, batista, Rio de Janeiro. Voto: Sim.
- Deputado Rubem Dourado, líder divorcista, de origem presbiteriana. Voto: Sim.

Alguns deputados e senadores justificaram o porquê de seu voto. Alguns relatos seguem a linha de defesa da família, enquanto os favoráveis veem como questão civil de escolha de cada indivíduo. No Senado, por exemplo, o arenista Alexandre Costa votou sim e afirmou: “O divórcio protege a família. A desmoralização está justamente no desquite”³⁹⁶. Enquanto o deputado Epitácio Cafeteira esclareceu o seu voto no sim da seguinte forma:

No interior quem casa muita gente é delegado. Naquelas localidades, o delegado se constitui num verdadeiro semideus, mas nunca comparável a Deus. Essa história de que o homem não deve separar o que Deus

³⁹⁶ DIVÓRCIO: SIM OU NÃO. *A Seara*. 1 de agosto de 1977. p.16.

uniu não cabe para casamentos civis, pois, como já disse na zona rural quem faz casamento é o delegado. Aceito o dogma canônico apenas para o casamento religioso- indissolubilidade a não ser por deliberação canônica. Ao Estado, o que é do Estado, à Igreja o que é da Igreja³⁹⁷.

Nesse cenário, as opiniões favoráveis ao divórcio justificam-se por um posicionamento contrário à junção de questões religiosas com aspectos civis. Enquanto os defensores do não justificaram-se basicamente sobre o viés religioso e defensores da moral e da família. Por essa conjuntura, Ruy Carneiro foi bem direto no motivo do seu voto sim: “Não debato, mas sou contra o divórcio. Sou muito católico e a Igreja – a doutrina que adoto desde criança – é contra”³⁹⁸.

E foi este o contexto de aprovação da Lei do Divórcio no Brasil, com parlamentares decidindo o voto por questões religiosas e propaladas à família, mas também se nota que neste momento, os evangélicos não possuíam um grupo homogêneo para fecharem em uma única questão. Basta ver a disparidade dos votos dos assembleianos em relação aos metodistas e luteranos, por exemplo, assim como a postura isolada da Igreja Católica. São nuances que nos ajudam a pensar como se formou esta cultura política dos evangélicos, conhecendo os eventos que os levaram a uma organização partidária e, especialmente, à defesa de pautas próprias da sua agenda particular, voltada em sua maior parte para questões conservadoras, mas que visam, em sua concepção, a defesa da família e da moral.

Neste contexto, é chegado o momento de analisarmos os motivos que levaram a este engajamento político, ainda que negado em um momento significativo da história da Assembleia de Deus no Brasil.

3.4 “Em quem votaremos?” O Governo, a Igreja e a Bíblia

Dos caminhos percorridos pela Assembleia de Deus, com sua negação ao exercício de membros participarem do pleito eleitoral à sua aceitação e posterior empenho para que estes sejam eleitos, nós vemos o nascimento de uma força política a ser

³⁹⁷ Ibidem. p.18.

³⁹⁸ Ibidem. p.18.

reconhecida. Entusiasta defensora de pautas conservadoras, os caminhos percorridos para tanto vão diretamente neste sentido: defesa da família, negação de determinadas minorias e um fundamentalismo crescente e preocupante.

No que toca à nossa análise, a década de 1970 foi fundamental para este processo de maturação do crente político, principalmente, do crente assembleiano, haja vista que as demais congregações já aceitavam e disputavam eleições abertamente. Mas como se deu este processo de indicação de votos? Esta era feita através de um viés nacional por seus periódicos, enquanto os pastores em nível local reforçavam este posicionamento no púlpito, prática ainda hoje vista com incômodo por parte dos assembleianos. Uma outra ferramenta usada neste processo de convencimento/orientação/campanha foi o rádio. Em nosso caso específico, nos interessa particularmente como se deu este processo nos periódicos.

Em matéria intitulada “Em quem votaremos?”, a ideia era alertar aos fiéis que a eleição se aproximava e estes deveriam fazer suas escolhas baseada na filiação partidária:

Temos deveres com nossa Pátria como cristãos e nunca esqueçamos de cumpri-los. Irmãos de todo o Brasil, unamo-nos! Temos nos vários Estados da Federação irmãos que disputam cargos eletivos. Vamos depositar a nossa confiança em forma de voto nos candidatos evangélicos. Não vamos fugir da realidade, não vamos ficar distantes de uma coisa que podemos participar. O voto de um cristão deve ser dado a um outro cristão, sincero e digno de nome³⁹⁹.

Dentro deste debate promovido entre os editores dos periódicos e seu fiéis, notamos uma mudança de atitude por parte da linha editorial destes, que pedem uma participação dos fiéis e que estes não fujam da realidade. Qual seria esta? Que não há problema algum votar em irmão, pelo contrário, é recomendado que o faça.

Nesta conjuntura, a Igreja continua a elencar os motivos pelos quais se deve votar em cristãos que se candidatem ao pleito eleitoral, especialmente os que estejam em conformidade com os governos militares:

A nação brasileira, atualmente, deve orgulhar-se do governo que tem, governo que merece o integral apoio da parte de todos os brasileiros de boa conduta e de moral comprovada. É fato, lamentável, porém, alguns elementos de projeção eclesiástica se prestarem a fazer insinuações

³⁹⁹AS ELEIÇÕES. *A Seara*. 1095, 07.08.1970. p.48.

administrativas, como se o nosso governo não tivesse capacidade para desempenhar por si mesmo a sua missão. Pior ainda quando tais elementos criticam acerbamente o governo, sem fundamento para isto. Reconhecemos não ser esta a missão eclesiástica e sim outra a de orar pelo governo e deixar que ele trabalhe livre e desembaraçadamente. Assim fazendo, jamais o governo se verá forçado a agir punitivamente em contrário à sua formação contra elementos que se insurgem e dão guarida à rebeldia contra o governo. Há aqueles que atribuem ao governo intromissão e pressão sobre a Igreja no Brasil, quando o que acontece é precisamente o contrário. A liberdade legal que aqui desfrutam os cidadãos para professar a sua fé sem quaisquer constrangimentos. Graças a Deus!⁴⁰⁰

Esta reportagem é uma das mais contundentes sobre a relação da Igreja com a política, em um momento de exceção da sua prática usual, a Assembleia de Deus reconhece as críticas feitas ao governo militar, reconhece que em 1978 a Igreja Católica era uma forte opositora do governo, utilizando todas as suas estratégias de combate em um regime com direitos políticos e de liberdade cerceados. E, especialmente, reconhecendo todas estas dificuldades, a Assembleia de Deus reafirma o seu apoio, critica os eclesiásticos por estarem atrapalhando o ótimo momento vivido pelo Brasil, não podemos deixar de notar, também, a reiteração do termo “nosso governo”.

Uma hipótese citada pelo próprio texto, que justificaria este apoio incondicional, seria a argumentação de possuírem liberdade religiosa. Ao longo de sua história no Brasil, a Assembleia de Deus sempre se ressentiu em sua biografia oficial da perseguição sofrida por parte da Igreja Católica, quando chegou ao Brasil, especialmente, por não possuir liberdade em expressar sua fé livremente. Com a chegada dos militares ao poder e com o alinhamento assembleiano, foram recorrentes os pedidos e pautas de garantia da liberdade do culto religioso, questão sempre assegurada pelos representantes do governo militar.

Outro argumento utilizado pelo jornal para apoiar o governo vem no sentido das obras que estavam sendo realizadas no país naquele momento. São citadas as obras “gigantescas” que estavam sendo feitas na Amazônia, a integração nacional que se processa através da construção de novas obras, a erradicação de *favelas*, porque o governo está dando de si o melhor. É particularmente interessante a exaltação destas obras, porque podemos observar hoje a situação de moradia de milhões de brasileiros ser um agravante

⁴⁰⁰ SOUZA, Eliseu Queiroz de. O Governo, a Igreja e A Bíblia. *Mensageiro da Paz*. Agosto de 1978. p.3.

social! Para além disto, a Igreja reafirma seu apoio, deixando claros os caminhos que os eclesiásticos católicos deveriam evitar:

A nós, porém, que respeitamos o governo e com ele cooperamos no que nos diz respeito, para que ele exerça a sua atividade com proveito geral da nação, convém deixa-lo livre, cumprindo assim a determinação de Cristo. A Igreja não tem nada a ver com terrenos, com os processos do INCRA, da SUDENE, do INRA e tão pouco com as localizações das AGROVILAS. Tais coisas são de exclusiva alçada do governo humano que dirige o destino de nosso país. A reforma social que pertence à igreja é aquela que diz respeito ao indivíduo em si, que é operada pelo novo nascimento, isto é, pela transformação operada pelo homem⁴⁰¹.

Também orienta a quem tivesse uma vivência religiosa para não se envolver com assuntos laicos, como pontuado no trecho a seguir:

É uma virtude que devemos reconhecer com alegria: o governo do nosso país não se tem envolvido com questões litúrgicas e em nada do que diz respeito a atividades espirituais, motivo que dá a Igreja no Brasil a liberdade de que goza sem constrangimento algum. O governo brasileiro está procedendo de acordo com as determinações de Cristo: cuidando de seus deveres materiais, civis, administrativos e deixando com a igreja a parte que lhe diz respeito, que é espiritual. Nestes caso, porque elementos eclesiásticos procuram intrometer-se indevidamente nas funções governamentais? Porque não se contentam? Não se limitam para aquelas atividades que voluntariamente elegeram, para que foram por Deus chamados? Nunca devemos esquecer-nos de que “um servo não pode servir ao mesmo tempo a dois senhores” Mt, 6:24. Portanto, não podemos servir ao mesmo tempo aos deveres estatais e eclesiásticos⁴⁰².

É especialmente interessante a contradição da Igreja Assembleia de Deus. A igreja Católica não poderia fazer parte da vivência política e religiosa, mas ela poderia? Com forte apelo para seus fiéis que concordassem com tal demanda, todos os argumentos utilizados pelos evangélicos no sentido de incoerência da união partidária e religiosa só se referia se esta união viesse dos católicos. Como podemos notar, a seletividade assembleiana se apresenta também com relação às denominações religiosas que fariam parte ou não do pleito eleitoral. Se fosse para ter uma postura crítica e oposicionista era melhor não tentar agradar a dois senhores e escolher somente a vida espiritual.

⁴⁰¹ SOUZA, Eliseu Queiroz de. O Governo, a Igreja e A Bíblia. *Mensageiro da Paz*. Agosto de 1978. p.3.

⁴⁰² Ibidem. p.8.

Essa dualidade será confirmada pelo artigo intitulado: *Nós, a política e o parlamento*, em que Joanyr de Oliveira fez uma defesa contundente desta relação, celebrando inclusive a ocorrência de um culto evangélico na tribuna da Câmara dos Deputados. Ele reconhece a importância do ato, ocorrido em 1 de dezembro de 1977, como um acontecimento inédito e celebra o fato de pela primeira vez em muito tempo não terem ocorrido discussões políticas. Chega a citar a ausência de debates sobre o AI-5 e sim a celebração cristã.

O que o levou a lamentar, diante do que ele viu, as cartas que chegavam à redação do jornal, questionando a relação da Igreja com os políticos. Ele alega que até são poucas, mas existem, o que o deixa incomodado, por não passarem, segundo ele, de injustiça e do imaginário traçado em torno da figura do político como desonesto. A fim de refutar esta opinião dos seus leitores, ele lembra que os políticos evangélicos estão ali para como “intérpretes do nosso ponto de vista”, de nossas “preocupações”, das quais ele cita algumas:

Quando eles combatem o jogo, dizem lá o que diríamos se dispuséssemos de uma tribuna, quando condenam o alcoolismo, expressam nossa opinião, que não pode ecoar no Plenário das Casa do Parlamento. Quando enfatizam os malefícios do tabagismo, expõe à opinião pública aquilo que todo homem “nascido de novo” tem no coração, mas não logra fazer ecoar muito longe⁴⁰³.

E aproveita o ensejo para convocar uma maior participação evangélica na política:

Este é o momento oportuno para enfatizar o alto sentido da participação evangélica na atividade parlamentar. É óbvio que não advogamos o envolvimento da igreja na política, porque isso é extremamente perigoso. Temos dito que pode o crente entrar na política, mas não se deve admitir em hipótese alguma, que a política entre no crente, porque devemos buscar, primeiramente o reino de Deus e sua justiça⁴⁰⁴.

O autor finaliza seu texto, pedindo orações pelo legislativo tão injustiçado e vítima de questionamentos por parte dos fiéis. É interessante entendermos os caminhos e estratégias utilizados pelas lideranças assembleianas, a fim de convencer o fiel do caminho a ser seguido, dentre os quais, conseguir ver nos políticos alvo de

⁴⁰³ OLIVEIRA, Joanyr. *Nós, a política e o parlamento. Mensageiro da Paz*. 1083. 1978, p.2.

⁴⁰⁴ *Ibidem*. p.2.

questionamentos injustos, colocando os mesmos, em alguns momentos como vítimas em decorrência do cargo ocupado por estes. Há uma tradição em nosso país antipartido e antipolítico profissional, contudo, faz-se necessário notar as estratégias utilizadas pela Assembleia de Deus a fim de que o fiel se sensibilizasse com a vivência de um evangélico no exercício do cargo político.

Por fim, a igreja deixará claro qual o perfil ideal do candidato evangélico, recomendando para que receba o voto do fiel assembleiano. Mais uma vez, a tarefa coube a Joanyr de Oliveira, diretor do jornal, em artigo intitulado *Em quem Votaremos?* O autor inicia seu artigo afirmando o seguinte:

A igreja de Cristo não é um partido político. Não pode estar compromissada com ideologias, por mais belos e nobres que sejam seus princípios. (...) O cristão sem afastar da prudência, do dever de obediência à autoridade constituída, de submissão às leis dos homens que não pretendem anular a Lei de Deus – deve ser um participante. Não nos podemos acovardar diante das lideranças seculares que Deus coloca em nossas mãos. Portanto, a igreja não deve atuar politicamente; todavia o cristão, como cidadão, não estará incorrendo em nenhum ato ilícito se o fizer.⁴⁰⁵

Dentro desta ótica, podemos ver a aceitação tácita da presença de evangélicos no pleito eleitoral, ainda que ocorram dúvidas a respeito de até que ponto o fiel deve se envolver, é inegável a recomendação para que os fiéis aceitem esta escolha, posto que seja um caminho sem volta. Há a recomendação para que o crente não seja alienado, em sua concepção “ninguém deve ser indiferente aos problemas de seu tempo, ignorante do que acontece à sua volta na comunidade à que pertence”. Em razão desta conjuntura, ele vê com naturalidade a recomendação para o pleito eleitoral que seria realizado dia 15 de novembro de 1978, em que foram eleitos 23 senadores e 420 deputados federais. A eleição ocorreu de forma indireta apenas para um senador por Estado. Os deputados e o outro senador de cada Estado foram eleitos pelo voto direto, dividindo-se o pleito entre candidatos da Arena e do MDB. Para Joanyr de Oliveira:

A 15 de novembro, todos os brasileiros seremos convocados às urnas para a escolha daqueles que serão nossos legisladores no próximo quadriênio. Em quem Votaremos? Até aonde deve ir nossa participação, como evangélicos, na conscientização das pessoas, com vistas ao pleito? Não podemos dar o nosso voto sem pensar a importância desse

⁴⁰⁵ OLIVEIRA, Joanyr. *Em quem Votaremos? A Seara*. 1095.1978, p.2.

ato. Ao votar, tanto poderemos estar ajudando a obra de Deus como poderemos estar oferecendo armas a mãos inimigas⁴⁰⁶.

A participação não deve envolver a Igreja em militância política. Como brasileiros e cidadãos era recomendado que não se mantivessem à margem, como meros espectadores. Precisava-se saber em quem votar, eis a orientação por parte da igreja:

Quatro classes de políticos disputam nossos votos⁴⁰⁷:

1. **Os inimigos do evangelho e dos evangelhos**, que não se revelam como tais nos períodos pré-eleitorais.
2. **Os indiferentes**, para os quais, em matéria de religião, tudo está bem ou tanto faz.
3. **Os Católicos**, espíritas, ateístas, etc. (Que podem estar também, no item 1) que representam suas religiões ou grupos e, uma vez eleitos, cuidaram principalmente deles.
4. **Os evangélicos** e outros ainda.

Nesta última categoria iremos encontrar:

1. **Os Evangélicos**, cujas vidas falarão, tanto quanto suas tomadas de posição de que experimentaram o novo nascimento em Cristo Jesus.
2. **Os de origem evangélica**, alguns dos quais, mesmo afastados, são amigos da igreja, não vacilam em tomar posição em favor de nossa comunidade.
3. **Os pseudo-evangélicos**, que usam o título de pentecostais, de presbiterianos, de congregacionais, mas agem como ímpios e envergonham a Cristo.

⁴⁰⁶ OLIVEIRA, Joanyr. *Em quem Votaremos? A Seara*. 1095.1978, p.2.

⁴⁰⁷ *Ibidem*. p.2. (Grifo do autor).

Poderemos, segundo o autor, “em outra classificação distinguir os evangélicos em intelectualmente despreparados e em evangélicos intelectualmente à altura do exercício de um mandato parlamentar”⁴⁰⁸.

Por fim, ele recomenda que os fiéis saibam os nomes dos candidatos evangélicos em seu Estado, menos por sua filiação política ou partidária, mas apenas por dever cristão. Finaliza, assim, o diretor do jornal *Mensageiro da Paz*. Em um certo sentido, o autor explicita que a questão dos votos evangélicos não é partidária, é religiosa. Não havia naquele momento, um interesse em qual partido este candidato estivesse filiado. O objetivo era que o mesmo fosse destinatário do voto evangélico. Era o que se esperava do fiel: que ele procurasse o nome, não necessariamente o partido do candidato.

Ao responder o questionamento inicial deste capítulo, podemos pontuar que este voto estaria endereçado ao candidato evangélico, não sendo necessariamente obrigatório que ele fosse membro da Assembleia de Deus, mas que o mesmo estivesse dentro do perfil esperado de um candidato evangélico.

Que o mesmo defendesse uma pauta que coadunasse com os interesses da Igreja, que fosse contrário à ideologias “perigosas”, como o comunismo, o feminismo e o Ecumenismo, e, quando necessário votasse contrário a eventos que poderiam afetar a família, dar mais liberdade ao jovem ou infringisse perigo à liberdade religiosa assembleiana.

No sentido de controlar a liberdade direcionada aos jovens, a Igreja Assembleia de Deus defendeu o uso da Censura quando necessário. Em editorial intitulado “Censura às publicações obscenas”, o jornal *Mensageiro da Paz* deixa evidente a sua preocupação com a forma como a imprensa estava publicando determinadas notícias, afirma que é inegável a sua influência sobre a coletividade, no mesmo sentido que determinadas notícias poderiam alterar de forma drástica situações que deveriam ser inalteráveis.

Nesta perspectiva, o editorial afirma que esta influência pode assumir duas direções: uma positiva, para o bem comum e a prosperidade comunitária e de forma negativa, quando a penetração de uma literatura mal dirigida pode levar à degradação moral de uma sociedade ou de um povo. Para tanto, cita-se como exemplo o continente europeu, em que se nota, na concepção do editorial, uma mudança de postura com

⁴⁰⁸ Ibidem. p.2.

alteração psíquica de sua população, em que se ignoram aspectos da moralidade ou de pudor. Culpa de uma imprensa “inofensiva, moderna e evoluída”⁴⁰⁹.

Diante do exposto, o jornal torna pública a opinião da Igreja sobre a ação da imprensa:

Tornamos pública, aqui, nossa simpatia e profunda apreciação pelo decreto recentemente assinado pelos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, que estabelece censura prévia às publicações nacionais, numa tentativa de escoimar nossa imprensa dos abusos do erotismo da licenciosidade e da ausência do pudor. Esta simpatia é também de milhões de criaturas alfabetizadas que desejam ler o melhor, o que constrói, o que edifica. É a simpatia de milhares de mães que não desejam ver seus filhos levados à degradação moral envenenados por uma literatura atentaria dos bons costumes e contrários aos padrões de uma civilização dita cristã⁴¹⁰.

O editorial continua afirmando que:

Não faltam aqueles que se opõem terminantemente à medida governamental, posto que aprenderam a viver da exploração da inocência juvenil. Os brasileiros responsáveis pela dignificação integral de nossa Pátria, reconhecendo a capital influência da imprensa aplaudem ao Governo pela medida e esperam que não haja retrocesso⁴¹¹.

Ao finalizar, ratifica que a posição da Igreja seja a de comprometimento com o Evangelho, e com a pregação da Palavra. Deste modo, a Assembleia de Deus tornou claro o seu apoio à Censura das publicações vistas como inadequadas, coadunando-se a sua postura conservadora e de apoio ao governo militar.

A apreciação da Igreja pela Censura não se restringia somente à imprensa. Era direcionada também às músicas. Com a publicação de mais um editorial, o jornal *Mensageiro da Paz* critica as músicas de vícios político que se propagavam ao longo da década de setenta, em editorial intitulado “Pai, afasta de mim este cálice” o periódico manifesta sua opinião sobre as músicas produzidas no período. Ao citar carta publicada

⁴⁰⁹ CENSURA ÀS PUBLICAÇÕES OBSCENAS. *Mensageiro da Paz*, mar. 1970, p.2. (Grifo do autor).

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ Ibidem.

no *Jornal do Brasil*, em sua edição de 5/1/1979, em que uma leitora intitulada Márcia Salgado, do Rio de Janeiro, protesta:

Por isso mesmo é que me revolta a exploração comercial e ímpia da frase: ‘Pai, afasta de mim este cálice’ que faz parte do patrimônio sagrado de milhares de cristãos em charges pornográficas (refiro-me a uma edição recente do Pasquim), em musiquinhas de protesto que não são, convenhamos, o melhor da Obra de Chico Buarque⁴¹².

A postura da Assembleia de Deus é concordar com a leitora, posto que desde que Roberto Carlos lançou

O seu, Jesus Cristo eu estou aqui” em 1970, sendo seguido por Antônio Marcos com o ‘Homem de Nazaré, muitos outros cantores tem explorado o nome de Jesus Cristo para fazer fortuna. A nova onda tem sua origem início na onda de secularização que assola o século XX. (...) Reduzindo Jesus a um mero homem, pintando-o como um subversivo, um guerrilheiro, um revolucionário doentio a extravasar profundo ódio a sociedade organizada⁴¹³.

O editorial mantém um tom bem agressivo ao chamar os autores citados de “irreverentes compositores de modinhas populares”, e continua ao reiterar que estes vinham obtendo vultosa vantagem financeira sem respeito e escrúpulos pelos sentimentos alheios ao usar frases profundamente tocantes. O incômodo maior se mostra com a música Cálice, lançada em 1978, de composição de Chico Buarque e Gilberto Gil que estranhamente não é citado, figurando Chico Buarque como único compositor. O jornal considerou uma falta de respeito a utilização de um dos maiores calvários de cristo utilizado fora do contexto bíblico.

Nessa situação, reitera a necessidade de seus fiéis afastarem-se de músicas e publicações que não tragam enriquecimento espiritual e somente sirvam para ter uma imagem secularizada de Jesus Cristo e preceitos evangélicos. Chama atenção, a postura do jornal em apontar termos como subversivo, guerrilheiro e revolucionário a fim de afirmar o uso inadequado da figura de Jesus Cristo, termos sempre que possível silenciados da página do periódico.

⁴¹² PAI, AFASTA DE MIM ESTE CÁLICE. *Mensageiro da Paz*.n.1103, 1979, p.4.

⁴¹³ *Ibidem*.

Com este contexto, a Igreja reiterava a necessidade de uma maior representação partidária. Com candidatos que criticassem a postura secular do Brasil naquele momento, mas, especialmente, adotasse e defendesse se necessário o uso da Censura para tanto. Era esperado que este representante, principalmente, continuasse o processo de fortalecimento dos evangélicos na cena partidária nacional, que contribuíram para a construção do ser político e evangélico, enquanto fazia política atrelada com a religião.

Nessa circunstância, é especialmente importante o papel desempenhado por Joanyr de Oliveira na construção da relação entre política e religião assembleiana, razão pela qual se faz necessário situá-lo neste discurso no qual ele foi fundamental para que ocorresse.

Joanyr Ferreira de Oliveira nasceu em 06 de dezembro de 1933, em Aimorés em Minas Gerais e faleceu em 05 de dezembro de 2009 em Brasília. Sua formação foi em jornalismo e direito. Mas ao longo da vida ele foi poeta, escritor, contista, compositor, diretor de Publicações da CPAD, membro da liderança da CGADB, colunista do *Mensageiro da Paz* e da *Seara*, sendo o fundador desta última em 1955, foi ainda pastor em Igrejas Assembleias de Deus em Goiás e no Distrito Federal. E ao mudar-se para os Estados Unidos em 1988 foi pastor em Boston, Hartford, Santa Ana e Anahaim, retornou ao Brasil em 1994.

É importante destacar a importância da poesia em sua vida. Ele publicou 11 livros em toda a sua carreira, foi elogiado por Carlos Drummond de Andrade que afirmou que “A poesia de J.O. é merecedora da estima dos bons leitores” e Jorge Amado, que falou o seguinte sobre o mesmo: “Que sua poesia continue “singrando o ar e a vida”⁴¹⁴. Seu último livro é sua autobiografia intitulada *Memorial do Sobrevivente*.

Grande intelectual, ele criou resistência na sua juventude diante de uma Assembleia de Deus excessivamente legalista e anti-intelectual. Ao criar a revista *A Seara* com 23 anos foi duramente criticado pela Igreja, que via a revista excessivamente moderna para os padrões assembleianos da década de 1950. Joanyr pensava da seguinte forma:

A Seara (...) contribuiu fortemente em favor da mudança da mentalidade na Igreja, então comandada por espíritos míopes em alto grau para os quais constituía pecado: ler jornais livros e revistas não

⁴¹⁴ ARAUJO, op. cit.

religiosas, ir ao cinema e ao teatro, visitar igreja de outra denominação, etc., etc.⁴¹⁵

Ele foi um dos que por meio da revista defendeu arduamente o ensino teológico na Assembleia de Deus, sofrendo várias críticas por seu posicionamento, além de ser filho de um comunista, que o expulsou de casa aos dezoito anos quando ele resolveu ser assembleiano, “Para seu pai era “intolerável, ofensa” optar pelo convívio com os “fanáticos”. “Queria vê-lo sair de casa com seu diploma de doutor, não a seguir pelos caminhos da ignorância.”⁴¹⁶

Ingressou ainda na vida militar, mas terminou sendo preso, pensaram que entrou nas fileiras do exército como espião e de nada valeram seus argumentos de que era cristão e repudiara o comunismo. Foi torturado com sessões que duravam horas além de ameaçado de ser jogado à noite em alto-mar. Depois de muito sofrimento foi libertado graças à liderança de sua igreja.

Sendo alvo de constantes questionamentos nos primeiros anos de trabalho, por ser muito jovem e afeito com postura modernas, conseguiu aguentar a pressão até 1959, quando pediu demissão da CPAD por se ver isolado e perseguido em suas ideias de mudança.

Em 1960, foi para Brasília, onde prestou concurso e tornou-se Revisor da Imprensa Nacional. Durante sua experiência profissional na área de comunicação, passou por Vitória, São Paulo, Goiânia, Rio de Janeiro e em Brasília, onde foi redator da Rádio Educadora, revisor do Departamento de Imprensa Nacional e funcionário da Câmara de Deputados e membro de inúmeras entidades culturais, como a Academia Evangélica de Letras do Brasil, União Brasileira de Escritores de Goiás, da Associação Goiana de Imprensa, da Academia de Letras do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Associação Nacional de Escritores, Academia Taguatinguense de Letras, Academia de Letras de Brasília, *Writers International Association*, Academia Interamericana de Literatura e Jurisprudência. Além de ter recebido muitos prêmios por sua produção literária ao longo de sua trajetória.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Joanyr. *Memorial do sobrevivente* (autobiografia e poemas, Rio, 2008). p.29.

⁴¹⁶ *Ibidem*, p.20.

Em 1977 ele volta para a CPAD, ocupando o cargo de diretor de Publicações. Até então ele trabalhava na Seção de Documentação Parlamentar da Biblioteca da Câmara de Deputados em Brasília. Sua relação com a política se inicia quando em 1971 foi Suplente de deputado estadual, sendo nomeado em 1974 subchefe do Gabinete Civil do Governador de Goiás Leonino Caiado⁴¹⁷. Inicia uma postura de sempre apresentar pautas de apoio às causas defendidas pela Assembleia de Deus. Candidatou-se a deputado constituinte, em 1986, por Brasília, tendo sido o mais votado da coligação PJ-PDT, contudo não se elegeu por questões de legenda.

Em 1979, pede demissão novamente da CPAD, não voltando a ter cargos de direção, mas atuou até o fim da vida como em diversos conselhos da CGADB, juntamente das suas funções como pastor.

A trajetória de vida de Joanyr nos ajuda a entender o seu empenho para a modernização das pautas jornalísticas da Igreja, fundando inclusive uma revista para tanto. No mesmo sentido que foi ferrenho defensor da inserção da Igreja na vida partidária, estando ele mesmo envolvido ao longo da década de 1970, década em que a aproximação torna-se realidade. Religião e política se misturam na concepção deste intelectual, jornalista, poeta e político assembleiano, podemos supor que por ter trabalhado em tantas searas ao longo da vida, sempre as separando, pôde pensar que a Igreja seria capaz de fazer o mesmo, o que não ocorreu como notamos na atualidade.

Joanyr foi peça fundamental para a estratégia de convencimento dos fiéis, com apresentação de argumentos válidos, apresentados nos jornais e revistas controlados por ele na CPAD, sempre encontrando opositores, ele soube contornar os obstáculos, iniciando a inserção assembleiana na cena partidária nacional por meio dos periódicos. Joanyr de Oliveira insere-se enquanto um dos nomes mais influentes da Igreja ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI.

Ao longo do nosso período de estudo, foi construído ideologicamente as bases para a inserção deste político evangélico.

Era esperado que este representante, principalmente, continuasse o processo de fortalecimento dos evangélicos na cena partidária nacional, que contribuíram para a construção do ser político e evangélico, enquanto fazia política atrelada com a religião.

⁴¹⁷ Ver anexo F.

Ao longo do nosso período de estudo, foram construídas ideologicamente as bases para a inserção desse político evangélico. A Assembleia de Deus inseriu-se na vida partidária nos próximos anos e consagrou-se como uma das maiores representações da Frente Parlamentar Evangélica, ou, simplesmente, a bancada evangélica.

Considerações Finais:

As décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para construir a inserção político-partidária pela Igreja Assembleia de Deus, que hoje é uma representação forte e contundente do processo eleitoral brasileiro, tendo poder de atuação e deliberação com a Frente Parlamentar Evangélica e possuindo 120 parlamentares ativos. Seu atual presidente, Silas Câmara, Deputado Federal pelo Estado do Amazonas, está em seu quinto mandato consecutivo desde 1999. Atualmente filiado ao PRB (Partido Republicano Brasileiro) é um importante líder evangélico e político da Assembleia de Deus de Manaus.

Hoje não podemos falar em Assembleia de Deus, posto que haja várias ramificações, fruto de várias deliberações, cisões e interesses bem mais políticos do que religiosos, que compõem as Igrejas Assembleias de Deus no Brasil. Na atualidade, a Igreja vive a realidade em que religião e poder dão as mãos. E cabe esclarecer, isto não é necessariamente um problema, visto que os caminhos percorridos ao longo da segunda metade do século XX permitiram esta inserção e apoio significativo do voto evangélico, como observado nas últimas eleições, seja para vereadores, deputados, senadores e voto fundamental para a eleição presidencial.

Esse era um interesse particular dos evangélicos, posto que para os mesmos, passado o período de inserção e consolidação da representação partidária falte, de fato, a eleição de um Presidente da República Evangélico, fato já ocorrido durante a Ditadura Militar, com a eleição do General Ernesto Geisel, que era de Confissão Luterana, escolhido para substituir o Presidente Médici. Esse episódio foi comemorado efusivamente pela Assembleia de Deus, na matéria vinculada no *Mensageiro da Paz*, ressaltando a sua eleição como uma “significação especial”⁴¹⁸.

Para além da importância da representação de um candidato evangélico, o mandato de Geisel não representou um alinhamento homogêneo de votos para os pleitos eleitorais seguintes por parte dos evangélicos, posto que, ainda que evangélico, Geisel era principalmente um militar, no exercício de seu cargo. Hoje, lideranças evangélicas afirmam que “Não surgiu ainda uma liderança evangélica que se destaque no meio e

⁴¹⁸ SILVA, João Pereira de Andrade e. Sucessão presidencial. *Mensageiro da Paz*, Ano 43, n.º 15, Rio de Janeiro, 1973, p. 2.

consiga unir todas as denominações. No dia em que isso acontecer, teremos um presidente da República, afirma Luciano Luna, do núcleo de religiões do PSDB⁴¹⁹.

Este interesse por uma representação capaz de unir todas as denominações vem no sentido de encontrar um candidato que defenda as pautas de interesse da Frente Parlamentar Evangélica, popularmente conhecida como a bancada evangélica. Os evangélicos inseridos na política hoje se caracterizam por sua lealdade com caciques políticos, mas sim com pastores e bispos. É uma nova elite política que está se formando, com capital cultural diferente do que nós conhecemos. A questão não é partidária, mas ligada ao seu mentor/padrinho religioso. A Igreja possui o poder de escolha destes políticos evangélicos.

Toda essa conjuntura é justificada pelo exposto ao longo desta pesquisa as escolhas dogmáticas, institucionais e políticas da Assembleia de Deus a levaram a esta representatividade e poder. A justificativa para a inserção no campo político se fez sobre o aspecto da moralização da política. Esta irá reestruturar o espectro direita/esquerda em outro eixo, alinhando progressistas e conservadores em lados opostos.

Ao tornar público seu posicionamento a respeito dos meandros políticos do Brasil, a Igreja Assembleia de Deus inseriu-se no campo político, com a presença de candidatos para representá-la, com base, especialmente, no seu discurso conversador e de defesa das pautas que caracterizam a direita evangélica, na atualidade.

A entrada majoritária no campo político por parte da Assembleia de Deus deu-se na década de 1980, com o resultado do pleito eleitoral de 1986, influenciados pela necessidade de votação da nova Constituição Federal, em que conseguiram eleger 14 deputados pertencentes à denominação. Antes esse número resumia-se a um ou dois deputados por eleição. Quais os motivos desta entrada ter se concretizado somente em 1986? Como problematizado pela nossa pesquisa, podemos elencar o apolitismo institucional dos primeiros anos, como causa principal.

Ao longo da década de 1940 e 1950, a linha editorial do principal periódico da Igreja, o jornal *Mensageiro da Paz* não discutia política, que era vista como uma prática mundana, estando aptos a discuti-la somente quem vivesse no campo político. A máxima era que política e religião não se discutem e, principalmente, não se misturam. A partir

⁴¹⁹ GONÇALVES, Eduardo. In: < <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>>. 9 de maio de 2019. Acesso em 10 de maio de 2019.

da década de 1960 há uma mudança na linha editorial do jornal, com as primeiras notícias de teor político surgindo ao longo do ano de 1961.

Tem-se início um longo debate construído ao longo desta década, em que os articulistas, dividiram opiniões sobre qual o melhor posicionamento a ser seguido pela Igreja. Ao longo dos anos sessenta, a Assembleia de Deus delibera pela necessidade de participação da igreja no cenário político e que a partir de então não seria mais ilícita a relação entre religião e política, desde que a Igreja possuísse seus próprios candidatos para representá-la.

Essa postura foi consolidada pelo apoio público da Assembleia de Deus ao governo militar e a destituição de João Goulart, defendendo abertamente esse posicionamento nos cultos realizados em praças das principais cidades brasileiras. Se em um primeiro momento houve o silêncio quanto ao golpe de Estado, o que se viu ao longo dos próximos anos foi o apoio total ao Regime Militar, posto que para os assembleianos, o que ocorreu no Brasil em 1964 foi uma revolução.

Ao longo da década de 1970, foi construída a base ideológica deste apoio, a justificativa por parte da Igreja Assembleia de Deus para seu apoio ao governo militar está pautada em um discurso moralizante, fortalecido por eleger os inimigos da ordem estabelecida. Neste contexto, ecumenismo, comunismo e mesmo a democracia são vistos como inimigos, uma vez que eles terminavam por concentrar as características que levavam o jovem, a mulher, o fiel a praticar atos ilícitos aos padrões estabelecidos pela Bíblia, que foi utilizada ao longo deste período como estratégia de controle dogmático e doutrinário por parte dos líderes assembleianos.

A questão basilar era que a Igreja estava menos interessada em condenar a “crise moral” do que em lembrar aos leitores que a obstinação e o mal prevaleciam neste mundo. O mal podia ser representado pelo carnaval, pelo Rock and Roll, pela minissaia, pelo consumo do álcool, do cigarro, mas foi fundamental dentro da construção do discurso moralizante, que este estivesse presente em um sentido político. Razão pela qual, ainda que a democracia fosse a forma de governo instituída pelo direito ao voto, se esta não estivesse cumprindo o seu papel, os líderes assembleianos não viram problema em condená-la e apoiar o regime estabelecido pelos militares, que alegavam que o Brasil ainda vivia em uma democracia.

Fato comprovado por assertivas como: “Democracia não significa convivência com a degradação.”⁴²⁰. Ao afirmar tais prerrogativas, através do *Mensageiro da Paz*, a Igreja logo em seguida elegia alvos inseridos em um contexto civil para justificar tal afirmativa, o eleito desta declaração foi o homossexualismo, posto que naqueles tempos era sinônimo de “indecência humana, hoje é considerado como um estilo normal de vida”⁴²¹. O que leva, segundo o periódico, a uma liberdade conjugal, tendo como consequência a falência do casamento.

Este foi o modo como a Assembleia de Deus construiu o seu discurso político. Em verdade, as várias posições das diversas vertentes, nos anos 1960-1970 sobre a moralidade, a repressão anticomunista, o ecumenismo e o governo militar, mostravam indicadores bastante precisos das maneiras pelas quais esses grupos se dividiriam durante a posterior ascensão da direita evangélica.

A nova direita que nasce a partir da década de 1980, posto que nos anos anteriores faltasse uma organização institucional e partidária, e uma maior representatividade numérica de candidatos eleitos, se legitimando como antagonista de uma crise moral aguda, que o regime militar dizia combater, razão que justificava apoiá-lo e estabelecer uma oposição oficial às ameaças representadas ao ecumenismo, à teologia da libertação e ao comunismo.

É necessário pontuar, contudo, que havia protestantes vistos como liberais ou progressistas que apoiaram ao ecumenismo, como problematizado em nosso segundo capítulo, estes foram alvo de repúdio por parte dos evangélicos mais conservadores, mas que alguns anos depois, reconheceram a importância da teologia da libertação. Contudo, esses posicionamentos foram mais uma vez, condenados pela Igreja Assembleia de Deus.

Ao longo da década de 1980, notadamente nos últimos anos da transição democrática, a aliança entre política e religião se consolidou como uma realidade da Igreja Assembleia de Deus, seus periódicos continuaram a trazer temas que tratam da questão, com artigos intitulados “Dever de um parlamentar evangélico”; “Os nossos candidatos na constituinte”; “O Político” e “Irmão vota em irmão?”; configurando uma preocupação no sentido de direcionar o voto do fiel e de obter sua aprovação para esta prática, posto que no início a participação de evangélicos no pleito eleitoral não era bem vista. A década de 1980 consolida o fim da postura apolítica desta instituição religiosa.

⁴²⁰ KESSLER, Nemeuel. A moralidade da Nova República. *Mensageiro da Paz*. n.1176, abril de 1985, p.2.

⁴²¹ KESSLER. op. cit.

Nesse cenário, os periódicos apresentavam as razões para votar em um candidato evangélico e a importância de uma votação expressiva por parte dos fiéis. No que se refere à sua linha editorial, notamos uma mudança significativa ao longo da década de 1980, em que se percebe, na primeira página, uma atenção melhor com o noticiário internacional⁴²², com destaque para as crises políticas internacionais, aspectos da política brasileira e visita de pastores a assembleias legislativas.

Merece especial atenção do jornal a recepção de alguns pastores de diversas denominações dentre eles o Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, José Pimentel de Carvalho, no dia 19 de abril de 1982 em Brasília, pelo então Presidente João Figueiredo, que foi presenteado com uma Bíblia e, emocionado, nas palavras do periódico, afirmou: “Enquanto pela porta deste gabinete sempre entram pessoas para pedir alguma coisa, os senhores ministros nada pedem, senão vêm trazer algo”⁴²³.

A proximidade com o chefe máximo do país continua, com o futuro Presidente Tancredo Neves, que ao receber o presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus, pastor Manoel Ferreira, em Brasília, terminou por se tornar membro da Associação de Homens de Negócios Pentecostais (ADHONEP). Tancredo Neves foi muito elogiado pelo jornal, por seu discurso de cunho moralizante e conservador, criticando, inclusive, o festival Rock in Rio que teria a sua primeira edição no ano de 1985. Seu falecimento foi lamentado com ampla divulgação de matérias e editoriais pelos periódicos da Igreja⁴²⁴.

É necessário esclarecer que juntamente com a pauta política, os periódicos mantiveram sua linha editorial com notícias sobre a Assembleia de Deus, focando em sua expansão pelo país, especialmente a evangelização e conversão de novos membros. O discurso moralizante continuou, elegendo o aborto como mal a ser combatido, para que não ocorresse a sua descriminalização, discurso iniciado ainda na década de 1970, com o descontentamento com a aprovação da Lei do Divórcio. Neste sentido, a linha editorial do *Mensageiro da Paz* pode ser assim resumida: “o órgão oficial das Assembleias de

⁴²² Ver o apêndice.

⁴²³ Pastores dão a Bíblia ao presidente Figueiredo. *Mensageiro da Paz*.n.1143, julho de 1982, p.4.

⁴²⁴ Ver: KESSLER, Nemuel. Tancredo Neves e as Assembleias de Deus. *Mensageiro da Paz*. janeiro de 1985, p. 1; “Tancredo Neves, o mais novo sócio da ADHONEP”. *Mensageiro da Paz*, fevereiro de 1985, p. 2.

Deus no Brasil, desempenha uma tríplice tarefa, sendo, a um só tempo, noticioso, doutrinário e evangelístico”.⁴²⁵

A questão da política ainda não era uma unanimidade por parte da linha editorial do jornal. Alguns fiéis começaram a enviar cartas para a redação do jornal, questionando este posicionamento político. Um exemplo disto são posicionamentos como estes, visto ainda no início dos anos oitenta: “a política deve ser evitada pela Igreja, isto é, a participação ativa na política, porque trará permuta de honrarias e, conseqüentemente, arrogância. Isso está diante dos nossos olhos, não o podemos negar”⁴²⁶. Continua argumentando que existe uma preocupação do povo evangélico, resumida da seguinte forma: “Se não houver evangélicos no parlamento o que será da Igreja”. O argumento do articulista vai no sentido de que se estiver em mãos não evangélicas, ainda assim estes cumpriram os desígnios de Deus.

Joanyr de Oliveira foi ferrenho defensor desta inserção, ao longo de seu período como chefe de redação, o jornal publicou a seção *Informação* que centrava seus textos em torno das questões conservadoras morais e políticas, mas, especialmente, sobre as pautas defendidas pelos candidatos evangélicos que estavam na Câmara dos Deputados, defendendo os interesses dos evangélicos, com Projetos de Lei que exigiam um maior controle na produção e venda do cigarro e criticavam os excessos do Carnaval. Assim como publicou a coluna *Parlamento*, com duração de um pouco mais de um ano para tornar público os projetos de Lei dos deputados evangélicos.

Joanyr reconhecia esta resistência por parte dos fiéis, fazendo um apelo para que votassem nestes candidatos, uma vez que “os evangélicos autênticos estão no parlamento como intérpretes de nossos pontos de vista”⁴²⁷. O argumento principal para a inserção da Igreja Assembleia de Deus na vida partidária se deu pela necessidade de representação dos interesses evangélicos, para que pautas do interesse desse segmento religioso passassem a ser votadas e, especialmente, saíssem vitoriosas. A necessidade dessa representação ficou ainda mais contundente, quando da aprovação do feriado de Nossa Senhora Aparecida, criado a partir de decreto da Lei 6802 de 30 de junho de 1980.

⁴²⁵ EDITORIAL: A tríplice missão deste jornal. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.º 1107, 1 a 31 de julho de 1979, p. 4.

⁴²⁶ JESUS, J. Abner de. A Igreja, a política e a Teologia. *Mensageiro da Paz*, junho de 1982, p. 18.

⁴²⁷ OLIVEIRA, Joanyr de. Nós, a política e o parlamento. *Mensageiro da Paz*. 1978. p.2.

A aprovação deste feriado foi duramente criticada pelo *Mensageiro da Paz*, que via falha na postura dos deputados evangélicos que não impediram a aprovação do mesmo. Alguns questionados porque não impediram a sua aprovação, responderam que não, o fizeram porque entrariam em choque com seus pares e com a sociedade. Este episódio particularmente, foi usado pelos que eram contrários à inserção partidária, posto que ficou evidente como o parlamentar evangélico ficará dividido entre prejudicar a carreira política ou corromper seus valores, por outro lado, foi utilizado pelos apoiadores do envolvimento na política, o argumento de que se houvesse um número maior de deputados evangélicos, estes poderiam se unir e votar contrários a tal lei.

Dentro deste contexto, se deu a inserção na vida partidária brasileira, ainda causando incômodo em alguns, mas sendo superados pela maioria que acreditou piamente na máxima ensinada pela palavra de Deus e repetida constantemente por seus periódicos: “Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, Mc 12.17. Isso significa que o Estado existe dentro da vontade de Deus e ao Estado todos nós devemos obediência enquanto ele não se opuser a nossa fé”⁴²⁸. O periódico finaliza afirmando que “A Bíblia ensina que devemos estar sujeitos às autoridades superiores”⁴²⁹, desde que estas autoridades se coadunem com as pautas conservadoras defendidas pela Igreja.

Em editorial de julho de 1985, intitulado “os evangélicos e os cargos públicos”, o novo chefe de redação do *Mensageiro da Paz*, Nemuel Kessler, esclarece como se daria a relação entre política e religião a partir desta união. Ele afirmava que:

A ocupação de cargos públicos por pessoas evangélicas, que tenham lastro espiritual embasado na autenticidade cristã, é um dos meios pelos quais a Igreja pode exercer sua influência positiva entre a sociedade. Como tem sido afirmado reiteradas vezes, este posicionamento não pressupõe um alinhamento político partidário. A Igreja está acima das instituições. Todavia, implica numa tomada de atitude consciente acerca das responsabilidades inerentes ao salvo como “sal da terra” e “luz do mundo” diante de situações complexas cujas respostas estão além da engenhosidade daqueles que exercem liderança comunitária⁴³⁰.

Nesse âmbito, a Assembleia de Deus via o alvorecer da Nova República como a chegada de novos tempos, com a superação de antigos valores, e inclusão de novos

⁴²⁸ A. A. Igreja e Política. *Mensageiro da Paz*, julho de 1980, p.4.

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ KESSLER. Nemuel. Os evangélicos e os cargos públicos. *Mensageiro da Paz*, n.1179, julho de 1985, p.2.

posicionamentos e estratégias. Em 1985, o jornal perguntava o que esperar diante desta nova era. Afirmava de forma contundente que:

É preciso que o governo da Nova República tenha credibilidade para coibir os abusos e estabelecer normas que protejam a sociedade contra os que desejam degradá-la. Isto implica em que a administração pública seja moralizada em todos os seus escalões para que as mudanças pretendidas não deem pretexto para um retrocesso ainda maior na vida moral do povo brasileiro. Os altos funcionários do governo precisam ter propósitos definidos, a fim de que seu exemplo não se perca nas sutilezas da ambiguidade⁴³¹.

Nessa conjuntura, com a volta do regime democrático, o jornal afirmava ainda que;

A democracia aí está, e agora cabe-nos fazer a escolha de candidatos cuja filosofia partidária não entre em conflito com a nossa fé, sob pena de nos tornarmos vítimas de nossa própria incoerência. Temos o dever de ocupar todos os espaços e mostrar que nossa conversão não é meramente produto do intelecto, mas resultado da operação divina, (...) como legítimos representantes do povo de Deus na Terra⁴³².

Eis as bases iniciais do que hoje conhecemos como bancada evangélica, representação da nova direita brasileira. Podemos inferir, através de nossa pesquisa, que o processo de apresentação e convencimento dos fiéis para participarem do pleito eleitoral se expandiu nas folhas dos seu principais periódicos, o jornal *Mensageiro da Paz* e a revista *A Seara*. Apesar de os candidatos se fazerem presentes nos púlpitos, foi através da palavra impressa que veio a legitimação do apoio com o discurso de orientação de que era chegado o momento do voto evangélico fazer a diferença no país.

⁴³¹ KESSLER, Nemuel. A moralidade da Nova República. *Mensageiro da Paz*. n.1176, abril de 1985, p.2.

⁴³² KESSLER, Nemuel. Democracia e Comunismo. *Mensageiro da Paz*. n.1181, setembro de 1985. p. 2.

Referências Bibliográficas

Fontes

1. Arquivos

Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP)

Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD)

2. Periódicos

A Seara, Rio de Janeiro, 1960-1979.

Mensageiro da Paz, Rio de Janeiro, 1960-1985.

O Jornal do Brasil, 1968.

3. Bibliografia Geral

ALBUQUERQUE, Eduardo. História das Religiões: enfoques metodológicos. In Eduardo Gusmão de Quadros; Maria da Conceição Silva. (Org.). *Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades*. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2011, v. 1, p. 209-222.

ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus - origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. Gedeon. *Assembleias brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia 1911- 2011*. (Doutorado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Luciane Silva. *O Comunismo é o ópio do povo: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975)* 01/04/2011 180 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Feira de Santana.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. Jornais Evangélicos em Tempos de Ditadura. *Revista Perspectiva Histórica*. Volume 4, nº5, Julho de 2015.

_____. Adroaldo JOSE SILVA. *"Pelo Senhor, marchamos"*. Os evangélicos e ditaduras no Brasil (1964-1985). Doutorado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2016.

ALONSO, Leandro Seawriht. *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar brasileiro*. Jundiaí: Paço Editorial, 2016.

ARAÚJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

ARAUJO, Maria Paula, *Sentimento e subjetividade na história: a contribuição da história oral*. In: Maia, Andréa Casa Nova & Moraes, Marieta de (Orgs.) "Outras Histórias. Ensaio em História Oral." Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2012.

Ato Institucional nº5. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br> >.

AZEVEDO, Cecília da Silva; CRUZ, Denise Rollemberg; MENDONÇA, Paulo Knauss de; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

BARRETT, Michele. Feminismo. In: OUTHWAITE, William. BOTTOMORE. Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

_____. Saulo. Conteúdos messiânicos-milenaristas nos movimentos pentecostais e neopentecostais. *Observatório da Religião*. V.1, N.1, Jan./Jun. 2014.

BEDA, Ephraim. *Editoração Evangélica no Brasil: troncos, expoentes e modelos* (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em comunicação social. Universidade de São Paulo, 1993.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Mídia Evangélica e História Cultural. In: *O Sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. Al. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.

BEULKE, Dorival. A Conferência do Nordeste em 1962. IN: RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; CUNHA, Magali de Nascimento. (Orgs.). *As igrejas e as mudanças sociais: 50 anos da Conferência do Nordeste*. São Bernardo do Campo: EDITEO. São Paulo: ASTE, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Pierre. *O Poder Simbólico*. (Trad.) Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.169.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

_____. Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen Variale. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BOISARD, Stephanie. Pensando as direitas na América Latina: objeto científico, sujeitos e temporalidades? *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.85-100, jan/abr 2014.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Brasil. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) Relatório As igrejas e as graves violações de direito.

BRITO, André Souza. “*Cristianismo ateu*” o movimento ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil. 1964-1985. Doutorado em HISTÓRIA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2014.

BURKE, Peter, *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BURITY, Joanildo. Sintomas e máscara do milenarismo numa sociedade presentista. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24. Anais. Petrópolis, 2000.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.

_____. Leonildo Silveira. *As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro*: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set-nov. 2005.

_____. Leonildo Silveira. O papel do Rádio e da Televisão na expansão dos Evangélicos no Brasil. In: *O Sagrado e o urbano*: diversidades, manifestações e análise. BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. São Paulo: Paulinas, 2008.

CAMPOS JR, Luís de Castro. *Pentecostalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COSTELLA, Antônio. Lei de Imprensa. <[http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-temático/lei de imprensa](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-temático/lei%20de%20imprensa)>.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5. n. 11. p.173-191, 1991.

_____. Roger, *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. Roger. *Á Beira da Falésia*: a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/URRGs, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/120-comissao-nacional-da-verdade-cria-grupo-de-trabalho-que-investigara-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura.html>>. Acesso em: 03/05/2019

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

CORREA, Marina Aparecida O. dos Santos. *Assembleia de Deus*: Ministérios, Carisma e Exercício de Poder. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

CPAD, Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/institucional/integra.php?s=5&i=29>>. Acesso em: 10/12/2013.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COWAN, Benjamin Arthur. “*Nosso Terreno*”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101-125, jan./abr. 2014.

DE SOUZA, Silas Luiz. *Protestantismo e Ditadura - Os Presbiterianos e o Governo Militar No Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.

DELUMEAU, Jean. *De religiões e de homens*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

DIAS, Reinaldo. *Ciências Política*. São Paulo: Atlas, 2011.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Ed. Paulinas, 1978.

ELIADE, Mircea, *O Sagrado e o Profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. (Trad.) Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, Maria Carmelita de. Gênero/ Teologia feminista: interpretações e perspectivas para a teologia – Relevância do tema. In: SOTER (org). *Gênero e Teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 1993.

_____. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (et al.). *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Paul. Tendências da Política evangélica às vésperas das eleições. *Ultimato*, Ano XXXV, nº 278, set-out 2002.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Volume 2. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Eduardo. A Deus o que é de César. *Revista Veja*, São Paulo, 3 de maio de 2019. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar/>>. Acesso em 10 de maio de 2019.

GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2009.

HUYSEN, Andreas. Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público. In: *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom - Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004.

JELIN, Elizabeth. Los Trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión, Siglo XXI editores, Argentina, 2002.

LABORIE, Pierre. 1940-1944:os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRANT, Samantha Viz (Org.) *A construção social dos reinos autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEONEL, João. *História da Leitura e Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Paulinas Editora, 2010.

LEMONS. Ruth Doris. *A minúscula semente de mostarda que se transformou numa grande árvore*. In: A história da Escola Dominical. Disponível em: <<http://www.cpad.com.br/escoladominical/historia.php>>.

LIMA, Venício. Revisitando as setes teses sobre mídia e política no brasil. *Comunicação e Sociedade*, n.51, jan./jun.2009.

LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria das Dores. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACHADO, Adriano Henrique Machado. *Os evangélicos e a política no Brasil: posições, alinhamentos e tensões(1960-1976)*. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2016.

MANOEL, Ivan Ap. História, Religião e Religiosidade. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, no. 1, 2007.p.19.

MARX. Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, 1843, tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MOTA, Elba Fernanda Marques. *Poder, subjetividade e condição feminina no pentecostalismo maranhense: o caso da Igreja Assembleia de Deus (1940-1990)*, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFMA, 2009.

MOTA, Elba. *Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevam Ângelo de Souza na Assembleia de Deus do Maranhão (1957-1996)*. Orientação de Márcia de Almeida Gonçalves. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, RJ, UERJ, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

_____ Rodrigo Pato Sá. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.287-308, jan/abr 2014.

OLIVEIRA, Joanyr. *Memorial do sobrevivente* (autobiografia e poemas, Rio, 2008).

ORO, Ivo Pedro. *O Outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo*. São Paulo: Paulus, 1996.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

PAIVA, Ângela Randolpho; BURGOS, M. Baumann (Orgs.). *A escola e a favela*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; Pallas, 2009.

PASSOS, João Décio (Org.). *Os movimentos do espírito: matrizes, afinidades e territórios pentecostais*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio” IN: *Estudos Históricos*, n. 3, RJ, 1989.

_____. Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação(mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A Construção Social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RELATÓRIO DA II CONFERÊNCIA, CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL-CEB. In: SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos progressistas em Feira de Santana*, Feira de Santana, Editora UEFS, 2010.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. Daniel. Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. 1aed. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

_____. Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ROCHA, Daniel. Uma Cultura Política Milenarista? - Uma Breve Reflexão Sobre As Relações Entre Escatologia e Política na História da Assembleia de Deus. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 11, Setembro 2011.

_____. Daniel. *Venha a nós o vosso Reino: relações entre escatologia e política na história do pentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Fonte Editorial. 2012.

ROMERO, L. José. *El pensamiento político de la derecha latinoamericana*. Buenos Aires: Paidós, 1970.

SARLO, Beatriz. “*Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*”. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007.

SANTOS, Lyndon de Araújo Santos. *As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira*. São Luís: Edufma, 2006.

SANTOS, L. A.; SENRA, Álvaro de Oliveira. O AI-5, as Igrejas Cristãs e a sociedade civil. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo, Jacqueline Ventapane Freitas. (Org.). *Tempo negro, temperatura sufocante - Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

SANTOS, Lyndon, SILVA, Elizete, ALMEIDA, Vasni. (Orgs) *Os 500 anos da reforma protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico*. Curitiba: CRV, 2017.

SANTOS, João Marcos Leitão. Protestantismo Brasileiro: Estratégia e Participação Política. In: CARREIRO, Gamaliel da Silva; FERRETI, Sergio Figueiredo; SANTOS, Lyndon Araújo dos; SANTOS, Thiago Lima dos (orgs.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões*. São Luís: EDUFMA, 2013.

SILVA, Elizete. História das Religiões: Perspectivas e Abordagens. In: GUERREIRO, Silas. *O Estudo das Religiões: desafios contemporâneos*. Editora ABHR, 2009.

_____. Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: Evangélicos progressistas em Feira de Santana, Feira de Santana*, Editora UEFS, 2010.

_____. Elizete da. História das Religiões: perspectivas e abordagens. In: QUADROS, Eduardo Gusmão de; SILVA, Maria da Conceição. (Orgs.). *Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2011, v. 1, p. 209-222.

SIPIERSKI, Paulo. Contribuições para uma Tipologia do Pentecostalismo brasileiro. In: GUERREIRO, Silas (Org.). *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003.

SHAULL, Richard. Surpreendido pela graça: memórias de um teólogo Estados Unidos, América Latina, Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003

SODRE, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*. Ed. Martins Fontes - São Paulo, SP. 1983.

SOUZA, José Carlos de. Os Incríveis Anos 1960: O contexto social e político da Conferência do Nordeste. IN: RENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos de; CUNHA, Magali de Nascimento. (Orgs.). *As igrejas e as mudanças sociais: 50 anos da Conferência do Nordeste*. São Bernardo do Campo: EDITEO. São Paulo: ASTE, 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas. In: SOTER (org). *Gênero e Teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

TRABUCO, Zózimo. *À direita de deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)*. Salvador: Sagga, 2016.

TREECE, Patrícia. *João XXIII: Um Pai para Todos*. São Paulo: Texto Editores, 2014.

VILLAZÓN. Júlio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: *Direita, volver!* o retorno da direita e o ciclo política brasileiro / Sebastiao Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cudas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

HALBWACHS, Maurice. “*A memória coletiva*”. (trad.) Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V.1.

Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Ed. UnB, 1994.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de José de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXOS

ANEXO A- José Sarney no púlpito do templo central da Igreja Assembleia de Deus em São Luís, em 8 de setembro de 1968. Fonte: Jornal *O Mensageiro da Paz*, 16 de novembro de 1968.



ANEXO B- Encontro de pastores e líderes evangélicos com o Governador de São Paulo Laudo Natel, em 15 de junho de 1973. Fonte: Jornal *O Mensageiro da Paz*, 15 de junho de 1973, p.1.

mensageiro da paz

ÓRGÃO DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL

ANO 43 15 DE JUNHO DE 1973 Nº 11

Encontro de Pastores e Líderes Evangélicos com o Governador de São Paulo



O Governador Laudo Natel observa o MENSAGEIRO DA PAZ recebido. (pág. 12)

ANIVERSÁRIO DO TEMPLO EM SOBRADINHO - DF



O filho batiza sua genitora. (pág. 8)

Bahia

Grande êxito e interesse transformam-se em alegria com a programação prevista da III Escola Bíblica de Férias em Itaberaba (BA). A vida do apóstolo Paulo foi o tema relevante e básico para as instruções ministradas e destinadas principalmente às crianças. Cooperou a missionária sueca Elly Josefsson e outros procedentes de Igrejas coirmãs. Com relevante resultado registrou-se que 75 crianças e 3 adultos decidiram aceitar Jesus Cristo como Salvador de suas almas.

São Paulo

A cidade de Mauá (SP) realiza festividades e a Igreja recebe conforto espiritual. A Palavra encontra guarida nos corações e produz efeitos predominantes.

Pará

A cidade de Maracanã (PA) sob extasiante júbilo consagra mais um templo à Causa. Converte imensa multidão constituída da própria localidade e cidades vizinhas tomam parte na programação, inclusive a presença de autoridades locais. O Estado do Paraná se faz representar pelo mui digno Presidente da Junta Executiva das Deliberações, Pastor José Pimentel de Carvalho, colaborando mormente na ministração da palavra.

Prosperando a obra missionária na Bolívia



Crentes de Colquiri (mina de estanho) a 120 km de Oruro. (pág. 8)

EDITORIAL:

Movimento Pentecostal - Milagre do Século. (pág. 2)

A BIBLIA DIZ:

"Deus quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade". 1 Tm 2:4

LEIA:

Pesquisando a Verdade (TV). (pág. 2)

ANEXO C- Comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil e apoio público ao governos militar. Fonte: FILHO, Manoel Carlos. A Assembleia de Deus em São Paulo e o sesquicentenário. *Mensageiro da Paz*. 15 de fevereiro de 1973, p.13.

A Assembléia de Deus em São Paulo e o Sesquicentenário

A Assembléia de Deus em São Paulo, sob a orientação espiritual do pastor Cícero Cândido de Lima, numa demonstração pública de civismo e amor pátrio, saiu às ruas do populoso bairro da Lapa, para comemorar o Sesquicentenário da Independência de nossa Pátria. O pastor Sebastião Pereira da Silva foi autorizado pelo ministério da Igreja para programar e orientar as festividades.

Na tarde cálida do dia 7 de setembro, uma multidão de crentes vindos de várias congregações desfilou, pelas principais ruas do bairro até à Praça do Mercado Distrital, local escolhido para a realização das solenidades.

Um carro nodamente enfeitado, levava duas jovens que empunhavam as bandeiras

do Brasil e do Estado de São Paulo, respectivamente. Mais atrás, estavam formados os obreiros evangélicos e as bandas de música de Osasco e Vila Mirian, que executavam hinos sacros e civicos. Um grupo de jovens conduzia a bandeira de todos os Estados, Territórios brasileiros, inclusive a do Distrito Federal. O colorido das bandeiras, faixas e cartazes alusivos à significativa data, causaram relevante atração. O toque dos instrumentos despertou o povo a sair de suas casas para ver bem de perto o Povo de Deus desfilando.

Na Praça do Mercado o pastor Sebastião presidiu as solenidades.

Moços, velhos e crianças, aquecidos pelo fervor cívico-religioso e contagiados

O povo de Deus reunidos na Praça do Mercado em São Paulo.



Aspecto do culto comemorativo ao Sesquicentenário da Independência.

pelo entusiasmo, vibravam de contentamento pelo privilégio de participar dos festejos do Sesquicentenário da Independência, num clima de ordem e liberdade, onde o espírito de amor e compreensão está em evidência.

As bandas musicais tocaram o Hino Nacional, e os corais entoaram suaves hinos de louvor a Deus. O jovem Eliel, neto do pastor Antônio Rosa, de saudosa memória, também cantou belos hinos. Usaram da palavra, em nome dos presbíteros, o irmão Luiz Branco, e em nome dos pastores, o irmão Paulo dos Santos. O ilustre Comandante do 22º Batalhão Policial, Coronel Francisco Torres de Araújo, que também prestigiou-nos com sua presença, foi convidado para falar, e entre outras palavras, disse: "Em Munique, onde os atletas de quase todas as nações do mundo, reunidos, participam dos Jogos Olímpicos, imperam o ódio e a intranquilidade, mas aqui nesta praça onde os crentes estão reunidos participando destas solenidades alusivas ao Sesquicentenário da Independência, imperam o amor e a paz!"

Finalmente, falou o orador oficial das solenidades, pastor João Pereira de Andrade e Silva.

Discursando de improviso, o professor João Pereira, referindo-se à Sua Exa. General Emílio Garrastazu Médici, inicialmente, disse: "O Presidente Médici é o legítimo Comandante de todos os brasi-

leiros," e sublinhou - "Comandante do País livre e independente", e acrescentando, acentuou - "Ele também é um dos Comandantes da Revolução Democrática vitoriosa em 31 de março de 1964".

E continuando, salientou: "É o importante é, que este País que está comemorando o Sesquicentenário de sua Independência, também está comemorando a sua Independência econômica!".

E em seguida, em termos sensatos aduziu: "Há que considerar: se a Pátria de todos, logo os crentes, os evangélicos, as "Assembléias de Deus" são pátria, também; e como parcela legítima, que impõe pelo que há de mais puro e transcendente na vida do País, por representar justamente o fator espiritual, que dá alma e modela caracteres", e aduziu - "O Evangelismo Nacional e, particularmente, as Assembléias de Deus ligadas ao ministério da Igreja do Brasil do Belém, em São Paulo, expressam nesta concentração cívica-religiosa, um apoio incondicional ao Presidente Médici ao Governador Lauro Nogueira, e as demais autoridades constituídas."

Até finalizar, disse: "A Igreja Evangélica Assembléia de Deus e seus ministros, seguraram a nossa Pátria, e as autoridades governamentais um pouco de labor e mais rico de bênçãos de nosso Deus Amém!"

Manoel Carlos 19

CIS 15,00

JULHO/80

MENSAGEIRO DA PAZ

DISSE JESUS: DEIXO-VOS A PAZ, A MINHA PAZ VOS DOU

ANO L — MEIO SÉCULO DISSEMINANDO BÊNÇÃOS — Nº 1119

IGREJA E POLÍTICA

É lícito às lideranças religiosas envolverem-se em luta de classe? (P.4)

NÃO FIQUE ESCONDIDO

"E porque estava na tua mão e na tua vontade", Gn 2.28.

Desde que Adão pecou, o homem, com medo de sua própria mente, esconde-se da presença de Deus, esconde-se também dos seus amigos e até de si mesmo. Tem usado uma capa, uma máscara para esconder as suas falhas, os seus delitos. Por que o desejo de esconder-se? Por que nos escondemos? Na maioria das vezes é um anjo de Satanás para nos afastar de Deus, pois enquanto estivermos nos delitos, assim conviveremos com ele, não o admitindo, não nos podemos livrar do pecado e ele nos afasta de Deus. Todos temos conhecimento do nosso livre arbítrio e da sensibilidade do Espírito Santo em relação a isso. Ele não nos força a deixar o erro, mas nos ajuda, se admitirmos nosso pecado e sentirmos a necessidade de deixá-lo.

Se concluímos que não temos força suficiente para abandonar o pecado, o Espírito entra em ação e todo poderemos naquele que nos liberta. Fp 4.13. Não tenhamos medo de nossas falhas. Meditemos na misericórdia de Deus. Quando o homem cometeu o primeiro pecado, Deus não o fulminou, pois o homem era obra de suas mãos, antes "redimido com vestes de salvação", Is 61.10. No cumprimento dos tempos, deu seu filho que por amor a nós derramou o seu sangue para nos limpar e revestir, e desde então não mais estamos despidos. Confessem pois na sua misericórdia!

O Senhor, que é santo, perfeito, nos justifica quando há falhas, Rm 8.1. Muitas vezes ficamos tão envergonhados quando um irmão descobre nosso delito, nossa falha, que nos afastamos do convívio dos amigos e, às vezes, da igreja. Não nos prejudicamos nessa caminhada. Não fica isso, meu irmão; não reze, minha irmã! Todos erramos. Somente Jesus é perfeito. Enquanto estivermos neste corpo mortal, estaremos sujeitos a errar, mas sejamos humildes para admitir o nosso estado.

Deixemos a capa, tiremos o impedimento. Ele disse: "Vinde a mim todos vós que estais cansados e eu vos aliviarei", Mt 11.28. Essa mensagem é também para nós.

Glenda Maria Rosa do Amaral

Leia neste número mais um SUPLEMENTO LITERÁRIO. Crítica de livros, Painel, entrevistas, poesia, etc.



Realizada a Escola Bíblica do Rio de Janeiro

A tradicional Escola Bíblica do Rio de Janeiro, realizada na AD de São Cristóvão, Rio, sob a direção do pastor Túlio Barros Ferreira, reuniu centenas de pastores de todo o Brasil. Entre os assuntos abordados, salientou-se "A Doutrina da Salvação", pelo pastor Antonio Gilberto. (P.5)

O miss. sueco Martin Turnell (D) interpretado pelo miss. Erico Bergstén. (P.5)

600 DECISÕES EM FOZ DO IGUAÇU

Grande multidão assistiu a Campanha liderada pelo evangelista Celso Lopes, em Foz do Iguaçu, PR, sob os auspícios da AD local, pastoreada pelo irmão José Polini. Mais de 600 pessoas renderam-se a Cristo, 60 irmãos foram batizados com o Espírito Santo, enquanto outros receberam renovação. Pela operação do Espírito de Deus houve muitas curas quando cegos viram, mudos falaram, surdos ouviram e paralisados andaram. A igreja na Foz do Iguaçu conta, atualmente, com mais de três mil membros. (José Polini, pastor).



Do lado do rapaz que era surdo-mudo de nascença, seu pai dá testemunho de que após a oração da fé pôde ouvir e falar.

Ateus americanos condecoram o Papa

Um grupo de ateus residentes em Chicago decidiu oferecer uma medalha ao papa João Paulo II por ele ter ordenado aos padres para que não ocupassem cargos públicos. Troy Soos, porta-voz do grupo, assinou o telegrama enviado ao Vaticano em nome de Karol Wojtyła, nome de batismo do papa. Disse ele: "Como cidadãos americanos ficamos muito felizes ao ver que aqueles que obedecem ordens de um líder estrangeiro estão fora dos cargos públicos."

Destaques

- 573 batizados no 27º aniversário do templo e 26ª Convenção Nacional dos Obreiros de Madsureira, RJ. (P.4)
- 300 decisões na AD de Santa Rita do Sapucaí, MG, durante cultos evangelísticos sob a responsabilidade do presbítero José Moreira, de Guarulhos, SP. (De todo o Brasil)

JESUS CURA ASMA



MEU NETO MARCELO sofreu terrivelmente de asma. Os socorros médicos foram insuficientes e chegamos à conclusão de que só o Senhor poderia nos salvar. Apelamos para Ele em oração e lá faz quatro anos que o menino está curado pela misericórdia de Jesus. Laurina Melo Moreira - Belo Horizonte, MG. (4408)



ANEXO F – Joanyr de Oliveira entrega dossiê ao governador de Goiás, pedindo ajuda para o “Movimento jovens livres”, entidade evangélica que combatia o vício em tóxicos.
Fonte: *Jornal O Mensageiro da Paz*, 15 de maio de 1973, p.7.

DEUS EM NOSSO PAIS

Governador de Goiás - Amigo dos Evangélicos

Ao convidar o Prof. Joanyr de Oliveira para integrar sua equipe de auxiliares (inicialmente como Sub-Chefe do Gabinete Civil e em seguida como Assessor Político) o Governador Leonino de Ramos Caiado afirmou que desejava "governar com os evangélicos, que constituem realmente uma força, das mais respeitáveis". As palavras de Sua Excelência ecoaram em todo o Estado, trazendo regozijo aos irmãos, de modo particular aos pentecostais, que pela primeira vez na história de Goiás têm um representante no Governo.

O escritor Joanyr de Oliveira está diariamente em contato com Secretários de Estado, Diretores de Autarquias e outras autoridades importantes de Goiás, encaminhando a solução de problemas das igrejas e dos irmãos. Quando se trata de questões mais difíceis, o Sr. Governador

toma conhecimento delas e as colhe com toda atenção e interesse.

Na foto, o representante dos evangélicos leva um dossier ao Chefe do Executivo, pedindo apoio oficial para o "Movimento Jovens Livres", entidade evangélica que trabalha na recuperação (através, sobretudo, do Evangelho e da operação de Deus) aos viciados em tóxicos.

Recentemente, o Governador comunicou ao Prof. Joanyr de Oliveira (atualmente segundo-suplente de Deputado Estadual) que tem interesse particular em suas vitórias nas próximas eleições de 1974, quando deverá disputar novamente uma cadeira na Assembléia Legislativa, inspirado em seu lema de sempre: "Tudo posso naquele que me fortalece".

Os irmãos desejosos de manter contato com o Evangelista Joanyr de Oliveira poderão escrever para a Caixa Postal 700 - 74.000 - Goiânia, GO.



O Professor Joanyr de Oliveira e o Governador Leonino Caiado

Falar sobre a obra de Deus na capital mineira é sempre agradável, pois se trata de uma região onde o Espírito de Deus tem realizado um trabalho de conquista de almas impressionante e onde a Igreja cresce sempre e sempre.

A cidade está recebendo o bem-aventurado impacto do Evangelho pentecostal e almas estão sendo salvas mediante a fé no sacrifício de Jesus Cristo, único acesso ao Pai.

Ultimamente a Igreja vem sentindo um torrar ainda mais forte a sua tarefa evangelizante, pelo que tem procurado realizar campanhas de evangelização em diferentes bairros, numa tentativa sábia inspirada de atingir um número ainda maior de almas que não conhecem a Cristo.

blica e ali orar pelos enfermos e pelos que desejam ser batizados com o Espírito Santo? Não era este o método de Jesus?

Foram esses pensamentos que vieram à tona e se transformaram em uma feliz decisão da parte do Pastor Anselmo Silvestre, pastor da Assembléia de Deus em Belo Horizonte e, em consequência, durante os dias 5 a 11 de Junho de 1972, foi realizada uma campanha evangelística.

Nas duas últimas reuniões a multidão era de mais de trinta mil pessoas. Na última reunião o Senhor completou a Sua maravilhosa obra. Foi num domingo à tarde. E, assim como em cada noite anterior, as almas vinham tendo um encontro pessoal com Cristo, pudemos verificar (e anotar) as decisões de três mil pessoas

O poder de Deus sobre Rio Brillante

Graças a Deus pela Sua infinita misericórdia, que tem dispensado para conosco.

A Assembléia de Deus em Rio Brillante teve o privilégio de ser palco de uma festa espiritual ocorrida nos dias 23 e 24 de dezembro p. passado, onde foram realizados Estudos Bíblicos, consagração de obreiros para o trabalho do Senhor e

de Dourados (MT), com sua valiosa banda musical. Todos estes pastores ministraram estudos da Palavra que resultou em grande conforto e edificação para todos.

As 15h30m do dia 24, tivemos o batismo, quando 19 novos crentes tornaram-se membros em comunhão, cujo ato foi efe-